



LIVIA MURARI ROCHA

Colheitas visíveis: a construção da soberania alimentar por meio dos circuitos curtos de comercialização, o caso da Cooperflora (Comuna da Terra Milton Santos, Americana-SP)

SÃO PAULO

2021

LIVIA MURARI ROCHA

Colheitas visíveis: a construção da soberania alimentar por meio dos circuitos curtos de comercialização, o caso da Cooperflora (Comuna da Terra Milton Santos, Americana-SP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “ Soberania Alimentar, Meio Ambiente e Saúde”.

Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

SÃO PAULO

2021

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Rocha, Livia Murari.

R672 Colheitas visíveis : a construção da soberania alimentar por meio dos circuitos curtos de comercialização, o caso da Cooperflora (Comuna Da Terra Milton Santos, Americana-SP) / Livia Murari Rocha. – São Paulo, 2021.

188 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2021.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Cooperflora. 4. Soberania alimentar. 5. Reforma agrária – Brasil. 6. Comuna da Terra Milton Santos (Americana-SP). I. Título.

CDD 338.198161

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LIVIA MURARI ROCHA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Aos 25 dias do mês de outubro do ano de 2021, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LIVIA MURARI ROCHA , intitulada **COLHEITAS VISÍVEIS: A CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR POR MEIO DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, O CASO DA COOPERFLORA (COMUNA DA TERRA MILTON SANTOS, AMERICANA-SP)**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) - Departamento de Geografia / Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Prof. Dr. ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA (Participação Virtual) do(a) Instituto de Ciências da Natureza (ICN) (curso de Geografia) / Universidade Federal de Alfenas, Prof. Dr. JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Sociais / Centro de Educação e Ciências Humanas / Universidade Federal de São Carlos. Após a exposição pela mestrandia e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **APROVADA** . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA



PROF. DR DAVIS GRUBER SANZOLO
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe

Pela insistência e persistência em acreditar que a educação liberta, dedico esse trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Pelo tempo passado e vivido desde que esse projeto fez-se de um esboço a partir de inquietudes vivida dia a dia, acompanhando a tentativa de êxodo às avessas de sem terras às margens da rodovia Anhanguera, hoje, não posso deixar de escrever esses agradecimentos sem antes saldar as raízes das minhas inquietudes. E posso dizer que muito do que sou e do que penso, deve a minha inserção nas atividades de extensão realizadas com o coletivo Universidade Popular e, também, pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp. Trago em minha memória todos os rostos desses acampados e assentados que foram, por anos, o mais próximo do que eu posso chamar de família. Pelo cuidado, carinho, solidariedade, pelos almoços, pelos cafés, pelas hortaliças, legumes, frutas, por me mostrar uma realidade para além da minha, eu agradeço a todas e todos cooperados e cooperadas da Cooperflora do assentamento Milton Santos e, também, as acampadas e acampados do Elizabeth Teixeira, em Limeira. Com certeza vocês são a base da minha raiz e só tenho agradecer por tudo. Vocês foram e são as “Marias” que me inspiram diariamente. Também, queria deixar um grande agradecimento a todas e todos que construíram e constroem o coletivo Universidade Popular e a ITCP.

Dito isso, eu não poderia deixar de destacar que, pelos caminhos tortuosos percorridos até o término desta pesquisa, muitas pessoas foram essenciais para que o fim fosse uma possibilidade real. E uma delas, minha orientadora Janaína Francisca, que com maestria conduziu um trabalho já iniciado e em meio a tormentas, proporcionou-me o alívio de respirar em águas calmas. Muito obrigada pela confiança e pela orientação. Obrigada, Davis, pela atenção e generosidade. E um agradecimento especial, ainda, a Joelson e Estevan, componentes da banca, pela leitura dedicada e cuidadosa, pelo respeito ao meu trabalho e pelas valiosas colaborações. Obrigada, Gra, pela sempre atenção e disponibilidade.

Dizem que a teimosia não é uma qualidade, mas por sorte ou destino nos “caminhos da vida eu tive um presente de encontrar” a minha esposa, Camila. Minha fortaleza, que me seguiu muitas vezes para não desabar e desistir. Sem você teimando e insistindo que desistir não era uma opção, esse trabalho não chegaria ao seu término. Obrigada pelo acolhimento, cuidados, pela leitura e tantas outras coisas que só você acompanhou nas entranhas desses bastidores. Sem esse amor teria sido muito mais difícil.

Agradeço, também, pelo presente que esse mestrado me trouxe desde o dia que fizemos a seleção, são elas: Aline, Rosa, Mary, Silviane e Pri. Obrigada por compartilhar momento únicos de cuidado, escuta, risadas, com certeza nosso comadrio não se dissolve no tempo. Obrigada por tornarem aqueles meses em que tivemos aulas na Escola Nacional Florestan

Fernandes os mais especiais e bonitos. Agradeço sempre por ter tido esse presente de encontrá-las. Também, agradeço a todas e todos professoras/es, funcionários e militantes da ENFF.

Outro presente que encontrei pelos caminhos da vida, também foi dado pelo PRONERA, fruto de uma programa do Estado, o qual tanto defendo, essa pessoa que me inspira cotidianamente e que está além do seu tempo, se hoje falamos de agroecologia é porque muitos lá atrás começaram essa história, obrigada Madá, sempre presente quando eu mais precisei. Obrigada pela temporada em Brasília, pra além dos cuidados da vida, nossas conversas, as vivências nos circuitos curtos pela capital do Brasil, colaborou sobremaneira para as reflexões presentes nessa pesquisa.

Agradeço as amizades que pude construir ao longo de seis anos de morada em Campinas, foram anos imprescindíveis para minha formação de vida e amadurecimento. Logo, não posso deixar de agradecer pelo acolhimento e por permitir que eu participasse de suas realidades e pelo debate e formação étnico racial eu sou muito grata a Cinthia Vilas Boas, Maíra Silva, Célia Zenaide, Camila e as crianças. Também, as minhas irmãs de caminhada Fernandinha e Gaby Murua, pelo companheirismo, obrigada. Aos amigos e às amigas da extensão popular Gabriela Furlan, Laís Fraga, Fabio Accardo, Carol Chermem, Miri e Wilon Mazalla. Cris e Cidinha, obrigada pelas prosas, parcerias, risos, brindes e música, obrigada.

Pelo acolhimento na “chegança” na Paraíba, agradeço profundamente a essa aldeia que nos recebeu e que nos mostrou que há esperança de se viver em solidariedade e em rede, realmente uma verdadeira “máquina de loucos”, são eles e elas: Bárbara, Laíla, Juliano, Suca, Ayô, Juan, Lis, Tessy, Tira, Luna, Cazé, Bruna, Thiago, Deyse, Dorinha, Eddie, Guilherme, Jad, Aidê, Larissa, Natasha, Tiago, Maia, Flora. Agradeço, ainda, as minhas madrinhas de um casamento construído por tantas mãos, Dora e Lelê. No interior dessa aldeia, um comadrio de dez mulheres se ataram entre batuques, sambas e amizades: ao Samba Se Ata, muito obrigada. Na Paraíba, ainda, fui acolhida pelos e pelas companheiras/os de luta, Gilmar, Max, Ray, Cinthia, Adarlam, Kamilla, Fernanda, João, Felipe, Noaldo: obrigada MST Paraíba.

Pelo incentivo aos estudos, a minha mãe, meu pai, minha irmã e cunhado, Liane e Marcelo, eu sou só agradecimentos. Obrigada tia Lourdinha, tio Vlade e Fernanda, família que mesmo distante sempre estão na torcida por mim. Também a família que ganhei recentemente, Soraya, Marcos, Terezinha, Marcelo, Michelle, Agenor e Gigica, obrigada por me acolher em sua família, vocês são um presente em minha vida. E não menos importante, a minha vira lata caramelo, Frida.

Um dia, meu mestre griô de capoeira me disse um provérbio africano que dizia assim: “quem tem pressa vai sozinho”. E esse trabalho é materialização desse provérbio, obrigada mestre Marquinhos Simplicio.

Kaô Kabecilê, Xangô!

Somos muitos Severinos
Iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas,
iguais também porque o sangue
que os amos tem pouca tinta.

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina ataca em qualquer idade,
até gente não nascida).

(MELO NETO, [1955] 2000, p.46).

RESUMO

O presente trabalho é um esforço de analisar a experiência da cooperativa Cooperflora, localizada na Comuna da Terra Milton Santos, no município de Americana-SP, a partir da comercialização de produtos agroecológicos em circuitos curtos. O intuito da pesquisa foi compreender como uma experiência de grupo de consumo tem sido construída no enfrentamento de um cenário de retrocessos na política pública para comercialização, a partir de 2015. Todavia, se a Cooperflora surge no cenário de retração do papel do Estado, ela também surge sob orientações do mais recente plano agrário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): a proposta de Reforma Agrária Popular. Com uma abordagem territorial, posto que parte da ideia de que os territórios são materiais e imateriais, isto é, é o espaço físico e é o espaço social e, este último, é carregado por ideologias, relações sociais, ideias e pensamentos, não é possível pensar o campesinato se não for a partir de suas multiterritorialidades. Para tanto, partindo do pressuposto das complexas relações entre campo e cidade, buscou-se pensar a produção e reprodução social camponesa por meio da auto-organização em cooperativa, ao protagonizar um projeto político que parte e se solidifica via sociedade civil e por meio de movimentos sociais. O trabalho está fundamentado, sobretudo, na pesquisa qualitativa; através do estudo de caso da Cooperflora, a construção de dados se deu pela observação participante e a realização de entrevistas. Considerou-se que a iniciativa das cestas agroecológicas da Cooperflora faz parte da constituição da soberania alimentar, ao construir alianças e resistências locais para manutenção do campesinato. Na contracorrente do regime alimentar dominante, a cooperativa resgata saberes tradicionais em torno do alimento, resgata culturas agrícolas que não estão circulando nos mercados, valoriza o camponês, dialoga, forma (e informa) a população urbana. Um dos resultados da pesquisa foi o de realçar a permanência de uma iniciativa em circuito curto de produção, o que possibilitou a geração e progressão de renda, a construção da práxis agroecológica nos lotes das/os cooperadas/os, o aumento da diversidade de cultivo de espécies, a implantação de sistemas agroflorestais, a utilização de técnicas como o consórcio de culturas e a cobertura vegetal, a diversificação na alimentação de agricultores/consumidores e a aliança de classe entre campo e cidade.

Palavras-chave: Cooperflora; MST; Território, Soberania alimentar; Circuito curto de produção; Campesinato.

ABSTRACT

This work analyzes the experience of the cooperative 'Cooperflora', located at the agrarian reform settlement named 'Comuna da Terra Milton Santos', in the city of Americana-SP, focusing on the commercialization of agroecological products in 'short circuits'. The research aimed to understand how the experience of this consumption group has been built while facing a scenario of setbacks in public policy for commercialization since 2015. Cooperflora is created amidst a scenario of retraction of State action, but also under the orientations of the latest agrarian plan of the Landless Rural Workers Movement (MST): the Popular Agrarian Reform proposal. Constructed on a territorial approach, since the analysis is based on the idea that territories are both material and immaterial spaces, that is, are both physical and social spaces, the former being marked by ideologies, social relations, ideas and thoughts, it is not possible to think about the peasantry but from its multi-territorialities. In order to do so, and understanding the complex relationship between the countryside and urban spaces, this work reflects on the peasantry's social production and reproduction through self-organization in cooperatives, becoming therefore actors in the construction of a political project that comes from but also solidifies civil society, through the works of the social movement. This work was conducted through qualitative research, based on the case study of 'Cooperflora'. The data construction was made by participant observation and by the conduction of interviews. The initiative of creating agroecological baskets by 'Cooperflora' was considered to be part of the constitution of local food sovereignty, since it built alliances and resistances aiming the reproduction of the peasantry on the land. Opposed to the hegemonic food regime, the cooperative rescues traditional knowledge concerning food, recovers agricultural crops that are not market valued, values the peasants, dialogues, teaches and informs the urban population. One of the results of this research was to highlight the permanency of a 'short circuit production' initiative, which made: income generation and progression; the construction of agroecological praxis at the peasants areas; the increase of crop diversity; the implementation of agroforestry systems; the using of techniques such as intercropping and plant covering of the soil; the diversification in the diet of peasants and consumers; and the alliance between the country and the urban-side, all possible.

Keyword: Cooperflora; MST; Territory, Food Sovereignty; Short Circuit of Productions; Peasants.

RESUMEN

El presente trabajo es un esfuerzo por analizar la experiencia de Cooperflora, una cooperativa de beneficiarios de la reforma agraria ubicada en la Comuna da Terra Milton Santos, en la ciudad de Americana-SP, a partir de la comercialización de productos agroecológicos en cortocircuitos. El propósito de la investigación fue comprender cómo se ha construido una experiencia grupal de consumo frente a un escenario de retrocesos en las políticas públicas de comercialización, a partir de 2015. Es decir, Cooperflora aparece en el escenario de la retracción del papel del Estado, pero también bajo la orientación del más reciente plan agrario del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): la propuesta de Reforma Agraria Popular. Con un enfoque territorial, ya que parte de la idea de que los territorios son materiales e inmateriales, es decir, es el espacio físico y es el espacio social, y este último es llevado por ideologías, relaciones sociales, ideas y pensamientos, no es posible pensar en el campesinado si no se basa en su multiterritorialidad. Por ello, partiendo del supuesto de relaciones complejas entre el campo y la ciudad, buscamos pensar en la producción y reproducción social del campesino a través de la autoorganización en una cooperativa, liderando un proyecto político de producción y comercialización de alimentos que se inicia y se solidifica a través de la sociedad civil y a través de los movimientos sociales. El trabajo se basa, sobre todo, en la investigación cualitativa, habiéndose utilizado como procedimientos de investigación el estudio de caso de Cooperflora, la construcción de datos a partir de la observación participante y entrevistas. Se consideró que la iniciativa de canastas agroecológicas de Cooperflora es parte de la constitución de la soberanía alimentaria, al construir alianzas y resistencias locales para mantener al campesinado. Contra la corriente del régimen alimentario dominante, la cooperativa rescata conocimientos tradicionales en torno a la alimentación, rescata culturas agrícolas que no circulan en los mercados, valora al campesino, dialoga, forma (e informa) a la población urbana. Uno de los resultados de la investigación fue resaltar la permanencia de una iniciativa en un circuito de producción corto, que posibilitó la generación y progresión de ingresos, la construcción de praxis agroecológica en las parcelas de tierra de los cooperativistas, el incremento en la diversidad de cultivos de especies, la implementación de sistemas agroforestales, el uso de técnicas como la intercalación de cultivos y cobertura vegetal, la diversificación en la dieta de los agricultores / consumidores y la alianza de clases entre el campo y la ciudad.

Palabras llave: Cooperflora; MST; Soberanía Alimentaria; Producción de Cortocircuitos; campesinado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Agrofloresta no assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto	142
Figura 2	Visita ao assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto	143
Figura 3	Dia de entrega das cestas agroecológicas	146
Figura 4	Consórcio de espécies e cobertura vegetal	150
Quadro 1	Relação das categorias de alimentos comercializados em 2017 e 2018	163
Gráfico 1	Comercialização mensal de frutas em 2017 e 2018	164
Gráfico 2	Comercialização total de frutas no ano de 2017 e 2018	165
Gráfico 3	Comercialização mensal de legumes em 2017 e 2018	166
Gráfico 4	Comercialização total de legumes no ano de 2017 e 2018	166
Gráfico 5	Comercialização mensal de hortaliças em 2017 e 2018	168
Gráfico 6	Comercialização total de verduras no ano de 2017 e 2018	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANC	Associação de Agricultura Natural de Campinas
ASA	Articulação do Semiárido
ASPTA	Associação de programas de Tecnologias Alternativas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDS	Compra com Doação Simultânea
CME	Campanha da Merenda Escolar
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSA	Community Supported Agriculture
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FE	Faculdade de Educação
FEAGRI	Faculdade de Engenharia Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ITESP	Instituto de Terras de São Paulo
LGBTQIA+:	Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Queer, Intersexual, Assexual
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNATER	Agricultura Familiar e Reforma Agrária
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RMC	Região Metropolitana de Campinas
SAF	Sistema Agroflorestal
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SUS	Sistema Único de Saúde
TDR	Territorialização, desterritorialização e reterritorialização
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISOL	Associação Brasileira de Produtos Orgânicos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Metodologia	22
2	CONTRAPONTO AO REGIME DE DESIGUALDADES: EM BUSCA DE UMA SOBERANIA ALIMENTAR	28
2.1	O latifúndio gera fome: da dominação dos sistemas agroalimentares às disputas em torno da segurança e soberania alimentar	35
2.1.1	Os três regimes alimentares	37
2.2	Entre a segurança alimentar e a soberania alimentar	41
2.3	Soberania e segurança alimentar e nutricional: do Estado às iniciativas da sociedade civil (e vice e versa)	46
2.3.1	O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): conquistas e desafios	52
2.3.2	Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE	58
2.4	A auto organização da soberania alimentar	60
2.4.1	“Grupos de consumo responsável” (autogestionários)	66
2.4.2	Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA	68
2.4.3	Cestas agroflorestais do Assentamento Mário Lago MST	70
2.5	A Reforma Agrária Popular: meio ambiente, agroecologia e soberania alimentar	71
3	A REFORMA AGRÁRIA POPULAR E AS TRAJETÓRIAS DE RECAMPELINIZAÇÃO: ENTRE O CAMPO E A CIDADE	78
3.1	Dos campos às cidades	78
3.2	Das cidades aos campos	83
3.3	A construção de territórios camponeses a partir dos excluídos urbanos: as comunas da terra e a Reforma Agrária Popular	90
3.4	MST no Estado de São Paulo: histórico dos sem terra na região metropolitana de Campinas	101
3.5	Tornando sem terra	106
3.5.1	Entre despejos: organização social do acampamento rural	111
3.5.2	Iniciando o roçado	112

3.5.3	“Território de solidariedade”	114
4	DA TERRA À MESA	118
4.1	Construindo a Reforma Agrária Popular: “dia após dia”	119
4.1.1	Organização para comercialização	124
4.2	Contextualização da Cooperflora	130
4.3	Cestas Agroecológicas da Cooperflora: a gênese	133
4.3.1	Identificar para avançar o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e a formação agroecológica de camponeses: “Metodologia Camponês a Camponês”	137
4.4	A primeira entrega e “o dia após dia”: o cotidiano da Cooperflora	143
4.5	A relação com a agroecologia	148
4.6	A complexa cadeia da terra à mesa: extensão rural, universitária e parcerias	153
4.6.1	Óikos (casa) - gestão das necessidades, dos desejos e dos limites	156
4.7	O roçado: sistematização da produção	162
4.8	Mulheres na linha de frente: gênero e organização social	169
4.9	Soberania alimentar à luz da agricultura camponesa	173
5	NOTAS FINAIS	178
	REFERÊNCIAS	181

1 INTRODUÇÃO

Asfixiados pelo Estado e pela pandemia do novo coronavírus, 27 milhões de brasileiros, em 2021, encontram-se abaixo da linha da pobreza¹. Ao passo que no mesmo país, novos 10 bilionários surgem no mesmo período². O paradoxo das desigualdades não para por aí, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19 no Brasil (2021), 19 milhões de brasileiros têm a fome como realidade cotidiana, porém, o mesmo Brasil de 2021, de acordo com a Conab (2021)³, baterá o recorde de colheita de soja, que teve o aumento de 3,5% e deve chegar a 133,7 milhões de toneladas da oleaginosa.

Os paradoxos só afirmam que fome e política andam de mãos dadas, ou seja, encarar a fome de frente até sua superação ou potencializá-la, tratam-se de escolhas políticas. Obviamente que o cenário catastrófico em que vivemos aprofunda tal quadro, no entanto, retrocessos em políticas públicas nos mostram que nos últimos quatro anos⁴ se assenta um projeto político de ampliação da desigualdade. A pandemia foi apenas uma espécie de “tempestade perfeita” para as políticas de austeridades econômicas, retração dos direitos trabalhistas, sociais, previdenciários, congelamento de investimento nos setores públicos, reduções de políticas públicas etc.

Em meio ao caos sanitário do cenário atual, amplia-se uma polarização constitutiva da nossa nação, no qual, em um polo, encontramos os miseráveis, esfomeados e desempregados, no outro, novos bilionários e o agronegócio a todo vapor. O diagnóstico da década de 1930, de Josué de Castro ([1946] 1963), antes de falar sobre relações sociais do passado, explica as bases sociais de dominação política do nosso país: “o latifúndio gera fome”. Em 1932, o autor apontou no seu estudo sobre alimentação da classe operária no Recife, que os trabalhadores não ganhavam o suficiente para obter uma alimentação adequada para a sua própria manutenção, isto é, não adquiriram as calorias necessárias para a recomposição de sua força de trabalho (CASTRO, [1932] 2015), logo, parte desses trabalhadores, como escreveu João Cabral de Melo Neto ([1955] 2000, p. 46) morriam “de velhice antes dos trinta”. Apesar dos 89 anos de diferença entre essa publicação e os dias de hoje, podemos dizer que não estamos longe de tal

¹ Pandemia acentua pobreza e é tema de debate na FGV. Site da FGV, 2021. Disponível em <encurtador.com.br/vLV02>. Acesso em 25 maio 2021.

² Calais, Beatriz. Brasil tem 10 novos bilionários no ranking de 2021. Forbes, 2021. Disponível em <encurtador.com.br/ghuI9>. Acesso em 25 maio 2021.

³ Colheita de soja tem início e produção deve atingir 133,7 milhões de toneladas. Site Conab, 2021. Disponível em <encurtador.com.br/fgtL5>. Acesso 25 maio 2021.

⁴ Menezes, Francisco. O aumento na fome no Brasil: várias faces de um mesmo problema. Nexo Jornal, 2021. Disponível em <encurtador.com.br/DGU09>. Acesso em: 25 maio 2021.

resultado no aqui e agora, tendo em vista a roleta russa da inflação em torno do setor alimentício, transporte e no mercado imobiliário, ou seja, viver é um custo alto.

O que está em jogo nas palavras do ex-ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, em “deixar a boiada passar?” O que está em jogo quando há interferências no PNAE⁵, por meio do projeto de Lei PL 4.195/2012, que propõe retirar a prioridade da aquisição dos alimentos para alimentação escolar das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas? O que está em jogo quando o principal programa de compra e distribuição de alimentos de combate à fome, o PAA, é asfixiado e enfraquecido pelos governantes desde 2016? Na balança entre “economia” e vida, nossos portos continuam cheios de *commodities*, enquanto não garantimos uma soberania e segurança alimentar em nosso país. A escolha pelo latifúndio é uma escolha entre quem vive e quem morre, quem será assistido pelo Estado e quem não será, quem tem direitos, narrativas e escolhas e quem é sujeito a uma morte sem dolo.

Um dos nossos desafios históricos é o combate às desigualdades sociais, políticas e econômicas. Tais desafios surgem por *uma questão* de disputa de territórios, já que os processos sociais das ex-colônias latinoamericanas estão intimamente vinculados ao contexto agrário, marcado por uma extrema concentração e controle da terra, ainda, por um grande controle da distribuição dos benefícios de sua exploração (OXFAM, 2016).

No caso específico do Brasil, Afrânio Garcia e Mário Grynszpan (1999) argumentam que a grande lavoura é a matriz da nacionalidade, também, matriz da “sociabilidade hierárquica herdada da época colonial” (GARCIA; GRYNZPAN, 1999 p. 158). Caio Prado Jr., pensando os sentidos da nossa colonização, afirma que a emancipação da sociedade brasileira tem limites na sua herança colonial, ou seja, no latifúndio, já que o “sentido da evolução brasileira ainda se afirma por aquele caráter inicial de colonização”, qual seja, o de “fornecer açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão, café para o comércio europeu” ([1942] 2000, p. 26). A grande lavoura, portanto, enquanto “matriz social hierárquica legada pela *plantation* colonial” (GARCIA; GRYNZPAN, 1999, p. 154) nos permite refletir os desafios históricos do contexto colonial do Brasil – quiçá, da América Latina –, na medida em que o latifúndio é um território de poder social concentrado, nos quais as poucas culturas, produzidas em larga escala, são voltadas para o porto de exportação, ou seja, para o mercado internacional (GARCIA; GRYNZPAN, 1999).

Da *plantation* às grandes agroindústrias modificaram-se as tecnologias, mas a concentração da propriedade e a exclusão social permaneceram (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Para Delgado (2005), as transformações de base técnica da agricultura no pós-guerra, a partir de

⁵ https://alimentacaoescolar.org.br/media/notastecnicas/documentos/Novo_Posicionamento_Publico_PL_4.195

1960, aconteceu em resposta às pressões do mercado externo por aumento de produtividade. Tal período, de intensificação das inovações tecnológicas no processo produtivo e da constituição de complexos agroindustriais, ficou conhecido como “revolução verde”. Esse processo culminou no grande êxodo rural provocado pela mecanização no campo – logo, a chegada do agronegócio –, intensificado por meio de investimentos em maquinários – para aumento da produção – e dos agroquímicos – aumentando assim a produtividade do solo e também o controle de pragas. Paralelo a isso, institutos voltados à pesquisa agrícola e assistência técnica foram criados pelo Estado, como por exemplo, a Embrapa (1972) e as Emateres (1975)⁶. Os trabalhadores do campo foram substituídos por máquinas, mudando severamente a organização social do campo, enchendo os centros urbanos de trabalhadores rurais sem profissão nas cidades.

Se o contexto rural, por meio da lógica da dominação, pode ser pensado a partir da grande lavoura enquanto “matriz social hierárquica legada pela *plantation* colonial” (GARCIA; GRZYNSZPAN, 1999, p. 154), isto é, nos sentidos do papel da agricultura no desenvolvimento nacional e o rural como subsidiário aos longos processos dos ciclos da industrialização (DELGADO, 2005); pela lógica da resistência, o mesmo contexto rural é disputado em sua estrutura fundiária (concentrada, portanto, que precisa ser reformada - reforma agrária) e nas relações sociais (e de trabalho) no campo (Idem, *Ibidem*). Reforma agrária e disputas sobre relações sócio-ambientais e de trabalho, desde os primórdios da colonização, são lutas cotidianas, que se dispersam em todo território nacional: de indígenas aos quilombolas; nas lutas pela terra e por direitos em engenhos, usinas e propriedades rurais; via movimentos sociais pela e da terra; a partir de partidos políticos à esquerda; por meio de setores progressistas da Igreja Católica etc. Todavia, é por meio dos expropriados ou condenados da terra (FANON, 1961) - os povos da floresta, as populações tradicionais, os camponeses sem terra etc - que a função social, ambiental e política da terra, além de ser uma disputa no campo da resistência ao latifúndio, é um projeto de vida.

⁶ Não necessariamente a criação de órgãos, instituições e políticas públicas foram destinadas à promoção do agronegócio. Em 1964 foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) – no lugar da extinta Superintendência de Política Agrária (SUPRA), de 1962 – e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) surge concentrando as responsabilidades dos antigos INDA e IBRA. Destinadas ao agronegócio ou a promoção da reforma agrária, o que importa destacar é que órgãos, instituições e políticas públicas não são neutros, a criação desses se faz necessário, enquanto, inclusive, elemento importante para condução da produção agrícola, mas cabe refletir a base tecnológica e os sentidos de tais órgãos, instituições e políticas públicas. No caso do Brasil, o casamento entre institutos de pesquisas para o agronegócio e órgãos de assistência técnica culminou na rápida e duradoura espacialização do agronegócio no campo brasileiro. Para saber mais (BERGAMASCO, 1987).

Neste trabalho, acompanhamos o lado da balança historicamente excluído pelo mercado e um modelo contra hegemônico que insiste em lutar por um projeto produtivo e de relações sociais que propõe a vida ao invés da morte. Parafraseando Fernandes (2008), a pesquisa aqui apresentada é um convite para entrar nos “territórios do território”, isto é, parte do pressuposto da multidimensionalidade do território, que de acordo com o autor (2008), permite a compreensão da sua totalidade, a partir das complexas teias relacionais e dos conflitos, com o Estado e com o agronegócio, por modelos econômicos, por modos de vida, por organização social etc. Partido do pressuposto das complexas relações entre campo e cidade, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a experiência da Cooperflora, cooperativa de assentados da reforma agrária no município de Americana, localizado na Comuna da Terra, na região metropolitana de Campinas, a partir da produção e comercialização de alimentos em territórios camponeses. Ao partir e lançar luz sobre uma relação que é complexa (campo-cidade), o intuito foi compreender como tais camponeses se reestabeleceram após retrocessos na política pública de comercialização, a partir de 2015, especificamente no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Seguindo essa trilha, e tendo como norte a experiência da cooperflora em contexto de recampezinização - para além das políticas públicas e sobretudo em momentos de retração de tais políticas - buscou-se acompanhar a produção e reprodução social camponesa por meio da auto-organização em cooperativa, ao protagonizar, portanto, um projeto político e de produção e comercialização do alimento que parte e se solidifica via sociedade civil e por meio de movimentos sociais, especificamente o Movimento Sem Terra (MST).

Todavia, importa que se diga, tal projeto político e produtivo reivindica, cobra e disputa o Estado (sobretudo em momentos que este é ocupado por regimes políticos mais conservadores e neoliberais), tendo em vista que a distribuição de terra e a garantia de uma soberania alimentar é dever social e político do Estado.

Dentro das diversidades e heterogeneidades do campesinato, da agricultura familiar e dos assentamentos rurais, portanto, nos debruçamos, especificamente, no campesinato sem terra, assentado e sobretudo periurbano, pertencente à região metropolitana de Campinas. Isto é, focamos numa expressão do potencial produtivo e de abastecimento da agricultura camponesa, já que acompanhamos apenas um tipo de campesinato (e uma cooperativa) e de um tipo de assentamento específico, uma comuna da terra ou, ainda, um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Nesta pesquisa, portanto, é importante compreender, de um lado, os impactos do latifúndio e do modelo hegemônico de produção do país na vida desses camponeses e na constituição da nossa nação, por outro, as alternativas contra-hegemônicas de distribuição de terras e de

produção agroalimentares, colocadas por tais camponeses, e, por isso, acompanhar novos sentidos (em disputa) da relações com a terra.

Dentre essas múltiplas ofertas fornecidas pelo campesinato, podemos exaltar a importância destes enquanto “asseguradores” de uma soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional para o combate às “diversas faces da fome”, já problematizada por Josué de Castro (1946). A soberania alimentar é mais que um conceito, é um paradigma construído dentro da luta social e popular nas organizações camponesas, em complemento a proposta de segurança alimentar e nutricional clássica, conceito que em escala global é considerado apenas como um problema de acessibilidade ao alimento e não às formas de produção. A soberania alimentar implica a transformação da estrutura a qual está inserida, respeitando o seu aspecto ambiental, cultural e as condições e questões agrárias estabelecidas, ainda, é voltada para um mercado que proteja o campo dentro de uma proposta de soberania nacional. Reduzir a política alimentar em mera mercadoria sob a problemática da distribuição não resolve o problema da segurança alimentar. Acredita-se na necessidade de mudanças estruturais que envolvam a distribuição de terras, investimento em uma produção livre de agroquímicos, inclusão do acesso e distribuição dos alimentos.

Nessa complexa correlação de forças, a luta pela terra do campesinato se capilariza em diversas outras demandas para a manutenção de uma vida digna no campo, tais como: a construção de uma educação do campo e para o campo; o acesso à saúde, à mobilidade; saneamento básico; acesso a energia elétrica; além das necessidades materiais e imateriais no cotidiano em áreas de reforma agrária, incluindo políticas de incentivo a produção de alimento – desde a promoção de créditos, de assistência técnica de base ecológica –, ainda, que assegurem a comercialização desses produtos.

Um dos pontos centrais desse trabalho é o da diversidade do campesinato, mais precisamente relacionado aos sem terras advindos das grandes cidades, e de suas formas de existência, de morada e de trabalho. Essa complexificação entre campo e cidade, causada também pelos trabalhadores em migração, é refletida por Armando Bartra (VERGÉS, 2011) sob olhar de um “novo campesinato” do século XXI, sendo este multidiverso e em constante transformação. Ou seja, as modificações no campo provocam modificações nos camponeses e não o desaparecimento desses. Tal camponês em transformação e multidiverso desafia, por isso, a ideia de que o camponês e o campo são “coisas do passado”. Os “novos camponeses” também estão nas cidades, nas periferias, marginalizados pelo êxodo rural. No entanto, estão “condenados pelo tribunal da modernidade” pelo seu polimorfismo, que não atende ao estereótipo do camponês clássico, como se estivesse “enraizado em alguma tradição ou

comunidade agrária sempre idênticas como se um simples desvio fosse um sinal de que ele estivesse se corrompido” (VERGÉS, 2011, p. 75). O “novo” camponês possui multifuncionalidades e dispõe de bens e de serviços que muitas vezes não são visíveis em uma ótica estritamente empresarial mercantil. Para além das combinações de trabalhos familiares domésticos e de atividades associativas de base familiar, comercial e financeiro (VERGÉS, 2011).

Para dialogar com tal objeto, muitos caminhos e perspectivas poderiam ter sido percorridos. Contudo, duas frentes analíticas foram escolhidas para compreender o território e as relações sociais estabelecidas entre Cooperflora e sociedade. Desta maneira, o primeiro ponto de análise, esboçado sobretudo no primeiro capítulo, problematiza o regime de desigualdades da produção de alimentos por meio da compreensão da teoria dos regimes alimentares, soberania e segurança alimentar e relação destes pontos com o Estado e sociedade civil. Seguindo essa trilha, buscamos mostrar, em um primeiro movimento, que na polarização *campesinato vs agronegócio* estamos discutindo os modelos de desenvolvimentos distintos, para, em um segundo movimento, refletir sobre as complexas e tensas relações entre Estado, movimento social e sociedade civil. Se trata de pensar e executar estratégias de superação ou atenuação das desigualdades causadas pelo capitalismo, à exemplo de políticas públicas, programas e iniciativas da sociedade civil e disputas em torno da reforma agrária popular.

Já a segunda frente analítica, esboçada sobretudo no segundo capítulo, trata-se do território de reforma agrária em si, em suas complexidades e especificidades, entre lutas e lamentos, narradas no entrecruzamento (i) das trajetórias vividas das personagens entrevistadas, (ii) das disputas territoriais e produtivas da região aqui analisada (Região Metropolitana de Campinas) e (iii) do surgimento do movimento a qual essas personagens fazem parte, qual seja, o MST, nesta regional. Assim, encontraremos neste capítulo narrativas do Brasil agrário, entre a expulsão do campo e a recampesinização, o processo de luta pela terra e a espacialização do MST em áreas mais urbanizadas e a materialização de um acampamento rural em assentamento. O êxodo “às avessas” abre caminhos para dialogar sobre esse camponês sem terra advindos de grandes centros urbanos, este que volta ao campo ou pisa pela primeira vez na terra com a vontade de ser, pois faz parte de um projeto político amplo de reforma agrária (e popular). A Cooperflora permitiu refletir sobre o perfil urbano desse camponês sem terra e, assim, como se ele foi (e é) expulso da terra em alguns momentos de sua vida, em outros, (é e foi) expulso da cidade, pela especulação imobiliária, custos de vida e, sobretudo, pela fome. Isso nos mostra a indissociabilidade entre o campo e o urbano.

E, por fim, no terceiro capítulo, apresentamos a contribuição da Cooperflora para a construção desse território de reforma agrária. A Cooperflora foi criada em 2015 e é composta apenas por assentados da Comuna da Terra Milton Santos, assentamento considerado pequeno, pois possui 69 famílias com apenas 1 hectare por lote. A intenção da cooperativa é se expandir para outras áreas do MST na região, porém, no momento possui apenas cooperados vinculados ao assentamento Milton Santos. A Cooperflora conta com onze cooperados ativos na iniciativa das vendas das cestas agroecológicas, num projeto político pautado na soberania alimentar e na agroecologia. É a resistência camponesa diante o esfacelamento do Estado diante do mercado. Aqui, ao acompanhar a experiência de produção e comercialização de alimentos em territórios camponeses da reforma agrária, buscamos entender as dificuldades materiais que envolvem a produção e distribuição de alimentos nessa área, norteando a proposta de construção de uma soberania alimentar, considerando as suas escalas, potencialidades e limites, no interior de um modelo hegemônico antagonista e que se consolida à contrapelo de sua existência.

Como resultados, reuniu-se elementos de construção desse território camponês de reforma agrária por meio de uma sistematização dos passos iniciais da cooperativa diante uma nova iniciativa de comercialização, as cestas agroecológicas. Sendo assim, um dos principais resultados observados se relaciona com a permanência de uma iniciativa em circuito curto de produção em contexto político bastante adverso, completando cinco anos de existência em outubro de 2021. Possibilitando a geração de renda regular e progressivamente durante esses anos. Esse aumento da renda por cooperado, também, relaciona com o aumento de produtos ofertados, conseqüentemente, além da renda, houve uma diversificação no cultivo. Por sua, o processo de diversificação na produção foi amparado pelos princípios da agroecologia por meio de parcerias em oficinas, formações e trocas de experiências e realização de mutirões. Ainda como resultado da pesquisa, é possível visualizar que tais processos referente a aliança de classe entre campo e cidade em prol de um projeto político, a reforma agrária, ainda está em curso. Aproximar o consumidor urbano do camponês por meio do circuito curto é o principal desafio de permanência da iniciativa de venda direta, porém, a Cooperflora, em meios às dificuldades do cotidiano tem superado e resistido ao longo dos anos.

1.1 Metodologia

Essa pesquisa se iniciou em 2016, em um cenário pós-golpe constitucional, no qual a presidente Dilma Rousseff foi impedida de continuar o seu mandato em nome “de Deus e da

família”, argumento central dos votos “sim” na (em tese) casa do povo, pronunciadas por legisladores sob a égide do patriarcado. É a figura do sujeito lógico do patriarcado, um homem branco, Michel Temer, que assume as rédeas do país, logo após a concretização do golpe. As aulas, realizadas na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), já se iniciam nesse contexto. Nós, alunas/os, entre as tantas manifestações nas ruas e a sala de aula, embarcamos nas etapas de aulas nesse contexto, e o que podemos ver hoje, naquele momento, só estava começando. Dentro da ENFF, para além das aulas, o contexto de guerra estava implantado. Estávamos em aula quando a polícia federal em operação invadiu a Escola, também estávamos lá quando Donald Trump se elegeu nos Estados Unidos - o que causou um grande impacto na eleição e vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil. Ainda recordo os colegas estadunidenses do curso de formação em política internacional, aos prantos nos corredores. Também estávamos na ENFF quando Fidel fez sua passagem, no dia 25 de novembro de 2016. Foi muito simbólico estar na ENFF em todos esses eventos, nesse espaço que respira luta. Eu, enquanto pesquisadora, extensionista, educadora popular e mulher, acredito que o processo formativo está em todos os espaços e não somente em sala de aula.

Nesses últimos anos, o Brasil vive um processo de mudança social acelerada, sendo essa, não uma mudança que tenha sido positiva, tendo em vista que em um curto período de tempo tivemos retração de direitos sociais e políticos, políticas de austeridade econômica e congelamento de gastos públicos (sobretudo na saúde e na educação), criminalização dos movimentos sociais, crescimento dos valores conservadores que consolidam os machismos e os racismos estruturais, políticas ambientais perversas, legalização de extermínios de populações originárias e tradicionais, redução de políticas públicas etc.

Esta pesquisa, e não poderia ser diferente, ou, melhor, o retardamento de sua conclusão, foi influenciada por esse cenário de instabilidade política, social e da vida cotidiana. Por muitos motivos, o que era um planejamento inicial de projeto de pesquisa foi se moldando de acordo com a realidade vivida e a conjuntura do país. Nessas mudanças, a própria pesquisa se redesenha, tendo em vista que o “objeto” de estudo foi se delineando até chegar na Cooperflora e seus passos iniciais para se consolidar como uma cooperativa de referência em circuitos curtos de comercialização, isto é, a Cooperflora nasce nesse cenário político desfavorável para uma parcela da população, com o objetivo de se reinventar em suas formas relacionais e produtivas. Se, por um momento, esses agricultores e agricultoras se organizavam para entregar para o PAA, com a quase extinção do programa, sobretudo meados de 2016, organizam-se para comercializar seus produtos para consumidores urbanos, consumidores estes que de alguma forma rompem com a lógica do sistema capitalista, contribuindo diretamente para o projeto de

reforma agrária. Isto é, na ausência do Estado, a parceria entre o movimento social e sociedade civil, torna-se imprescindível. É a vontade de ser e materializar um projeto de sociedade entre aqueles que são os excluídos. Não por acaso, foi numa sala da EJA que a cooperativa nasceu, no bojo da educação popular, em meio a processos de alfabetização de jovens e adultos.

O trabalho consiste em compreender os passos iniciais da Cooperflora e como ela está inserida nesse projeto político mais amplo de transformação da sociedade, isto é, a cooperativa capilariza questões mais profundas da sociedade, quais sejam, agroecologia e a soberania alimentar como alicerces, também, o diálogo e construção de uma outra forma de consumir e de se relacionar com a população urbana, que leva a um estreitamento da relação campo e cidade. Tal estreitamento é possível, no caso da Cooperflora, também, pela viabilidade de ter assentamentos de reforma agrária próxima às cidades e às grandes regiões metropolitanas.

Assim, o trabalho está fundamentado na pesquisa qualitativa a partir de estudo de caso. Considera-se estudo de caso, segundo Goldenberg (2004, p. 33), não como uma “técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo”. Como “objeto” de pesquisa, a Cooperflora nos permitiu compreender a questão agrária, o camponês sem terra que foi expulso do campo e retorna por meio das lutas sociais pela reforma agrária, ainda, compreender o perfil desse camponês advindos de grandes centros urbanos e esse território da reforma agrária localizados nas proximidades dessas grandes cidades como um elo entre campo e cidade por meio da produção e vendas de alimentos agroecológicos.

Para compreender tais questões em profundidade, a técnica de pesquisa principal utilizada foi a da entrevista, que, de acordo com Cruz Neto (2004, p. 57), não é neutra e procura “obter informes contidos na fala dos atores sociais”, ainda, possui característica específica, segundo o autor, já que pode-se obter dados subjetivos. Neste trabalho, foram feitos dois tipos de entrevista, duas de caráter mais aprofundado, que partiram da modalidade entrevistas semi-estruturadas. Nesta modalidade, partimos de um conjunto de perguntas pré formuladas, no entanto, na condução do processo, optou-se por deixar o informante livre conforme os surgimento dos temas.

No caso das duas primeiras entrevistas supracitadas, a construção narrativa se deu a partir do “aprofundamento da modalidade entrevista” (2004, p. 58), ou seja, procurou-se trazer nas entrevistas, a história de vida das personagens informantes da pesquisa. A escolha das duas entrevistadas se deu a partir do nível de envolvimento e engajamento com a cooperativa. Uma delas é dirigente estadual do MST no Estado de São Paulo e acompanha as formações e transformações políticas do movimento há anos, é uma liderança no assentamento e do MST

na região e, também, no Estado, além de ser idealizadora da Cooperflora. A outra cooperada escolhida, ela e o companheiro são cooperados ativos e estão sempre presentes nas várias etapas de comercialização das cestas agroecológicas, entre reuniões, formações, entrega pela cooperativa no carro da família, contato direto com os consumidores, por esse fato, foi escolhida para a entrevista em profundidade.

De acordo com Cruz Neto (2004, p. 58), a principal função dessa modalidade “é retratar as experiências vivenciadas, bem como as definições fornecidas por pessoas, grupos ou organizações”. Para isso, foram realizadas duas entrevistas com profundidade, "possibilitando um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante" (2004, p. 59). Para o autor, uma das vantagens da história de vida é que:

Permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela, geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análise do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual (CRUZ NETO, 2004, p. 59).

Com intuito de acompanhar o processo de transformação, de vivência em experiência pensada, portanto, duas entrevistas foram realizadas com essa característica de história de vida. Duas mulheres com trajetórias diferentes mas que representam muitas histórias do contexto agrário brasileiro. Para preservar suas identidades, nomes fictícios foram escolhidos para as representarem. E os nomes escolhidos são: Maria, pois, parafraseando a música cantada por Dandara Manoela, “Maria, mulher de luta”, e como luta é sinônimo de sobrevivência, não poderia ser diferente. A Maria, da comuna da Terra Milton Santos, é cooperada da Cooperflora, em seu de meio século de vida, traz em sua trajetória a cara desse Brasil, a fome. Expulsa do campo, embrenhada na cidade, tenta o retorno à terra por meio da reforma agrária por mais de uma vez. Entre barracos, fome, despejos, Maria, que também é mãe e esposa, é assentada e é um pilar importante para a cooperativa. Dona Maria está na linha de frente desse projeto que não é só comercialização de alimentos, e sim, um projeto de vida para o campo e para a cidade. E é por meio de Maria que os caminhos teóricos deste trabalho foram construídos. A outra mulher de luta chamamos aqui de Margarida. Ela é militante assídua do movimento sem terra, agente político da luta pela terra há muitos anos na região de Campinas e no Estado de São Paulo e, também, está na linha de frente da Cooperflora e do MST na região. O nome Margarida foi escolhido em homenagem à paraibana Margarida Alves, assassinada a mando de latifundiários por cobrar direitos trabalhistas para camponeses pelo sindicato rural. Como

liderança, esta representa muitas outras Margaridas, camponesa, sem terra, vinculada a teologia da libertação, direção estadual do MST e insistente em manter vivo o movimento na região de Campinas, Margarida traz em sua trajetória os ricos passos que constituem o MST na região metropolitana de Campinas e suas especificidades de movimento camponês próximo às regiões mais urbanizadas. A história do MST também é a história de Margarida, e é por meio dela, que a pesquisa foi guiada. As entrevistas em profundidade, por meio da história de vida, é parte fundamental do trabalho, e estão presentes em todos os capítulos dessa dissertação, com destaque para os capítulos dois e três.

Foi realizada, ainda, uma terceira entrevista, agora estruturada, com Elisabete, que representa a juventude do campo que faz parte da cooperativa. Seu codinome foi escolhido em homenagem a Elisabete Teixeira, também paraibana e referência histórica da luta pela terra ainda na época das ligas camponesas. A nossa Elisabete, é filha de Margarida, é técnica em gestão empresarial e é um pilar importante para a cooperativa, tendo em vista que faz toda a contabilidade, comunicação com os consumidores, articulação de compras e vendas de produtos processados do MST, entre tantas outras tarefas. Essa entrevista somada a dados de entregas de produtos da cestas geraram o material de análise de vendas dos produtos no ano de 2017 e 2018, considerados substanciais, pois, a experiência de vendas em grupos de consumo ainda era nova aos cooperados e, também, consumidores, isto é, os anos iniciais são vitais para garantir uma continuidade e a própria permanência do projeto das cestas.

As análises desses resultados foram feitas a partir das referências bibliográficas percorridas no trabalho, que são a compreensão do território e a sua multidimensionalidade com o intuito de compreender a Reforma Agrária Popular na prática, isto é, materialização da soberania alimentar e da agroecologia a partir da Cooperflora. Para tanto, se baseou no conceito de soberania alimentar, oriundo da Via Campesina, o conceito de território a partir das contribuições de Raffestin (1993) e Fernandes (2005; 2008; 2010; 2012) e também, como ponto importante de inspiração e reflexão, as contribuições de Josué de Castro (1946) sobre o tema da fome.

Por fim, mas não menos importante, outra ferramenta de coleta de material de pesquisa foi a observação participante, que, de acordo como Cruz Neto (2004, p. 59), é realizada “através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”.

Para que isso fosse possível, tive o privilégio de acompanhar de perto os passos iniciais da Cooperflora como extensionsista e bolsista ATP-A pelo Cnpq, que foi um projeto de extensão promovido pelo edital “MDA/CNPq no 39/2014 – Processo CNPq 472894/2014-15d” – em

parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pesquisadores, professores, técnicos e parceiros da Rede de Agroecologia da Unicamp (RAU). Tal projeto foi desenvolvido e proposto pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (Feagri), intitulado “Transição agroecológica da agricultura familiar na região de Campinas (SP) – a práxis do ensino, pesquisa e extensão na rede de agroecologia da Unicamp. O projeto foi estruturado em diversos eixos de atuação e, entre eles, a questão da comercialização, denominado “Organização e ações coletivas na agricultura familiar para processos de comercialização em circuitos curtos e certificação participativa”. A experiência da cesta camponesa via grupo de consumo foi fruto da meta “Organização e empoderamento de agricultoras e agricultores para comercialização e redes locais de consumo”. Pode-se dizer que o projeto foi um empurrão para algo que já estava em vias de acontecer, pois a Cooperflora nasce com objetivos e estratégias bem sólidas de atuação na região.

Desta maneira, o presente trabalho traz os primeiros passos para uma iniciativa de venda direta aos consumidores urbanos, por meio de acompanhamento de reuniões, formações, realização de diagnósticos participativos, viagem de troca de experiências entre os cooperados da Cooperflora em outro assentamento com a iniciativa similar, entrevistas com assentados, entrevistas e coletas de dados. A sistematização desse processo inicial da Cooperflora compõe o terceiro e último capítulo deste trabalho.

2 CONTRAPONTO AO REGIME DE DESIGUALDADES: EM BUSCA DE UMA SOBERANIA ALIMENTAR

Neste trabalho, acompanhamos o início de uma experiência em circuito curto de comercialização (de produção e distribuição) com base na produção agroecológica de hortaliças, frutas e legumes de um assentamento periurbano do MST, a comuna da terra Milton Santos (Americana-SP). Dentro das diversidades e heterogeneidades do campesinato, da agricultura familiar e dos assentamentos rurais, portanto, nos debruçamos, especificamente, no campesinato sem terra, assentado e sobretudo periurbano, pertencente à região metropolitana da cidade de Campinas. Isto é, nos debruçamos numa expressão do potencial produtivo e de abastecimento da agricultura camponesa. Um dos pontos centrais desse trabalho é o da diversidade do campesinato, mais precisamente relacionado aos sem terras advindos das grandes cidades, e de suas formas de existência, de moradia e de trabalho.

Tal escolha se deu em resposta às demandas contemporâneas, quer dizer, em consonância com processos sociais mais recentes, a emergência de novas formas de comercialização da agricultura camponesa. Os sentidos da alimentação saudável e sustentabilidade ambiental estão em disputa na atual conjuntura. Todavia, sobretudo quando apropriada e repaginada pelo capitalismo, destoam de uma discussão mais ampla e importante que invisibiliza o trabalho de quem produz esse alimento e promove essa sustentabilidade, ainda, não permite a associação, imprescindível, entre tais disputas (alimento saudável e sustentabilidade) e a necessidade de uma maior e urgente distribuição de terras no país. Trazer tal demanda contemporânea a partir do ponto de vista ou do modo de vida camponês sem terra tem como o intuito tentar garantir um sentido social e humano, portanto, político, ausente quando terra e trabalho são excluídos do debate nutricional e ambiental atual.

Importa ressaltar, no entanto, que não pretendeu-se compreender o camponês pelo seu modo de produção baseado em sua economia ou organização da unidade familiar, e sim, o potencial produtivo de abastecimento de alimento desse camponês em “curso” com a terra por meio da sua própria necessidade de cultivar a terra. É o que Chayanov (1966) chamou de racionalidade camponesa e suas características anti capitalistas, na medida em que o lucro do que se é produzido não está em primeiro plano, e sim a importância, primeiramente, em satisfazer as necessidades da família. Logo, é vendido o excedente da produção. Tem muito do que Chayanov observou nos assentamentos de reforma agrária, sobretudo pelas dificuldades encontradas por esses assentados em permanecer na terra devido a limites e complexidade da própria reforma agrária.

Portanto, enquadrar o campesinato fundado na “econominização” destes sujeitos esvazia toda a essência da sua própria condição de existência, e é um fato que historicamente vem se colocando em frente as disputas teóricas e políticas dessa categoria. A luta pela terra, por meio da reforma agrária, coloca em evidência uma classe social em curso no processo de recampesinização ou de retorno à terra, apresenta, ainda, o resgate de valores e princípios estabelecidos pela organização social e territorial conduzidos pelos movimentos, dentre esses valores, como dito, a agroecologia e a soberania alimentar.

De acordo com Marques (2008a), muitos foram os intentos de tirar o uso do “camponês”⁷ do glossário nacional. Há, ainda, os que defendem que no Brasil não existe camponês, dado ao fato que esse conceito é fundado em sociedades da idade média. No entanto, existem especificidades que definem o campesinato brasileiro. Esse “campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista” (MARQUES, 2008b, p. 60).

A autora ainda afirma que o conceito de “camponês” entra em debate nas ciências sociais a partir da década de 1950, devido às “Ligas Camponesas”, a organização política de camponeses nordestinos, criada devido às mudanças da relação de trabalho dada a discrepância do avanço da concentração dos latifundiários. Esse fato é muito importante pois marca temporal e politicamente o uso do conceito camponês enquanto sujeito político do campo.

Nesse sentido, recorre-se a Woortmann (1990), que parte de uma perspectiva de uma “sociedade camponesa” por meio de um maior ou menor nível de campesinidade, conceito proposto pelo autor como forma de “deseconomizar” o camponês e passar a compreendê-lo a partir de seus valores éticos, e que tem como pilar central de organização social a família, a terra e o trabalho. Ou seja, para o autor, a ética camponesa é expressa na campesinidade, em maior ou menor grau de acordo com as trajetórias de determinados grupos e indivíduos.

Em consonância com Woortmann, Marques defende que:

A relação do camponês com a terra, da mesma forma que a sua organização da produção, não obedece a lógica capitalista. Para esse produtor a posse da terra representa o controle sobre o processo de trabalho e as vantagens que daí decorrem, como sua relativa autonomia frente às pressões da economia capitalista. Para ele, a terra é mais do que um meio de produção, ela incorpora o significado do processo de trabalho e sua inscrição no cotidiano familiar (MARQUES, 2005, p. 8634).

⁷ Diz respeito ao debate que a modernização do campo abarcaria todos. Nessa discussão destaca-se Abramovay (1990), ao defender o uso de agricultura familiar. No entanto, Marques (2008) citando Porto e Siqueira (1994) aponta que nas ciências sociais na década de 1970 passa-se a usar o conceito de “pequena produção”, acompanhando, desta forma, uma realidade imposta ao campo no período ditatorial. Tal conceito apresenta-se como caráter operacional, refletindo os efeitos de tal “modernização” imposta (MARQUES, 2008).

Woortmann (1990) argumenta que para pensar a campesinidade é necessário entender que, para o camponês, a terra não é vista como instrumento de trabalho, mas sim como um patrimônio da família, no qual o trabalho é valor ético e constrói os valores familiares. Essa terra não é mercadoria, seja ela um assentamento rural ou não, ela é fruto de muito suor, de coragem, de insistência e de resistência. Concomitante a isso, ela também é morada, antes mesmo de saber se farão parte dela ou não. A qualidade de campesinidade referida por Woortmann é interessante para pensar a complexidade da relação entre rural e urbano ou campo e cidade. Pois, oferece visibilidade a ideia de que é possível encontrar os pilares éticos do campesinato em territórios urbanizados, ao passo que, quando pensamos o território rural, não estamos falando meramente de camponeses, mas de um território, também, ocupado e ressignificado pelo agronegócio, algo caro a essa pesquisa, inclusive. A campesinidade que conecta a terra aos sem terra em movimento, também garante sentido à caminhada sofrida desses camponeses e à luta de classes.

No debate sobre a existência ou não do camponês na sociedade, uma das justificativas para a extinção dessa classe seria que eles integrariam o mercado capitalista (Cf. KAUTSKY, 1986; ABRAMOVAY, 1998; LAMARCHE, 1998). Sendo assim, ou se adaptariam ao mercado, se tornando pequenos empresários do campo, conduzidos pelo princípio da competição, ou estariam fadados a extinção (MARQUES, 2008a). Este fato não dialoga com a realidade, desta maneira concordamos com Shanin (1983) que acredita na manutenção do campesinato e não na extinção deste.

O camponês adentra o mercado capitalista, afinal ele faz parte da sociedade, que é capitalista, e precisa buscar formas de sobrevivência, no entanto, como possui uma base ideológica assentada nos pilares éticos da terra, do trabalho e da família, ainda, por se deparar com a exploração devastadora que o mercado impõe, há incompatibilidades que o direcionam para construções alternativas de desenvolvimento local e em disputas por políticas públicas que assegurem sua própria sobrevivência a partir do que ele produz da terra.

À vista disso, defende-se que há uma territorialidade específica do campesinato sem terra, que se orienta a partir das ocupações e tem por base a reprodução da família e seu determinado modo de vida específico na terra conquistada, é o alicerce das estruturas camponesas em territórios da reforma agrária. A organização política e a mobilização social, o ato de se organizar para ocupar o latifúndio e a relação com a terra constituída por meio da produção do próprio alimento, assegurando a segurança alimentar, apesar das dificuldades, são elementos que constituem essa territorialidade camponesa defendida neste trabalho. Assim como o

ribeirinho é o próprio rio, sem ele não é possível sobreviver, a terra é o próprio camponês, faz parte da sua essência estar e cultivar a terra.

*

E é por meio dessa essência em estar na terra que Maria nos conta a sua trajetória enquanto camponesa sem terra. Em uma típica semana chuvosa de verão no Sudeste fui recebida por dona Maria⁸, assentada da comuna da terra Milton Santos, com um café da manhã. Contactei-a com antecedência pedindo que cedesse um tempo do seu dia para uma entrevista. Devido às intensas chuvas ocorridas naquela semana, me atrasei, pois tive que deixar o carro nas proximidades da pista e descer a pé até sua casa. As estradas do assentamento não estavam para motorista de asfalto, assim, decidi ir a pé até o seu lote. Uma pequena aventura antes das oito da manhã, pois o massapê não estava para os desacordados naquele dia, e entre um escorregão e outro, cheguei à casa de dona Maria pelo fundo, guiada por seu irmão, o qual, por sorte, encontrei no caminho.

A casa de dona Maria fica no fim de uma rua, que ao meu ver, parece ser uma das principais. Apesar da preocupação e concentração com o barro da estrada, que me exigia certa atenção para não escorregar, a paisagem até a casa de dona Maria era cheia de vida, e com as chuvas da estação, tudo estava muito verde e florido.

O dia na roça começa cedo e Maria já tinha acordado fazia tempo, apesar disso, me esperou para tomarmos o café da manhã juntas e me recebeu com um bolo de fubá recém-saído do forno e pronto para ser saboreado junto com uma boa prosa. O fubá, farinha que vem do milho, cultura anual agrícola, é plantado no sudeste na entrada do período das águas, que, atualmente, com sorte ou fé, inicia-se em setembro. No assentamento Milton Santos, o milho é visto a partir de dezembro e é possível colher milho até abril. Mesmo sendo um povo de fé, a chuva tem atrasado cada vez mais, diminuindo a cada ano, segundo relatos, a colheita de quem planta milho no assentamento.

A história de Maria se confunde com tantas outras que se encontram em território sem terra. Teve sua família “expulsa” do campo pelo avanço da monocultura no interior do Paraná, e, aos dez anos, saiu do sítio onde cresceu e seguiu, com sua família, para a cidade de Limeira, interior

⁸ Maria é o codinome escolhido para a camponesa cooperada da Cooperflora. Como dito na metodologia, a entrevista foi realizada em janeiro de 2018 e será citada diretamente como Maria ao longo da dissertação. Na citação direta terá o nome o ano da entrevista.

de São Paulo. A expulsão da família do campo é um dos resultados socioeconômicos das transformações da agricultura na década de 1970, a “modernização dolorosa” (GRAZIANO, 1982). O latifúndio cerca pequenas propriedades, exaurindo-lhes toda força e possibilidade de se manter, até que a migração se torna a única solução para sobreviver.

No caso do Sul do país, ex morada de Maria, tal modernização se iniciou pela “introdução da soja [que] agilizou a mecanização da agricultura, seja no Rio Grande do Sul, com uma lavoura casada com o trigo, que já tinha uma certa tradição, seja no Paraná, como alternativa ao café” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 15). Interessante notar que o Sul do país é o berço do movimento sem terra, e dentre os vários motivos para o surgimento do MST, se destaca essa modernização conservadora do campo (Idem, *Ibidem*), assim como o uso da alta tecnologia que provocam intensos desmatamentos e a transformação da terra, ou o que dela produzimos, em mercadoria para exportação.

A esperança de ter uma vida melhor na cidade, fato que move a migração de muitos camponeses que vivem no Brasil rural, também mobilizou a família de dona Maria à caminho de centros urbanos, movimentação que, mesmo depois de tantos anos, é lembrada por seu pai por meio de seu arrependimento, cita dona Maria: “porque a gente que é acostumado, assim no campo, não acostuma em cidade”.

É sugestivo notar, aqui, hipótese que estamos defendendo neste trabalho, a fluidez entre campo e cidade e a mobilidade do camponês que, aliás, sempre existiu, a exemplo das grandes secas no sertão nordestino forçando a migração da população em busca de elementos básicos para sobrevivência, água e comida. No entanto, a partir da década de 1970 é também resultado de uma “migração forçada”, como a que passou dona Maria e sua família, tendo em vista que os processos de modernização técnica no campo teve como uma de suas faces a expulsão de camponeses da terra, assim como dito. Essa constante mobilidade, contudo, mais ou menos intensas em resposta a processos sociais e contextos temporais, espaciais e históricos diversos, se reflete na heterogeneidade que marca as experiências de vida, de trabalho e as visões de mundo do camponês, que também por meio da circulação, se diversifica.

Dona Maria poderia ser um bom exemplo do que Vergés (2011) chamou de “novo camponês”, que não responde a figura estereotipada do camponês tradicional – “em tese isolado no mundo rural” –, já que dona Maria transitou entre campo, cidade e retorna ao campo, passou parte de sua vida morando na cidade, e esteve, como tantos outros camponeses, nas periferias, isto significa, em movimento. O que não impede o desejo e impulso constante de voltar ao campo, caminho traçado por tantos outros sem terras.

Dona Maria, em sua vida adulta, chega aos sem terra mediada por um fenômeno mundial que afeta muitos dos homens e mulheres, a fome. Josué de Castro já afirmava ([1946] 1963) que se morre de fome de duas formas. A primeira, é por não comer absolutamente nada, definhando até a morte, a segunda, por comer de maneira inadequada, não atingindo os níveis de nutrientes, devido à carência alimentar. Esse regime alimentar deficiente pode levar a estados de doenças, que causam a morte.

Por meio da sua múltipla formação, médico e geógrafo, no seu estudo da fome, Castro faz conexões do funcionamento biológico, no que diz respeito às interferências que tal fenômeno causa, como a subnutrição, e diversos outros fatores, que também constituem tal fenômeno, como o descaso com a saúde pública e também a “deficiência alimentar que a monocultura impõe”, na medida em que o latifúndio gera a fome (CASTRO, [1946] 1963, p. 119). Desacortinar a realidade social e econômica da fome foi objetivo de Josué de Castro que fazia intensas críticas ao modelo econômico predatório, “por trás desta estrutura com aparência de progresso – progresso de fachada – permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome.” (Idem, *Ibidem*, p. 372).

Para o pesquisador, a distribuição de terras e incentivo da produção de produtos alimentícios para distribuição interna era imprescindível para garantir a segurança alimentar em território nacional. Em seu estudo sobre a fome no Brasil, delimita no chamado “mapa das áreas alimentares no Brasil”, cinco grandes áreas divididas em três categorias: (i) área da fome endêmica, caracterizado pela região Amazônica e Nordeste açucareiro; (ii) área de epidemias de fome, que é caso do sertão nordestino, e (iii) área de subnutrição, representado pelo centro oeste e extremo Sul. O mapa alimentar de Castro expõe a multiterritorialidade que o campesinato brasileiro apresenta, tendo em vista, a diversidade material e história de tais atores sociais do campo.

Castro ([1946] 1963) foca, grande parte dos dois volumes de *Geografia da Fome*, em compreender os fenômenos da fome endêmica e as epidemias da fome, localizadas no Norte e Nordeste, deixando poucas páginas para a região Sul, as áreas de subnutrição. Devido ao fato de ser a zona de hegemonia financeira e política do país, há maior desenvolvimento e investimento agrícola e industrial, o que promove solos e climas mais favoráveis à produção.

Outra característica, segundo o autor, se soma ao mosaico de influências das melhores condições das regiões Sul e Sudeste, devido às imigrações de outros países, tais regiões também foram compostas por subáreas de produção, nas quais há variedade de alimentos básicos, assim como diversidade no preparo. A exemplo da influência das colônias japonesas, localizadas nas

proximidades dos centros urbanos em São Paulo, que colaborou na cultura do plantio e consumo de hortaliças nessa área. No entanto, Castro ressalta, mesmo em São Paulo, onde o regime alimentar é mais complexo, os casos de subnutrição eram endêmicos, tendo em vista as condições de classe, já que muitos alimentos são inacessíveis ao proletariado.

A fome que atinge a classe trabalhadora nas cidades no Sudeste não é a fome que define as “entranhas” até a morte por inanição, mas a fome que causa carências de elementos essenciais para manter uma boa saúde. Essa fome, que mata aos poucos e enche os hospitais, assim como a que causa morte por inanição, é a fome de “classe”, na medida em que se alimentar é uma questão de classe, por isso se torna tão revolucionário criar alternativas de popularizar o alimento e a alimentação saudável (CASTRO, 1946).

Foi essa fome que atingiu Maria e sua família. É devido à necessidade de se alimentar daquilo que mata a fome que Maria narra a situação que passara e a qual a levaria definitivamente a se juntar aos sem terras, assim como à luta pela reforma agrária:

[...] vou comprar um frango pra fazer, pelo menos no domingo, porque eu comia carne uma vez no mês, e olha, ainda, que a gente comia. Aí o dinheiro não deu pra comprar e eu falei assim, então eu vou pegar um pezinho de alface pra comprar, nem alface deu, só vim com o básico, com arroz, com o feijão, com o óleo e o sal, que deu pra comprar. Aquilo eu entrei em desespero dentro do supermercado, e aí foi onde que eu peguei a moça que estava lá no caixa, falei pra ela assim, ela ficou sem entender, ela parou e ficou me escutando, falei assim, ‘não dá pra viver aqui, pra mim, no meu caso, viver aqui na cidade não dá, aqui a gente passa é fome, que a gente tem o arroz e o feijão que é o básico, e a gente vai comer isso?’, mas eu falei assim “mas não é nutriente tanto assim, eu gosto de comer uma carne, gosto de comer outras coisas, um legume’, eu falei assim, ‘quer saber de uma coisa moça, eu vou embora pro sem terra, lá no sem terra eu vou viver bem’, ela falou assim, ‘como?’ ‘eu vou embora pro sem terra’, lá eu vou ter o meu açougue, lá eu vou ter a minha horta, vou ter tudo’ (MARIA, 2018).

Reitera-se aqui a fala de Castro ([1946] 1963), o latifúndio gera fome. Dona Maria e família se arriscam a enfrentar o inimigo histórico da classe trabalhadora no Brasil, o latifúndio. Segundo Porto-Gonçalves (2012), este é um dos objetivos centrais do MST na luta pela reforma agrária, é a luta contra o latifúndio que sustenta uma estrutura de poder provedora de desigualdades sociais no campo e na cidade.

Com três filhos, Maria e seu companheiro, na labuta para manter uma casa na cidade e as barrigas cheias, decidem ir embora com os sem terras nas proximidades da cidade de Limeira-SP e ter, finalmente, um pedaço de terra para constituir suas moradas e reproduzir seus modos de vida na constituição e dinâmica da roça: “[...] pra nós não foi dificuldade morar aqui e vim

pros sem terra, de jeito nenhum, até que, eu falo assim, que quando eu morei no barraquinho, foi o melhor momento da minha vida, eu nunca vou esquecer disso” (MARIA, 2018).

2.1 O latifúndio gera fome: da dominação dos sistemas agroalimentares às disputas em torno da segurança e soberania alimentar

Para Josué de Castro a fome é tida como um tabu, visto que é uma palavra quase impronunciável, como se falar sobre ela fosse atraí-la para a própria vida. No entanto, estudos importantes de Castro (1947, 1966) não deixaram de afirmar: a fome é uma questão de classe. Uns se alimentam menos, enquanto outros mais ou adequadamente, tanto em quantidade, quanto em qualidade de determinados alimentos que são essenciais para o equilíbrio nutricional. Todavia, é importante entendermos que essa má distribuição do alimento não acontece por causa de um mal funcionamento de um sistema, como se ela fosse resultado ou consequência de uma determinada desordem. Ao contrário, e como nos ensina Castro, o antagonista do alimento, a fome, pode ser explicada pelo imperialismo econômico e pelo comércio internacional, tendo em vista que podemos entender a fome como uma expressão do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Isto é, a fome é resultado do próprio funcionamento das estruturas que organizam desigualmente a sociedade.

Para pensar a *geografia da fome* atual, ou a geopolítica da fome, é necessário acompanhar, em primeiro lugar, a dominação dos sistemas agroalimentares historicamente, isto é, é necessário entender como o alimento ou a produção do alimento, sob a égide do sistema capitalista global, torna-se um dos pilares de sustentação do próprio capitalismo, tendo em vista que é por meio da produção do alimento, transformado em *commodities*, que se dá, permanentemente, uma das formas de acumulação do capital. Como qualquer *pilar de sustentação*, portanto, não é possível pensar a rede global de produção e circulação do alimento apenas em sua dimensão material, é necessário, ainda, pensar na sua dimensão discursiva, que é aquela capaz de transformar o poder e o domínio do capital em algo que é também produtivo e não apenas coercitivo.

As atuais corporações multinacionais de produção de insumos e tecnologias agrícolas, por exemplo, como é o caso da Bayer, utilizam no nível do discurso - no mínimo por ironia, quiçá por perversidade - a questão norteadora “como alimentar as pessoas em escala mundial? Ou ainda, o que comeremos em 2050?” - para justificar as práticas predatórias dos pacotes tecnológicos, que estimulam a produção de *commodities* e não de alimento, ao mesmo tempo em que provocam intensos impactos ambientais, sociais e culturais. Tal construção política, só

confirmam a tese de Josué de Castro de que a fome é uma questão de classe, pior, contribuem para que a fome permaneça como uma questão de classe (ainda que utilizem um discurso contrário), tais corporações criam a demanda e a oferta ao mesmo tempo: mantendo agricultores reféns de suas sementes modificadas geneticamente para cada necessidade específica e de seus insumos químicos para que tais sementes germinem e produzam. E ao fazerem isso, ofuscam a contradição constitutiva da geografia da fome atual: enquanto uma parcela da população morre de fome, os portos continuam a exportar toneladas de alimentos.

A Bayer está envolvida em uma grande fusão de corporações, desembolsou US\$ 63 bilhões da então famosa americana Monsanto e transformou-se na maior corporação agrícola do mundo (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018). Não foi possível observar, todavia, os índices de fome mundiais diminuir proporcionalmente ao seu faturamento e ao seu domínio de um terço do mercado global de sementes e um quarto do mercado global de agrotóxicos⁹. Somando com as duas outras fusões, das norte americanas DuPont e Dow e a ChemChina, que comprou recentemente a empresa Suiça Syngenta, estima-se que 60% da cadeia de sementes e insumos químicos sejam dominados mundialmente por essas três grandes corporações (CASTILHO *et.al*, 2018).

Para entender, portanto, esse grande paradoxo, qual seja, por que mais de 820 milhões de pessoas no mundo ainda passam fome hoje (FAO, 2019)¹⁰, enquanto esse mesmo planeta possui uma capacidade produtiva agrícola suficiente para alimentar toda a humanidade, iremos

⁹ Se fosse possível observar a diminuição da fome, todavia, seria a que custo? Os impactos na saúde e no ambiente no uso dos “pacotes tecnológicos” dessas grandes corporações são inomináveis. Aproveitamos essas linhas para socializar uma experiência vivida em um contexto de trabalho, onde estava em visita de campo em uma sala da Educação de Jovens e Adultos e um dos alunos nos contou que estava trabalhando em uma grande plantação de abacaxis (no Rio Grande do Norte) e, em um mês de trabalho, começou a ter sintomas do efeito do uso do veneno - a função dele na plantação era aplicar veneno nas ervas daninhas que crescem ao redor dos abacaxis. Segundo o relato, começou a cair o cabelo e ter sintomas de fraqueza no corpo. Para ele, isso foi suficiente para deixar esse trabalho, no entanto, sabe que poucas são as opções de trabalho assalariado para os que vivem no campo, isto é, o camponês é subalterno a esse modelo.

¹⁰ “A fome está aumentando em quase todas as sub-regiões da África, a região com a maior prevalência de desnutrição, quase 20%. Também está aumentando lentamente na América Latina e no Caribe, embora a prevalência lá ainda seja inferior a 7%. Na Ásia, onde a desnutrição afeta 11 por cento da população, o sul, embora tenha visto um grande progresso nos últimos cinco anos, ainda é a sub-região com a maior prevalência de desnutrição, com quase 15 por cento, seguida pela Ásia Ocidental com mais de 12 por cento, onde a situação está piorando” (FAO, 2019, P. 3). As estimativas revelam “que um total de cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo vivenciam algum nível de insegurança alimentar, inclusive moderada. Pessoas com insegurança alimentar moderada podem não necessariamente sofrer de fome, mas não têm acesso regular a alimentos nutritivos e suficientes, o que as coloca em maior risco de várias formas de desnutrição e problemas de saúde (...) Este novo indicador também revela que mesmo em países de alta renda, porções consideráveis da população não têm acesso regular a alimentos nutritivos e suficientes; Estima-se que 8 por cento da população da América do Norte e da Europa tenha insegurança alimentar, principalmente em níveis moderados. Em todos os continentes, a prevalência de insegurança alimentar é ligeiramente maior entre as mulheres do que entre os homens, com as maiores diferenças encontradas na América Latina” (Idem, Ibidem). Para maiores informações cf. FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2019. The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Safeguarding against economic slowdowns and downturns. Rome, FAO.

problematizar, na primeira parte deste capítulo, as tensões entre os regimes alimentares mundiais com as discussões e disputas em torno da ideia de segurança e soberania alimentar. Para em seguida, acompanhar como o Estado e suas instituições se inserem na geopolítica da fome e do alimento, entre às pressões das classes dominantes - aquelas que detém o monopólio da exploração e concentram o excedente produtivo -, e a auto organização do campesinato (com foco no Movimento dos Sem Terra - MST), que disputa a transformação das lutas cotidianas do campesinato, tal e qual aquelas narradas na trajetória de Maria, expostas no começo deste capítulo, em problemas público, isto é, que precisam ser enfrentados pelo Estado e pela sociedade.

Entre classes dominantes, movimentos sociais e sociedade civil, acompanharemos, ainda neste capítulo, alguns processos de institucionalização de políticas públicas direcionadas às segurança/soberania alimentar e agricultura familiar, e os desafios que o campesinato precisa enfrentar, sobretudo quando essas tentativas de institucionalização sofrem grandes ameaças de desmantelamentos, processo que estamos vivendo intensamente em meio a pandemia, mas que se inicia nos anos 2017, pós golpe parlamentar, institucional e civil de 2016.

2.1.1 Os três regimes alimentares

De acordo com o relatório da Oxfam (2013), o grande complexo agroalimentar no qual estamos inseridos, onde apenas dez empresas controlam grande parte dos produtos que compõem o supermercado, vem modificando, ao longo do tempo, regimes alimentares em diferentes escalas, seja regional, nacional e mundial. Os altos investimentos em tecnologias para conservação de determinados produtos pela pasteurização, conservas, investimento em logística, iniciados no século XIX, possibilitaram que grandes corporações dominassem a cadeia da produção, processamento e distribuição em grande escala.

Um terço da população mundial depende da agricultura de pequena escala para sobreviver. Embora a agricultura produza hoje alimentos mais do que suficientes para todos, um terço desta produção é desperdiçado, mais de 1,4 bilhões de pessoas estão acima do peso e quase 900 milhões vão dormir com fome todas as noites (OXFAM, 2013, p. 2).

Parte dessa população, entre os *roll* dos esfomeados, segundo o relatório citado acima, são advindas do campo, assalariados da agricultura em grande escala, agricultores familiares, agricultores de pequena escala e trabalhadores rurais, os mesmos que fornecem alimentos ricos em nutrientes para quase três bilhões de pessoas no mundo (Idem, *ibidem*).

No intuito de compreender melhor esse sistema hostil da produção de alimento no capitalismo, Mc. Michael (2016), em seu estudo sobre as teorias dos regimes alimentares, elabora como eixo estruturante de sua análise o entendimento do alimento como elemento de poder no capitalismo em seu processo histórico. Além das bases agrárias das relações de poder, estão envolvidos, na teoria dos regimes alimentares, a disputa por modelos de desenvolvimentos, servindo de ajuste estrutural do capitalismo, da colônia às grandes corporações. Nesse sentido, por meio das grandes potências, o capitalismo se utiliza do alimento como uma ferramenta de controle, colocando a comida no pilar econômico e não como elemento estruturante e vital na vida humana (MC. MICHAEL, 2016). Além de toda a influência que essas grandes potências causam no que diz respeito a danos ambientais, culturais, sociais, entre tantas (COCA, 2016).

A teoria dos regimes alimentares (MC. MICHAEL, 2016) se faz importante para compreender os períodos históricos e o domínio de países desenvolvidos no reflexo da alimentação mundial. Nesta teoria é argumentado que os regimes alimentares, marcam o sistema agroalimentar em três períodos¹¹:

(i) o primeiro regime é marcado historicamente pela Revolução Industrial. É o momento em que a Europa, em destaque a Inglaterra, é abastecida por suas colônias, exportadoras de bens primários, sobretudo a carne e o trigo. Nesse período inicia o livre comércio, proposto pela Inglaterra, com o intuito de garantir que as mercadorias produzidas nas colônias fossem comercializadas para além do país colonizador. Ou seja, o primeiro Regime está relacionado às exportações de matéria prima advindas das colônias e marca o período de concretização do capitalismo, ainda em expansão.

(ii) O segundo Regime, talvez o mais conhecido, é definido pela Revolução Verde e a intensa participação dos Estados Unidos na condução mundial da execução do projeto que virá a ser o agronegócio (MC. MICHAEL, 2016). Com o fim das guerras, as tecnologias usadas a serviço da destruição em um curto período de tempo, tornam-se ociosas e, portanto, são direcionadas para a produção agropecuária. O nitrogênio, os nitratos, usados como explosivos nas guerras, transformam-se em fertilizantes industrializados para a agricultura moderna. Em um movimento análogo ao do primeiro regime alimentar, no qual os fortalecimentos dos centros hegemônicos de produção e do próprio capitalismo dependem da exploração das colônias e ex-

¹¹ Sobre as discussões dos regimes alimentares proposta por MCMICHAEL, o autor argumenta que para além dos três regimes discutidos por ele em 2016, sendo o terceiro o corporativo, a partir de 2019 seria necessário pensar a ideia de um quarto regime, baseado nas novas estratégias da China. Para maiores informações cf. MCMICHAEL. Does China's 'going out' strategy prefigure a new food regime? **The Journal of Peasant Studies**. V. 47, n. 1, 2020.

colônias. A Revolução Verde se concretiza na modernização agrícola dos países agroexportadores, que passam a adotar as tecnologias internacionais de tal revolução em suas produções. Dos latifúndios às terras do agronegócio, da Revolução Verde à modernização agrícola das ex-colônias, os “pacotes tecnológicos” reafirmam a divisão internacional do trabalho colocada pelo primeiro Regime. A Revolução Verde foi responsável, portanto, pela mecanização a baixo custo de manejo (tecnologias de plantio, irrigação, colheita e gerenciamento de produção) e pelo “melhoramento vegetal”, que significa o uso de organismos modificados (transgênicos), de sementes modificadas (híbridas), de fertilizantes químicos e de agrotóxicos. Com as justificativas de “acabar com a fome mundial” e devido ao aumento da produtividade causada pela Revolução Verde, “os pacotes tecnológicos”, que tem como principal produtor os Estados Unidos, entram nos países exportadores de *commodities*, como o Brasil, subsidiados pelos governos (dos conservadores aos mais progressistas). As instituições de pesquisa e assistência, por sua vez, e a nível mundial, são financiadas (por esferas públicas e privadas) para servir aos interesses do grande produtor agropecuário.

Este segundo regime alimentar, portanto, que inicia na década de 1950 e vai até meados dos anos 1980, culminou no fenômeno mundial do êxodo rural; no aumento da dependência dos países agroexportadores dos grandes centros de produção; do aumento da desigualdade, sobretudo nos países mais pobres (visto que solidifica e intensifica as grandes propriedades nas mãos de cada vez menos proprietários); além de ter sido (ainda é) responsável pelo desmatamento em escalas cada vez mais sem precedentes.

Importa destacar, ainda, que esse regime alimentar é muito mais responsável pelo aumento da fome (ou desnutrição) em escala mundial, do que pela sua erradicação. O regime corporativo não produz alimentos, apenas visa o lucro pela produção e exportação de *commodities*, transformando o campo em “desertos verdes”.

(iii) Por fim, o último e atual regime alimentar, já na esfera do neoliberalismo no início dos anos 1990, é o das grandes corporações, que dominam todo processo produtivo em múltiplas escalas (MC. MICHAEL, 2016).

Tendo em vista o projeto de regime alimentar, que é “o modo como a cadeia alimentar interliga e transforma as diversas culturas mundiais por meio da mercantilização” (MC. MICHAEL, 2016 p. 13), podemos dizer que estamos vivendo profundamente o terceiro regime proposto, o regime alimentar corporativo. Nesse regime, há a mudança do papel do Estado no projeto de desenvolvimento, o que até então era “Estados regem mercados”, atualmente, com o regime corporativo, “os Estados servem a mercados”, e está relacionado ao processo de financeirização. Segundo Coca (2019), há, então, uma redução do Estado-Nação, criando uma

relação de dependência e submissão ao poder corporativo. Relação Estado-Corporação que pode ser observado em condutas, tais como diminuição das cargas tributárias para setores da economia considerados estratégicos, a exemplo do agronegócio brasileiro, por meio de financiamento público para o setor privado.

Um exemplo brasileiro de como essa relação tem se estabelecido, segundo a publicação recente do relatório Abrasco (2020), “Uma política de incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável”, a lamentável política de incentivo fiscal é direcionada aos grandes empresários do agronegócio para acessar insumos químicos altamente tóxicos. O Estado é o provedor de tal benefício, desse incentivo fiscal, que ocorre por meio da redução e até mesmo a isenção dos seus impostos, tais como ICMS, IPI, Contribuições Sociais (Cofins e PIS/PASEP) e o imposto de importações. O que é mais perverso em tal medida protetiva aos “grandes” é, novamente, a justificativa do aumento da produtividade e a redução dos valores dos alimentos. No entanto, os autores do relatório dão ênfase na incoerência de tal justificativa, pois não são considerados os danos à saúde e a degradação ambiental que esses incentivos provocam. Esses subsídios do Estado em relação ao agronegócio, não se dá apenas pela facilitação ao uso de agroquímicos, mas também, via compras de equipamentos para pulverização, tais como a compra de aviões e maquinários. Ainda, por meio de política pública, como a modalidade custeio da produção do Pronaf, o qual projetos devem contar com o uso de agrotóxicos, condicionando-os para a análise de acesso ao crédito.

Há de se notar que, apesar de estarmos vivendo o terceiro regime alimentar, sob égide das fusões das grandes corporações, ainda se valem de discursos que estão presentes em todos outros regimes, como a alta produção de alimento em quantidade suficiente para alimentar o mundo.

O regime corporativo dita o ritmo da globalização dos sistemas agroalimentares. E tem capilarizado o alimento altamente industrializado nas mais diversas populações e classes sociais em nível mundial. De acordo com o Atlas do Agronegócio (2018), o auge das fusões bilionárias ocorre no pós crise, em 2010, a exemplo do acordo bilionário entre a fabricante de Ketchup, Heinz e seu concorrente Kraft, o que resultou na Kraft Heinz Company, se tornando a sexta maior empresa de alimentos do mundo. Em termos nacionais, temos a tão conhecida Unilever, que em 2017 comprou uma das principais marcas brasileiras referente a produtos naturais e orgânicos, a Mãe Terra. O que mostra uma preocupação de grandes corporações em aderir às tendências atuais de consumo (CASTILHO *et.al*, 2018).

Ainda de acordo com a publicação supracitada, no Brasil, é possível observar com clareza a concentração de fabricantes de alimentos a partir do consumo de uma unidade familiar. Entre

os alimentos consumidos por tais unidades familiares, 60% e 70% destes são produzidos por apenas dez grandes empresas, entre elas, a Unilever, Nestlé, Procter & Gamble, Kraft e Coca-Cola. No entanto, o mercado mundial de alimentos processados não é tão forte quanto o mercado de matérias-primas agrícolas, sementes e agrotóxicos, devido à grande quantidade de produtores regionais. O que pode-se concluir que toda resistência camponesa tem obtido resultados, apesar da discrepância entre poderes e investimentos (CASTILHO *et.al*, 2018).

2.2 Entre a segurança alimentar e a soberania alimentar

À contrapelo dos regimes alimentares e com o intuito de garantir, de fato, o fim da fome e de uma melhor política de produção, distribuição e consumo de alimentos, que preze (ou disputem os sentidos) dos equilíbrios ecológicos, sanitários e sociais, duas formulações foram ganhando corpo, as vezes se aproximando, outras se distanciando uma da outra, ainda, em alguns momentos, confundindo-se e se misturando: estamos falando aqui de *segurança alimentar* e *soberania alimentar*. A primeira, em certa medida, mais conservadora (no sentido de menos “perigosa” à manutenção do *status quo*), é germinada, sobretudo, entre o Estado e suas instituições, como por exemplo, a própria universidade, mais precisamente, a ciência acadêmica. Quando falamos em mais conservadora, a ideia não é defender que tal concepção não seja boa e interessante, e nem que não tenha sido formulada e discutida com boas intenções, mas de entendermos que, quando pensamos os atores que mobilizam tal conceito, entre Estado e ciência acadêmica, por exemplo, a promoção da segurança alimentar associa-se às buscas de reformar determinada ordem, mas não necessariamente modificá-la no campo das estruturas.

Quando pensamos em Estado, por exemplo, é necessário lembrarmos que este, por mais que esteja sendo ocupado por governos mais progressistas, são muito influenciados pela classe dominante, que além de produzir o monopólio da exploração e concentrarem os lucros e excedentes produtivos, como já dito, também possuem hegemonia sobre a sociedade e Estado, tendo em vista, como exposto pela célebre frase de Marx e Engels, em a *A ideologia alemã*, “as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes (2007, p. 47). Visto que os pacotes tecnológicos desenvolvidos no segundo regime alimentar e já citados, continuam sendo subsidiados pelos governos e estudados por vertentes de pesquisa científicas. Assim como um dos maiores latifúndios de comunicação, o grupo Globo, cotidianamente faz a campanha “ O Agro é pop, o Agro é Tech, o Agro é tudo”. Então, quando consideramos segurança alimentar, sobretudo sob a égide do Estado, nos deparamos com alguns limites

quando pensamos em transformações mais estruturantes e, a depender de quais governos ocupam esse Estado, este que detém os monopólios da força, da educação etc.

A concepção de soberania alimentar, por outro lado, nasce da própria auto organização dos movimentos camponeses, no bojo da Via Campesina, uma rede de movimentos camponeses interessados na transformação de problemas, tendo em vista que estes entendem que a única forma de transformar o sistema que produz a fome é quebrá-lo, isto é, modificá-lo verdadeiramente em sua estrutura.

Apesar das disputas em torno das ideias de segurança ou soberania alimentar, e dos autores políticos, sociais e coletivos que disputam tais conceitos e políticas entre segurança e soberania alimentar, é possível visualizarmos uma ruptura com os regimes de dominação dos sistemas agroalimentares. E é entre as aproximações, distanciamentos, misturas e disputas em torno das concepções de segurança e soberania alimentar, que iremos acompanhar o combate à fome, às desigualdades sócio-econômicas e às lutas por distribuição de terras, promovidos e disputados entre os movimentos sociais - o foco aqui é o MST - o Estado e a sociedade civil.

Ora sustentando a ideia de que tal tipo de produção pretende acabar com a fome mundial, ora negando que a fome seja resultado da insuficiência de produção do alimento, um conceito tem sido construído e disputado ao longo dos anos: segurança alimentar. Se em algum momento de sua construção histórica, o conceito de segurança alimentar se nutria pelos princípios de que é pela insuficiência da produção de alimento que existe fome no mundo (discurso que continua sendo utilizado, como dito, pelas grandes corporações capitalistas de produção de insumos e tecnologias agrícolas, por isso, inclusive, a construção pelos movimentos sociais do uso de soberania alimentar), do outro lado da trincheira, a defesa da segurança alimentar assegura que a fome é resultado da desigualdade social. Aqui defende, tal e qual sustentava Josué de Castro: a fome é uma questão de classe.

Segundo Leão (2013), o conceito de segurança alimentar cria notoriedade durante a primeira guerra mundial na Europa, devido às preocupações dos países em garantir a segurança nacional por meio da produção dos seus próprios alimentos, evitando a vulnerabilidade política e a dependência externa. No entanto, é no pós segunda guerra mundial, que a segurança alimentar aparece oficialmente na agenda internacional e, é neste momento, em que a leitura da fome é a de que há uma produção insuficiente de alimentos. Há, em meio a destruição causada pelas sucessivas guerras, uma base material para afirmar que a fome é resultado da falta de produção de alimento, visto que grande parte da produção capitalista mundial muniam, em grande proporções, as indústrias bélicas. Mas há, também, pós segunda guerra, uma estratégia do capital (portanto política) na associação entre segurança alimentar e falta de produção: o que

fazer com aquela alta tecnologia usada, nos últimos anos, na produção bélica? O que fazer com o excedente de nitrogênio que, na guerra, era usado para a produção de explosivos? Em meio aos despojos da guerra e a necessidade de acúmulo de capital, isto é, em meio às cinzas dos explosivos e pólvoras surge a Revolução Verde. Como dito anteriormente, o excedente de nitrogênio vira fertilizantes nitrogenados para agricultura e a mecanização dos campos impõe “a modernização agrícola”. É nesse período pós guerra, em 1945, que foi criada a Organização das Nações Unidas e, em seu bojo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Mesmo considerando alimentação como um dos direitos humanos fundamentais e básico dos seres humanos (VALENTE, 2002 *apud* RIGON; BÓGUS, 2015), vários teóricos irão associar a questão da segurança alimentar à insuficiência de produção e, dessa forma, irão amparar a modernização agrícola nos países periféricos em 1970, que, na divisão internacional do trabalho, são fornecedores de matérias primas e de alimento aos países hegemônicos e industrializados. A modernização agrícola nos países agroexportadores, portanto, é feita na esteira da ideia que era necessário aumentar a produtividade para abastecer a população mundial (RIGON; BÓGUS, 2015). Apesar dos mais de cinquenta anos passados dessa concepção de segurança alimentar, e toda a experiência em destruição ambiental, êxodo rural, envenenamento por agrotóxicos de rios, solos e seres humanos, tal associação entre segurança alimentar e produtividade é defendida até os dias de hoje, vide o discurso das grandes corporações citado anteriormente e na prática do Estado materializado em políticas compensatórias.

O contrapelo dessa compreensão, isto é, a ideia da insegurança alimentar associada à grande concentração de terra, à modernização agrícola, às desigualdades sociais, ao desemprego, às condições precárias de vida de uma parcela da sociedade, e ao desequilíbrio ambiental é reconhecido apenas no final da década de 1980. À vista da disputa em torno do termo, portanto, há a necessidade em aprofundar tal conceito, questionando aspectos nutricionais relacionados à alimentação (MALUF *apud* RIGON e BÓGUS, 2015), ainda, questionar sua associação à insuficiência de produção do alimento. Será que a segurança alimentar não estaria mais relacionada à desigualdade de produção e distribuição do alimento? E de qual alimento estamos falando?

Em contraponto a esse regime de desigualdades, milhares de camponeses que integram a Via Campesina - maior movimento social organizado em escala mundial – criou um projeto político, construído coletivamente entre movimentos camponeses de diversos países, denominado soberania alimentar, que implica mudanças profundas nos regimes alimentares locais de cada país.

Tal projeto foi oficialmente apresentado à FAO, em 1996. No entanto, o que precede a apresentação oficial da proposta, é uma grande organização para que seja possível enfrentar os desafios impostos aos movimentos populares que compõem a Via Campesina. Assim, apesar de datar de 1996 a apresentação de tal projeto, o tema estava sendo elaborado muito antes pela base dos movimentos. A soberania alimentar tem em vista que os alimentos básicos dos povos são um direito, respeitando assim a diversidade, cultura, o território e o direito de conduzir seu próprio sistema agroalimentar conforme suas necessidades e características locais, culturais, e não conduzidos pelo mercado, que é o caso do agronegócio, nossa herança latifundiária (ZANOTTO, 2017).

A exemplo de como essa dominação opera em áreas da reforma agrária no Brasil, além de toda a violência contida nesse modelo, por fazendeiros, empresários, políticos e capangas, é comum ver assentamentos os quais a principal fonte de renda do assentado é a produção de alguma *commodity*, mesmo estando estes completamente às margens da produção capitalista. É a subordinação da agricultura camponesa ao agronegócio, ou seja, “ele é subalterno a este modelo de desenvolvimento, pelo fato de não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital” (FERNANDES; WELCH, 2008, p.187).

Por isso se adere ao conceito de soberania alimentar como um grande arcabouço que se capilariza nas mais variadas lutas do campesinato. O primeiro lema declarado pela Via Campesina foi “Pelo direito de produzir e pelo direito à terra” -“Soberania alimentar: um futuro sem fome”. Isto é, uma proposta de enfrentamento às corporações que globalizam a fome e a miséria pela dominação de toda a cadeia produtiva (ZANOTTO, 2017).

A ideia de soberania alimentar é originada a partir da luta de classes e vai além do que é proposto pelo conceito de segurança alimentar, pois implica uma mudança mais profunda nas formas de produção e distribuição de alimentos. Desta maneira, visa assegurar que o direito à alimentação adequada seja pautada em uma concepção de soberania nacional, e não nas dependências das grandes multinacionais e corporações. Para Stédile e Carvalho (2015) a soberania alimentar é:

[...] o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, para garantir que, em cada local, se produzam os alimentos necessários para sobrevivência da população que ali vive. Esse conceito revela uma política pública mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que o povo, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, deve ter condições, recursos e apoios necessários para produzir seus próprios alimentos. Parte-se do princípio de que, em todas regiões do planeta, por mais diferentes e inóspitas que sejam, há condições de produzir os alimentos adequados para a população que ali vive. Portanto as políticas públicas, dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população, em

geral, devem ser direcionadas para garantir os recursos e condições técnicas necessárias para alcançar essa condição, de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessita em seu próprio território. (STÉDILE; CARVALHO, 2015, p. 37).

O mais recente programa agrário do MST, mais conhecido como “Reforma Agrária Popular”¹², foi lançado no último encontro nacional do movimento em 2014 e traz a soberania alimentar como eixo estruturante que capilariza para diversas ações. De acordo com o movimento, no que diz respeito à organização da produção agrícola, seria necessário “priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicas” (MST, 2014, p.42). Ou seja, garantir a produção agroecológica desses alimentos assim como ter o controle de qual semente será utilizada nesse processo produtivo e, como citado acima por Stédile e Carvalho (2015), há a necessidade de políticas públicas voltadas para esse propósito. É fundamental ter intencionalidade para mexer na estrutura.

Não podemos deixar passar outro movimento social que corrobora muito no avanço dos debates acerca da soberania alimentar, que é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O MPA possui um programa agrário, lançado em 2012, intitulado Plano Camponês. O Plano Camponês reforça a importância dos países determinarem suas próprias políticas alimentares. Como falado anteriormente, sobre os regimes alimentares e a dominação de grandes corporações na cadeia da produção de alimentos pelo terceiro regime neoliberal, enfraquecendo, assim, o Estado. Ou seja, o que abre margem para uma grande relação de dependência no que diz respeito a toda a cadeia de produção, comercialização, insumos, distribuição, acesso à terra, água, entre outros. O Plano Camponês, além da soberania alimentar, é incisivo em pautar a soberania de grandes setores produtivos, como a soberania hídrica, no que diz respeito ao acesso e uso da água, assim como soberania mineral e energética. Desta maneira, a proposta do Plano Camponês não mede esforços em propor caminhos para um desenvolvimento pleno do campo brasileiro.

De qualquer maneira, para a Via Campesina e os movimentos que a compõem, tais como MST e MPA, a soberania alimentar é a alternativa ao agronegócio. É o grande alicerce que estrutura o projeto político que contém estratégias como a agroecologia, o desenvolvimento territorial local, a conservação das sementes livres de transgenia, a questão de gênero, a juventude, a biodiversidade e o meio ambiente.

¹² Será aprofundado mais adiante.

O caminho para se alcançar a soberania alimentar e a segurança alimentar, depende de uma transformação social mais ampla da sociedade, enquanto o destino do sistema agroalimentar for determinado pela bolsa de valores, a produção e a distribuição deste para todas as camadas sociais estará ameaçada. As esferas políticas da sociedade, em nível federal, governamental e municipal têm a responsabilidade de garantir a segurança alimentar da população e, assim como citado acima, criar condições necessárias para que essa produção exista, no entanto, essa incumbência não é vista e muito menos prioritária nos projetos políticos.

2.3 Soberania e segurança alimentar e nutricional: do Estado às iniciativas da sociedade civil (e vice e versa)

Em 2006, o Ministério da Saúde fundamentou a elaboração do Primeiro Guia Alimentar para a População Brasileira – promovendo e estimulando a alimentação saudável (BRASIL, 2014). E está associado aos propósitos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Essa primeira edição, além de trazer pesquisas que associam a alimentação à doenças, tais como, hipertensão, câncer, diabetes, também abordam questões relacionadas às doenças infecciosas e doenças relacionadas às deficiências nutricionais (a fome oculta), prioridades de saúde pública. Sendo assim, o Guia é um marco importante que associa a alimentação inadequada às doenças que inflam os corredores do SUS. Logo, com o acesso a alimentos mais saudáveis e mudanças de hábitos alimentares, seria possível evitar determinadas doenças. Outro item que compõe o material é referente a rotulagem, orienta como escolher o produto mais saudável por meio da interpretação dos rótulos. Como dito anteriormente, as políticas que visam a SAN são de caráter intersetorial, isto é, diálogos entre secretarias (saúde, agricultura, educação, etc.) são necessários para alcançar esse propósito.

Já no ano de 2014, a segunda edição do Guia Alimentar foi lançada e teve como orientação o conceito de alimentação adequada e saudável, enquanto elemento central nas ações propostas pelo Guia para, então, alcançar tal objetivo. Essa atualização se deu no âmbito do Plano Plurianual e do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto uma das metas desses planos relativos aos períodos de 2012 a 2015.

O Guia Alimentar para a População Brasileira apresenta uma série de informações sobre alimentação e recomendações, e têm como objetivo promover a saúde de pessoas, famílias e comunidades da sociedade brasileira. Dentre essas recomendações, encontra-se: a associação da alimentação saudável à saúde; a importância da origem dos alimentos e a produção do alimento associada a práticas ambientalmente equilibradas e sustentáveis - para isso, a

importância da agricultura camponesa enquanto mantenedores deste projeto político de se alimentar adequadamente. A agroecologia também aparece no Guia enquanto eixo importante dessa transformação social. Ou seja, recomendações que orientem a população a consumir mais produtos *in natura* da agricultura camponesa e que tem como base a agroecologia. Buscando assim, uma alimentação mais livre de venenos e conservantes e que fortaleça os mercados locais (BRASIL, 2014).

No que diz respeito às orientações pode-se citar:

Procure fazer compras de alimentos em mercados, feiras livres e feiras de produtores de alimentos *in natura* ou minimamente processados, dando preferência a alimentos orgânicos da agroecologia familiar. Participe de grupos de compras de alimentos orgânicos adquiridos diretamente de produtores e da organização de hortas comunitárias. Evite fazer compras em locais que só vendem alimentos ultraprocessados (BRASIL, 2014, p. 122).

Além de romper com os paradigmas em falar sobre a importância da agricultura familiar e agroecológica, alimentos *in natura*, o Guia (2014) também propõe um método de classificação conhecido como NOVA, referente a divisão dos alimentos em quatro grupos: grupo 1- *in natura* ou minimamente processados; grupo 2- ingredientes culinários; grupo 3- processados e grupo 4- ultraprocessados. Este último grupo, em particular, foi colocado em alerta pela nocividade à saúde e ao meio ambiente, desagradando a Organização Mundial do Comércio.

Essa orientação veio de um material do governo Federal e é uma conquista de muitos atores envolvidos. Ter espaço para tal representatividade e relevância é de suma importância para reconhecer o suor do trabalho ao longo de anos. No entanto, tais iniciativas não agradaram setores como o da indústria de alimentos. Segundo Zocchio (2019), o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas, declarou o interesse pela mudança no Guia Alimentar, mais especificamente, no que diz respeito ao capítulo dois do material, intitulado “A escolha dos alimentos”. O referido capítulo sugere evitar o consumo de alimentos ultraprocessados. O presidente da Abia argumenta que tal “ideia” passa longe da ciência e da tecnologia. Para ele, a estratégia é melhorar a comunicação com o consumidor, com entes governamentais para “mudar essa ideia”.

Acontece que, com ou sem o Guia Alimentar, há um crescente movimento na sociedade que tem despertado para questões relacionadas à alimentação. E por mais que esteja longe de ser um movimento hegemônico, qualquer avanço tem causado incômodos no setor industrial alimentício - isto é, no regime alimentar hegemônico - é uma conquista.

Nesse sentido, pode-se observar mudanças na relação produção e consumo. Por um lado, a agroecologia tem se tornado comum, ao menos aos ouvidos, na vida dos camponeses. É possível

observar um movimento crescente que envolve a bandeira política de uma agricultura anti sistêmica por meio dos movimentos sociais, pela academia em seus cursos de graduação, pós-graduação, cursos técnicos, extensão, coletivos autônomos, entre tantas outras ações. Essa espacialização do movimento agroecológico não ecoa apenas nos campos, mas também quem vive nos centros urbanos. Os consumidores estão se tornando mais conscientes no que diz respeito à produção de alimentos locais, sobre a origem, a qualidade de tal produto e as próprias relações sociais estabelecidas entre agricultor e consumidor. Fatores avessos ao sistema agroalimentar hegemônico, cujo supermercado reúne todos os produtos e o consumidor não faz a mínima ideia da onde tal alimento vem, como é produzido etc. Desta maneira, o sistema agroalimentar alternativo tem se tornado mais frequente na atualidade, e para muitos camponeses, a única forma de escoamento de produtos.

Evidentemente, não é possível falar em distribuição e consumo sem problematizar as desigualdades de classe. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada em 2017-2018, famílias com rendimento até dois salários mínimos (R\$ 1.908,00), destinam 61,2% do orçamento total em alimentação e habitação, sendo respectivamente, 22% destinados à alimentação e 39,2% para habitação. Já aquelas famílias que possuem rendimentos superiores a 25 salários mínimos, destinam apenas 7,6% com alimentação e 22,6% com habitação (SOUZA, 2019). Ou seja, o poder de compra e escolha do que comer fica limitado a uma parcela da população que possuem melhores condições de vida. Há praticamente um abismo estrutural que separa determinadas classes ao acesso à uma alimentação saudável, tendo em vista que o mercado de ultraprocessados têm atingido o mais diversificado consumidor. E as diferenças de custo entre produtos *in natura* (seja ele convencional no supermercado) e produtos ultraprocessados têm sido mais discrepantes a cada dia, impossibilitando o acesso de muitos a uma comida fresca.

Tendo em vista tais desigualdades, o papel do Estado se torna essencial para viabilizar o acesso a uma alimentação mais adequada. Na ausência do Estado ou no próprio enfraquecimento de políticas destinadas ao combate à fome e à subnutrição, há o aumento de desigualdades, diminuindo cada vez mais o poder de compra e de escolha. Por isso, falar em soberania alimentar, outras formas de comercialização para determinados setores da sociedade soa um tanto mesquinho. Esse é o desafio posto às organizações, aos movimentos sociais, aos coletivos e qualquer iniciativa que defende outras formas de comercialização e a agroecologia, a importância de se pensar a acessibilidade desses alimentos a população mais vulnerável.

Pode-se dizer que o Brasil até há um tempo cumpria seu “dever de casa” no quesito políticas compensatórias, para garantir, por assim dizer, o acesso da população mais vulnerável à

alimentação básica (sem critérios no quesito origem de tais alimentos). No entanto, há de se refletir sobre o caráter dessas políticas. De acordo com Vinha e Schiavinatto (2015) às políticas voltadas para segurança alimentar são meramente assistencialistas e paliativas, ou seja, não refletem na estrutura. Ainda são frágeis e passíveis de dissolução em uma simples “canetada”. Por isso se defende convictamente a soberania alimentar, pois busca-se a emancipação e autonomia para povos do campo e também da cidade.

Voltando ao desenvolvimento do tema da segurança alimentar no Brasil é possível visualizar o percurso institucional de tal conceito, no qual a sociedade civil tem participação ativa nesse processo. No campo mais próximo à institucionalização, em 1993, o Plano de Combate à Fome e à Miséria foi proposto pelo Partido dos Trabalhadores para o até então presidente Itamar Franco. Em umas das ações do Plano estava a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), constituído em 13 de maio de 1993. No entanto, o CONSEA tem um período curto de atuação, pois ele foi extinguido, em janeiro de 1995, pelo governo neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (MORELLI *apud* RIGON e BÓGUS, 2015). Cabe ressaltar que apesar do conselho, nesse período, ter existido por pouco tempo, com ele já estava em curso a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar.

Apesar da redução da temática, Rigon e Bógus (2015) apontam a importância da sociedade civil organizada nesses momentos de retrocessos e, assim, independente do governo, é criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN). Observa-se que o termo “nutricional” já havia sido assegurado enquanto uma necessidade e resposta de que não é qualquer alimento que é adequado.

É apenas a partir dos anos 2000 que a institucionalização da Segurança Alimentar e Nutricional ganha força. Com o Partido dos Trabalhadores a pauta da fome e da alimentação adequada enquanto direito foi instituída. Assim, pode-se citar tais iniciativas: reabertura do CONSEA, em 2003 e a criação da Lei 11.346, denominada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, em setembro de 2006. Na lei supracitada, há a institucionalização da formulação da segurança alimentar à contrapelo daquela utilizada pelas grandes corporações capitalistas internacionais de produção de insumos e tecnologias agrícolas. Nela, podemos encontrar o seguinte conceito de segurança alimentar e nutricional:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Já é um avanço considerar a diversidade cultural, a dimensão social e ambiental. Embora não esteja falando diretamente de agroecologia ou da agricultura camponesa, essas são dimensões contra hegemônicas, isto é, contrárias à prática do agronegócio.

Com a institucionalização da Lei Orgânica, por meio de uma política de segurança alimentar e nutricional, uma base política foi criada para capilarizar iniciativas intersetoriais de combate à fome e à diminuição de desigualdades no acesso à alimentação adequada. Segundo Rigon e Bógus (2015), essa conquista é fruto de mobilizações sociais vinculadas a dois segmentos da sociedade: à agricultura e abastecimento e à saúde coletiva e nutrição.

Outra formulação que compõe a teia da institucionalização dessa concepção de segurança alimentar e nutricional é o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que tem em seu bojo o debate na ONU, no final da década de 1940. O DHAA continua em construção, visto que, recentemente, discussões acerca da dimensão nutricional têm emergido, tendo em vista que a nutrição pode ser estabelecida pela conexão entre o consumo do alimento e sua absorção de nutrientes pelo corpo humano. A revisão conceitual do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada, propriamente, torna-se central para realização desse direito. E se coloca como ferramenta analítica para leitura e compreensão de fenômenos mundiais referente a distúrbios alimentares, tais como, sobrepeso e obesidade (VALENTE; SUÁREZ-FRANCO; CÓRDOVA, no prelo, *apud* VALENTE *et.al*, 2015). Nesse sentido, a problemática da produção de alimentos que sejam mais nutritivos aponta para o incongruente consumo de alimentos ultraprocessados consumidos em maior escala atualmente. Isso posto, subjacente a essas concepções de segurança alimentar e direito à alimentação adequada, encontra-se a imprescindível tarefa de produzir alimentos mais saudáveis nutritivamente, de forma sustentável, mediante a processos que elevem a qualidade das dietas e que sejam diversificadas. Todas as características, precisamente, se associam a uma produção agroecológica de alimentos.

Cabe ressaltar que há avanços, nesse momento, no que diz respeito à institucionalização de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito nacional. No entanto, ela precisa ser intersetorial, isto é, dialogar com vários setores da sociedade. Segundo Leão (2013), apesar das diferentes dimensões da SAN, as iniciativas no âmbito de políticas que garanta esse direito devem se valer de práticas que considere tanto o aspecto alimentar, como a disponibilidade, produção, comercialização e acesso aos alimentos; quanto o aspecto nutricional, referente às práticas alimentares e utilização biológica dos alimentos. Para o cumprimento desses fatores, é indispensável a mobilização e determinação de diferentes setores da sociedades, tais como, a agricultura, o abastecimento, a educação, a saúde, a assistência social, o trabalho.

No âmbito da produção e abastecimento, algumas políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura camponesa se destacam: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Wittman (2015) considera importante o período de 2003-2011 para consolidação de uma agenda voltada para soberania e segurança alimentar e nutricional. A autora aponta que o PAA e o PNAE, apesar da complexidade que envolve a gestão e condução de tais iniciativas, são importantes passos para institucionalização de uma política voltada para a soberania alimentar.

É imprescindível que a segurança/soberania alimentar seja uma política de Estado, isto é, que programas e políticas públicas de promoção à essas políticas sejam institucionalizadas pelos governos. Quando há essa institucionalização ela é, quase sempre, ao menos, resultado de pressões da sociedade civil e dos movimentos sociais, porém, ainda assim, é fundamental que a institucionalização seja garantida pelo Estado. Paralelo a este processo, todavia, a sociedade civil e movimentos sociais continuam na luta cotidiana em prol da segurança/soberania alimentar - a iniciativa das cestas agroecológicas que foi estudada nessa pesquisa, inclusive, é uma iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e de parceiros/as com esse intuito. Seguir paralelo ao Estado é fundamental porque: (a) mesmo em épocas de governos mais próximos aos ideais socialistas ou de bem estar social, as políticas públicas e programas de promoção à segurança/soberania alimentar nunca são suficientes, no sentido de que, mesmo que haja assimilação (a nível de Estado e de sociedade) de que a produção, o modo de vida e as relações sociais dos camponeses importam, na estrutura o campesinato continua apartado, afinal, em sociedades capitalistas, o Estado serve ao mercado e à classe dominante, por mais progressista que seja; (b) quando temos governos liberais, ultra liberais e conservadores (ou simplesmente inomináveis, como nosso atual governo), “correr fora do Estado” é uma questão de vida ou morte, pois há, de um lado, o estrangulamento de políticas públicas e programas de promoção a segurança/soberania alimentar, de outro, ameaças de usurpações de terras e perdas de direito. Em momentos como esse, as iniciativas (em termos de produção, escoamento e comercialização de produtos e defesas de direitos e de territórios) da sociedade civil, dos movimentos sociais e do próprio campesinato são fundamentais. Entre disputas institucionais e políticas, fora e dentro do Estados e dos governos, o campesinato segue resistindo há séculos.

*

Tendo em vista a importância, de um lado, da transformação dos problemas do campesinato em problemas públicos, isto é, que dizem respeito ao Estado e a sociedade, também, da

necessidade de pensarmos a própria auto organização camponesa e coletiva lutarem para a transformação do mundo. Iremos acompanhar, agora, algumas políticas públicas institucionalizadas pelo Estado, no campo da segurança/soberania alimentar, algumas delas, como dito, já desmanteladas ou em vias de desmantelamento, para logo em seguida, compreendermos algumas alternativas promovidas pelos próprios movimentos sociais e sociedade civil organizada, nas tentativas de implementação da soberania alimentar. No terceiro capítulo deste trabalho, nos aprofundaremos em uma dessas alternativas “fora do Estado”, qual seja, a cooperativa Cooperflora, do Assentamento Milton Santos, MST-SP, cooperativa na qual Maria, já citada neste capítulo, e Margarida, personagem que conheceremos no próximo capítulo são produtoras e organizadoras.

Importa destacar algumas das políticas de institucionalização da segurança alimentar, sobretudo agora (2016-2021), tendo em vista que são políticas e programas que estão sendo sucateados e ameaçados de extinção, conseqüentemente afetando diretamente a população do campo. A contextualização de tais políticas é histórica, portanto, muito do que se avançou e também do que já foi perdido. Escrever sobre tal tema na conjuntura atual tem sido um desafio. Disputar a manutenção e melhoramento de tais políticas/programas públicos, torna-se cada vez mais imprescindível.

2.3.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): conquistas e desafios

Um projeto político voltado para a agricultura camponesa, em nível de estratégias de políticas públicas, com intuito de criação de vínculo entre campo e cidade a partir da compra pública, tem uma grande deficiência. Pouco se foi e é feito para conectar o campesinato às populações urbanas por meio da produção de alimentos. São inúmeros benefícios dessa mão dupla, dentre eles, valorizar o trabalho do cultivo da terra, gerar renda e qualidade de vida para as famílias camponesas, interagir com o desenvolvimento regional local das cidades, garantir a segurança alimentar e nutricional, além dos benefícios ambientais, já que a produção camponesa é baseada em policultivos, na diversidade, no cuidado com o solo, na redução quantitativa do uso de agroquímicos, entre outros. A heterogeneidade presente no território camponês deveria ser valorizada em seus mais diferentes setores, ambientais, culturais e sociais. Também, de acordo com Vergés (2011) pelos “serviços” que o camponês presta à natureza e à humanidade.

Cassarino; Michelato; Triches e Porto (2015) apontam a necessidade do papel do Estado, enquanto regulador dos mercados agroalimentares, em garantir a compra pública de alimentos,

tendo em vista que o Estado é um grande comprador de alimentos, seja para a assistência social, para os hospitais, as escolas etc. Ou seja, o Estado vai adquirir de toda forma o gênero alimentício para abastecer determinados órgãos. Nesse sentido, uma das políticas constituídas a fim de promover a segurança alimentar e nutricional, e que também é considerada uma política de soberania alimentar, foi a abertura dos mercados institucionais para aquisição de compras da agricultura familiar. Por meio da dispensa de licitações e na implementação da chamada pública, o PAA buscou articular dois polos, o da Política Agrícola e o da Assistência Alimentar, conectando diversos fatores, como o econômico, o social e o ambiental, no âmbito local e regional (DELGADO; GRISA, 2013 *apud* CASSARINO *et.al*, 2015).

Fruto de diversos atores e setores da sociedade civil, do terceiro setor e dos movimentos sociais (em destaque MST e Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA), o conhecido mundialmente PAA foi institucionalizado em 02 de julho de 2003, por meio do artigo 19 da Lei 10.696, sendo regulamentado em 15 de agosto de 2006, pelo Decreto 5873 (MDS, 2010).

Em sua institucionalização, o programa objetiva:

- i) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias para atender as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; ii) contribuir para formação de estoques estratégicos; iii) permitir aos agricultores e agricultoras familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos; iv) promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar; v) abastecer o mercado institucional de alimentos para fins diversos, incluída a alimentação escolar (MDS, 2010, p. 3).

Por meio dele, se materializa a experiência de encontrar medidas, via Estado¹³, para superar a fome, tendo em vista a importância de garantir a compra, por órgãos públicos, de produtos

¹³ Importa problematizar que, se de um lado, o governo do Partido dos Trabalhadores tenha fortalecido, com as políticas públicas supramencionadas, à agricultura familiar e camponesa, considerando, inclusive, povos quilombolas, indígenas, ribeirinhos etc na categoria (ampliada) camponesa, isto é, tenha institucionalizado imprescindíveis políticas de combate à fome e a subnutrição, por outro, fortaleceu, também, os setores que provocam a fome e a miséria da população camponesa e dos povos da floresta, isto é, setores que exigem cada vez mais territórios (terra) para produzirem *commodities*, ao invés de alimento, para o mercado estrangeiro, causando inomináveis impactos sociais, culturais e ambientais: as grandes corporações internacionais e nacionais envolvidas com o agronegócio, mineração e implementação de hidrelétricas. Só para ficarmos em um exemplo, “a produção mineral brasileira deu um verdadeiro salto desde o início da década passada. O PIB mineral cresceu entre 2001 e 2013 mais de 500%” (Bittencourt; Gomes; Daflon (Ibase), sem data, p. 7). Isso faz com que esse período seja um dos mais lucrativos da história da mineração do país e, também, do Estado brasileiro, um grande parceiro das empresas mineradoras, “especialmente por sua dependência de saldos comerciais positivos para fechar o balanço de pagamentos” (Idem, *Ibidem*). Mas esses crescimentos e lucros escondem, na verdade, a realidade. Um dos períodos mais lucrativos da história da mineração do Brasil possibilitou o aumento dos investimentos privados e o aumento da quantidade de minérios extraídos do nosso território (idem, *ibidem*), o que significa maior necessidade de ampliar a quantidade de terras para serem exploradas, para virarem estradas, minerodutos, portos, barragens de despojos etc. Terras e territórios ocupados por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e camponeses. Os impactos ambientais, sociais e culturais, como dito, são inomináveis. E tudo isso em favor, majoritariamente, de empresas privadas e do mercado exterior, precisamente, os mercados dos países centrais do capitalismo global: “As exportações brasileiras para

alimentícios de origem camponesa, para doação à população em condição de vulnerabilidade social. Para isso, foram criadas modalidades e critérios de acesso, que são operacionalizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab): i) Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) (recursos MDS e MDA¹⁴), ii) a compra com Doação Simultânea (CDS) (recursos exclusivamente do MDS), e iii) Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR) (recursos MDS e MDA). O valor limite pago nessas modalidades se alterou das propostas iniciais, passando de R\$ 2,5 mil reais/ano para R\$ 4,8 mil reais/ano em 2012, sobretudo na modalidade Doação Simultânea, principal modalidade do programa e mais acessada pela agricultura camponesa da reforma agrária. As outras duas modalidades operacionalizadas pela Conab, nesta época, podiam chegar a R\$8.000,00 por ano.

Segundo Cassarino *et.al* (2015) o PAA inovou em termos de política pública por considerar os seguintes aspectos:

- i) recorte de público (agricultura familiar e assentados da reforma agrária, passando a incorporar também povos indígenas e povos e comunidades tradicionais); ii) compra sem processo de concorrência pública, ação direta de aquisição por parte do Estado; iii) preços pagos na aquisição respeitando e levando em consideração as especificidades regionais; e iv) gestão compartilhada entre cinco ministérios (CASSARINO *et.al*, 2015, p. 227).

O início efetivamente do programa se deu em outubro de 2003. Apesar de tardio, 42 mil famílias foram atendidas até dezembro deste mesmo ano, movimentando cerca de 83 milhões de reais. Destaca-se que a maioria dos agricultores não tinham assistência técnica e há muito tempo não acessavam recursos públicos para produção. Problemas, também, com estiagem e intempéries fizeram que esse número inicial não fosse mais exitoso (CASSARINO *et.al*, 2015).

Os agricultores que podem acessar o programa são: agricultores sem terra, assentados e acampados; os empreendimentos que atendem as exigências do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); povos tradicionais (quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, entre outros). Um dos principais destinos (assegurado pela modalidade Doação Simultânea) desses alimentos são coordenados pelas prefeituras, tais como, centrais de abastecimentos, banco de alimentos e pode ser direcionadas a programas municipais de segurança alimentar, como: complementação de alimentação escolar e das creches nos

a China mudaram radicalmente de patamar: de US\$ 1,9 bilhão e 32,8 milhões de toneladas, em 2001, para US\$ 46,03 bilhões e um volume de 221 milhões de toneladas, em 2013. Considerando apenas o minério de ferro, foram exportados para a China, em 2001, US\$ 482,63 milhões e 28,05 milhões de toneladas, enquanto em 2013 quantias bem mais superlativas flagraram a transformação: US\$ 15,93 bilhões e 170,72 milhões de toneladas” (Idem, *Ibidem*).

¹⁴ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999 e extinto em 2016 com o governo Temer, e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), foi criado no primeiro governo Lula e extinto pelo governo Bolsonaro em 2018.

municípios; alimentação escolar para comunidades indígenas e quilombolas; alimentação nas creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos; restaurantes populares; cozinhas comunitárias, penitenciárias, entre outros. Esse é um dos principais destinos do PAA, além de garantir a compra da agricultura local, assegura a alimentação adequada e saudável em espaços de vulnerabilidade social (MDS, 2010).

Apesar da extrema importância do programa para diversos setores da sociedade, e enquanto experiência institucional de valorização da agricultura camponesa e combate da fome, ao longo dos anos, segundo Reis (2015), houve um aumento da complexidade com relação a documentação a ser entregue, fato que exigiria o aumento de funcionários para gestão do programa, o que não ocorreu na Conab, e que aumentou a morosidade na aprovação de propostas e na avaliação de prestação de contas, em consequência, na liberação dos recursos para quem produziu e entregou.

O processo de execução do programa determina que os produtos sejam entregues, que a Conab avalie a prestação de contas, composta por uma série de documentos, como relatório de entregas que apresenta o que cada produtor entregou e para qual entidade; os termos de recebimento e aceitabilidade, que apresenta o total entregue no período por entidade; uma carta do conselho municipal que afirma a entrega de produtos; uma declaração de um órgão de assistência técnica que ateste a produção do agricultor e por fim, a nota fiscal da cooperativa ou associação com o total de produtos; somente após a junção de todos os documentos e análise deste por parte da Conab é que o pagamento agricultores é liberado (REIS, 2015, p. 129).

Como visto acima, podemos compreender parte do processo burocrático para acessar o programa, fato que não depende, exclusivamente, do nível de organização e capacidade técnica de cada cooperativa ou associação, mas também, depende de uma vasta relação com entidades públicas para emissão de relatórios, cartas e declarações. Ou seja, para implementação de uma política nesse nível de importância é necessário ter boas relações por parte de toda esfera pública, o que parece não ser visto nesses últimos anos, além das relações políticas serem acirradas dado ao momento conjuntural de golpes e avanço ultraconservador no cenário político. Estes fatos têm fragilizado o programa ao longo dos anos, em consequência, todo território camponês - que vem acessando a política pública com um dos seus principais meio de comercialização -, as populações em vulnerabilidade social e escolas que têm sua alimentação diária reduzida às comidas industrializadas, beneficiando grandes corporações ligadas às indústrias alimentícias.

De acordo com o relatório de Direitos Humanos à Alimentação Adequada – Informe DHANA (SANTARELLI *et al*, 2019) - a decaída de programas destinados ao combate a desigualdades sociais, como o PAA, tem um impacto significativo no propósito do combate à

fome, tanto no campo quanto na cidade. O esfacelamento do PAA pode ser visto em números, tendo em vista a Lei Orçamentária Anual, o valor previsto pelo PAA no ano de 2014 foi de R\$ 1,3 bilhão, já em 2018, o valor destinado ao programa caiu para R\$ 219 milhões (CONSEA, 2018 *apud* SANTARELLI *et al*, 2019). Houve uma redução de 64% da participação total de agricultores envolvidos com o programa entre os anos de 2012 e 2017. Fica evidente, portanto, a queda de investimentos em um cenário pós golpe, dados de 2012 apontam que o PAA adquiriu 529 mil toneladas de alimentos, já em 2017, houve uma queda de 76% comparado a 2012, adquirindo apenas 128,6 mil toneladas (IPEA, 2019 *apud* SANTARELLI *et al*, 2019). Se ainda é possível acompanhar o declínio, dados da mais recente pesquisa da Rede Penssan apontam que 19,1 milhões de brasileiros estão passando fome no país no Brasil em 2021¹⁵. Nesse sentido, podemos observar que o PAA está conectado diretamente à estratégia de combate à fome, sendo assim, o enfraquecimento desta política pública se relaciona ao plano nefasto em excluir as classes menos favorecidas a possibilidade de se alimentarem bem e adequadamente, isto é, deixa de ser uma estratégia ou uma pauta na agenda.

Uma das principais dificuldades que se depara a promoção dessas políticas públicas, sobretudo na conjuntura atual, é que a construção política está aderida a expansão do capitalismo em busca de parcelas cada vez maiores de lucro por parte das grandes corporações. Como vimos, tais expansões do capitalismo e das grandes corporações já vinham sendo concretizadas nos governos do PT (2002-2015), ao lado da implementação e fortalecimento, por parte do mesmo governo, de políticas públicas dirigidas à favor da agricultura familiar e camponesa e dos povos da floresta, isto é, ao lado da institucionalização das políticas de combate à fome e à subnutrição. Tivemos durante esses anos, com isso, políticas conciliatórias que, se de um lado, auxiliaram na diminuição da vulnerabilidade social de grande parte da população camponesa, reconhecendo-lhes, inclusive, direitos, do outro, fortaleceram e enriqueceram corporações públicos-privadas nacionais e internacionais que produzem para os países centrais do capitalismo global e causam inúmeros “passivos” ambientais e impactos sociais, econômicos e culturais às populações tradicionais e povos da floresta. Não há, portanto, nessas políticas “equilibradas” combate à fome do ponto de vista estrutural, ainda que todo combate à fome seja louvável. A conciliação, no entanto, tem limites. E, infelizmente, os limites foram impostos não à favor das populações do campo e povos tradicionais e da ampliação de

¹⁵ Revista Radis de junho registra um panorama da fome no Brasil. Site da Fiocruz, 2021. Disponível em: <encurtador.com.br/bnuyO>. Acesso em: 16 nov. 2020.

direitos, da sustentabilidade social, cultural e ambiental, mas sim à favor do grande capital. Com isso, após os sucessivos golpes, em diferentes níveis desde 2016, só um lado tem sido beneficiado. O lado, na verdade, que nunca deixou de ser beneficiado, via usurpações, violações e práticas cada vez mais inescrupulosas, insustentáveis e promotoras da desigualdade: o lado do grande capital. Também se faz importante citar os processos de tentativa de criminalização da agricultura camponesa, a exemplo da operação Agro-Fantasma, a qual acusou injustamente agricultores familiares de desvio de verbas, estelionato e outros crimes em parceria com a funcionários da Conab entre os anos de 2009 e 2013 no Paraná.

Tais corporações - aqui, precisamente, corporações do “agro é tudo” - agem controlando toda cadeia produtiva, obtêm o controle genético de sementes e variedades de cultura, acelerando o processo de produção, assim como produzindo os agroquímicos necessários para produção de tais sementes, controlando também, os mercados os quais irão adquirir tais produtos. Essa aceleração do tempo por meio do controle genético e da tecnologia conduzida ao tempo do próprio capital, prejudica sobremaneira a agricultura camponesa na disputa por mercados, que possui outras lógicas e dinâmicas de produção (COCA, 2016). Por isso, as políticas públicas que garantem a compra da agricultura camponesa é de extrema importância para tais atores sociais, e também aos que são beneficiados no final da cadeia de tais políticas, a população de baixa renda, que usualmente não acessam uma alimentação *in natura* em quantidades adequadas.

Tendo em vista esse oponente quase que imbatível, que priorizam o desenvolvimento econômico neoliberal, a política pública para comercialização de produtos alimentícios de base camponesa se torna um pilar para assegurar um mínimo de vida digna em muitos territórios camponeses, se tornando um calcanhar de Aquiles nessa pequena agricultura, ao passo que cada avanço ou retrocesso se tornam crucial para definir o destino de muitos que vivem no campo.

O debate clássico da questão agrária e sociedades camponesas parte-se do ponto de vista que a própria agricultura pertencente aos territórios camponeses é inviável no circuito capitalista, tanto de produção quanto de comercialização, pois a comercialização desses alimentos depende de diversos outros fatores como: naturais, relações sociais, solidariedade, entre outros. No momento em que o alimento é transformado em mercadoria e, sobretudo, padronizado para atender determinado público, cria-se uma espécie de seleção natural no meio da comercialização: quem não consegue se adaptar, sai fora. Pode-se refletir que apesar de governos progressistas incentivarem, por meio de uma agenda complexa de políticas intersetoriais, o combate à fome e à desigualdades, não mudam, no entanto, determinados

setores, restringindo tanto o acesso de pequenos agricultores à determinados mercados quanto à oferta e acesso desses alimentos para segmentos da sociedade menos abastados.

Cabe também lembrar que a reforma agrária é um território camponês em curso, e (por incrível que pareça) relativamente jovem na composição da nossa história. Muitos foram os cenários e tentativas de adentrar no mercado convencional por meio da agricultura produzida nos assentamentos rurais, no entanto, a própria experiência foi conduzindo para o debate de que não há possibilidade, que são modelos de desenvolvimento com propostas incompatíveis, fato que direciona forças para criação e fortalecimento de programas governamentais que visam garantir a compra de pequenos agricultores, garantindo a soberania alimentar tanto das populações urbanas mais vulneráveis, quanto de população do campo.

2.3.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é uma política pública que demonstra a indissociabilidade entre soberania alimentar, segurança alimentar e Nutricional e direito humano à alimentação adequada.

Segundo Cassarino *et.al* (2015), há a necessidade de uma política de regulação de mercados agroalimentares por meio do Estado, garantindo a diminuição de desigualdades sociais, fortalecendo a sustentabilidade ambiental, equidade social e na distribuição de renda, valorização do aspecto cultural e social de cada ator. Por isso, o Estado se torna o principal comprador de alimentos para suprir demandas sociais ou institucionais, tais como hospitais, escolas, presídios etc.

O programa teve sua primeira fase institucionalizada na década de 1950, com a criação do decreto n.º 37.106, que instituiu a Campanha da Merenda Escolar (CME), em 1955. No entanto, os debates sobre alimentação escolar são anteriores, devido à comunidade científica de nutrólogos sociais, entre eles, Josué de Castro. Até então, os investimentos para a alimentação escolar provinham do apoio internacional. Em 1976, o Ministério da Educação assume os recursos e é gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, inserida no II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição. Com a constituição de 1988, a alimentação escolar se torna obrigatória e dever do Estado. Mas é a partir de 2003, devido à proposta política de gestão do governo, em associar segurança alimentar e nutricional ao fortalecimento da agricultura camponesa, que o programa é requalificado e sofre mudanças estruturais em 2009. Até então, as compras escolares eram realizadas por meio da licitação, excluindo a agricultura camponesa desse processo. Sendo assim, foi estabelecida como forma de compra a chamada

pública, que beneficia por meio dos critérios estabelecidos a agricultura familiar local. Também fica estabelecido a compra mínima de 30% de produtos oriundo da agricultura camponesa (CASSARINO *et.al*, 2015)

Dentre as regras gerais deste programa, em sua elaboração, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas tinham prioridade nas chamadas públicas (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Podiam acessar o programa os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) e os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos). O valor máximo por Dap por contrato é de R\$20.000,00, o agricultor podia obter mais de um contrato, desde que não excedesse esse valor (Idem, *Ibidem*).

Mesmo com a legislação voltada para impulsionar a agricultura camponesa, dificuldades e desafios foram constantes, tais como:

Organização dos agricultores; a dificuldade de logística; a falta de formação dos atores envolvidos; a falta de documentação dos agricultores; a desconfiança deles em relação ao poder público; a inexistência de agricultura familiar no local; inviabilidade de fornecimento regular e constante; estruturas inadequadas nas escolas; e falta de articulação entre os gestores e os agricultores (CASSARINO *et.al*, 2015, p .236).

Outros pontos a considerar é a teia de relações e da própria intersetorialidade que o programa demanda. Por exemplo, na gestão municipal há a necessidade de diálogo entre as secretarias da agricultura e a secretaria da educação, assim como, a nutricionista e a gestão escolar necessitam compreender a realidade agrária local a fim de projetar um cardápio que atinja a agricultura camponesa da região. O programa envolve diversos atores, assim como o investimento em equipamentos de cozinha apropriados para manusear determinados produtos, refrigeradores, e equipamentos especializados para beneficiamento, assim como capacitação das cozinheiras, entre tantos outros investimentos e desafios para se implementar uma política de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Dentre os benefícios dessa política, o estudo feito por Triches e Schneider, mudanças nos municípios estudados foram observadas, em relação aos reflexos nas práticas alimentares e na própria educação nutricional na concepção das crianças (TRICHES e SCHNEIDER (2010); TRICHES, 2010 *apud* CASSARINO *et.al*, 2015). Ainda, mudanças nas práticas de plantio, tais como, a escolha por formas de plantio e produção diferenciados, priorizando alimentos orgânicos e tradicionais, levando a promoção da implantação dessas estratégias. O programa também refletiu na organização social desses agricultores, incentivando-os à organização

coletiva, à cooperação e a formalização. Com a garantia de compra e aumento de renda é possível observar uma maior permanência no campo, evitando o êxodo rural. Outro aspecto visualizado, segundo os autores, foi o aspecto ambiental, aparecendo positivamente dentre as formas de produção, mas também pelo encurtamento da cadeia de distribuição dos produtos até o consumo final (TRICHES e SCHNEIDER (2010); TRICHES, 2010 *apud* CASSARINO *et.al*, 2015).

2.4 A auto organização da soberania alimentar

Foi percorrido até o momento a importância de um Estado forte para regulação de mercados agroalimentares, voltado para políticas intersetoriais, no âmbito da soberania e segurança alimentar e nutricional. No entanto, quando ocorre o desmantelamento dessas políticas públicas há impactos negativos em todos os setores envolvidos, seja na base da produção com os agricultores, os extensionistas que acompanham os agricultores, quem organiza a logística, funcionários públicos, fiscais, escolas, cozinheiras, os alunos, a população que recebe diretamente esses alimentos naturais. Diminui-se a compra institucional da agricultura camponesa e beneficia, novamente, grandes empresas que irão se beneficiar das licitações e prover uma alimentação mais industrializada e ultraprocessada.

Por isso, paralelo à cobrança da promoção de políticas públicas e das disputas de transformações no interior das instituições, que tornam-se cada vez mais imprescindíveis para política de combate à fome e combate às desigualdades sociais, é necessário praticar e disputar, também fora do Estado, e por meio da auto organização dos movimentos sociais, a segurança/soberania alimentar. Falaremos, nesta parte final do capítulo, sobre algumas dessas alternativas, alguns modelos e iniciativas, primeiramente, não necessariamente vinculados ao MST, para depois focarmos, no último item desse capítulo, na política de soberania alimentar do movimento. Transversal e como pano de fundo a essas concepções da segurança/soberania alimentar está a agroecologia, que torna-se uma espécie de modelo tanto de uma nova concepção de racionalidade ambiental, nos termos de Leff (2006 e 2009), quanto para pensarmos a soberania dos povos: campesinato, povos tradicionais, originários, quilombolas, comunidades urbanas, identidades de gênero etc. Um modelo que reflete o interesse daqueles historicamente excluídos do mercado, para que a gente possa entender o ambiente a partir do saber dos corpos silenciados, invisibilizados, explorados e negados. Se estamos falando em soberania, portanto, sobretudo em mundo ainda dominado pelo capital, é necessário, ainda, pensar na geração de renda desses camponeses, para tanto, é fundamental pensar em modelos,

dentro da agroecologia, de escoamento da produção do alimento do campo para as cidades, pensar o caminho da terra à mesa. Assim, outro pano de fundo aqui será o sistema de circuito curto de produção.

Para compreender esse fenômeno do consumo anti hegemônico, se faz necessário retomar às bases ecológicas da agricultura e compreender que cada conceito mobiliza um grupo, um perfil (tanto de agricultores, quanto de consumidores) e uma classe social. No entanto, estão dispostos sob a égide da agricultura limpa, sem uso de agroquímicos, ou ainda, que é mais respeitável ao meio ambiente - essas várias correntes da agricultura alternativa muitas vezes são alocadas sob o grande guarda-chuva da agroecologia. Cabe reforçar que não se pretende esgotar tal assunto nessas breves linhas, pois tal tema seria uma tese à parte e um processo em curso, tendo em vista que há disputas no que diz respeito à agroecologia, seja como ciência ou uma mera transição de base técnica.

São muitas correntes as quais estão situadas as agriculturas voltadas para a redução de insumos agrícolas externos sintéticos, ou ainda, direcionada para práticas ecológicas com o intuito de integrar produção agrícola e natureza. Pode-se citar, de acordo com Candiotti e Meira (2014, p. 159), dentre essas correntes, práticas e/ou escolas alternativas ao sistema convencional, a “agricultura biodinâmica, agricultura natural, agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura alternativa, agricultura ecológica, permacultura, agricultura regenerativa” e, mais recentemente incorporada no vocabulário a agricultura sintrópica, associada aos “agrofloresteiros”.

Parte dessas agriculturas, derivam dessas agriculturas alternativas que surgiram ainda no início do século XX, entre elas agricultura Biodinâmica, a agricultura biológica, agricultura orgânica e natural (TRIVELATO; FREITAS, 2003 *apud* CANDIOTTO; MEIRA, 2014). Também estão espacializadas pelo globo, entre Europa, Japão, Índia, onde os efeitos da “modernização” já mobilizavam os grupos em prol de uma agricultura livre de agroquímicos nocivos. Cada prática ou corrente tem suas características específicas, seja pelo uso de preparados específicos, o uso de calendário lunar, favorecer a ciclagem de micronutrientes do solo, entre outras. Ainda segundo os autores citados, a agricultura natural (originária no Japão) e a biodinâmica se diferenciam das outras na medida em que integram concepções filosóficas acerca da relação homem-natureza (Idem, *Ibidem*).

No Brasil, há representantes de todas essas correntes, escolas, quaisquer que sejam denominados esses grupos, e usualmente estão vinculados à agroecologia. No entanto, há necessidade de se provocar reflexões sobre tal debate, pois, o conceito de agroecologia, como dito no início, está em disputa e pode em qualquer momento “cair em desgraça” como aconteceu

com o conceito de “sustentabilidade” e “sustentável”, que também está em constante disputa. Nesse sentido, autores vêm, ao longo dos anos, no Brasil, trazendo a importância de conceituar a Agroecologia como ciência, um “novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009, p. 01). De acordo com Caporal (2006), a Agroecologia não é uma corrente, mas é um tipo de agricultura alternativa, visto que algumas dessas escolas ou correntes, citadas acima, não necessariamente partem das premissas/princípios da agroecologia, e muitas práticas são apenas a conversão do uso de insumos químicos sintéticos para insumos mais naturais, e não necessariamente não os tornam mais ecológicos “no sentido mais amplo” do termo.

Também não buscam transformações estruturais mais profundas da sociedade, na medida em que não se separa o “joio do trigo”, ou seja, produção e relação de trabalho, a propriedade privada, latifúndios, acumulação via espoliação, entre outras práticas associadas a proposta de “desenvolvimento” clássico. A simples conversão no uso insumos não pode ser vista como Agroecologia, pois esta envolve questões mais complexas e necessita de uma leitura mais ampla da sociedade.

Nesse sentido, Caporal, Paulus e Costabeber (2009), Guzmán (2001), entre outros autores, defendem a agroecologia como uma ciência interdisciplinar, pois apenas às ciências agrônômicas, biológicas e ecologia não dão conta de tal complexidade. No entanto, já salientam Caporal, Paulus e Costabeber (2009), que a agroecologia não é uma panacéia, o qual todos os problemas antrópicos serão resolvidos, mas sim, ela orienta estratégias para o desenvolvimento de uma agricultura, em suas palavras, “mais sustentável”, valorizando a vida das atuais e futuras gerações. Acredita-se no potencial da agroecologia para reorientar o ensino, pesquisa e a assistência técnica a fim de obter uma mudança substancial no campo e na agricultura.

No campo da ciência, ou do questionamento desta, Guzmán, aponta o aporte de ciência integradora da agroecologia, ao contrário da ciência convencional, que em suas palavras é “atomista, mecânica, universal e monista” (2001, p.35), para uma “ciência do campo da complexidade” - título da obra de Caporal, Paulus e Costabeber (2009) -, tendo em vista que agroecologia, segundo Guzmán (2001, p. 35), respeita a diversidade sociocultural e ecológica, o saber local, ou seja, endógeno de populações, respeitando outras formas de conhecimentos. Defende a “necessidade de gerar e ‘valorizar’ o conhecimento holístico, sistêmico, contextualizador e pluralista, nascido a partir das culturas locais”. Isto é, evoca a necessidade de novas epistemologias que sejam participativas e de caráter político.¹⁶

¹⁶ Importa problematizar que não é que essas epistemologias não existam, mas que elas são recorrentemente silenciadas e deslegitimadoras diante da racionalidade moderna ocidental do capital. Na verdade, várias

Em complemento a essa linha de raciocínio, Leff (2009) propõe que para se construir um pensamento ambiental é necessário a desconstrução do conhecimento disciplinar, simplificador e unitário. O autor traz a proposta de uma racionalidade ambiental em detrimento da racionalidade econômica do capital. Desta maneira, tal racionalidade ambiental é construída a partir da apropriação de saberes dentro de distintas racionalidades culturais e étnicas, que desconstrua a racionalidade do mercado e dê sustentabilidade a novos territórios de vida e as camadas sociais historicamente excluídas (LEFF, 2006 e 2009).

A agroecologia em sua complexidade reúne três dimensões propostas por Guzmán e Casado *et. al* (2000): (i) ecológica e técnico-agronômica; (ii) socioeconômica e cultural e (iii) sócio-política. Compreender a existência dessas dimensões se faz importante para pensar a agroecologia, pois, elas são integradoras, precisam necessariamente andar juntas. Colocando-a como um paradigma interdisciplinar necessário para se construir um outro paradigma.

*

No bojo da agroecologia e de outras agriculturas citadas acima, a comercialização constitui como elemento fundamental para a manutenção da família camponesa. Para isso, veremos algumas práticas em circuitos curtos de comercialização vinculadas a diferentes grupos e iniciativas.

De acordo com Guzmán (2012), os circuitos curtos de comercialização têm sido uma das estratégias das redes alimentares em resposta ao modelo agroalimentar globalizado. Experiências desse tipo de comercialização têm ganhado notoriedade em diversos países, despertando o interesse de compreender melhor sobre esse processo. Dessa forma, Guzmán passa a refletir, com mais cuidado, sobre as complexidades envolvidas na produção, distribuição e consumo do alimento por cadeias de circuitos curtos.

Para tanto, defende que a compreensão recorrente sobre circuito curto como um canal de escoamento de produção com poucos intermediários, isto é, reduzido a ideia de que quanto menor o número de atravessadores menor seria o circuito de toda a cadeia produtiva, não dá conta da complexidade de inter-relações (direta e indiretas) que contemplam os circuitos curtos de comercialização. Prefere argumentar – em diálogo com Renting, Marsden e Banks – que os circuitos curtos de comercialização dependem das “inter-relações entre atores que estão

epistemologias deixaram de existir com os extermínios étnicos provocados pelo capitalismo, a exemplo dos extermínios de etnias africanas e indígenas com o tráfico negreiro e a colonização do século XVI a XVIII, que provocaram epistemicídios.

diretamente envolvidos na produção, transformação, distribuição e consumo de novos alimentos” (RENTING *et al. apud* GUZMÁN, 2012, p. 47). Aprofundando tal trilha, e seguindo as linhas desenvolvidas em “Food supply chain approaches: exploring their role in rural development” (MARDSEN *et al apud* GUZMÁN, 2012, p. 48), é possível argumentar que o circuito curto não está relacionado ao número de vezes que um produto troca de mãos, ou ainda a distância entre onde foi produzido e o destino final de tal produto, e sim, quando o produto chega ao consumidor final contendo informações que associe o produto à origem dele. Desta maneira, permite ao consumidor fazer suas escolhas por meio de seus princípios e critérios.

Guzmán rompe, portanto, e ainda em diálogo com o texto supracitado, com a definição convencional e clássica de canal curto de produção. Ao invés disso, prefere compreender tais circuitos a partir de quatro formulações:

1. A capacidade de ressocializar e reterritorializar o produto alimentício, gerando um vínculo com o local de produção.
2. A redefinição da relação produtor-consumidor, orientando sobre a origem do alimento.
3. O desenvolvimento de novas relações para novos tipos de ofertas e demandas, com critérios que relacione preço e qualidade.
4. Ênfase na relação entre produtor e consumidor para construir valores e significados além do produto, e todas estas se resumem na “habilidade de permitir alguma forma de conexão entre o consumidor e o produtor” (Idem, *Ibidem*. Tradução nossa).¹⁷

É necessário que se compreenda, assim, a importância de conectar tal alimento ao território onde ele é produzido e a relação que se estabelece com os camponeses que os ofertam. Isto é, quando se reconhece a origem e se cria vínculos e valores materializados na comida. São critérios fundamentais para constituir uma rede de consumo alternativo, também chamada de consumo consciente. Onde há uma relação estabelecida entre agricultor e consumidor é possível compreender as dificuldades que estão presentes no cotidiano da produção e da entrega. Essa compreensão, por parte do consumidor, é essencial para manutenção do circuito curto. Seja dificuldades em relação à perda de produção, ou determinado produto não estar tão “bonito”, devido a intempéries ou outros motivos, seja pelo preço estar mais elevado que outros mercados, também, porque estão mais baixos. Não se constrói um circuito curto de

¹⁷ Trecho original-1). La capacidad de resocializar y reterritorializar el producto alimentario generando un vínculos con lo local incluso con la finca. 2). La redefinición de la relación productor-consumidor dando señales del origen del alimento. 3). El desarrollo de nuevas relaciones para nuevos tipos de oferta y demanda con nuevos criterios que relacionen precio y calidad. 4). Énfasis en la relación entre productor y consumidor para construir valor y significado más allá del producto y todas estas se resumen en «la habilidad de permitir alguna forma de conexión entre el consumidor y el productor alimentario (MARDSEN *et al apud* GUZMÁN, 2012, p. 48).

comercialização sem ressignificar o consumo e as relações sociais estabelecidas no ato de comprar. Nesse sentido, considera imprescindível:

1. ‘cara a cara’ ou de venda direta, onde a confiança está mediada pela interação pessoal.
2. ‘proximidade espacial’, incluindo todo tipo de alimentos produzidos e distribuídos em regiões específicas onde os consumidores são motivados pela origem do produto.
3. ‘espacialmente estendidos’ nos casos em que o valor e significado que se transmite ao consumidor se baseia no lugar e na produção. (MARDSEN *et al apud* GUZMÁN, 2012, p. 426. Tradução nossa)¹⁸

Guzmán (2012) aponta, dessa forma, que para “encurtar” a cadeia de comercialização, não importa a distância física, e sim, a organização social e cultural que tal produto representa por meio da informação, confiança e valores compartilhados ao consumidor final. Pode-se citar um produto do MST como exemplo, o arroz agroecológico, que é produzido na região Sul, mas pode ser adquirido no Armazém do Campo de Recife-PE ou em outros armazéns do campo espalhados pelo Brasil (Porto Alegre- RS, São Paulo -SP, São Luís- MA, Belo Horizonte - MG, Caruaru- PE, Salvador- BA). O fato do consumidor saber a origem organizacional, cultural, ambiental e política desse arroz, o conecta com o produto mesmo estando distante.

Como citado acima, a venda direta (‘cara a cara’ consumidor-produtor) é uma das formas mais antigas de circuito curto representado, sobretudo, pelas feiras livres. Até 2020 existiam 792 feiras orgânicas ou agroecológicas espalhadas pelo país (cf. feirasorganicas.org.br). Sendo respectivamente, 200 na região Nordeste, 39 no Norte, 278 no Sudeste e 219 no Sul. Cabe ressaltar que o movimento das feiras agroecológicas vem ganhando popularidade nos últimos anos, resgatando esse velho hábito em pegar a sacola e ir tomar seu café da manhã na feira, encontrar pessoas, conversar com os agricultores, e desta forma construir a relação de confiança entre os agentes envolvidos. As feiras agroecológicas têm levado um pouco do “modo de vida camponês” para o meio urbano. Resgatando relações de reciprocidade e cuidado com o próximo nas relações sociais estabelecidas no espaço da feira.

Toda cidade possui uma feira, apesar das baixas na quantidade ofertada devido a solidificação da ideia que o supermercado é o grande centralizador de todos os produtos, somado a estilos de vida contemporâneo, que o tempo tem se tornado cada vez mais curto e acelerado. Apesar de existirem, nem toda feira é agroecológica ou orgânica, pois nem todo

¹⁸ Trecho original: 1) «cara a cara» o de venta directa, donde la confianza está mediada por la interacción personal; 2) «proximidad espacial» incluyendo todo tipo de alimentos producidos y distribuidos en regiones específicas donde los consumidores son reclamados por la alusión a lo local del producto. 3) «espacialmente extendidos» en los casos en los que «el valor y el significado que se transmite al consumidor se basa en el lugar y la producción (...) trasladado a distancia» (MARDSEN *et al apud* GUZMÁN, 2012, p.426)

camponês ou agricultor familiar produz de base ecológica. Essa transição depende de fatores mais complexos que vão além da vontade individual de cada um.

Para além das feiras livres, temos diversas outras iniciativas da sociedade civil e dos movimentos sociais que podem ser caracterizados como circuitos curtos de produção, enquanto formas de produção, distribuição e consumo alternativas aos regimes alimentares costurados pelo grande capital. A experiência da Cooperflora é um exemplo de circuito curto encabeçado pelo MST, mas que também conta com parceiros da sociedade civil.

Iremos, aqui, mostrar outras três iniciativas de circuito curto de produção que podem ser entendidas como grupo de consumo. Entre semelhanças e divergências, os grupos de consumo podem variar em termos de tipo de produtor (agricultor sem terra, pequeno agricultor, novos rurais, quilombolas etc), de comercialização, de consumidor (de diferentes classes sociais) e de tipos de relações (“cara a cara”, com intermediários, contatos mais próximos ou mais distantes). Apresentamos, então, três experiências de grupo de consumo: (i) o Grupo de Consumo Responsável (autogestionado), que tem como espécies de “protagonistas” os intermediários, isto é, não são os agricultores, nem são os consumidores, mas aqueles que trabalham na distribuição dos produtos - também na aproximação entre aqueles que produzem e aqueles que consomem - que organizam tal grupo de consumo; (ii) a Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA, na qual o foco é a relação propriamente dita entre os produtores e consumidores, ou melhor, a compra e venda são decisões coletivas e combinadas e (iii) a Cestas Agroflorestais do assentamento Mário Lago-SP, do MST, semelhante as cestas agroecológicas do assentamento Milton Santos, nas quais os “protagonistas” são os próprios agricultores e o movimento social a qual fazem parte, quer dizer, são os produtores, que compõem o movimento, que organizam a distribuição, escoamento e venda de seus produtos.

2.4.1 “Grupo de consumo responsável” (autogestionário)

A emergência de novas formas de consumo tem refletido apenas em uma pequena parte da população. Esses grupos ou coletivos estão em maioria nas capitais dos Estados e vêm ganhando espaço na constituição de uma rede alternativa de comercialização.

Zocchio (2020) apresenta quatro experiências autogestionárias de grupos de consumo na capital de São Paulo, os quais nos ajudam a tentar compreender essas mudanças de comportamentos dos consumidores, são os Institutos: Chão, Feira Livre, Baru e Acácia. Diferente do circuito curto que acompanhamos nesse trabalho, qual seja, da Cooperflora do assentamento Milton Santos-SP, esses institutos não são produtores, isto é, não são organizados

por agricultores, mas são espécies de “pontos de vendas” ou trabalham na comercialização dos produtos de pequenos agricultores, isto é, mediam a relação entre os produtores com os consumidores. Apesar de possuírem diferentes atores, os objetivos em comum os conectam, que é viabilizar o acesso aos alimentos saudáveis, movimentando a ampla cadeia de produção, consumo e trabalho.

O autor aponta que nesses institutos os produtos são mais baratos que nas redes convencionais, porque não é acrescido nenhum valor àquele vendido pelo camponês. Isto é, o produto sai pelo preço combinado com o agricultor. Todavia, como existem outros gastos para o produto chegar à mesa do consumidor, tais como as despesas com transporte do produto, o aluguel do espaço, a energia, a água e os funcionários/colaboradores, cobra-se um valor de 35% a mais no valor final da compra do consumidor. Normalmente, esses gastos a mais já estão embutidos no valor do produto, por isso que é mais barato comprar direto no produtor, mas esses institutos preferem cobrar de forma separada o valor de custo da produção e o valor de escoamento para que o consumidor entenda qual é o real valor do alimento. E isso é explicado ao consumidor que frequenta os institutos.

Seguindo a proposta de autogestão (ZOCCHIO, 2020), o trabalho é dividido igualmente, assim como o pagamento, que é feito de acordo com o fluxo de venda de cada loja. No entanto, para que esse modelo funcione, reuniões semanais são realizadas e assembléias, ambas são obrigatórias aos associados. São espaços de decisões importantes, onde se encaminha as divisões de tarefas, as questões administrativas, pagamentos, etc.

Referente ao público-alvo, não surpreende a expectativa, assim como já falado sobre a renda da família brasileira e o poder de escolha, os institutos estão localizados em bairros onde circulam pessoas de alto poder aquisitivo (ZOCCHIO, 2020). Esse debate sempre gera contestações, e para colaborar no entendimento dessa constante ocorrência, recorreremos ao autor Estevan Coca, o qual estudou iniciativas de Soberania Alimentar entre Brasil e Canadá. No Brasil utilizou-se da política pública, materializada pelo PAA, para exemplificar a institucionalização da soberania alimentar. E no Canadá, uma iniciativa da sociedade civil, que comparado ao Brasil, possui um alto poder de compra e escolha do que se quer comer. Para colaborar no entendimento de tal situação, Coca (2016) utiliza McMichael (2014) ao afirmar que:

A soberania alimentar, como um contra movimento do regime alimentar, agrega uma série de lutas e por isso, ela é, evidentemente elástica, seja como discurso ou como prática. Devido ao fato de que o próprio regime alimentar é uma evolução e uma reestruturação, a soberania alimentar incorpora o nosso movimento (Mc. Michael, 2014 *apud* Coca, 2016. p. 103. Tradução do autor).

Nesse sentido, os institutos de comércio justo cumprem uma importante função de colocar em prática a soberania alimentar, mesmo que para uma classe social específica. Esses espaços acabam assumindo uma multifuncionalidade, além da venda de produtos *in naturas* minimamente processados orgânicos, alguns espaços há oferta de alimentação, trocas de receitas, valorização cultural. Além disso, como dito, cria-se relações entre agentes e compreensões sobre a origem e valores reais dos produtos. Dentre as comunidades que têm seus nomes nas gôndolas dos institutos, Zocchio (2020) cita: o quilombo Ivaporunduva, a estância Demétria, o Instituto Ibiá, a R.A.C. Padaria Artesanal, o Sítio Escola Portão Grande, o Sítio da Bica, o Sítio da Marafunda, o Sítio Morungaba, o Sítio São José, entre outros.

Autogestão, divisão de tarefas, reuniões semanais, assembleias, transparência nas prestações detalhadas dos gastos entre funcionários e consumidores, taxa de colaboração necessária para cada compra são fundamentais para que esse tipo de comércio possa existir. Na busca por outras formas de consumos e de relações, essas iniciativas têm se especializado, sobretudo nas grandes cidades, se tornando uma das alternativas contracorrente frente ao regime alimentar corporativo.

2.4.2 Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA

Community Supported Agriculture é o nome original utilizado pelo movimento CSA e foi proposto na década de 1980 pelo Suiço Jan Vander Tuin e pelo Alemão Trauger Groh, ambos agricultores biodinâmicos. Apesar da sugestão ter sido na década de 1980, a origem do movimento se deu na década de 1960/1970, no Japão, onde os perigos do uso de agroquímicos na produção foram alertados por Teruo Ichiraku, filósofo e liderança das cooperativas agrícolas japonesas. No ano de 1974, por sua vez, um grupo de consumidoras, mulheres donas de casa, se organizaram para consumir produtos orgânicos. Esse movimento foi intitulado “tekei”, que significa cooperação (SCHNELL, 2007; HENDERSON, 2010 *apud* SILVA JÚNIOR *et. al*, 2018). Em seguida, países como Alemanha e Estados Unidos iniciam os primeiros movimentos e, na década de 1990, se especializa no Reino Unido, Canadá e na França. Chega ao Brasil em 2007 e tem sua primeira experiência no Ceará. Mas é apenas em 2011 que se organiza um grupo de agricultores biodinâmicos em Botucatu-SP, que criam, posteriormente em 2014, a associação CSA Brasil. Apesar de ser uma dinâmica recente, o CSA Brasil tem crescido consideravelmente.

A proposta basicamente é associar produtores de alimentos orgânicos e consumidores, por meio de um trabalho conjunto. Para isso, um grupo fixo de consumidores (que são chamados de coprodutores) se compromete durante um período de tempo, geralmente um ano, em atender

o orçamento anual agrícola de uma unidade familiar. Em troca, os coprodutores/consumidores recebem alimentos orgânicos (normalmente em formato de cesta fechada). Desta maneira, o produtor terá estabilidade financeira devido à venda garantida, se afasta das inconstâncias de preços do mercado convencional, e consegue investir e se dedicar à produção. Já os consumidores acessam alimentos de qualidade e criam vínculos com os agricultores.

O processo todo é participativo. Para formar um novo grupo, em linhas gerais, um grupo de consumidores/coprodutores se juntam a uma unidade familiar, normalmente essa junção é mediada por um representante do CSA e ferramentas participativas (que são reuniões, cursos sobre a filosofia do CSA, diagnósticos participativos, entre outras) são feitas para compreender a proposta e entender como conduzir os princípios. Estes, por sua vez, se baseiam em: cultura do preço para a cultura do apreço; confiança entre agricultores e coagricultores; pontos de convivência; redução do desperdício; respeito à sazonalidade da produção; fundo de reserva (CSA BRASIL, 2017 *apud* SILVA JÚNIOR *et. al*, 2018). Assim, o agricultor apresenta todos os custos do sistema de produção e coletivamente decidem o valor a ser pago mensalmente, assim como será a distribuição (local de entrega) e formato. Normalmente, em formato de cestas contendo entre de 7 a 12 itens, podendo chegar até 15 itens por cesta. Também, pode ser em formato de exposição dos produtos onde os coprodutores escolhem (conscientemente) os alimentos de acordo com a cota estabelecida.

Segundo a exposição feita no trabalho *Panorama das comunidades que sustentam a agricultura (CSA): os movimentos no Brasil e Europa* (ORTEGA *et. al*, 2018) os valores das cotas, que são pagos mensalmente, variam entre R\$55,00 à R\$438,00. Como falado anteriormente, os valores são estabelecidos coletivamente baseado no custo de produção (mudas, insumos, água, logística, etc) do agricultor.

Neste modelo de comercialização a relação entre coprodutores e agricultores é bem presente, tendo em vista que desde o início de cada novo grupo ou comunidade se estabelece com acordos entre ambas as partes. Além das reuniões, formações, momentos semanais de entrega das cestas (quando há uma relação direta entre os agentes), também há atividades de mutirões nas unidades familiares, assim, o coprodutor tem a oportunidade de vivenciar o contato com a terra a qual ele se beneficia também.

O CSA é mais uma iniciativa da sociedade civil de soberania alimentar e busca outra forma de consumo por meio da ajuda mútua entre atores envolvidos. A conservação do meio ambiente é um ponto importante para os que aderem à causa. Nos últimos anos, o número de novas “comunidades” vêm aumentando. Atualmente é possível encontrar um pouco mais de cem

grupos espalhados em todas regiões do país, no entanto, o estado de São Paulo se destaca pelo maior número de adeptos à proposta.

2.4.3 Cestas agrofloretais do Assentamento Mário Lago MST

Por fim, temos a experiência mais próxima à experiência vivida nesta pesquisa. O assentamento Mário Lago, organizado pelo MST, está localizado no município de Ribeirão Preto e é um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). O assentamento possui 264 famílias que possuem 1,7 hectare. É conhecido por abranger muitas famílias que utilizam como forma de produção a agrofloresta. A consolidação das agroflorestas no assentamento se deu por meio de um esforço de diversos atores que conseguiram acessar projetos de incentivo à implantação, manutenção e assistência técnica do cultivo das agroflorestas. Já em 2015 os agricultores agrofloretais iniciam a entrega de cestas na cidade de Ribeirão Preto, neste período, parte ainda acessavam o PAA, no entanto, com os cortes já apresentados pelo governo, houve a necessidade de organizar outras formas de escoamento, sobretudo que estabelecessem uma relação mais próxima com os consumidores (FREITAS, 2018).

Segundo Freitas (2018), a organização das cestas é feita pela cooperativa intitulada “Comuna da Terra”, que foi constituída a partir de uma adaptação do CSA. Desta maneira, os cooperados e cooperadas se reúnem toda segunda-feira para reunião e para realizar a divisão de produtos que irão compor as cestas daquela semana. Sendo assim, é realizado o que eles chamam de “pregão”, uma espécie de leilão coletivo de acordo com a demanda daquela semana. Um mediador coloca quais produtos vão compor as cestas e a quantidade de produtos que precisam, posto isso, uma segunda pessoa vai anotando o que cada agricultor tem para oferecer naquela semana. No dia seguinte, os agricultores entregam seus produtos na sede da cooperativa, onde tudo é pesado e registrado em um canhoto de notas. Em seguida as cestas são montadas de acordo com dois tamanhos, o pequeno, uma cesta de 5 quilos e a grande, de 9 quilos. Um exemplo de cesta pequena registrada por Freitas (2018) pode conter: melissa (chá), cheiro verde (tempero), alface e chicória (saladas), espinafre (refogado), abóbora “cabotiá”, rabanete e milho (legumes), limão, mamão e laranja (frutas). Já a cesta grande: melissa (chá), manjeriço (tempero), alface e almeirão (saladas), couve (refogado), abóbora “cabotiá”, rabanete, pimenta e milho (legumes), limão, mamão, abacate e banana (frutas). Os respectivos preços são R\$130,00 reais mensais para a cesta pequena e R\$180,00 mensais para a cesta grande. O preço das cestas é estável, pois os produtos não oscilam os valores como oscilam os do mercado convencional (FREITAS, 2018).

Toda essa logística e contato com o consumidor é feito via página no Facebook e grupo no Whatsapp, os quais todo início de semana são divulgados os produtos que irão compor a cesta da semana. É também através das páginas da internet que os interessados podem se informar sobre a iniciativa, procedimentos, valores etc. O consumidor pode escolher um local de retirada de suas cestas, entre: Associação de funcionários ligados à USP; União Geral dos Trabalhadores (UGT); no memorial da classe Operária; Estação Luz, que é uma organização da sociedade civil; Loja Livre Leve e por fim, a escola da pedagogia Waldorf Bela Lira (FREITAS, 2018).

Pode-se observar que os pontos de entrega das cestas agroflorestais vinculadas às iniciativas do MST têm um público-alvo que possui alguma intencionalidade política e/ou uma filosofia voltada para esse anseio em acessar uma alimentação livre de veneno e colaborar com a agricultura camponesa e a reforma agrária.

Apesar dos esforços, por meio só das cestas, não é possível escoar toda a produção de cada família e após a decadência das políticas públicas para comercialização, os assentados têm perdido suas produções, pois só a entrega por meio das cestas não são suficientes para escoar tudo que se produz. Freitas (2018), em seu trabalho, apresenta a fala de uma assentada que aponta que a cooperativa não consegue dar conta de tudo que se é produzido pelos assentados e orientam que busquem outras formas de escoamento além das cestas. Lembrando que o tamanho dos lotes por família não chegam a dois hectares.

Infelizmente essa é a realidade de muitos que vivem do campo, o mercado de alimentos nunca é linear e precisa ser multidiverso, pois depender apenas de uma via de comercialização se torna arriscado para a própria organização da produção. A iniciativa das cestas do MST tem uma grande importância no que diz respeito ao diálogo com esses consumidores sobre a importância da reforma agrária. Assim, voltamos a falar, a comercialização em circuitos curtos tem como função conectar atores e estabelecer relações de confiança, sendo assim, esse consumidor também faz parte do projeto político da reforma agrária.

2.5 A Reforma Agrária Popular: meio ambiente, agroecologia e soberania alimentar

Diante do exposto até aqui, se faz necessário aprofundar sobre o plano agrário do MST (2014), pois engendra estratégias de enfrentamento ao capital e bandeiras de lutas, tais quais, a agroecologia e a soberania alimentar como essenciais nessa disputa.

No decorrer dos anos, o movimento vem construindo a sua linha política e de ação conforme as questões estruturais e conjunturais gerais e específicas da nossa sociedade no que diz respeito à vida no campo. Considerado um dos maiores movimentos populares da América

Latina, o MST reúne, em sua total representatividade organizativa, em seus congressos nacionais realizados em Brasília, evento importante do movimento para encaminhar as futuras atuações em sua multiescalaridade. Totalizando, em quase quarenta anos, seis congressos, o movimento vem aprimorando e qualificando suas pautas e ações na busca prática de um projeto de transformação da sociedade.

Em estudo sobre o MST e a estruturação da questão ambiental, Grossi (2017) resgata, ao longo da caminhada do movimento, que o meio ambiente e as estruturas produtivas são uma questão transversal na organização. Tendo em vista a necessidade de constituir novas referências para os assentamentos, com o intuito de desenvolvê-las numa perspectiva ampla, de acordo com as preocupações com as questões ambientais, sociais e econômicas. Nesse processo, o movimento, ao longo dos anos, foi e vem lapidando sua estrutura organizativa interna de acordo com as demandas, desta forma, a organização vem sendo feita por meio dos setores, frentes, comissões, coletivos, como o intento de atender as demandas postas.

Para isso, os setores organizativos dialogam entre si, para atender uma linha política de transformação societária de caráter amplo, isto é, as iniciativas não são isoladas, elas necessitam uma das outras para se espacializar. A exemplo da organização em setores de como o movimento caminha para o desenvolvimento da produção de alimentos, tem o setor de produção, cooperação e meio ambiente, que dialoga diretamente com o setor de educação e formação, tendo em vista a importância do processo formativo em diferentes escalas do acesso ao conhecimento, dentro e fora da escola.

Para o encaminhamento das linhas gerais políticas de ação, os congressos nacionais são fundamentais para o direcionamento das forças e estratégias de enfrentamento ao capital e suas desigualdades. Grossi (2017), aponta que os dois primeiros congressos nacionais do MST foram realizados sob a clara necessidade de organização interna, se afirmando como movimento que tem como sua estratégia principal, a ocupação de terras.

Cabe destacar que a defesa da luta pela terra com as ocupações e a resistência na terra dos assentamentos impôs grandes desafios ao movimento, principalmente no que se refere à produção da agricultura camponesa em áreas com diversos problemas ambientais, como a degradação e contaminação dos solos e dos recursos hídricos. Tornou-se necessário fortalecer sua autonomia política e financeira e elaborar uma proposta política e organizativa para o setor de produção. Diante destes desafios o MST adota a estratégia de aproximação do campo com a cidade visando à urbanização da reforma agrária. O lema adotado no I Congresso Nacional (1985) “Sem reforma agrária não há democracia: Ocupação é a única solução” e no II Congresso (1990), “Ocupar, resistir, produzir”, expressam esta conjuntura do movimento (GROSSI, 2017, p. 24).

Sendo assim, no III Congresso Nacional (1995), a estratégia do movimento procurou trazer a aproximação campo e cidade, colocando para a sociedade em geral a importância da reforma agrária em sua amplitude. Nesse período, já sinalizava a necessidade da reforma agrária na proposição da questão ambiental, indicando a necessidade de mudança estrutural da produção pelo incentivo da adoção de tecnologias adequadas para recuperação e preservação dos recursos naturais, e assim, desta forma, garantiria a soberania e segurança alimentar. Cabe aqui considerar um marco importante se tratando de pilares propositivos de enfrentamento e resposta ao modelo predatório do capital: a adoção da agroecologia, que passa a se destacar “oficialmente” no movimento a partir do IV Congresso (2000).

A agroecologia passa a ser assumida como um processo de construção de outro modelo produtivo em clara oposição ao modelo das classes dominantes que impõem os transgênicos, sob o comando de empresas transnacionais do agronegócio. A luta pela eliminação do latifúndio e da violência no campo se traduz no lema: “Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndio” (GROSSI, 2017, p.24).

Se faz importante compreender que a agricultura de base ecológica sempre teve suas resistências dentro desse cenário ambiental em resposta ao avanço da agricultura química. No Brasil, diversas correntes da agricultura alternativa, sobretudo compostas por profissionais das ciências agrárias, compõem as mais variadas correntes. No entanto, o termo agroecologia se populariza mundialmente na década de 1980, tendo como base acadêmica as escolas “americana e européia”. A agroecologia chega, concretamente, ao Brasil com Miguel Altieri, componente da escola americana, com o livro de referência *Agroecologia- bases científicas da agricultura alternativa*. A agroecologia ganha força em cenário nacional inicialmente com as Organizações não Governamentais, tais como a AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, a Articulação do Semiárido (ASA), Instituto Sabiá em Pernambuco, Instituto Giramundo em Botucatu, Rede Ecovida no sul, são referências até os dias de hoje em experiências agroecológicas e que foram criadas na década de 1990. No entanto, de acordo Guhur e Toná (2012), é a partir dos anos 2000 que os movimentos populares do campo a adotam oficialmente como uma estratégia política.

Apesar de experiências, estudos e pesquisas vinculados a agricultura de base ecológica são datadas há muito mais tempo que a própria agroecologia, um conceito novo, o que faz com que não haja uma definição consolidada, pois há disputas no campo teórico que coloca tal conceito sob diferentes olhares, tais como, apenas mais uma técnica de base ecológica ou uma ciência. Também por isso, a agroecologia não é estática, ela é transversal e agrega questões mais profundas das relações de classe, raça, gênero e também de questões técnicas relacionadas ao

desenvolvimento rural sustentável. Ela busca um aperfeiçoamento de uma agricultura que seja equilibrada com o meio ambiente, respeitando os saberes tradicionais. A própria necessidade em pensar as disciplinas de forma integrada - ciências agrárias, humanas e biológicas - fez com que rapidamente a categoria fosse espacializada nos mais variados grupos e coletivos organizados, entre eles, os movimentos sociais, a própria Via Campesina, ONGs, novos rurais, coletivos, entre tantos outros.

A Agroecologia nasce de um processo comum de reação à mundialização da produção pautada no agronegócio e seu sistema predador às populações do campo, da cidade e ao meio ambiente. Assim, em 2001, Guzmán aponta que:

O conceito de desenvolvimento rural que aqui estamos propondo, amparado nos princípios da Agroecologia, se baseia no descobrimento e na sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistências locais frente ao processo de modernização, para, através deles, desenhar, de forma participativa, estratégias de desenvolvimento definidas a partir da própria identidade local do etnoecossistema concreto em que se inserem (GUZMÁN, 2001, p. 65).

O debate ecológico é extremamente importante para construção da agroecologia, no entanto, ele não é um elemento isolado, necessita estar atrelado ao debate de modelos de desenvolvimento. A proposta de Guzmán valoriza e permite o diálogo com comunidades locais, dando-lhes visibilidade, ou seja, valorizando e reconhecendo as suas territorialidades específicas.

Considera-se que tais territorialidades estão vinculadas à agroecologia, na medida em que esta apresenta um suporte para dar visibilidade e importância a cada comunidade tradicional e suas atividades em frações do território. Atualmente é possível encontrar especificidades em conceitos como “agricultura quilombola”. Ou seja, a proposta da agroecologia é ampla e permite se capilarizar nos mais diversos territórios, a politização desse debate se faz extremamente importante para amparar os povos, seus territórios e suas territorialidades.

Seguindo o IV Congresso, que teve como uma das orientações a produção pautada na agroecologia. Já o V Congresso Nacional, com o lema “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”, realizado em 2007, buscou refletir acerca de uma reforma agrária de um novo tipo, tendo como destaque a questão ambiental como parte da reforma agrária e uma luta que envolve toda a sociedade. Para isso, o MST tirou como linha política prioritária, o fortalecimento de alianças, tendo em vista que a bandeira ambiental necessita estabelecer diálogos mais profundos com outros setores da sociedade (GROSSI, 2017).

Ainda segundo a Grossi, o VI e último Congresso Nacional (2014) realizado até o momento, teve como lema “Lutar, Construir Reforma Agrária popular”. Compreende um desafio ambientalmente mais amplo e profundo, tendo em vista a proposta “popular” para a reforma agrária, reflexo do acúmulo de anos de trajetória do movimento, que coloca em busca elementos essenciais para combater a desigualdade social, tendo uma das vias centrais, o meio ambiente e a agroecologia.

A proposta “popular” se contrapõe ao estilo de reforma agrária “clássica”, que, segundo Stédile ([1999] 2005), é capitalista, na medida em que a proposta tem em vista:

Democratizar a propriedade da terra, distribuindo a terra para os camponeses e os transformando em pequenos produtores autônomos. Com isso se gera um enorme mercado interno produtor de mercadorias agrícolas para o mercado e ao mesmo tempo um enorme mercado consumidor por parte dos camponeses (STÉDILE [1999] 2005, p. 157).

As reformas agrárias clássicas, argumenta Stédile (2011), foram realizadas nos países industrializados da Europa em meados do século XIX. Politicamente, a reforma agrária clássica pode ser considerada burguesa, pelo fato de que houve uma aliança entre a burguesia industrial, e comercial e os camponeses, contra os interesses da oligarquia rural. A reforma agrária clássica não poderia ser feita no Brasil pelas características de um capitalismo dependente, baseado na exportação de produtos primários, para isso, não precisa dividir a terra, por isso que as grandes concentrações de terra para produção de *commodities* se expandem nas mãos de poucos (STÉDILE [1999] 2005).

O MST, então, vinha discutindo a necessidade de elaborar uma proposta de reforma agrária de “um novo tipo” que beneficiasse realmente os camponeses na sociedade, sendo assim, oficializou tal proposta no último congresso, chegando à conclusão que a Reforma Agrária Popular:

Consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, no contexto de processos de mudanças de poder nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses. Desses processos resultaram leis de Reforma Agrária progressistas, populares, aplicadas combinando-se a ação do Estado com a colaboração dos movimentos camponeses (STÉDILE, 2012, p. 660).

Sendo assim, o Programa Agrário do MST (MST, 2014, *passim*), proposto no congresso pelo movimento em 2013, busca mudanças estruturais, amplas e profundas para toda a sociedade. Guiada pelo objetivo de construir um novo modelo de agricultura, voltado para a necessidade de todo o povo brasileiro, o programa agrário possui os seguintes pontos: i) a democratização da terra; ii) água, um bem da natureza em benefício da humanidade; iii) organização da

produção agrícola; iv) uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura; v) industrialização (promover a interiorização das indústrias, assim como desenvolver programas de incentivo a agroindústrias, cooperativas etc); vi) Política agrícola; vii) educação do campo; viii) o desenvolvimento da infra-estrutura social nas comunidades rurais e camponesas; ix) mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa.

Assim, o movimento tem como principal objetivo construir uma nova sociedade, que seja uma “sociedade justa, igualitária e fraterna para todos” (MST, 2014, p. 52). Para isso, as propostas devem fazer parte de um amplo processo de mudança na sociedade, tendo em vista a importância e necessidade de alteração da estrutura predatória atual de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza. Desta forma, se faz necessário repensar as bases estruturais do campo, de modo que aponte para a “superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza” (Idem, 2013, p. 149).

Como medidas essenciais para a organização do campo brasileiro o documento do último congresso determina:

1) Orientar a produção agrícola com prioridade absoluta para a produção de alimentos saudáveis a todo povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar; 2) Organizar a produção com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e cooperativas de prestação de serviços; 3) Organizar agroindústrias próximas ao local de produção agrícola, na forma de cooperativas, sob controle dos agricultores e trabalhadores e trabalhadoras da agroindústria; 4) Romper com a monocultura e promover uma agricultura diversificada, sustentada em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando alimentos saudáveis. O novo modelo produtivo deve gerar uma nova base alimentar com novas formas de consumo, equilibrada, de acordo com o ecossistema local e culturalmente adequada. (MST, 2013, p. 153).

A proposta de reforma agrária do MST, que parte do princípio da democratização da terra, soma-se a uma série de demandas que tecem a teia complexa de uma reforma agrária de fato popular - incluindo o debate da saúde, educação, meio ambiente - e todas as questões que estão envolvidas. A base do desenvolvimento rural parte da agroecologia, em sua profundidade, ramificando em suas amplas escalas geográficas ao longo do tempo e do espaço, ou seja, a agroecologia está em construção, em constante movimento formativo, no intuito de adentrar nas raízes e territórios mais profundos.

Um dos fios que compõem essa complexa teia se dá por meio da necessidade emergente de integrar a Reforma Agrária Popular no contexto urbano, seja em grandes regiões metropolitanas quanto em pequenas cidades. Tal urgência de diálogo tem se materializado por

meio da comercialização de produtos da reforma agrária e que se alicerça no pilar da alimentação saudável. Intervenções recentes têm sido a luz da Reforma Agrária Popular com a população urbana, tais como a realização da feira nacional da reforma agrária, feiras estaduais, a integração dos assentamentos em feiras agroecológicas locais, as lojas que reúnem produtos da reforma agrária como os Armazéns do Campo e campanhas de doações de alimentos.

Nesse contexto, tendo em vista o desmantelamento de políticas públicas voltada para agricultura camponesa em consonância ao avanço do debate agroecológico advindo de diversos atores da sociedade, constitui-se, ao longo dos últimos anos, um cenário elucidativo no que diz respeito ao consumo consciente, criando uma relação campo e cidade por meio grupos de consumidores, que apesar das facilidades de acessar produtos em supermercados, se organizam para consumir produtos advindos da agricultura camponesa, o que manifesta um novo estilo de vida de tais consumidores, vinculados a um circuito curto de comercialização.

3 CIRCULAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO DO CAMPESINATO ENTRE CAMPO E A CIDADE: TRAJETÓRIAS DA RECAMPESINIZAÇÃO

3.1 Dos campos às cidades

No processo de redemocratização brasileira, no final da década de 1980, emergem outros sujeitos sociais, marcando profundamente o cenário político histórico nacional e internacional. Não é que tais sujeitos ou até movimentos sociais não existissem, mas é um período de formalização, institucionalização e maior organização desses sujeitos sociais que se nacionalizam. Tais sujeitos se diversificam, como o movimento de mulheres, o movimento negro, LGBTQI+, estudantil, de jovens etc, provocando um alargamento da sociedade civil. Nesse contexto há, ainda, o ressurgimento, a nível nacional, dos movimentos ligados à luta pela terra.

A questão agrária no país não é nova. Desde os primórdios da colonização ela é pauta e luta cotidiana, se dispersa em todo território nacional. De indígenas aos quilombolas, nas lutas pela terra e por direitos em engenhos, usinas e propriedades rurais, nas tentativas de negociação e disputas com o latifúndio. As Ligas Camponesas marcam, já na década de 1950, um processo de nacionalização em curso de resistência à concentração da terra no Brasil, acompanhando as transformações do processo social que já começam a pautar a luta pela reforma agrária, interrompida com a repressão e violência da ditadura militar de 1964. Com a redemocratização e o então alargamento da sociedade civil, a questão agrária volta a disputar espaço no cenário nacional, ao lado de movimentos novos e urbanos que emergem no país, sobretudo na região Sudeste, como no ABC paulista. É nesse momento em que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra entre os principais movimentos emancipatórios do país em vias de redemocratização, reivindicando o acesso à terra e, em seu desdobramento, capilarizado em pautas políticas construída ao longo de todo processo histórico das lutas agrárias, direcionadas, sobretudo, ao campesinato e as demandas contemporâneas da terra.

O reflexo da urbanização, devido ao grande investimento da industrialização no país, a partir da década de 1930, e a intensificação de políticas desenvolvimentistas no período militar, marca o movimento de “desruralização” da população do campo e o intenso êxodo rural se intensifica. É o que Graziano da Silva (1982) chamou de “modernização dolorosa”, processo de modernização técnica da agropecuária. Segundo o autor, é no período pós-guerra que se inicia

o discurso teórico e político pela reforma agrária, em contraponto a modernização técnica, que prevalece e se intensifica a partir do golpe de 1964.

Ainda que a intensificação da urbanização e industrialização tenha ocorrido a partir da década de 1930, o campesinato, de certa forma, e em péssimas condições de subsistência, não era completamente “descartado”, tendo em vista que importava para o processo de urbanização pela produção de alimento barato para sustentação do mercado interno nacional. Segundo Vérge (2011), porém, em meados dos anos de 1970, a exemplo de América Latina, a produção de alimentos para o consumo no mercado nacional decaiu¹⁹, e a atenção do mercado se volta para a agroindústria de exportação. Os trabalhadores rurais e camponeses tornam-se marginais nesse processo. A produção de comida barata para sustentar o mercado interno já não os cabem, fato que atinge os pequenos e os médios produtores domésticos, tornando-os cada vez mais irrelevante em um sistema voltado para o exterior, que fez com que a condição de tais trabalhadores passasse de explorados da produção de alimento barato para o de excluídos (VERGÉS, 2011). Tal transformação dos interesses do mercado mundial de produtos para exportação, portanto, afeta a (já marginalizada) condição do campesino, tornando-os a massa excluída que, em parte, se soma às atividades precárias nas cidades. Tal invisibilidade aparenta ser o reflexo da crescente valorização e “produção” via o grande latifúndio, o mais recente agronegócio, da escolha pelo mercado externo e da conseqüente fome que o latifúndio gera, como aponta Castro (1946), em detrimento da criação de estratégias e incentivos para permanência de camponeses em seus territórios como produtores de alimentos, que garantiria a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional.

Com o Estado neoliberal – privatista – o agronegócio toma à frente das estratégias de relançamentos de grandes empreendimentos agroindustriais no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, alicerçados na velha propriedade fundiária. Fato este, que implica uma política agrícola de máxima prioridade ao desenvolvimento do capitalismo no campo, sem mudança na estrutura agrária, ou seja, completamente contrária ao movimento da reforma agrária e às políticas de desenvolvimento defendido pela Via Campesina²⁰ (DELGADO, 2005).

¹⁹ Importante considerar que Armando Bartra Vergés é um autor mexicano, sendo assim, quando ele mobiliza a categoria nacional refere-se ao México. No entanto, os processos na América Latina são bem próximos, cabendo também ao contexto nacional brasileiro. Apesar das diferenças, há semelhanças nas conseqüências do desenvolvimento do capitalismo internacional (hegemônico) na periferia do capitalismo, no caso aqui, na América Latina.

²⁰ Como foi argumentado no capítulo anterior, a Via Campesina é uma organização internacional de camponeses compostos por movimentos sociais do campo. Pode-se considerar a Via Campesina a referência de organização da classe trabalhadora, no caso, o campesinato, em escala mundial. Sua principal ação é constituir pilares de ação para enfrentamento do agronegócio, combate às desigualdades no campo, disputa pelo território e a soberania alimentar.

Com investimentos em tecnologias para expansão da produção de *commodities*, a expansão massiva das lavouras para exportação se torna protagonista da “expulsão” de camponeses de suas terras, seja tais camponeses ocupantes, arrendatários, donos ou parceiros. Registros apontam que entre 1985 e 1995 houve a redução de cerca de quinhentos mil estabelecimentos agrícolas vinculados à agricultura camponesa. Também, nesse período, registrou a queda dos números de empregos rurais, excedendo a margem de cinco milhões de pessoas desempregadas, fato este que se tornou tendência com o avanço do agronegócio (IBGE, 1985, 1995, 2000 *in* MARQUES, 2008).

Josué de Castro, enquanto deputado, na década de 1950, propôs um “programa de 10 pontos para vencer a fome”, o qual o primeiro desafio a ser combatido para superar a fome é justamente o mais estrutural, que é combater o latifúndio. Logo, a necessidade em “combater a monocultura em largas extensões”, mal sabia o que estava em curso era justamente ao contrário (CASTRO, 1963). Apesar do anacronismo do documento aqui citado, as preocupações de Josué de Castro no combate à fome iam ao encontro a uma política de soberania alimentar de fato, onde o combater o latifúndio era/é imprescindível e os também investimentos e incentivos na produção de base camponesa. Como dito no próprio documento, na importância no combate à fome faz necessário a “intensificação do cultivo de alimentos sob forma de policultura nas pequenas propriedades” (CASTRO, 1963, p.42).

A fome ainda é, nos dias de hoje, motivos de migração. A população do campo, apesar de estarem na terra onde se retira o alimento, são invisíveis, muitas vezes, ao Estado, e por necessidade emigram. Esfomeada e sem perspectivas de qualidade de vida, ou ainda, de vida, a população do campo infla os centros urbanos em busca da então “restituição da miséria”, instalam-se nas periferias, favelas e ocupações.

Armando Bartra, em seu livro “os novos camponeses”, diz que:

[...] o camponês anda por aí disfarçado. Surge nos bailes, teima nas conversas, irrompe nas brigas e aflora em todas as bebedeiras. Grande parte da cultura oral que sustenta a nossa iletrada identidade vem do campo. Como vingança à gradativa urbanização das comunidades rurais, os usos e costumes camponeses tomaram conta de todas as periferias urbanas (VERGÉS, 2011, p. 85).

De acordo com Marques (2008), a crescente necessidade da reforma agrária se reflete dos intensos conflitos no campo devido ao forte crescimento econômico do país, além da redução da oferta de trabalho, há um aumento da demanda de mão de obra devido a industrialização, no entanto, ao investir em modelo de agricultura extremamente excludente, altamente tecnológico e especializado, a oportunidade de trabalho nas cidades tornam-se mais restritas. Segundo

Vergés (2011), nesse processo de êxodo rural,²¹ muitos camponeses não se adequam ao mercado de trabalho nos centros urbanos, devido à falta de especialização, sobrando para esses camponeses em êxodo, trabalhos altamente precarizados, corroborando para intensificação da miséria, fome, doença etc.

Em reflexões sobre a classe trabalhadora e a sua relação entre o campo e a cidade, Marques (2006), procura tecer os fios de análise da complexa classe trabalhadora em trânsito, sendo assim, a autora constata que:

[...] a condição da instabilidade que tem caracterizado historicamente a existência de muitos trabalhadores de baixa renda no país está relacionada nos últimos cinquenta anos a um intenso movimento entre o trabalho urbano e o rural, bem como a centralidade do papel desempenhado pela família e suas estratégias de reprodução social (MARQUES, 2006, p. 171-172).

Ainda, segundo a autora, este fato representa, nas ocupações de terra, em muitos casos nas periferias das grandes cidades, a recuperação da condição de trabalhador de modo a garantir a reprodução social da família. O trabalhador/camponês sabe que em momentos de crise do capital e dificuldades no meio urbano, ele pode voltar ao campo, para o seio familiar. A unidade familiar camponesa segue abrigando desempregados rurais e urbanos. Processos de recampesinação (êxodo às avessas) narrado no início do capítulo anterior é parte desse processo, no qual assentamentos como Milton Santos (MST-SP) são expressões. Muito tem de semelhante às dinâmicas familiares nas periferias em paralelo ao campesinato, uma forte relação de vizinhança, solidariedade, a ajuda mútua do cuidado com outro – sobretudo as mulheres pelo fato de cuidarem dos filhos uma das outras –, o amparo em relação a alimentação, os mutirões etc. Compreender a presença de trabalhadores de origem urbana nos movimentos de luta pela terra se faz necessário, porque são complexas as trajetórias tecidas pela classe trabalhadora nesse trânsito campo e cidade (MARQUES, 2006), assim como são complexas e imbricadas as relações entre rural e urbano.

²¹ Aqui, cabe evidenciar uma importante reflexão provocada Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho, no momento da defesa desta pesquisa, quando ele chama atenção para como o capital orienta o êxodo a partir dos seus próprios interesses, ao problematizar o fato de que quando há êxodo rural, não se é questionado se os camponeses em deslocamento para as cidades sabem operar um torno mecânico, no entanto, quando se há uma situação inversa, isto é, um processo de recampesinização, se questiona o fato de homens e mulheres não saberem cultivar a terra. O que podemos refletir a partir disso, é o quanto o capitalismo é dependente da expropriação do campesinato da terra, isto porque, como ressalta Rosa Luxemburgo ([1913] 2009), não basta, para acumulação capitalista, a apropriação da mais valia do trabalhador. O capitalismo, segundo Luxemburgo, é um sistema que não é finito, nem decrescente, portanto, ele sempre precisará de mais matéria prima e de mais força de trabalho como formas de acumular capital. Isso significa dizer que, o capital sempre precisará expropriar o campesinato da terra, para que ele deixe de ser um sujeito autônomo e passe a precisar vender sua força de trabalho, isto é, virar um trabalhador livre. Seguindo este raciocínio, também precisará de terra para explorar recursos (materiais e produção de energia) suficientes para manter os modelos atuais e insustentáveis de consumo.

Complementando esse debate, recorre-se a Chayanov (1966), um dos pioneiros a olhar para a família camponesa e sua dinâmica. Tendo em vista em que a racionalidade da unidade camponesa se difere da racionalidade do capital no sentido do lucro pleno. O fato de não utilizar da categoria salário é um dos pontos complexos dessa teia, cujo trabalho não é assalariado entre os membros da família. Também afirma que cada unidade familiar possui uma dinâmica demográfica própria, ou seja, a quantidade de mão de obra disponível em cada família irá orientar no cálculo do volume do trabalho de acordo com as necessidades. Pressupondo, é claro, que todos filhos, filhas e possíveis agregados familiares trabalhem na própria unidade familiar e não fora. Outra observação em sua teoria é quão mais mão de obra disponível, isto é, a força de trabalho, maior a capacidade de extração da capacidade produtiva da terra, e, também, proporcionando uma distribuição de tarefas, reduzindo, desta maneira, a penosidade do trabalho.

Apesar de suas teorias terem sido constituídas em um período específico na Rússia, tais reflexões de Chayanov corroboram para nos atentarmos sobre essas especificidades da família camponesa, que tem a família e morada na terra como sustentação. E apesar de vivermos em uma sociedade capitalista, há elementos que podem ser considerados anti hegemônicos, e nos dias de hoje pode-se considerar uma virtude, como a coletividade, a solidariedade, a própria sobrevivência na terra e de seus próximos em detrimento do lucro, não criando relações exclusivamente monetárias.

Voltando aos fluxos migratórios das famílias residentes do campo, a distinção entre esses dois movimentos é que a migração campo-cidade é uma expulsão pautada no território, no modelo de desenvolvimento do campo que, como apontado por Harvey (2005), movida pela acumulação via espoliação. O agronegócio pode não expropriar o camponês de suas terras, mas ele vai exterminando aos poucos tudo que aquele camponês necessita para permanecer em suas terras, até que a cidade é a única opção para àquela família. É o que Martins (1981) chamou de subordinação da renda da terra, que há a subordinação do campesinato ao capital, gerando relações de dependências. Dentre inúmeros exemplos, podemos citar a pesquisa de Welch e Fernandes (2008) sobre a dependência dos pequenos citricultores às grandes empresas da laranja no Brasil e Estados Unidos. Nos quais os contratos absurdos conduzem ou dominam praticamente toda a cadeia produtiva, desde a assistência técnica, a obrigatoriedade de utilização de determinados insumos químicos à definição do valor que será pago ao produto e entre outros. A teoria da subordinação da renda da terra nos ajuda a compreender a ação nefasta do capital, na medida em que não precisam nem comprar terras para dominar toda a cadeia, é uma outra fase de como o capitalismo opera no campo. Aos camponeses que não sustentam tal

intervenção, emigrar é a saída. Por isso, se defende aqui neste trabalho, que não há integração possível entre agronegócio e campesinato. São modelos completamente distintos.

Em comum a essas migrações está a miséria. Quem está na cidade e vê o campo como uma saída de acolhimento, como será visto pelas trajetórias aqui narradas, está guiado pela esperança de ter uma casa (sem o aluguel dos centros urbanos) e da possibilidade de obter o alimento, tendo em vista que seu trabalho de produção do próprio alimento não pode ser alienado, isto é, que por meio da produção do alimento o trabalhador pode garantir sua (e de sua família) segurança alimentar. Mas também, muitos que estão no campo, veem a cidade como saída possível para a superação da miséria. A vista disso, pode-se dizer que a base social da reforma agrária está localizada nas periferias dos centros urbanos, entre trabalhadores pobres empregados ou desempregados. Entre esses fluxos e refluxos há em comum a busca por melhoria de vida para suas famílias (MARQUES, 2008).

Também por isso, há a necessidade de recampesinização²², no sentido de que, por meio da reforma agrária, é possível aglomerar, nos acampamentos rurais e assentamentos, essa população expulsa do campo pelo o agronegócio - ou seja, pelo capital - , também, a população urbana pobre e marginalizada nos centros urbanos.

Apesar dessas diferenças entre atores sociais, que pode variar de acordo com a trajetória individual ou coletiva dos indivíduos, assim como o próprio território em disputa pode definir essas características de origem de cada sem terra em movimento, há um projeto camponês que é o grande condutor das pautas políticas de sobrevivência e continuidade da luta pelo acesso à terra. Dentre tantas pautas, a produção de alimentos saudáveis, que responde ao processo social atualmente em curso. O atual trabalho tem como guia a questão do alimento, a produção de alimentos saudáveis frente às mazelas da produção capitalista no campo.

3.2 Das cidades aos campos

Nos últimos anos é possível observar um movimento de “êxodo às avessas”. Nesse movimento, o campo tem despertado o interesse de diferentes grupos da sociedade no Brasil, seja como morada e/ou como fonte de renda por meio do cultivo da terra. Não significa dizer investidores ou grandes produtores de *commodities*, mas sim, de pessoas interessadas em cultivar alimentos, sobretudo os orgânicos. Nesse processo de recampesinização, não é difícil

²² Fernandes (2008) utiliza-se dos conceitos de territorialização do capital, dado por meio da conflitualidades entre modelos de desenvolvimento, logo de classe, para compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização do campesinato. Compreendo este, como processo de recampesinização em curso.

encontrar um paulistano agricultor familiar na região do Sul de Minas, também jovens agrofloresteiros querendo se aventurar no cultivo e manejo de agroflorestas. Mas esses movimentos são, sem dúvidas, outra pesquisa. Aqui, o olhar direcionou-se para os sem terras, que, pelas migrações da vida, estavam residindo em grandes centros urbanos.

O assentamento acompanhado, o Milton Santos, surge no bojo de uma discussão interna do próprio movimento. No seu estudo sobre as Comunas da Terra, Yamila Goldfarb (2007) aponta que no MST havia a necessidade de repensar os modelos de assentamentos, tendo em vista que áreas próximas às grandes cidades estavam sendo mais comuns no movimento. Desta maneira, havia a necessidade de refletir a organização interna, a relação campo e cidade e sobre um modelo que fosse pautado na Agroecologia. Em linhas gerais, o MST e o INCRA, criaram as Comunas da Terra²³, modelo de assentamento que o Milton Santos está inserido.

Atualmente, a região de Campinas possui alguns assentamentos ligados ao Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e que não possuem vínculo com o MST, é o caso do assentamento “12 de Outubro”, mais conhecido como “Assentamento Vergel”, posto que está localizado nas áreas do “horto Vergel”, em Mogi Mirim. Também, os assentamentos de Sumaré I, II e III. O assentamento de Sumaré é considerado modelo pelo ITESP no Estado. Apenas um assentamento e dois acampamentos, portanto, compõem de fato (ou ainda, parte deles) a representatividade do MST na região metropolitana de Campinas. São os acampamentos Elizabeth Teixeira e Marielle Vive e o assentamento Milton Santos.

O acampamento mais antigo, o Elizabeth Teixeira, desde 2007 anos trava uma longa disputa territorial com a prefeitura do município de Limeira. Está localizado às margens da rodovia Anhanguera, eixo importante de conexão entre a capital e o interior do Estado. Apesar das terras ocupadas do acampamento pertencerem à União, há uma pressão extremamente violenta por parte da gestão do município. Pelos interesses públicos, a área seria destinada à implantação de um aterro sanitário, que, como se sabe, é um empreendimento muito rentável. Produzir alimentos saudáveis e integrar o acampamento no desenvolvimento local não faz parte dos interesses do município de Limeira.

Em 2017 o acampamento Elizabeth Teixeira passou por um processo de expansão, agregando famílias do até então acampamento Nelson Mandela, localizado no município de Piracicaba-SP. Essas famílias sofreram, ao menos, seis despejos até chegarem na expansão do Elizabeth Teixeira e apenas parte delas acompanhou o movimento nessa empreitada. Hoje a

²³ Não coube nesta pesquisa problematizar o processo (conflitos e divergências) o qual as comunas da terra foram criadas.

expansão não existe mais, as famílias do Nelson Mandela, que a ocupavam, foram incorporadas no Elizabeth Teixeira.

O segundo acampamento, a mais recente aposta na região e depois de longos anos sem organizar uma grande ocupação na região de Campinas, foi no município de Valinhos, envolvendo cerca de 700 famílias.²⁴ O acampamento teve seu nome escolhido em homenagem a Marielle Franco, vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), assassinada em 14 de março de 2018. O acampamento Marielle Vive, respondendo à conjuntura da qual foi fruto, é uma ocupação liderada majoritariamente por mulheres, tornando-se uma espécie de modelo de ocupação no estado de São Paulo, já que é uma experiência das diretrizes políticas mais recentes do MST. São elas: (i) a paridade de gênero por coordenação, isto é, mulheres ocupando cargos de segurança, homens na cozinha e cuidado com as crianças etc; (ii) recomendação da produção por meio da agroecologia; (iii) com um perfil predominante do “novo” (ou outro) camponês, ou seja, derivado de ocupações e periferias urbanas; (iv) sendo de responsabilidade das regionais de todo o Estado, não apenas da regional de Campinas, existindo um revezamento de coordenação do acampamento entre os dirigentes das várias regionais e (v) dispondo de diversas formações, oferecidas para os ocupados e ocupadas, em gênero, sexualidade, questões raciais, agroecologia etc.

É fato que esse “novo”²⁵ camponês (item iii acima), é o perfil majoritário dessas ocupações, em grande medida, devido à expressão da urbanização dessa região, promovida pelo grande investimento no desenvolvimento econômico. Há, portanto, reflexos da vida urbana na expressão desse camponês sem terra que ali vive, ainda que este camponês não deixe de expressar suas territorialidades do campo por meio do cultivo agrícola e cuidado com a terra, nem pelos processos de luta pela terra. Todavia, importa destacar este “novo” campesinato como uma das características do acampamento Marielle Vive mais do que dos outros territórios do MST, para evidenciar uma particularidade importante: se, outrora, era mais comum observar os deslocamentos das populações rurais para as áreas urbanas, os conhecidos êxodos rurais, provocados, sobretudo, a partir da década de 1970, pela “modernização dolorosa” (GRAZIANO DA SILVA, 1982)²⁶, nos últimos anos temos, como nesses acampamentos, uma composição de sujeitos que migraram das grandes cidades para o campo. Acredita-se que essa particularidade

²⁴ A fazenda improdutiva era pertencente a empresa Eldorados Empreendimentos Imobiliários - por meio da tentativa de despejo, a Empresa não conseguiu provar o uso da terra nesses últimos anos, ou seja, descumprindo a função social da terra.

²⁵ Esse termo “novo” é utilizado nesse trabalho de acordo com Armando Bartra em sua obra “Os Novos Camponeses”.

²⁶ Em outros momentos e em outras regiões, devido à seca ou aos ciclos da borracha, do outro etc.

representa apenas outra face da interpenetração do rural e do urbano. Não há uma diferença muito substancial nessa espécie de “êxodo às avessas”. O que essa interpenetração parece indicar é que entre o campo e a cidade os problemas derivam de uma questão de poder na disputa pelo território.

Cabe aqui, por enquanto, visualizar que há uma população derivada das cidades urbanas para o campo, por causa do mercado imobiliário, das dificuldades de viver de aluguel e, ainda, pelo aumento do desemprego, ainda pelo custo de vida alto que esses grandes centros possuem. Esse é o perfil majoritário desses acampamentos citados pertencentes ao movimento e, também, dos cooperados da Cooperflora, do assentamento Milton Santos. Tal “êxodo às avessas”, já tem causado impacto no campesinato, no que tange à sua heterogeneidade, sempre em constante modificação, e provavelmente continuará a provocar modificações no trabalhador do campo. Todavia, essas mudanças não significam o fim do camponês, apenas mostra as suas diversas faces.

O camponês, para Vergés (2011), ao contrário de fazendeiros, capitalistas e proletários - que têm suas respectivas bases econômicas: a terra, o capital e o trabalho -, é visto, primeiramente, como evidência social, isto é, como protagonista de movimentos reivindicatórios, como cultura, como socialização rural. São sujeitos coletivos, pois, apesar de serem camponeses e produtores de alimentos, não cultivam apenas para si, para obtenção apenas do lucro, mas coletivamente. Em certos momentos, vivem nas cidades, porém, o campo surge *como vontade de ser* (VERGÉS, 2011). Essa vontade de ser e, de estar no campo, move milhares de pessoas em busca da sonhada terra e trabalho, que para esse campesinato “escondido” nas periferias das cidades, torna-se real, diante da ocupação de terras e do acampamento.

Apesar das particularidades dessas três áreas, o Milton Santos, o Elizabeth Teixeira e o Marielle Vive dialogam entre si e possuem uma relação de ajuda mútua conforme as necessidades organizativas. Como, por exemplo, quando há movimentação em torno de uma situação de reintegração de posse, ou devido alguma manifestação pública por direitos sociais, ainda, em virtude de reuniões. Em todos esses casos, os militantes dos assentamentos e/ou acampamentos se encontram. Também, quando há nova ocupação, tais militantes acompanham os primeiros dias a nova área ocupada. Além disso, existem parcerias entre as áreas no que diz respeito à produção e comercialização. Essas duas áreas também estavam juntas quando foram contempladas no mesmo projeto que originou as cestas agroecológicas. Quando falta produção

para a entrega das cestas do Milton, recorre-se ao Elizabeth e, assim, seguem juntos resistindo cotidianamente e construindo a reforma agrária.²⁷

*

A região metropolitana de Campinas é considerada um local estratégico de crescimento e desenvolvimento do capitalismo no Estado de São Paulo. Localizada a 100km da capital, Campinas e as cidades que compõem o seu grande eixo, estão marcadas nas linhas da história como uma das grandes produtoras de café no período escravocrata, e, não por menos, traz a fama de ser a última cidade a abolir a escravidão no país.

A ancestralidade de um povo sofrido marca profundamente um território que ao longo da história opera em desigualdades para sustento de seu desenvolvimento. Não é por menos que pode-se dizer que grande parte dos sem terra que ali procuram uma vida digna tem cor, é a cor de quem está há séculos resistindo.

A cultura agrícola paulista foi transformada ao longo da ocupação, ora consolidada no café, pelos barões famosos e lembrados a toda esquina em nomes de ruas, de bairros, de distritos; ora consolidada por outras culturas, que acompanham a tendência do capital, até serem substituídas outra vez, como o algodão, no período de intensificação da indústria têxtil, “trocado” posteriormente pelo sintético. Não esqueçamos, ainda, a mais velha e conhecida cana-de-açúcar. Quem percorre as rodovias pelo interior de São Paulo sabe como ela é intensa e extensa. Para termos um exemplo, resultados do último grande censo agropecuário realizado em 2017 apontaram que o Estado de São Paulo produziu 354 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, distribuída em 15 mil estabelecimentos, número muito superior a produção dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, que, juntos, somam 116 milhões de toneladas, distribuídas em 4,6 mil estabelecimentos (IBGE, 2017).

É claro que não podemos desconsiderar as características edáficas, climáticas de água e dos próprios empresários do agronegócio, que conduzem os investimentos de qual *commodity* vai ser investida em tal local e Estado. No entanto, se faz explícito que há uma alta produtividade

²⁷ Se faz importante pontuar que apesar das áreas terem vínculo organizativo direto com o MST, não significa que todas as famílias acampadas ou ocupadas fazem parte do movimento.

da cultura da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, refletindo o que é o “agro”²⁸ na classe trabalhadora do campo e da cidade.

Nesse sentido, de acordo com Taufic (2014) pode-se visualizar dois caminhos principais que levam a compreender a região de Campinas ao longo do tempo. O primeiro deles é a tecnificação da agricultura de precisão e o aumento da produção de *commodities* por metro quadrado, culminando no êxodo rural em massa. A segunda, o processo de desconcentração do capital da região metropolitana de São Paulo, podendo ser compreendida pela dimensão da “dispersão urbana”, o que significou a modernização do capital mercantil e interiorização do capital produtivo, refletindo diretamente no fenômeno da especulação imobiliária que influenciam o “êxodo às avessas”.

Economicamente, o capital mercantil experimentou transformações mais expressivas em relação às que se poderiam imaginar nas décadas de 1970 e 1980, atingindo uma expansão admirável em determinados segmentos, participando ativamente do processo de financeirização. Além disso, a pressão do capital internacional na disputa por essa fração do processo de acumulação é crescente. Espacialmente, o pano de fundo de uma urbanização dispersa coloca para o capital mercantil o desafio de cada vez mais ampliar a escala “regional” de sua ação. Isso implica novas formas de articulação entre elites locais e entre elas e o Estado. Este é o um dos motivos pelos quais se aprofundam as disputas e a pressão por novos instrumentos de administração pública, dentre elas as ‘aglomerações urbanas’ (TAUFIC, 2014, p.32).²⁹

Ou seja, essa interiorização do capital produtivo influenciou sobremaneira a região metropolitana de Campinas, fato que corrobora para ampliação da classe trabalhadora localizadas nas periferias devido à especulação imobiliária. Concentrada em bairros afastados, a população de baixa renda se torna o ponto chave para realização dos trabalhos de base pelo MST na região. É possível se observar que grande parte dos sem terras da região são derivados da região urbana, muitos dos assentamentos no território paulista vem da população periférica da região de Campinas. A exemplo do assentamento localizado em Promissão, chamado de “Nova Campinas”.

O processo de financeirização da própria região, o fenômeno da interiorização do capital na região, portanto, produz profundos efeitos de investimento na constituição de um polo industrial e tecnológico, fato que torna a especulação imobiliária o principal fator da dificuldades para a realização da reforma agrária, pois há a valorização do metro quadrado.

²⁸ “Agro é tech, a agro é pop”, propaganda sobre o agronegócio e suas “benfeitorias” transmitida no horário nobre na Rede Globo configura a teia de relações a qual o agronegócio está envolvido, e toda dificuldade em transformar essa realidade via luta popular.

²⁹ Para compreender mais sobre dispersão urbana e relação campo e cidade ver o estudo de Taufic, 2014. Expansão Urbana e Relação Campo-Cidade: um estudo a partir do município de Limeira-SP (2003-2013).

Apesar da malha do tecido urbano, o uso do solo é marcado por grandes empreendimentos no ramo sucro-alcooleiros, como dito acima, São Paulo é campeão nacional de produção de cana-de-açúcar. Segundo o censo agropecuário de 2017, o ranking oficial da produção da cana é encabeçado pelo Estado de São Paulo, com 347.684.180 toneladas, seguido por Goiás, com 72.720.538 toneladas, que, como é possível observar, não chega nem na metade da produção paulista. Para fechar o pódio, o terceiro colocado é o Estado de Minas Gerais, com 65.984.683 toneladas de produção de cana-de-açúcar.

A cultura da cana, e seus investidores, têm particular atenção nessa pesquisa, pois o assentamento aqui estudado pode ser visto, literalmente, como uma ilha cercada pela cana. A comuna da terra Milton Santos está localizada nas divisas de Americana e Santa Bárbara d'Oeste, ligadas, entre si, por um grande canavial pertencente à usina Estér. Segundo Taufic (2014),

A gestão do patrimônio imobiliário que compõe o capital de usinas e grandes produtores canavieiros tende a uma relativa autonomia frente à face operacional agroindustrial destes grupos. Em outras palavras, é comum que se separe parte dos imóveis para uma atuação exclusivamente voltada ao ramo imobiliário urbano, por exemplo. Neste caso, a tendência à dispersão (urbana) pode resultar de uma política deliberada de um grande grupo detentor de terras, que parcela sua propriedade de forma descontínua, em um ritmo compatível com melhor apropriação da valorização da terra possível (TAUFIC, 2014. p.118).

Ou seja, a característica desse empresário da terra é multifuncional, a exemplo do empresário que comanda a usina Estér, às margens da comuna da terra Milton Santos, sua família também é dona da Empresa Paulista de Televisão EPTV, principal afiliada da Rede Globo no Estado de São Paulo. O latifundiário foi transformado em um grande empresário em função da acumulação, seja no campo ou na cidade, ou ainda nos dois segmentos (Taufic, 2014). Como será possível acompanhar, são várias as faces da interpenetração entre campo e cidade.

Tal histórico da questão agrária coloca os movimentos populares de luta pela reforma agrária em um cenário de verdadeira barbárie e de muita violência contra a população urbana e camponesa. A conflitualidade, expressa pelas disputas por modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2014), se ramifica em pautas e lutas específicas, que representa cada povo, ou seja, cada comunidade e seus modos de vida. Nesse sentido, o próprio MST, ao longo de seus quase quarenta anos, vem avançando no debate da luta de classes, suas necessidades e estratégias materiais e imateriais de enfrentamento do predadorismo do capital e suas corporações. Não é por menos que a região estudada carrega, em seu fardo, na intensa

urbanização que abate as ocupações e as possibilidades de conquista de territórios de reforma agrária, a grande especulação imobiliária por empresários, corporações e interesses políticos.

Diante disso, faz sentido concordar com Fernandes (2008), quando este afirma que o conflito não prejudica o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que o conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e ocorrem simultaneamente. Ou seja, o conflito não está relacionado somente a um processo externo, mas no seu interior e pode ser compreendido ao longo do tempo e espaço, produzido em diferentes “escalas geográficas e dimensões da vida” (2008, p. 174). Neste caso, a conflitualidade acompanha os sem terras desde sua ocupação e também ao longo de sua trajetória de vida no assentamento, na medida em que os conflitos estão impostos pelo modelo de desenvolvimento rural, o que gera pobreza no campo e seus desdobramentos.

Não há caminhos para relação “harmoniosa” entre tais modelos, agronegócio vs camponato, inclusive pelo fato do próprio modelo do capital almejar a extinção de qualquer iniciativa que reterritorialize camponeses e que permita que eles produzam alimentos, e claro, seus modos de vida. A exemplo, podemos lembrar a situação do próprio assentamento Milton Santos que, loteados pelo Incra desde 2008, em áreas devolutas da União, em 2012 sofre uma ameaça de despejo vindos dos usineiros da região. Dois elementos materiais são “incompreensíveis” nesse movimento, primeiro, o fato da área ser da União devido dívidas ao INSS - lembrando que muito dessas terras de origem latifundiária são griladas -, segundo, pelo tamanho insignificante do assentamento no meio do “mar” de cana que compõem a paisagem. Ou seja, o conflito está presente de diferentes formas e escalas na vida local desses camponeses, desde a sua condição de vida à pressão externas, como às incertezas e ameaças, à dificuldade de acessar políticas públicas ou à própria ausência de políticas voltadas para a reforma agrária, que poderiam garantir condições materiais e imateriais para as famílias camponesas se fortalecerem.

3.3 A construção de territórios camponeses a partir dos excluídos urbanos: as comunas da terra e a Reforma Agrária Popular

Territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) são três processos que ocorrem frequentemente aos movimentos que se propõem a disputar um determinado território. De acordo com Fernandes (2005, p.28/29), a expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição são os movimentos das propriedades dos espaços e territórios. Quando se cria um espaço determinado território por meio de ações concretas denomina-se processo de

territorialização. Logo, a destruição dessas ações concretas pode-se considerar como desterritorialização, e assim, permeada pelos conflitos (inerentes nesse processo de disputa). Há uma constância no processo dito acima, expansão, fluxo, refluxo, este último sendo o processo de reterritorialização.

As trajetórias de vida das duas cooperadas da Cooperflora narradas nesta pesquisa, estão no fluxo e refluxo da territorialização (ocupação e conformação do acampamento), desterritorialização (despejo) e reterritorialização (uma nova ocupação). Foram vários processos de “fluxos” e “refluxos” para que Maria e Margarida conquistassem finalmente o território de suas moradas, o assentamento Milton Santos. Nesse sentido, faz-se importante retomar um conceito que acrescenta elementos da geografia para compreensão sociológica, o movimento socioterritorial.

Fernandes (2005), a partir dos conceitos de espaço e território, propõe os conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Tendo em vista que uma grande diferença entre eles é que o movimento socioterritorial tem como trunfo o próprio território, são os que dependem do território, da terra, enquanto reprodução social. Nas palavras do autor, o território é “essencial para suas existências” (2005, p. 31). Segundo este, podem ser exemplificados pelos movimentos camponeses e indígenas, e no meio urbano, pelos movimentos de moradia.

Ainda de acordo com Fernandes (2005), todo movimento socioterritorial é socioespacial, mas tem todo movimento socioespacial é socioterritorial, tendo em vista que o movimento socioespacial não tem o território como trunfo, pois a “produção ou construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para a transformação de suas realidades” (p.30). Por isso que todos os movimentos são socioespaciais.

Cabe reforçar que

Movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e socioterritoriais ou movimento ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005, p. 31).

Tendo a perspectiva geográfica em vista, denomina-se os movimentos socioespaciais segundo o autor, as organizações governamentais (ONGs), pois trabalham em prol de um interesse, que pode ser de acordo com os interesses de uma multinacional ou indígena. Ou seja, tem intencionalidades específicas mas não um território definido (FERNANDES, 2005, p.31). O movimento socioespacial possui diversas escalas, local, regional, nacional e internacional, a

exemplo de associações de bairros enquanto escala local e movimentos internacionais, tais como o Greenpeace (FERNANDES, 2005).

Neste trabalho, o movimento socioterritorial específico é o MST, considerado um movimento territorializado, pois estes movimentos, “atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações estratégicas políticas que promovem e fomentam a sua territorialização (FERNANDES, 2005. p. 32).

O movimento socioespacial se faz importante para compreender a realidade abordada e a própria compreensão do fenômeno sociológico que estão inseridos, a exemplos, coletivos e grupos que estão na luta do direito à alimentação adequada, como os grupos que estão construindo a segurança alimentar e nutricional, assim como, os grupos que atuam em prol da agroecologia, seja no campo ou na cidade, ou ainda, coletivos específicos de agroflorestas. Também pode-se considerar o veganismo como um movimento socioespacial, o movimento LGBTQIA+, e mais especificamente nesse trabalho, o olhar é dedicado a provocar reflexões acerca do consumo consciente em torno da alimentação. Desta maneira, há uma fusão de interesses entre os dois movimentos, pois os consumidores das cestas agroecológicas representam o movimento socioespacial por possuírem interesses por trás do consumo, a exemplo da manutenção do movimento socioterritorial a partir do consumo.

A partir da compreensão do que se vem se constituindo enquanto elementar para o desenvolvimento rural camponês por meio da Reforma Agrária Popular, a proposta de um outro modelo de desenvolvimento rural vem sendo traçado e avançado em suas pautas e estratégias ao longo do tempo. Acredita-se que a recamponesização e de reterritorialização por meio dos movimentos socioterritoriais apresenta especificidades que trarão características ao camponês sem terra. Para compreender esse fenômeno via movimento de reivindicação da terra, partiremos de dois elementos que são partes da construção desse camponês sem terra. Um primeiro ponto é a mobilização social e política que esses camponeses passam ao embarcarem na proposta da reforma agrária via ocupações de terra, um segundo ponto de vista é a relação, propriamente dita, com esse camponês com a terra conquistada ou, ainda, em conquista, tendo em vista o anseio da autonomia no que diz respeito à produção de alimentos.

O processo da mobilização social e política, processo esse, que para além de promover a luta pela terra, assim como a disputa pelos sentidos da produção do alimento e suas bases produtivas, as formas diversas de relações de trabalho e de modo de produção, tem como intuito, ainda, a valorização de uma cultura camponesa que busca reconhecimento e visibilidade de um modo de vida e produção que difere do hegemônico. Essa mobilização social e política, por sua vez,

é construída por meio da disputa de terra, na ocupação, na conquista, na regulamentação e na organicidade do dia a dia em movimento da construção do território camponês.

A mobilização social e política desse sujeito é canalizada por meio do conflito entre “campesinato vs agronegócio”, dois modos antagônicos. Sendo assim, concordamos com Fernandes (2008) ao afirmar que

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2008. p. 177).

Neste trabalho, há o enfoque na construção desse território camponês, como diria o próprio autor citado, o processo de “reinvenção do campesinato” a partir da organização política na constituição de acampamentos rurais. É o que Fernandes (2008) chama de “territorialização da luta pela terra”, pois segundo o autor, grande parcela dos assentamentos rurais existem por conta do conflito promovido pelo desenvolvimento, ou seja, o capital. Mas também ressalta que é um movimento de mão dupla, na medida em que o próprio agronegócio também promove conflito e desenvolvimento no processo de expropriação e exploração do campesinato.

Para compreender tal fato, recorre-se ao conceito de território, visto que, de acordo com Fernandes (2008), está mediado pelas relações de poder que carregam as relações sociais, culturais, ambientais e políticas para além do espaço físico em si.

Para Raffestin (1993)

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Raffestin afirma que o espaço não tem valor de troca e sim valor de uso, sendo assim, o espaço preexiste à ação, a própria ação no espaço motiva o valor de uso, o transformando em território. Pode ser visto como um “local” de possibilidades, concretizado a partir do momento que algo ou alguém manifeste interesse e intenção de apoderar-se dele. Assim, ele será o objeto. O território é uma produção a partir do espaço, logo, essa produção envolve as relações

constituídas em um determinado campo de poder, que dará a representação do próprio espaço, refletindo tal imagem desejada do território e suas relações ali estabelecidas (RAFFESTIN, 1993).

Para o autor o poder é a chave de análise da constituição do espaço em território, pois,

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53)

Desta forma, a Reforma Agrária Popular está inserida nesse campo de disputa mediado pelo poder, sendo assim, ela só é feita no processo de luta, por meio dos conflitos entre territorialidades - territorialidade camponesa vs territorialidade do agronegócio- que são antagônicas.

Com o intuito de compreender esse território camponês dentro da questão agrária, Moreira e Targino (2007) propõem a terminologia intitulada “território de esperança”, que de acordo com os autores

[...] é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” [...] (MOREIRA e TARGINO, 2007, p. 76).

Conceber o território a partir dessa perspectiva é interessante na medida em que conecta o ser humano, o sem terra, em trânsito, migrante pelas desigualdades ao um território “novo”, como citado, carregado de esperança. E é a partir dessa constituição, da disputa entre ideias antagônicas, que esse novo camponês sem terra está alocado.

Para isso, recorre-se ao conceito de territorialidade, que de acordo com Saquet (2009, p. 78) considera “como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço conforme as características de cada sociedade” e de Becker (1983, p. 08), enquanto “um fenômeno associado à organização do espaço em território diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes: é uma relação com o espaço, considerando os demais atores. [...] é a face vivida do poder.” Para Fernandes (2007), se trata de uma multiterritorialidade, partindo do ponto de vista da multidimensionalidade do território, visto que há diferentes usos. Para o autor, cada território tem sua territorialidade, compondo, dessa forma, uma multiterritorialidade. Nesse caminho, o

autor parte do sentido que os territórios são materiais e imateriais, isto é, espaço físico e o espaço social, este último carregado por ideologias, relações sociais, ideias, pensamentos. Portanto são indissociáveis.

Mas o que seria, então, a multidimensionalidade do território? Para Fernandes (2008), a multidimensionalidade é a peça-chave para compreender o território enquanto sua totalidade, e não como singular, e sim visto a partir da sua complexidade de relações políticas, culturais, ambientais e sociais. Ainda segundo o autor, é muito além de um espaço de governança, por isso propõe uma divisão na leitura dos territórios, mas não indissociáveis, e sim, integrantes. Sendo assim, o autor propõe a divisão em três pontos de vista para se compreender a totalidade e complexidade do território. O primeiro território é composto pelos espaços de governanças em sua multiescalaridade, nacional, regional, estadual, municipal e distrital (FERNANDES, 2008). Já o segundo território, que está contido no primeiro território, seriam as propriedades particulares, as propriedades privadas, isto é, uma instituição ou uma família, etc. Já o terceiro território se relaciona e transita diretamente com o primeiro e o segundo, é fluxo, pois é intermediado por relações institucionais e de poder, a exemplo do autor para o terceiro território seria o narcotráfico (FERNANDES, 2008). Importa destacar que essa fragmentação do conceito proposto pelo autor viabiliza uma leitura crítica do conceito, carregado de intencionalidade, pois coloca em “cheque” os modelos de desenvolvimento e o projeto político por detrás de cada um.

Neste trabalho, por exemplo, é estudado uma fração de um território, um assentamento rural, que por sua vez está contido no primeiro território, município de Americana, Estado de São Paulo, Brasil. Por isso se considera a multidimensionalidade e a multiescalaridade propostas pelo autor, visto que tal abordagem permite explorar a especificidade que da constituição desse território estudado, enquanto disputa de sentidos, modos de vida, isto é, uma disputa mais ampla de projeto de vida, de desenvolvimento, ou seja, o segundo território.

Considerando tais aspectos, compreende-se que o território e a multiterritorialidade são frutos, também, das relações sociais constituídas no processo de reterritorialização do campesinato - latifúndio improdutivo em ocupação - acampamento - assentamento. Neste caso, a construção da territorialidade camponesa, aqui proposta, se dá via processo de luta pelo direito à terra - e a construção social e política desse camponês - ao longo do tempo por meio da organização do espaço em território, isso é, dar materialidade à reforma agrária em meio a processos organizativos e formativos de um projeto político agrário em curso.

Este é o caso dos assentados vinculados a Cooperflora, cada um carrega consigo a sua trajetória de vida e luta pelo acesso à terra. Isto é, desde a sua primeira ocupação de terra, os

despejos, até o trunfo da conquista do assentamento. Nesse processo, em constante formação, a agroecologia e a soberania alimentar se apresentam como alicerce estruturante para a sobrevivência do retorno desses camponeses. Porque o esforço não termina na conquista da terra, pois tem a sobrevivência no dia dia. Portanto, a Cooperflora reúne características anti-hegemônicas para essa sobrevivência, estas, que são antagônicas ao capital, baseada nos princípios da agroecologia e da soberania alimentar.

Nesse êxodo "às avessas", a transformação do sujeito inserido na luta pela reforma agrária, se dá via organicidade de formação que o próprio movimento sem terra projeta para constituição desse território camponês – ou seja, na transformação do espaço em território, neste caso, território camponês - que se formará com a constituição do acampamento, onde esse novo camponês acessa na organização social do acampamento as primeiras orientações no que diz respeito aos princípios, por exemplo, da agroecologia.

Outro ponto que constrói esse camponês sem terra o é sua relação com a terra, mais precisamente, a relação entre o camponês e a produção de alimentos – saudáveis - e a terra, que garantam sustentabilidade ambiental, relações de trabalho dignas e que se constitui, portanto, a contrapelo do latifúndio, do agronegócio e dos modos de produção e relações de trabalho hegemônicos. Concretamente, a relação produtiva com a terra do campesinato sem terra é inseparável da mobilização social e política, já que, inclusive, tal relação com a terra faz parte também desse processo.

Diante do exposto até aqui, como falar de reforma agrária e campesinato diante de tais características? Levando em consideração essas questões, também, o diagnóstico feito pelos trabalhos de base sobre o grande interesse dos moradores da periferia urbana, com um passado relacionado ao campo, em voltar para o campo (a recampesinação), houve a necessidade de refletir sobre a organização interna, no que diz respeito à relação entre o campo e a cidade, de um modelo de assentamento que fosse pautado nas características desse “novo camponês”.

O MST, então, no final da década de 1990, inicia, internamente, o debate sobre as “novas” formas organizativas de assentamentos (GOLDFARB, 2007). Entre as necessidades impostas pelo processo social estavam a importância do uso da agroecologia como matriz produtiva, tanto no que diz respeito à organização da produção, quanto à nucleação das famílias e à divisão dos lotes, isto é, a criação de um modelo de assentamento que contemplasse tais características. Estas novas diretrizes são refletidas na proposta das Comunas da Terra, que, segundo Delwek (2003), é uma forma de levar a reforma agrária para as proximidades dos centros urbanos.

As Comunas têm como característica, além de estarem em regiões metropolitanas, lotes menores que os convencionais, que são coletivos para a produção, para, desta forma, ser

possível atender às demandas de abastecimento. Também, há a titulação da terra não é individual, mas sim coletiva. E o mais importante, as Comunas da Terra já nascem “agroecológicas”, logo, é possível associá-las à produção e abastecimento das grandes cidades, voltadas para a produção de alimento saudável.

A concepção de Comuna da Terra é exclusivamente do MST. Conforme Goldfarb (2007) fundamentada por meio de estudos, experiências, debates e encontros, ou seja, as próprias vivências do cotidiano da luta pela distribuição de terras fez com que o movimento diagnosticasse tal perfil de assentado, composto por sujeitos que possuem algum passado ligado à terra, mas que viveram grande parte de suas vidas em uma grande cidade. No entanto, segundo a autora, para institucionalizar esta concepção de assentamento, foi necessário articular tal proposta com o Incra, órgão federal responsável pela colonização e reforma agrária no país, que, por sua vez, chegou a conclusão que as demandas do movimento se encaixam em um modelo de assentamento já existente, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Desta maneira, a demanda do movimento foi “encaixada” para tentar suprir, minimamente, as reivindicações do movimento social à burocracia. Podemos citar o tamanho do lote, por mais que a ideia seja um lote de menor tamanho, um hectare de terra é muito pouco para a família camponesa, no entanto, o INCRA encaminhou que seria suficiente. Esse processo se deu no âmbito do estado de São Paulo, na relação entre a superintendência paulista e o MST.

Sobre o PDS:

Considerando a criação da modalidade denominada “Projeto de Desenvolvimento Sustentável” por intermédio da Portaria/INCRA/ P nº 477, de 4 de novembro de 1999, regulamentada pela Portaria/INCRA/P nº 1.032, de 25 de outubro de 2000, que aprovou a metodologia para a criação e implantação dessa modalidade de projeto; Considerando que esse tipo de assentamento requer acompanhamento sistemático visando orientar as populações que já exercem ou pretendem exercer atividades produtivas em áreas de interesse ambiental para a utilização de práticas ecologicamente corretas que assegurem a sustentabilidade dos empreendimentos (INCRA, 2002. p. 01)

A proposta do PDS, apesar de ser uma modalidade criada para atender os interesses das comunidades extrativistas da Amazônia, tem se especializado em outras regiões do país, principalmente no Estado de São Paulo. Atualmente, segundo os dados do Incra/Supra (2020), há 22 PDS's na região Sudeste (entre consolidados e andamento), destes, 19 estão localizados no estado de São Paulo.

Com o PDS é possível estabelecer a agroecologia como principal matriz produtiva, pois, segundo Goldfarb (2007), é necessário que o manejo seja ecológico e sustentável, destacando que a produção deve ser feita em áreas já desmatadas e com base (principalmente) em sistemas

agroflorestais, de modo a valorizar e enriquecer a flora local. Além de ter a função de preservar áreas florestais nativas, os PDS's têm como função recuperar ambientalmente áreas que foram devastadas pelo cultivo de monoculturas. Ainda que a proposta do PDS seja interessante, há muitos desafios a serem superados, tendo em vista que a própria transformação para uma produção agroecológica caminha a passos lentos. E há, sobretudo, a necessidade de uma assistência técnica qualificada, voltada para uma matriz produtiva de base ecológica, e sobretudo, que seja presente no cotidiano dos assentados.

Pode-se afirmar, então, que toda Comuna da Terra é um PDS, mas nem todo PDS é uma Comuna da Terra. Pois, quem vai orientar nessa questão é o MST, os acampamentos organizados pelo movimento que se enquadram na modalidade PDS, será uma Comuna da Terra. Por exemplo, segundo Goldfarb (2007), a situação específica da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, localizada no município Franco da Rocha, grande São Paulo, foi organizada pelo MST, no entanto, as terras pertencem ao Estado de São Paulo, logo, o órgão responsável pela regularização fundiária é o ITESP, que não reconhece as concepções inseridas na proposta das Comunas, por isso, para a titulação de terra ser coletiva e não individual foi organizado um abaixo assinado com as famílias. Esse é um ponto muito importante, tendo em vista a intensa especulação imobiliária nas regiões em que estão localizadas as Comunas da Terra. A titulação coletiva garante que o território se mantenha sob o propósito da reforma agrária. Cabe ressaltar que o assentamento Dom Tomás Balduino foi a primeira experiência de Comuna da Terra, datada em 2001.

Goldfarb (2007) aponta o importante processo de recampesinização presente do movimento de “fluxo reverso” que as Comunas apresentam. Parte dessas comunas, viram morada da população urbana espoliada e que vivem à margem das regiões metropolitanas do Estado, em destaque para as regiões de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto. Também recentemente, compôs esse quadro das comunas da terra/PDS, a região do Vale do Paraíba. Novos projetos de assentamentos direcionados a atender um perfil de novos/outros camponeses. Dessa maneira, é possível manter a dialética entre reforma agrária e o meio urbano, assim como, a importância do papel desses novos camponeses para o meio urbano, que é a produção e comercialização de alimentos saudáveis.

De acordo com Marques (2006), o MST construiu um projeto político e social sustentado pela identidade camponesa. Tal identidade está vinculada a este projeto, não pela convocação das mais “puras” definições de campesinato. Desta maneira, a luta pela terra assume um papel multidimensional, que transcende o acesso ao meio de produção, para ser, também, um projeto

em defesa da vida e da morada, logo, o próprio assentamento se torna o território da vida. E esse território também pertence aos excluídos urbanos, por que não?

Vale a pena refletir sobre o que diz a proposta da Comuna da Terra. Ela fala do desejo de um urbano (centralidade e multifuncionalidade) realizado no campo. A refundação do campo como forma espacial que abriga uma nova sociabilidade, capaz de dialogar com o tempo da natureza e o tempo das modernas tecnologias, evitando a determinação do tempo do mercado. Essa nova sociabilidade guardaria elementos importantes da utopia camponesa, mas vai além dela, na medida que reafirma a autonomia no processo de trabalho como um valor, mas propõe uma reinvenção da vida em que o morar, o produzir e o desfrutar possam se realizar juntos e se constituir como meio de emancipação política. (MARQUES, 2006, p. 193).

Nesse contexto, as Comunas da Terra têm desempenhado tanto o importante papel de recampesinação dessa população de excluídos, quanto alternativas (a exemplo agroecologia) desse retorno a terra, ou ainda e para muitos, o primeiro contato. Marques (2006) argumenta que, esta busca pela morada, demanda uma nova forma de sociabilidade fundamentada na capacidade de constituir diálogos entre tempos: o tempo da natureza e o da tecnologia, no intuito de se esquivar de outro tempo que é muito custoso ao camponês, o tempo do mercado. Por sua vez, a sustentação, em suas palavras, da “refundação do campo” por meio das Comunas da Terra está intrínseco à agroecologia, um movimento anti sistêmico e que se opõe ao modelo de produção baseado no agronegócio. Logo, esse “novo” assentamento já nasce na contracorrente do “agro”, pois ele carrega consigo, institucional e ideologicamente, uma proposta de organização social e produtiva (que vai além da sua produção individual no seu lote), de base agroecológica. Relacionando esse “novo camponês” à preservação do meio ambiente, mas também à constituição de outras formas de se relacionar por meio da agroecologia.

Um grande desafio é colocado nessa transição urbano-rural, levando em consideração que parte desses moradores estavam por anos na cidade, alguns já nascidos nas cidades, e sem experiência do trabalho com a terra. Há também o desafio de construir o território agroecológico, pois, apesar de ser um movimento que vem ganhando visibilidade, há sólidas barreiras construídas em torno da produção, ao longo de mais de mais de cinquenta anos, fundamentada no modo de produção convencional, com agroquímicos e muitas técnicas “anti-ambientais”, por assim dizer.

Contribui para esse debate o trabalho de Justo (2020). Em sua pesquisa, o autor acompanhou a produção agroecológica de três Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo, (Comuna da Terra Irmã Alberta, Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga), como forma de sistemas alimentares alternativos de abastecimento em contraponto ao regime alimentar hegemônico. O autor aponta que, apesar do princípio das

Comunas (PDS) ser a produção de base ecológica, as comunas estudadas estão em fase de transição agroecológica. Fase esta, a qual há a redução, aos poucos, dos insumos químicos utilizados na produção. No entanto, fica evidente os esforços para constituição desses territórios pautados na agroecologia. Pode-se destacar a importância das parcerias entre o MST e organizações a fim de assessorar as comunidades e incorporar práticas agroecológicas. Tais parcerias: ONGs, coletivos da sociedade civil e outros.

Ou seja, por mais que haja a intenção de “ser agroecológico”, desde os primeiros momentos em que se idealiza o projeto político que envolve o futuro assentamento, o processo de “incorporar” tal projeto político é lento e perpassa por muitas ações. Ainda segundo o pesquisador, Justo (2020), cursos de agroecologia foram oferecidos e integrantes das três comunas estudadas participaram, além, de assessoria técnica do próprio MST no processo inicial dos assentamentos colaboraram para a constituição desse projeto político.

O estudo apontou, em relação a estas três comunas da terra que o autor acompanhou, que, apesar da agroecologia enquanto definição não ser necessariamente conhecida, a concepção da proposta de agricultura livre de veneno, natural, ou orgânica estava presente entre os assentados. Outro indicador da constituição das propostas das Comunas da Terra enquanto mudança de matriz produtiva é o número crescente de assentados vinculados à certificação orgânica participativa, isso mostra que, apesar das dificuldades, parte desses moradores já estão integrados à proposta. No que diz respeito ao escoamento da produção dessas três Comunas da Terra do estudo supracitado, que tem sido feito via a venda direta por meio do Armazém do Campo do MST na capital, por grupos de consumidores, por feiras e pelo instituto Chão, citado no primeiro capítulo. Essas iniciativas vinculadas à sociedade civil têm sido a saída para a venda dos produtos, quando a política pública é enfraquecida, apenas uma minoria acessa alimentos frescos e sem veneno.

O trabalho de Justo (2020) se faz importante para conectar a agricultura agroecológica peri urbana ao movimento popular de massas, cuja pauta estruturante é a reforma agrária, enquanto territórios em que camponeses se relacionam diretamente com o meio urbano. E o elo entre esses dois agentes (campo e cidade) tem se dado não só por meio do consumo, mas também pela parceria e relação de rede estabelecida. Ainda segundo o autor, esse vínculo entre o movimento socioterritorial (neste caso o MST) e o movimento socioespacial (como coletivos formados por um determinado grupo da sociedade civil que carrega consigo pautas em comum)³⁰, fortalecem os territórios de reforma agrária.

³⁰ A exemplo de pessoas que participam de coletivos vinculados a horta urbana e permacultura.

Considerar que há um modelo hegemônico e predominante na sociedade que conduz o mercado de alimentos - além de toda nocividade generalizada que o agronegócio causa - é um ponto de partida para compreender processos mais profundos no que diz respeito a nossa alimentação cotidiana nas cidades e a vida de quem está no campo produzindo. E essa concepção da nocividade dos alimentos envenenados no cotidiano tem, recentemente, se despertado entre produtores e consumidores, gerando interesse em procurar outras formas de produção e de consumo.

3.4 MST no Estado de São Paulo: histórico dos sem terra na região metropolitana de Campinas

No Estado de São Paulo o MST inicia o seu processo de territorialização com diversos atores envolvidos, entre eles “os posseiros contra a grilagem, expropriação e exploração e atingidos por barragens, as lutas dos trabalhadores assalariados e as lutas dos trabalhadores sem terra” (FERNANDES, 1994, p. 79). Sendo assim, quatro são as primeiras ações em torno da luta pela terra espacializada no território paulista.

Para uma melhor compreensão de onde queremos chegar enquanto característica específica do território estudado, se faz necessário notar as origens do movimento sem terra no Estado de São Paulo. Uma das primeiras iniciativas se deu no noroeste no início da década de 1980, na cidade de Andradina, por meio da ocupação da fazenda “Primavera”, até então tomada por grileiros nessa região do Estado, a partir de uma prática de roubo de terra pelos grileiros que marca o território do noroeste paulista. As experiências de luta advindas de diversas organizações, como a Comissão Pastoral da Terra, sindicatos e partidos políticos culminaram na constituição do MST em São Paulo, quando, em 1983, na cidade de Andradina, houve o primeiro encontro do MST do Estado. Tal encontro teve reuniões com a temática da reforma agrária e o uso da terra, e reuniu 1200 trabalhadores rurais, de 34 municípios (Fernandes, 1994).

Outras fazendas, além da Primavera, foram ocupadas no início da década de 1980 no Estado, fato que veio a somar a constituição e territorialização do MST. Podemos citar a fazenda Pirituba, cuja participação de arrendatários e meeiros foi fundamental no movimento de ocupação das terras com fins de reforma agrária. Essa fazenda está localizada na microrregião de Itapetininga, sul do Estado e, atualmente, referência de organicidade do movimento por meio do cooperativismo agrícola. Na região do pontal do Paranapanema, oeste paulista, região de São Paulo conhecida pelos altos índices de grilagem de terra por fazendeiros, a participação de

bóias-frias, desempregados das construções das barragens e posseiros caracterizavam a população sem terra daquela luta (FERNANDES, 1994).

A quarta região, a qual pertence hoje o assentamento estudado nesta pesquisa, originou-se na década de 1980, quando deu-se início às primeiras ocupações de terras dos sem terras paulistas: é a região metropolitana de Campinas, na cidade de Sumaré. Distinguindo das outras três regiões, os trabalhadores que participaram das lutas em Sumaré estavam em uma grande área urbanizada, expropriados ou expulsos do campo, migraram para a cidade em busca de melhoria de vida e da própria sobrevivência.

Desta maneira recorre-se ao trabalho de campo com o intuito de alocar as assentadas da comuna da terra Milton Santos ao próprio processo histórico vivido, enquanto liderança e dirigente, Margarida Alves³¹ relembra:

Aqui teve uma das primeiras ocupações de terra. Sempre foi um grande conflito, porque (...) veio esse povo tudo da roça, pagando aluguel, a maioria das pessoas não tinham onde morar. Aqui em Americana tinha favela, mas nós não fomos pra favela, fomos pagar aluguel, mas um monte de conhecido nosso foi morar na favela. Então, queria terra. Aí começou a igreja a ajudar, tinha muitos seminaristas, tanto que aqui em Americana moravam seis, tinha uma casa de seminarista com seis a oito seminaristas. E em Sumaré tinha um seminário também, e aí eles trabalhavam com a gente e com a questão da terra, aí ocupou, Sumaré foi um sucesso, foi muito grande, muito grande, e aí foi Sumaré, aí foi a fazenda primavera, depois foi um monte de ocupação (MARGARIDA, 2018).

E é assim que o MST nasce na região metropolitana de Campinas, entre periferias e favelas, o anseio da volta ao campo por milhares sempre está e estará presente. Margarida acompanhou todo o processo de espacialização da luta pela terra na região e por sorte ou destino, Margarida faz parte desse trabalho enquanto sujeito.

A região metropolitana de Campinas é composta por 19 municípios, somando 2.797.137 habitantes em 3645,9 km², registrados no último censo em 2010³², teve um forte investimento do Estado para se tornar um polo industrial e tecnológico e recebeu os mais diversos camponeses e trabalhadores rurais espoliados de suas terras, tornando-se, portanto, uma importante região para se realizar o trabalho de base com moradores nas periferias, devido às dificuldades materiais em que esses se encontravam. Não é à toa que apesar do alto processo de urbanização e da presença de grandes corporações e empresas, a região metropolitana possui

³¹ Como já exposto, Margarida Alves foi o codinome escolhido para representar a dirigente estadual do movimento e assentada da comuna da terra Milton Santos, e também, criadora e cooperada da Cooperflora. Daqui por diante, será referida apenas por Margarida.

³² RM Campinas. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em: encurtador.com.br/lmxOQ. Acesso em: 02 fev. 2019.

assentamentos e acampamentos rurais da reforma agrária, entre eles, como citado, os assentamentos Sumaré I, II e III.

O início da organização [de tal trabalho de base] começou no centro comunitário Nossa Senhora de Fátima, no ano de 1982. Na comunidade, durante as reuniões, os trabalhadores refletiam sobre os diversos problemas vividos no cotidiano, bem como a situação de miséria em que se encontravam. Em busca de soluções, a comunidade desenvolveu algumas experiências de mobilização através de lutas por água, luz, asfalto, etc. Nessas atividades os trabalhadores aprenderam a se manifestar, reivindicar, se relacionar com autoridades, fazer baixo-assinados, passeatas, etc. Além dessas práticas, existia também uma experiência de horta comunitária juntamente com outras comunidades vizinhas (FERNANDES, 1994, p. 104).

Esse fato marca o processo histórico da constituição da regional de Campinas do MST, onde está localizado o assentamento Milton Santos e a cooperativa aqui estudada. O início da constituição do movimento sem terra na região de Campinas foi marcado, portanto, pela imbricação com setores e questões urbanas, já que esta é uma das regiões com altos investimentos na industrialização. Não é por menos que a primeira iniciativa de luta pela terra e a volta ao campo parte da população urbana, que por diversos motivos, estavam tentando a vida nas cidades, porém, em condições precárias. A auto-organização inicia-se com demandas por melhorias do cotidiano do direito à cidade.

Essas famílias que ocuparam as terras em Sumaré, assim como muitas na luta pelas ocupações de terra, percorreram outras cidades do Estado em busca da constituição do assentamento,

Essa região de Campinas foi a que mais mandou gente pra todo lugar, porque não achava terra aqui e ia pra outros lugares. Foi gente daqui pro Pontal, foi gente pra Andradina, a Maria, que você conhece, e o Antônio eles eram de lá, vieram pra Campinas, depois fizeram ocupação, foram pra lá e ficou assentada a família inteira, são de Andradina. Então, na hora que a pessoa falava que ia ocupar terra no lugar de origem, ia todo mundo embora, pra ficar perto dos parentes, né? (MARGARIDA, 2018).

Essa é a grande teia da reforma agrária, um ciclo pautado pelas desigualdades sociais em nosso berço latifundiário, transformado em agronegócio, refletindo, em todo canto, a ação nociva para a classe trabalhadora.

A história da comuna da terra Milton Santos iniciou em novembro de 2005, onde cerca de cem famílias, organizadas e lideradas pelo MST, ocuparam a antiga granja Mavalazzi, pertencente ao município de Limeira-SP. Logo, o acampamento chegaria a possuir por volta de trezentas famílias, dentre elas, a família de dona Maria e Margarida. O novo acampamento veio a se chamar Milton Santos, que apesar dos sucessivos despejos, o nome que fora escolhido uma

vez, irá acompanhar em todas as tentativas de se manter em pé na luta pela reforma agrária. No entanto, em menos de um mês de ocupação ocorreu a reintegração de posse da área, as famílias seguiram para outra fazenda improdutiva, Santa Júlia, também pertencente ao município de Limeira-SP. Após um acordo com o INCRA, as famílias presentes no acampamento Milton Santos, seguiram, no dia 23 de dezembro de 2005, para a fazenda Boa Vista, localizada no município de Americana-SP, onde permanecem até hoje.

A área onde hoje está localizado o Milton Santos traz em sua história a passagem de outro grupo de famílias sem terra em 2003, materializada pelo acampamento Terra sem Males, ocupação do MST que tinha o objetivo de denunciar dívidas do INSS. O acampamento Terra sem Males ficou conhecido, na época, por ter sido uma das ocupações que sofreu um dos mais cruéis e violentos despejos do Estado, no canavial da fazenda Boa Vista. A área foi cercada pela cavalaria durante vinte e um dias, impedindo a saída dos acampados em busca de alimentação e qualquer tipo de ajuda.

O acampamento Terra Sem Males, marca uma característica muito comum na empreitada sem terra em busca de um pedaço de chão, a violência por parte do Estado e, também, a transitoriedade. Este acampamento transitou por muitas regiões do Estado de São Paulo e a partir dele foi gestado muitos outros. Segundo Margarida (2018) a “saga” das famílias do acampamento Terra Sem Males iniciou na cidade de Bragança Paulista, em 2002, seis meses após a ocupação veio o primeiro de muitos despejos. Passaram por Franco da Rocha, Cajamar e ajudaram a ocupar as terras do Irmã Alberta, na periferia da cidade de Polvilho, próximo a capital São Paulo, que se encontra em situação de acampamento até os dias de hoje. Neste caminho das ocupações, famílias desistem, algumas adoecem, outras ficam nos acampamentos que ajudaram a ocupar, outras segue para mais longe em outros acampamentos.

Em Americana chegaram parte das famílias pertencentes ao Terra Sem Males, que optaram por não seguir para o noroeste paulista com as outras famílias. No entanto, se depararam com um violento despejo, seguindo então para a cidade de Itu e depois Ribeirão Preto. Nos assentamentos e acampamentos da região de Campinas, encontram-se famílias que percorreram essa série de acampamentos vinculados ao Terra Sem Males, fato relativamente comum nessa luta pela reforma agrária. Inicialmente, o Terra sem Males reuniu mais de 400 famílias que se diluíram ao longo das ocupações, despejos, reocupações etc.

A cidade de Americana compõe a região metropolitana de Campinas (RMC), segunda maior região do Estado de São Paulo. A RMC desempenha economicamente um papel importante para o Estado, tendo em vista que a sua localização é estratégica no sistema estadual de transporte, constituída desde o período imperial, o que faz com que ela estabeleça relações

produtivas entre as regiões metropolitanas Campinas - São Paulo e também com outras regiões no interior (DEDECCA *et al.*, 2009).

A RMC, antes de se tornar o polo industrial, desempenhava um papel na economia do Estado, caracterizado pelas grandes produções de café na década de 1920 que, apesar do setor vinculado à agricultura, tinha uma rede urbana já estruturada. Além do café, a região possuía uma característica agrícola diversificada, como a produção de algodão e outros cultivos agrícolas, atendendo boa parte do mercado paulista. Antigo território do café, a cana-de-açúcar teve seu destaque na década de 1950, porém, com a crise da indústria cafeeira, carro-chefe da economia da região passou a ser indústria de alimentos e têxtil. A partir da década de 1960, inicia-se o processo de implementação de grandes indústrias, como de minerais não-metálicos, de metalurgia e farmacêutica. Já nos anos de 1970, a região de Campinas se configura como um eixo importante de expansão industrial do Estado, propiciando um alto crescimento econômico e conseqüentemente populacional. Fato que corrobora para unificação do mercado de trabalho com a subordinação da agricultura à indústria, gerando investimentos de novos incrementos governamentais para a região (DEDECCA *et al.*, 2009).

Ou seja, a região de Campinas é historicamente marcada pelos avanços econômicos em áreas super especializadas da agricultura, como a indústria cafeeira, algodão, cana-de-açúcar e também por ser pólo tecnológico de grandes indústrias ligadas a microeletrônica e informática. Não é por menos que é uma região focada em grandes produções e grandes investimentos para exportação, e que produz em grande escala, mas que possui, ainda, uma malha urbana intensa, econômica, demográfica e cultural. Tais características que dificultam o acesso à terra com o propósito da reforma agrária, tendo em vista toda questão histórica de crescimento econômico e o reflexo na identidade urbana, corroboram para o distanciamento da cultura do campo e alienação da própria alimentação. A grande urbanização e a industrialização dificultam o debate do fortalecimento da agricultura camponesa que se constitui na região, sobretudo em nível da necessidade de reforma agrária.

Apesar da dificuldade em pautar a reforma agrária em contextos de grandes regiões metropolitanas urbanizadas, as famílias do Milton Santos não desistiram em ocupar terras do latifúndio. Sendo assim, a chegada dessas famílias à fazenda Boa Vista se deu via escoltamento do INCRA e da polícia Federal, em um dia marcado pela chuva intensa. Cerca 150 famílias transferiram seus barracos para a terra, na qual parte delas estão até os dias de hoje, 69 famílias atualmente. O restante das famílias foram encaminhadas para outros assentamentos no interior de São Paulo.

No período inicial de acampamento, as várias famílias se somam em um mesmo espaço, perto uma das outras e as plantações são usualmente produzidas em áreas coletivas. Esse período de barraco pode se estender por meses ou anos. Devido às instabilidades, apenas plantas de ciclo curto são cultivadas, como as hortaliças, mandioca, abóbora, milho, feijão etc.

Por causa da alta circulação dessas famílias, muitas se deslocam para diferentes lugares nesse processo de mobilização popular de luta pela terra. Não possuem vínculos empregatícios – quase não têm empregos fixos com carteira assinada –, apenas trabalhos informais, fato que reflete materialmente no primeiro momento de ocupação, tendo em vista o grau de dificuldades financeiras para manutenção mínima de sobrevivência, tais como o abastecimento de água e a manutenção da produção agrícola. Sendo assim, se faz de suma importância a ajuda externa nesses primeiros momentos, até os camponeses e camponesas se estabilizarem minimamente e poderem interagir com o local, o qual pertence a nova área, em busca de novos trabalhos.

3.5 Tornando sem terra

A trajetória de Maria, narrada no início do capítulo anterior, não foi diferente da trajetória de Margarida Alves, a qual citamos algumas vezes nesse capítulo, uma das primeiras militantes do MST na região a qual está presente até os dias de hoje, e que atualmente é dirigente estadual do movimento sem terra pelo setor de saúde, além, de ser uma liderança de referência na região. Margarida, assim como Maria, compõe a estatística de expulsos do campo: migrou do interior de São Paulo, Noroeste Paulista, devido à impossibilidade da família permanecer na roça, para a então promissora cidade de Americana, Região Metropolitana de Campinas, na época, um dos polos da indústria têxtil, na década de 1970. Expulsos pelas máquinas da “modernização” e os proprietários dos meios de produção, Margarida e família somam as estatísticas nacionais do famoso êxodo rural de 1970.

São pelas veredas, portanto, que Maria, Margarida e suas famílias vão tecendo suas histórias no emaranhado de tantas outras (e “mesmas”) histórias que compõem esse vasto território sem terra. Margarida é também personagem dessa teia que interconecta terra, trabalho e família, teia fundamental para entender não a separação, antes a interpenetração entre campo e cidade.

Como enfatiza Marques (2006), o sujeito social mobilizado na luta pela terra possui uma complexa trajetória de vida, dividida entre o campo e a cidade, como narrado ao longo desse capítulo. Tal complexidade tem conduzido essa classe trabalhadora, em trânsito, a condições de instabilidades. Esse tem caracterizado o perfil de muitos trabalhadores nos últimos cinquenta anos que se movimentam entre o urbano e o rural.

A família de Margarida, composta de sete irmãos, quando migram para a cidade e nela se estabelecem, em encontro com a complexa trajetória de vida de dona Maria, também levam consigo costumes que possuíam nas suas vidas na roça. Como no campo todos/as trabalhavam desde cedo, nas mais variadas funções, pois a dinâmica do roçado coloca o trabalho como central na dinâmica familiar, ao chegar na cidade, também todos/as vão procurar emprego. Foi assim que Margarida, com então 11 anos, e seus irmãos começaram a trabalhar no meio urbano. Ainda criança, Margarida inicia seu trabalho na cidade como babá. Todavia, mesmo que ainda uma criança, Margarida já sentia na pele o tratamento injusto (classista) deste trabalho, o que a levou, com menos de 13 anos, se organizar politicamente, ação que fez por meio da Igreja Católica. E assim, relembra o que escutara do padre na época: “Vem porque nós estamos montando a pastoral operária, nós temos a teologia da libertação, nunca mais chora por causa disso ” (MARGARIDA, 2018).

De acordo com Menezes Neto (2007), a Teologia da Libertação tem como berço de frutificação a América Latina, devido ao intenso crescimento industrial nas décadas de 1950 e 1960, que culminou em um grande êxodo rural, seguida de mobilizações por direitos dos camponeses marginalizados nas cidades e nas respostas violentas do Estado às movimentações políticas. O desenvolvimento industrial da América Latina, tal como todo o processo de industrialização que beneficia determinada classe social (donas do meio de produção) e setores do capital nacional e internacional, gerou uma grande massa de camponeses, que por meio do conhecido êxodo rural, tornou-se proletariado explorado e morador de favelas e periferias urbanas nas cidades. Este fato transformou o perfil de diversos países, a exemplo, o Brasil, que, em tal período, apresentou altos índices de crescimento industrial, sem modificar a estrutura social da distribuição de rendas e terras. Essas mudanças refletiram em mobilizações populares, muitas delas, influenciadas pela Revolução Cubana (1959), assim como outras experiências de luta que ocorriam no mundo. A resposta a tais mobilizações e reivindicações de direitos, materializadas em propostas de reformas agrária, urbana, tributárias, educacionais, veio rápida e violenta, e em quase todo território latino americano: as ditaduras militares. É neste cenário que o chamado cristianismo social se materializa nas pastorais operárias, em organizações políticas e humanitárias. Como no decorrer das décadas de 1950 e 1960 o cristianismo social se vincula a trabalhos sociais, acaba percorrendo um caminho das lutas políticas ao socialismo, momento o qual começa a surgir o alicerce para a Teologia da Libertação (MENEZES NETO, 2007).

Direcionada pela própria conjuntura do desenvolvimentismo, Margarida migra seu trabalho para indústria têxtil, já que, inclusive, estava morando na cidade que dominava a cadeia da produção de algodão, região conhecida nacionalmente como *Pólo Têxtil de Americana*.

A vinda para o Brasil de imigrantes do sul dos Estados Unidos, marca a criação e história da cidade de Americana, imigrantes esses que, em 1866, criam a Vila dos Americanos. Em seguida vieram os imigrantes italianos, que se destacavam no trabalho com a terra, pois dominavam técnicas de produção “avançadas” para a época, nos cultivos principalmente de café, algodão, cana-de-açúcar, melão e melancia (BRYAN, 1966 *in* TRINDADE, 2015). Por meio da demanda dos fazendeiros de café na região foi construída a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, estrada de ferro esta, que facilitaria o escoamento dos produtos da região para outras partes do estado (IBGE, 2018). Americana iniciou sua produção têxtil na década de 1910, em destaque para a família Müller que impulsionaram a industrialização por meio do trabalho especializado na tecnologia têxtil (BRYAN, 1966 *in* TRINDADE, 2015). A indústria têxtil foi responsável pelo crescimento da população urbana da cidade, na medida em que a manutenção da vida no campo foi se tornando cada vez mais difícil, os pólos industriais dos centros urbanos iam se tornando cada vez “mais atrativos”, dando esperanças aos migrantes camponeses de encontrar melhores condições de vida e trabalho nas cidades.

Sobre o perfil da população migrante no Estado de São Paulo no período de 1970 pode-se observar a quantidade de pessoas que saíram do próprio Estado a partir do período datado

A região de Governo de Campinas recebeu cerca de 444.879 migrantes na década de 70, dos quais 60% eram do próprio Estado e 40% de outros Estados. Dentre a migração interestadual, o Paraná foi responsável por 51,1% desse fluxo, seguido por Minas Gerais, com 24%. Os Estados do Nordeste tiveram uma participação de 11%; e da região Centro Oeste, com 8%, onde o Estado do Mato Grosso do Sul contribuiu com 4,7% desse movimento (BAEGNER e MAIA, 1992. p. 20).

As cidades possuíam indústria e trabalho, mas não acompanharia o desenvolvimento social desses migrantes, ou seja, intensifica as desigualdades sociais e a exploração do trabalho. Nesse sentido, a igreja católica, por meio da criação da pastoral operária, em meados da década de 1970, tem um papel extremamente importante para organização da classe trabalhadora. Margarida fez parte dessa história:

Ai eu fui trabalhar em tecelagem e aí já começou a discutir a fundação do PT, já começou a discutir um monte de coisa. Então, esse era o grupo da juventude da igreja, o padre era formidável, entendeu? Então, nós íamos para outras igrejas discutir política, estudar, a teologia da libertação e montamos o grupo de CEBs. Fazia encontros de juventude e começamos um grupo chamado "fé e política". Então foi muito legal, foi muito legal, como éramos poucos aqui, então quando ia pra São Paulo a gente ia. Nós íamos pra Campinas, eles

ajudavam, ia pra Araras, tudo pra estudar, participar, discutir sindicalismo, marxismo, tudo isso. E aí em 1978 nós fizemos o primeiro encontro de formação política com o 13 de maio, lá em São Paulo (MARGARIDA, 2018).

Margarida, em sua trajetória, participou de momentos históricos na constituição das organizações de esquerda. “Treze de maio” é um Núcleo de Educação Popular sediada em São Paulo capital, conhecido por oferecer formação política para a classe trabalhadora, a exemplo do curso “Como funciona a Sociedade”. O núcleo existe há mais de quarenta anos e tem um importante papel- assim como outros núcleos de Educação Popular - na organização de entidades políticas do Estado.

Os anos 1980 foram o momento em que a nação passava pelo processo de reabertura política. Nesse contexto, os setores da igreja católica ligados à Teologia da Libertação e às pastorais foram significativos no curso da reorganização da sociedade brasileira. Movimentos sociais surgem após a ditadura, em destaque o MST. Ressurge os partidos de esquerda, sobretudo com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), e se fortalece o sindicalismo, entre eles, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Todos esses tiveram, em sua gênese, a presença do cristianismo da libertação (MENEZES NETO, 2007).

Ainda segundo o autor, em formas de pastorais, a Teologia da Libertação se ramifica em sua proposta social política, sendo assim, a pastoral vinculada às questões agrária, aos conflitos de terra e à pauta permanente pela reforma agrária é a Comissão Pastoral da Terra (CPT)³³, criada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Goiânia- GO, no ano de 1975. Vale ressaltar que a CPT foi constituída ainda em meio a ditadura militar - assim como outras pastorais, tal como a pastoral operária - devido às graves violações aos trabalhadores rurais, posseiros, e peões, que eram submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos de suas terras. Sem contar com os diversos massacres no campo, a tortura, assassinatos e sequestros (seguido de desaparecimentos) por todos o interior da nação. Não esquecer do fim violento que levou as Ligas Camponesas ainda no ano de 1964.

No que diz respeito à luta pela terra, Menezes Neto (2007) aponta que ao longo de nossa história, observa-se uma forte ligação entre as lutas do campo com o messianismo presente nesse processo, a exemplo de Canudos e Contestado. A conexão entre o MST e a CPT, por exemplo, é tão significativa que havia a proposta de haver uma frente sem terra dentro da CPT

³³ Histórico. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia-GO, 05 Fevereiro 2010. Disponível em <encurtador.com.br/eqzM1>. Acesso em: 12 fev. 2019.

em 1982, no entanto, foi vencida pela necessidade de ser uma entidade autônoma, o que culminou na criação do MST.

Embora o MST tenha seguido, portanto, como uma entidade autônoma, a CPT não deixou de ser parceira e nem de influenciar o movimento sem terra. Na região de Campinas, por exemplo, o debate sobre os conflitos agrários foi mediado pela CPT, como nos lembra Margarida:

Ah, então, eu sempre quis voltar pra roça, eu sempre gostei de roça, sempre! A vida inteira. Aí tinha a comissão pastoral da terra, nessas idas e vindas em Araras, com os padres e seminaristas aqui, eu conheci um rapaz que era coordenador da CPT. Então aí já começou também discutir sobre terra, né? Sobre o que acontecia, que veio esse êxodo rural, como é que nós ficamos sem a terra, tanta gente que veio do sítio com a gente, né? Então, a questão da fundação do MST é que a pastoral, a comissão pastoral da terra, CPT, era da igreja católica, é ainda, e mediava os conflitos na época (MARGARIDA, 2018).

Segundo Stédile, em entrevista a Fernandes, encontro que originou o livro *Brava Gente - a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* ([1999] 2005, p. 20), a CPT teve um papel fundamental na formação da conscientização política dos camponeses, na medida em que “foi a criação da Teologia da Libertação na prática”, isto é, ao invés de “dizer para o camponês ‘espera que tu terás terra no céu’ (...) ela passou a dizer: ‘Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra’”, mudando o discurso messiânico para o componente ideológico da necessidade da organização da classe trabalhadora do campo.

Entre a pastoral operária, a CPT e o MST, Margarida acompanha o movimento dos sem terras desde a sua gestação e teve participação no processo de luta pela reforma agrária desde antes da própria oficialização do MST, ou seja, são quase quarenta anos de militância no movimento camponês. Apesar de inúmeras tentativas de ocuparem outros locais na região, a exemplo, segundo ela, da ocupação das terras do Banco do Brasil em Limeira, datada no ano de 1997, por causa da grande especulação imobiliária e da violência, não foi possível a conquista da terra naquela região. Desta maneira, Margarida vai constituir sua morada apenas nos anos 2000, mais precisamente em 2005, com a ocupação Milton Santos. É no posterior assentamento Milton Santos que Margarida encontra dona Maria e, juntas, anos mais tarde, compõem a Cooperflora.

Antes da Cooperflora, ter condições materiais e históricas de ser concebida, as vidas de Maria, Margarida e de tantas outras camponesas e camponeses foram tecidas nas várias ocupações que foram realizadas até a solidificação do assentamento acampamento Milton Santos.

3.5.1 Entre despejos: organização social do acampamento rural

Um acampamento se constrói em constante transformação no tempo e no espaço, e implica diversas dinâmicas e divisões de tarefas, por vezes de gênero³⁴, a exemplo de homens que fazem os barracos e das mulheres que cuidam da cozinha para alimentar, em algumas situações, centenas de pessoas, reproduzindo e ressignificando divisões de gênero. Nos primeiros momentos, os barracos são provisórios e importantes símbolos de ação que denunciam uma série de problemas sociais e estruturais sucedidos pela distribuição de terra desigual consequente do modelo hegemônico de desenvolvimento. Os acampados podem passar, também, por diversas ações de despejos e reocupações, tanto no mesmo espaço, como em outros, até a conquista definitiva de determinado território. É essa história interrompida e reconstruída que tece a trajetória e vida do assentamento Milton Santos, também, de Maria e Margarida.

Antes de dona Maria se enraizar onde permanece até hoje, foi seu marido, que esteve presente nos períodos iniciais do acampamento, marcado por despejos e reintegrações e novas ocupações. O marido de dona Maria se aproxima do MST para conhecer a ocupação nas proximidades em Limeira e logo ergue o barraco, acompanhando o processo inicial da ocupação. Nesse período, a família de Maria morava no município de Limeira. Porém, uma série de despejos estavam por vir, e a própria dinâmica da mobilidade sem terra os levariam definitivamente à cidade de Americana, para as terras de canavial, e assim como muitos latifundiários, em dívida com o INSS.

Essa foi a terceira ocupação das famílias pertencentes ao Milton Santos, após duas tentativas em terras improdutivas e abandonadas na região. O acampamento foi erguido e as famílias permaneceram na região até o loteamento. São momentos distintos a mobilização e o ato de ocupar. Em um primeiro momento, há a constituição dos barracos, por uma montagem rápida com os materiais disponíveis ali – normalmente bambu e a famosa lona preta –, com o passar dos dias, e da organização interna, um acampamento vai tomando forma e os barracos se reestruturando em uma lógica interna de ruas e caminhos, cozinha coletiva, hortas, banheiros,

³⁴ É importante ressaltar que as questões de gênero vem sendo discutida no movimento desde o primeiro congresso do MST, realizado em 1985. Comissões foram criadas a partir daí para debater essas questões, no entanto, o setor de gênero do movimento foi criado oficialmente no encontro nacional em 2000, com objetivo de incentivar o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação, assim como, produzir materiais, propor atividades, ações e lutas com o intuito de promover a participação igualitária entre homens e mulheres, de modo a fortalecer o próprio movimento (Cf. Mafort, Kelli. Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento (Site do MST). 31 de janeiro de 2014. Disponível em <encurtador.com.br/tFVYZ>. Acesso em: 25 maio 2018).

espaço para a ciranda das crianças e barracão para realizações de assembleias, de atividades, de reuniões, de formações e das culturais. Se constitui, assim, a ocupação.

Na família de dona Maria, assim como de muitas outras, os homens participam dos primeiros processos, quais sejam, a mobilização e os primeiros meses de barraco. Em seguida, após certa estabilidade, a esposa e filhos menores chegam para somar à luta no dia a dia. “[...] aqui quando a gente veio pra cá, meu marido veio acompanhar nas duas ocupações, lá em Limeira. Até ali eu não fui, eu só ia visitar, mas pra ficar mesmo no barraquinho, não, só vim ficar aqui mesmo” (MARIA, 2018).

“Aqui mesmo” é o acampamento, nas terras onde fixaria o assentamento Milton Santos. Após nove meses de barraco, no acampamento inicial, as famílias foram loteadas³⁵ pelo INCRA, e a de dona Maria fora transferida para uma área de um hectare (10.000 mil metros quadrados). Nessa área, dona Maria e família viveram por mais sete anos em barraco, até a possibilidade de construir a casa de alvenaria.

Após os meses iniciais da ocupação que viria a ser o assentamento Milton Santos, quando as famílias estão todas acampadas próximas uma da outras, assim, se organizam em seus próprios lotes, iniciando o planejamento espacial e estrutural da área. A escolha de onde vai ser a casa é o elemento central, pois é a partir dela que se é traçado o planejamento do espaço entre hortas, galinheiros, etc.

Sendo assim, Maria e seu marido, delimitaram onde seria a futura casa de alvenaria, a qual eles foram construindo aos poucos, ao lado do velho e bom barraco, que os acompanhou ainda por anos até a casa ser construída.

3.5.2 Iniciando o roçado

A partir da composição da casa, se inicia a organização e planejamento do lote para, então, iniciar o roçado. A lavoura de cultivo mais rústico vai “lá pra cima”, ou seja, para áreas mais distantes da casa. Essas culturas mais resistentes são a mandioca, o milho, o feijão e a abóbora. Tal parte da roça não possui irrigação, apesar dos assentados terem acesso à água em seu lote, por motivos financeiros, a irrigação total das áreas cultivadas se torna inviável - cabe lembrar que o tamanho da área é de um hectare, considerado bem pequeno. Desta forma, a estratégia é

³⁵ Quando as famílias, após serem cadastradas pelo INCRA, são divididas nas parcelas do território destinado para a reforma agrária.

cultivar os alimentos mais rústicos, que aguentam o período seco e que também, têm cultivos de ciclo curto, que duram o período das chuvas. Há, ainda, a produção de hortaliças, mesmo que elas necessitem de mais atenção enquanto manejo e irrigação, a produção delas é também estratégica, pois, como elas também têm o ciclo produtivo curto e são culturas de mesa – ou seja, culturas que se come no dia a dia e que, portanto, vende facilmente – elas são economicamente mais viáveis, pois, há demanda, se produz rápido e pode ser escoada pelo acesso da venda direta na rua ou em regiões próximas ao assentamento. Isso é mais viável nos assentamentos localizados próximos às cidades.

Todavia, a produção dos alimentos mais rústicos tem sido um desafio diante os desequilíbrios ecológicos, da ausência de infraestrutura e de assistência técnica especializada.

Amendoim também plantei um pouco. O amendoim parece que tá indo bem, eu to fazendo, tipo assim, ontem eu tava olhando lá, se o amendoim saiu bem, aí eu vou tentar manter a semente dele, que é da semente crioula, né? E vou continuar plantando, aí eu vou parar de plantar feijão, não adianta, eu plantei uma vez aqui e deu muito feijão, no começo, mas só que eu não aproveitei nada, por causa dos bichos (JOÃO³⁶, 2018).

O mesmo relata, com desânimo, a doença que tem atacado a mandioca e que ainda não acertaram nas abóboras. Afirma, portanto, que “a prioridade aqui é mais a hortaliça mesmo, por causa do tamanho do terreno né? E a gente plantou milho ali, mas eu to até meio desanimadinho com ele”. As hortaliças, plantas de ciclo mais rápido, estão próximas a casa, onde possuem irrigação e onde uma estufa está sendo construída para garantir uma boa produção da horta. As hortaliças são adubadas com esterco de galinha.

Eu falo a verdade pra você viu, eu, um pouco assim, é por causa que não tá tendo jeito de entregar e às vezes a gente fica um pouco apertado, porque não tem da onde a gente tirar dinheiro, e as despesas são grandes, nossas despesas são muito grande, mas eu gosto muito de mexer com horta, eu gosto hein, principalmente de folha, tem coisa assim, de legumes, como é que fala? De leguminosas, essas partes eu não entendo muito não, agora que eu to começando a plantar uma cenoura, e tal, mas a parte de folhosa, ixe, aí eu gosto de fazer (JOÃO, 2018)

O trabalho que estava faltando na cidade, se materializa no trabalho na terra, no cultivo das hortaliças que move e motiva a família de Maria, por isso, investem no aumento da produção e alimentam a esperança que a venda desses produtos possam vir a melhorar a renda familiar. Apesar da instabilidade na comercialização, há um significativo investimento em infraestrutura na horta, para se produzir mais e melhor, tais como: a construção da estufa, a irrigação e

³⁶ João é o marido de Maria.

aquisição de sementes e mudas, compra do esterco. No entanto, esse campesinato, que tem a terra enquanto moradia e não como mercadoria perdem, muitas vezes, seus investimentos e o suor de seu trabalho, já que o seu alimento dificilmente será consumido pra fora, pois a comercialização de produtos advindos da reforma agrária ou de pequenos sítios têm muitas dificuldades em adentrar qualquer tipo de mercado. No entanto, a relação camponês e produção vai além de uma mera relação empresarial e de cálculos, não produzem mercadoria, produzem comida, todo o processo produtivo de trabalho e de cuidado com a terra fazem parte da constituição dos modos de vida daquele cotidiano. Fato que, apesar da incerteza do retorno daquele investimento em dinheiro e trabalho, os mantêm produzindo sempre algo para além da subsistência, mas sim porque faz parte de seus cotidianos, seus modos de vida em contemplar aquela produção. Assim, os camponeses sem terra são sujeitos contra hegemônico, não apenas no que se refere às disputas com latifundiários e na imposição da repartição da terra concentrada, mas ainda pela concepção e produção de alimentos.

Apesar das dificuldades materiais e imateriais que compõem toda a cadeia da produção de alimentos – inseridas, ainda, em formas hegemônicas de produção e escoamento de alimentos do capitalismo neoliberal –, preparar a terra, adubar, plantar, manejar, colher e no final não conseguir nem cobrir os gastos de todo esse processo, a família de Maria segue cultivando a terra e tirando dali o sustento da família como podem. E são inúmeras e diversas as tentativas de se sustentarem por meio do trabalho na terra, pela venda do que se é produzido ali. Apesar de estarem em uma região extremamente urbanizada, onde pressupõe certas facilidades de comercialização, a trajetória da família de dona Maria traz muitas experiências no intento de comercialização, que será exposta e problematizada no terceiro e último capítulo.

3.5.3 “Território de solidariedade”

Parafraseando Moreira e Targino (2007), iniciamos essa seção com o objetivo de mostrar que esses territórios de disputa de terra não se constroem só, e sim, em coletivo, e que apresenta “organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração” (MOREIRA e TARGINO, 2007, p.77).

Com a constituição dos lotes, as dinâmicas de vizinhança se modificam. Ainda que o tamanho da área de cada família seja pequena (como dito, apenas um hectare) comparada às grandes propriedades agrícolas, cada lote é construído relativamente distante um do outro, o que difere da proximidade dos barracos nos períodos das mobilizações e ocupações. Assentados, Dona Maria relata, com emoção, a primeira roça ali plantada:

No lote nosso, era nesse espaço aqui, era uma horta coisa mais linda, linda, linda a minha horta, ai eu já vi e falei ‘puxa, vai dar muito bem, a terra aqui ta boa pra horta’. Aí foi onde que a gente começou e as coisas já foram melhorando pra nós, né? Aí a gente já teve o retorno, porque a gente vai plantar, você vai colher, aí já comia muito bem, eu já estava dando risada sozinha. Porque eu pegava as plantas, ia lá, colhia, já comia, por isso que eu falo, até um mamão, qualquer coisa que dá aqui no terreno, primeiro eu pego para a minha família, nós comemos primeiro, ai depois que você vai vender aquilo, mas primeiro é você que vai comer. Você que plantou (MARIA, 2018).

Antes mesmo de virar uma renda, o que se é produzido é sobretudo para alimentar a família e quem tem necessidade, as relações de vizinhanças são extremamente importantes para manutenção do campesinato, a ajuda mútua pode ser vista e observada desde o início da constituição desse território camponês conduzido pelo movimento sem terra. Se alimentar do alimento da terra conquistada, pelo suor da luta, causa no camponês sem terra uma qualidade que vai se constituindo do processo de luta às relações estabelecidas. Pois, não é só o território ali ocupado que forma esse camponês, mas também as relações sociais ali estabelecidas a partir da coletividade e ajuda mútua.

Pensar na formação do camponês sem terra a partir da sua relação com a terra e das relações ali estabelecidas é pensar outra dimensão da *territorialidade* desse camponês, tendo em vista que defendemos aqui a ideia de multiterritorialidade de Fernandes (2007), já contextualizada neste capítulo.

Para isso, se faz importante retomar Claude Raffestin, em *Geografia do Poder*, (1993), quando este afirma o território como produto de uma ação social. Nesse sentido, a territorialização é expressa não só pela apropriação material, pelo controle e poder do território, mas também no campo imaterial e simbólico. No caso do camponês sem terra, representados aqui por dona Maria, as construções materiais e imateriais de sua territorialidade estão imersas no processo de luta e de mobilização popular, na ocupação da terra e nos arranjos produtivos individuais e coletivos – sejam estes exclusivos do trabalho com a agricultura ou arranjos produtivos que se estabelecem no trânsito entre campo e cidade. Movimentação muitas vezes necessária devido aos vários obstáculos de se viver *da* e *na* terra em um contexto agrário dividido em grandes propriedades rurais nas mãos de poucos proprietários. Essa transitoriedade reflete, aparentemente, em uma territorialidade difusa desse camponês, que permanece em constantes fluxos.

Segundo Godoi (2014), a territorialidade é vista como um processo de construção de um território, aportando não menos que dois conteúdos distintos: (i) a ligação a lugares precisos, fruto de um intenso investimento material e simbólico, exprimindo por um sistema de

representações e (ii) a ligação por princípios de organização, a divisão das moradas, relação de trabalho, celebrações, relações de vizinhança, hierarquias sociais, entre outras. Ou seja, a territorialidade está no processo de construção de um território, como também no aspecto processual na constituição de tal territorialidade o que indica que o território está em constante conformação, quer dizer, a própria construção e a aceitação da agroecologia por exemplo.

A organização política e formação, que deriva das tentativas de retorno a terra por meio da luta pela reforma agrária, compõe essa territorialidade camponesa, também pela mística, pelo medo e pela coragem que envolvem tal grupo de pessoas que se arriscam na batalha de classe em busca por um pedaço de terra.

Esse território, como dito, não é estático, o camponês sem terra está sempre em trânsito, seja devido às muitas repressões e reintegrações de acampamentos, seja para ir estudar nas escolas de formação, reuniões, cursos, marchas, manifestações. Nessa circulação, ele leva consigo o seu território e sua territorialidade nos seus caminhos traçados. Um quilombola quando sai de seu território leva consigo seus costumes, aprendizados, cultura, hábito, não deixa de ser um quilombola pelo simples fato de sair fisicamente do seu território, assim como o indígena, ribeirinhos e diversas outras populações tradicionais.

A disputa territorial que envolve essas formas de organização no campo pode ocorrer pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios (FERNANDES, 2012). Entendendo que desterritorialização, no sentido atribuído por Godoi (2014, p. 447), “relacionada a processos de exclusão e expropriação em relação a grupos, populações, povos impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus espaços de vida e trabalho, isto é, seus territórios”. O sem terra se reterritorializa pela mobilização social e política em busca de seu retorno ao campo com o objetivo de construir o seu território camponês, também, o que se come e o que o alimenta, e busca a constituição de um projeto político de distribuição de terras com a função de produzir alimentos e uma vida digna por meio do trabalho na terra.

As territorialidades (econômicas, políticas e culturais) são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território num movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização: as relações sociais, as apropriações e as demais práticas espaço-temporais, ou seja, as territorialidades determinam cada território, influenciando, ao mesmo tempo, a sua própria reprodução (com rupturas e permanências), a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo (SAQUET, 2015, p. 45).

A territorialidade camponesa sem terra, aqui sugerida, vai ao encontro da proposta de Saquet (2015), na qual diversos campos – econômico, político e cultural – se fundem para sua

constituição. Tal territorialidade é construída a partir de percepções e demandas econômicas, políticas e de transformação social e cultural contra hegemônicas. Por isso, material e simbolicamente é resultado de diversas e ramificadas pautas. A territorialidade, portanto, é entendida nesse trabalho como processo, “precisa ser contextualizada em relação ao momento histórico em questão, ao contexto físico onde ocorre e aos atores sociais envolvidos” (GODOI, 2014, p. 446).

Dentre tantas possibilidades que conduzem o trabalhador à luta pela reforma agrária, o que mobilizou dona Maria tornar uma sem terra foi a busca do alimento que alimenta, do trabalho e a relação com a terra a partir da luta de classes, da ocupação, e do acampamento, que hoje se materializa em assentamento rural. Terra assentada, porém, que possui diversas dificuldades materiais e imateriais, enquanto território camponês sem terra.

A constituição da reforma agrária é feita por meio da mobilização popular, assim, os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária se consolidam como principal via de conquista da distribuição de terras, através das ocupações e das formações dos acampamentos, sejam essas terras improdutivas, endividadas ou da união. Nesse processo de mobilização, uma característica que marca as famílias que optam pela terra, é a circulação espacial e a grande mobilidade das famílias. A constante violência que é imposta e combatida nos acampamentos da reforma agrária torna essa mobilidade das famílias quase obrigatória na aquisição de uma terra regularizada. Além da violência há situações de muita miséria e necessidades básicas são enfrentadas cotidianamente. Por isso a reivindicação como a soberania alimentar e a agroecologia se destacam como estratégia de um projeto político camponês mais amplo e estrutural. O próximo capítulo aborda o caminho adotado pela Cooperflora para sobrevivência no campo, pautado no plano agrário da reforma agrária popular.

4 DA TERRA À MESA

Em diálogo com os caminhos percorridos até aqui, esse terceiro e último capítulo traz elementos sobre a gênese de uma experiência de circuito curto vinculado à comuna da terra Milton Santos, a Cooperflora. O intuito foi compreender como esses sujeitos se reestabeleceram após retrocessos na política pública de comercialização, a partir de 2015, especificamente no PAA. Buscamos, até o momento, refletir sobre as complexas relações entre o campo e a cidade por meio do território da reforma agrária. Para compreender onde a iniciativa está alocada teoricamente, intenciona-se, aqui, dialogar com arcabouço conceitual da multidimensionalidade do território e também com os paradigmas da questão agrária (FERNANDES, 2008), sobretudo naqueles que advogam pela reinvenção do campesinato diante às dificuldades de sobrevivência impostas pelo capitalismo no campo, pois, aqui, é visto que o próprio agrupamento de mulheres e homens para criar a Cooperflora faz parte dessa reinvenção, como dito.

A intenção foi dialogar com o processo inicial de organização voltado para a experiência de produção e de venda de alimentos da organização coletiva em um formato que tem se multiplicado recentemente, que são os grupos de consumo. Isto é, os primeiros passos da Cooperflora antes das primeiras entregas, a construção de um projeto de entrega de cestas agroecológicas. Propomos uma aproximação, propriamente dita, entre o campo e a cidade, para além das políticas públicas, e sim, via sociedade civil, ainda, por meio do alimento saudável. Nesse processo, buscamos entender as dificuldades materiais e imateriais que envolvem a produção e distribuição de alimentos nessa área, norteando a proposta de construção de uma soberania alimentar em sua multiescalaridade. No entanto, uma produção e comercialização de alimentos não é algo estático, ele envolve questões mais profundas organizativas, de gênero, de relações sociais, do desenvolvimento rural, modelos de produção, ou seja, na constituição da multidimensionalidade do próprio território, por si só, complexo, pois é além do território físico, ainda, ideológico e político, o que permite compreender os territórios materiais e imateriais. Aqui, volta-se olhares para compreender os entremeios do território material, isto é, o território imaterial (FERNANDES, 2008), a partir das territorialidades de resistência (Idem, Ibidem).

Só é possível compreender e reconhecer a Cooperflora enquanto disputa territorial a partir da multidimensionalidade do território

As dimensões são formadas pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si. As múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas,

ambientais e culturais. A dimensão une espaço e relação, que são construídos pelas ações e intencionalidades. (FERNANDES, 2008, p. 279)

A Cooperflora nasce em 2015 de uma emergência organizativa, isto é, uma intencionalidade, de um coletivo de agricultores em constituir uma rede de consumo entre assentados da reforma agrária e a população urbana que querem acessar alimentos livres de veneno, estabelecendo assim, uma relação de mão dupla. Desta maneira, a Cooperflora se apresenta no campo de disputa territorial, em defesa de um projeto de desenvolvimento rural e em defesa das relações sociais constituídas no território camponês.

Para tal compreensão, o fio condutor narrativo foi pautado na proposta do plano agrário do MST, a “Reforma Agrária Popular”, a partir dele, direcionamentos estratégicos são construídos no encontro das demandas emergentes de comercialização e diálogo com a população urbana, e claro, com a agroecologia e a soberania Alimentar. Tal experiência surge em um cenário de decadência do papel do Estado (2016 - atual), ao passo que, também, há o fortalecimento de práticas agroecológicas em diversos grupos da sociedade. Nesse sentido, retoma a proposta de cooperativismo em diálogo com a Cooperflora e seus desafios perante o atual cenário, a qual as relações de parcerias são essenciais para sobrevivência de um projeto político amplo, pautado na agroecologia, no fortalecimento de sociedades camponesas e formação do processo educativo constante entre a população urbana e o campesinato.

4.1 Construindo a Reforma Agrária Popular: “dia após dia”

As dificuldades do cotidiano em sobreviver no campo, diante tantas adversidades, faz com que muitos processos se tornem morosos. No entanto, a morosidade da conquista nem sempre é um mal presságio, e sim, o amadurecimento presente no próprio processo formativo ao longo do espaço e do tempo, afinal, são apenas pouco mais de trinta anos de movimento e de redemocratização da sociedade brasileira, em processos, ainda, de tentativas e concretizações de novos golpes.

Nesse caminho, a estratégia de construir a Reforma Agrária Popular na prática, aqui, sob a estratégia da produção de alimentos saudáveis, na regional de Campinas, se materializa por meio da constituição e organização de uma cooperativa voltada para a produção de produtos orgânicos certificados e para a comercialização, a Cooperflora. Esta que começa a ser pensada logo após o VI Congresso Nacional (2014), cujo encaminhamentos das medidas essenciais para um desenvolvimento do campo são princípios que regem a Cooperativa, ou seja, ela nasce com

objetivos bem sólidos, fundamentados na agroecologia, na soberania alimentar e na construção de uma Reforma Agrária Popular no campo e na cidade.

Com dito anteriormente, Campinas é uma região que possui poucos assentamentos/acampamentos associados ao MST, a própria região é conhecida por agregar muitos dos sem terras que hoje compõem o múltiplo quadro dos assentamentos rurais pelo Estado de São Paulo, no entanto, a própria região, dada a alta especulação imobiliária e outras relações de poder sob os territórios, dificulta a ampliação dos assentamentos da reforma agrária. Para além dessa disputa, outro obstáculo somou-se à situação de dificuldade de ampliação e organização da regional do MST em Campinas, qual seja, a saída de parte dos militantes que compunham em grande medida o quadro do MST na região, estes, eram do assentamento Milton Santos. Esse acontecimento refletiu negativamente por anos o movimento dentro e fora do assentamento, fato que dificultou, sobremaneira, a execução das ações estratégicas em nível regional do projeto político do movimento.³⁷

A maior baixa, quando saiu uma equipe do MST, foi na regional Campinas. Então, isso teve um peso político, um peso na organicidade do MST muito grande, muito grande! Especialmente na regional Campinas, então nós ficamos com poucos militantes, poucos dirigentes. Fazer a luta pelo nosso assentamento que quase perdeu, quase que teve despejo em 2012, que você lembra disso, então vem num percurso aí de luta, de resistência, e de desmobilização. Então, hoje o MST retomou a organização de discutir produção (MARGARIDA, 2018).

Desta maneira, a nova cooperativa, vinculada ao movimento sem terra, torna-se o principal alicerce de reconstrução do movimento na região naquele momento, refletindo na organicidade dos assentados e também retomando alianças de classes e com instituições na região. Para que fosse possível a cooperativa existir, era necessário juntar os assentados, dessa forma, “discutir os problemas do movimento” (Margarida) foi o caminho o qual os dirigentes viram ser mais frutífero, logo, por meio do diálogo em sala de aula da EJA - Educação de Jovens e Adultos -, os militantes juntaram os alunos e dialogaram sobre os problemas e desafios do movimento, reconquistando a confiança de parte da base que compõem o assentamento.

Esse conjunto de fatores impulsionou a criação da cooperativa Cooperflora, na qual camponeses/sas juntaram-se em uma organização jurídica com diversas possibilidades de ramificar diferentes ações em uma só iniciativa, buscando alcançar o que foi tirado enquanto estratégia de conectar campo e cidade. Assim, priorizou o debate, não só no meio urbano, mas também no próprio campo, dos sistemas agroalimentares e da produção de alimentos saudáveis.

³⁷ Esse movimento de saída de militantes ficou nacionalmente conhecido pela carta escrita pelos dissidentes do movimento em 2011, intitulada “carta dos 51”.

A cooperativa se constitui, portanto, como importante via para se discutir e colocar em prática a agroecologia, enquanto elemento central para construção de ambientes mais equilibrados sob a égide da soberania alimentar.

A criação da Cooperflora compõe parte de uma série de ações que objetiva conduzir a bandeira “do que você se alimenta”. Sendo assim, retoma o debate da importância do camponês na sociedade, enquanto assegurador da segurança e soberania alimentar, além de garantir melhorias ambientais. Pode-se citar, como dito anteriormente, iniciativas em curso nesse processo de aliança entre campo e cidade, como a Feira Nacional da Reforma Agrária, as três edições realizadas nos anos de 2016, 2017 e 2018 na capital do Estado de São Paulo. A última feira, em 2018, movimentou mais de 260 mil pessoas no parque da Água Branca, e foram comercializados cerca de 420 toneladas de alimentos saudáveis³⁸. A feira nacional é de longe uma das maiores iniciativas do movimento em aproximar o debate da reforma agrária aos grandes centros urbanos e capilarizar que a pauta da reforma agrária é responsabilidade de todos. Se “nós somos o latifúndio” (Vianna, [1920] 1952), a luta por democratização da terra é para ser coletiva.

Das feiras estaduais à nacional, já que não são todos os Estados que conseguem executar o encargo de organizar uma feira estadual, tendo em vista a complexidade organizativa e também financeira para tal acontecer, elas são indicativas enquanto plano de ação. “A intenção é fazer uma estadual (São Paulo) em agosto (2018), mais ou menos, mas vamos pensar o eixo de produção, porque o trabalho tem que ser na periferia falando de alimento saudável” (Margarida). A dirigente aponta a necessidade de levar essa agenda de alimentação saudável e acessível para todos, que mostra que alimento não é mercadoria.

Outro componente, após VI Congresso, e enquanto ação prática, é abertura dos “Armazéns do Campo”, sediados em grandes cidades. Podemos citar São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Maranhão, Salvador, Porto Alegre, Recife e Caruaru-PE e entre outros. Os Armazéns do Campo têm como objetivo agregar, em uma loja, produtos processados produzidos pelo MST em escala nacional, tais como: leite, suco de uva, variedades de arroz, feijão, café, doces, entre tantas outras, e movimentar a economia local por meio da comercialização de produtos *in natura* produzidos nos acampamentos e assentamentos próximos ao ponto. Para além da comercialização, tanto a feira quanto o Armazém do Campo, exercem funções formativas, criando referência do próprio movimento e do o “que é” a reforma agrária em seus símbolos,

³⁸ Fernandes, Leonardo. Mais de 260 mil pessoas foram à III Feira Nacional da Reforma Agrária, em São Paulo. **Brasil de Fato**. São Paulo, 06 de Maio de 2018. Disponível em <encurtador.com.br/aGOW3>. Acesso em: 01 mar. 2019

cultura e através do alimento. Para além da comercialização de produtos da reforma agrária e movimentos parceiros, parte dos Armazéns do Campo abertos são multifuncionais, e também oferecem serviços de bares, café e restaurante. Tem fortalecido a economia local e também a cena cultural e literária por onde tem se desenvolvido, para além de fortalecer as relações sociais entre parceiros políticos.

Essas são duas intervenções na sociedade³⁹ por meio da pauta da alimentação saudável e de como ela tem sido o fio condutor de enfrentamento ao modelo do agronegócio. Outra intervenção, base desse trabalho, é a comercialização via “cestas agroecológicas” e a importância destas para construção da agroecologia dentro e fora dos assentamentos.

Ao ser questionada sobre a importância das cestas, a dirigente aponta:

Nós optamos em montar a cooperativa, o MST, e montar as cestas. Fazer a venda direta de uma forma de conversar com os grupos (os consumidores) e montar os grupos, de ter uma relação de confiança com os grupos, de chamar para nos conhecer. Então isso vai nos fortalecendo e adquirindo um pouco mais de respeito e confiança das pessoas que compram os nossos produtos. Nossa meta era ter cem cestas semanais, nós não conseguimos atingir essa meta e não foi por falta de consumidor, mas foi por falta de planejamento de produção (MARGARIDA, 2018).

As cestas têm, ainda, um importante papel na construção e fortalecimento do vínculo campo e cidade, na medida em que, por meio delas, é possível tecer caminhos formativos para a população urbana sobre a realidade agrária. Para um camponês, compreender o sistema econômico pautado nas grandes monoculturas não é algo difícil, posto que tal camponês sofre diretamente a influência desse sistema predador nocivo, que dita o ritmo do regime alimentar que estamos submetidos, ainda, não podemos deixar passar, a questão financeira, o camponês vai sendo cercado pelo capital. Não comemos as *commodities* em si, mas o que comemos é controlado pelos “donos” de quem as produzem. Tal compreensão não é tão lógica nos meios urbanos, quando a maioria das relações entre consumidores e cultura são mediadas por prateleiras de supermercado. Com as cestas agroecológicas, todavia, produtores e consumidores se aproximam, fazendo com que o consumidor urbano passe a ter uma relação mais íntima com as culturas agrícolas, a visualizar melhor as relações sociais e de trabalho envolvidas na produção do alimento que ele está consumindo, ainda, a compreender o tempo da terra e o tempo da natureza, que não é o tempo do capital.

³⁹ Cabe reforçar que falamos, mais precisamente, do MST, pois outros movimentos sociais têm se destacado e construção da soberania alimentar e da relação campo e cidade. A exemplo do MPA, que tem feito um trabalho importantíssimo na construção de mercados agroalimentares.

É nesse sentido que Porto-Gonçalves (2012), em análise sobre o MST, propõe duas dimensões territoriais como chave. A primeira é o recrutamento de populações sub-urbanizadas num movimento de contra-fluxo migratório, ou seja, do meio urbano para o campo, materializado em ocupações e acampamentos rurais. A segunda dimensão territorial é a politização do debate técnico, no que diz respeito à urbanização da questão agrária. Na prática, sabe-se da dificuldade de “politizar o debate”, na medida em que há as mídias hegemônicas e classistas influenciam nocivamente a população. Sendo assim, a Cooperflora - bem como outras iniciativas que tentam levar o debate da reforma agrária para o meio urbano - consegue acessar essa fração da população urbana e promove esse debate político, compreendendo a questão agrária na prática enquanto consumidor de alimentos advindo da Reforma Agrária Popular.

Nós dependemos da cidade e a cidade depende de nós. Então, tem que ter essa interação e, melhor ainda, de gente que conhece a gente, e que sabe que está à disposição para produzir um alimento de qualidade. E, ainda, falar do tanto mal que faz o veneno que tem no alimento. Então, isso também é tarefa nossa (MARGARIDA, 2018).

No caso da Cooperflora, um conjunto de fatores influenciou para que tal iniciativa de venda direta se materializasse. Um importante exemplo, relaciona-se às dificuldades materiais, tendo em vista a ausência do PAA no assentamento. Na medida em que a política pública de comercialização é o horizonte de conquistas dos movimentos sociais e visa a promoção de estabilidade por meio do Estado, quando esse Estado passa a ser ausente, há mudanças severas no cotidiano desses camponeses. Quando questionada sobre a importância das políticas públicas, Margarida é enfática ao dizer:

Ver revolucionar a produção e a comercialização, porque quando o governo disse que compraria tudo que produzia, aí mudou, mudou a qualidade de vida das famílias. Com todos os problemas que tem nos projetos, mas Sumaré é um exemplo vivo disso, montou a cooperativa, entrega pra PNAE, PPAIS. Nossa! Se você vê a estrutura da cooperativa. Então, a qualidade de vida muda muito. E quando você corta isso tudo de uma vez, foi um desastre pra toda economia dos assentamentos. Porque tem gente que ficou desesperado. A cooperativa de Andradina montou uma cooperativa maravilhosa de leite, porque lá a terra é grande e é muito leite, e aí não tinha pra quem entregar, eles entregavam a setenta centavos pro atravessador para não perder leite, olha que tristeza. Aí tira um monte de leite e não tem como comercializar. Agora com a agroindústria começando a funcionar, eles estão fazendo, embalando leite, ainda pagando aluguel de refrigerador e a pasteurização do leite, que isso não tem. Mas é uma série de dificuldades, e quando era o PAA que pegava, pegava *in natura*, né? Toda a produção era *in natura* (MARGARIDA, 2018).

O impacto causado quando o Estado escolhe por ceifar às políticas públicas reflete profundamente na vida dessas famílias. Não é qualquer mercado que a agricultura camponesa

consegue adentrar, tendo em vista que a legislação não considera as especificidades da agricultura em pequena escala. Basta verificar na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a normatização para implantar, por exemplo, uma agroindústria. Para conseguir formalizar uma agroindústria, seja ela em um assentamento, quilombo, depende de parcerias das mais variadas formações e entidades - normalmente projetos do terceiro setor - que encampe tal iniciativa. No entanto, a própria manutenção de tal agroindústria, no cotidiano, se torna inviável pelos altos custos, pelas taxas, licenças, uso de energia elétrica - devido ao uso de refrigeradores, máquinas específicas de processamento de alimentos etc. Ou seja, é um caminho persistente para manter-se na terra. Assim, as políticas públicas se consolidam como via principal para uma segurança financeira mínima no campo, a ausência delas, reflete na pobreza do campo. Não foi por menos que a Cooperflora surge no momento de enfraquecimento de uma das principais políticas públicas direcionadas à população campesina, com o intuito de criar uma possibilidade de renda para os assentados a partir de suas produções.

4.1.1 Organização para comercialização

Se a cesta agroecológica é o que ela é hoje, isto é, é a base do sustento dos cooperados atualmente, se deve muito ao PAA, logo, merece mais uma atenção neste trabalho para mostrar como ele mobilizou a vida desses assentados.

Um exemplo disso é a família de Maria - personagem apresentada no primeiro capítulo - que, desde loteada, acessa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade doação simultânea.

O PAA, nossa! É importante porque a gente não perde, você quer plantar, quer ter saída, porque dá dó, também, de perder (...) você olha, assim, pra terra ‘puxa vida, tinha vontade de comer isso, agora perder’, é terrível, só que tem muita perca agora (MARIA, 2018).

A “muita perca” de dona Maria refere ao período do ano considerado de muita fartura, o período das águas no sul do país, que tem sido de novembro a abril. A chuva traz a fartura na colheita e a diversidade para os pratos, porém, é a época mais instável de escoamento, pois sem o PAA, perder o roçado é certo.

O PAA chegou cedo ao assentamento Milton Santos, um ano após a ocupação, os assentados estavam loteados e acessando o programa, fato que colaborou na organização da produção para comercialização, ou seja, a organização do trabalho e planejamento do investimento do que será produzido.

A família de dona Maria sempre produziu mais do que as cotas necessárias para entrega no programa, esse excedente pode ser explicado por dois motivos. O primeiro porque a cota por DAP (por família) para o PAA não é alta, ainda, é limitada, embora cada agricultor tenha uma quantidade estabelecida de entrega em determinado período, ele tem mais liberdade caso aconteça algum imprevisto, pois ele pode entregar cinquenta pés de alface em uma semana e na outra, trezentos, até atingir sua cota. Outro motivo pelo o excedente de produção relaciona-se à capacidade produtiva, apesar de estarmos falando de um lote, considerado, muito pequeno, a capacidade de produção é alta.

Nas “andanças” pelos assentamentos, podemos perceber que há uma relação de “amor e ódio” com o PAA. Do “lado do amor”, é o melhor programa de acessibilidade de camponeses marginalizados, na medida em que há diversas flexibilidades relacionadas à entrega do que se é produzido individualmente, ou seja, o camponês consegue entregar o que ele tem plantado e a quantidade que ele tem disponível. Essa possibilidade amplia a participação de pequenos camponeses que não possuem infraestrutura. No “lado do ódio”, porém, o excesso da burocracia, a morosidade do pagamento e a demanda intensa das relações políticas locais refletem negativamente a gestão do programa. Podemos citar a pesquisa de Vinha e Schiavinato (2015) sobre o PAA, em que uma das principais barreiras a serem enfrentadas pelos camponeses é o excesso de burocracia para acessarem e se manterem no programa. No entanto, ele continua sendo, em áreas de reforma agrária, base da sustentação das famílias assentadas. O enfraquecimento desta política ao longo dos últimos anos, mais precisamente a partir de 2014, intensificada de 2016 em diante, vem acarretando impactos significantes na vida de pequenos camponeses. Não foi diferente com Maria e sua família, ficando claro que o PAA é um grande elemento para condição de vida básica da unidade familiar. De acordo com SAMBUICHI et al (2019), devido à crise fiscal que o governo federal enfrentava a partir do governo Dilma II, ocasionou a mudança da agenda de políticas públicas já em 2015, sobretudo a Conab, refletindo em cortes orçamentários nas políticas sociais e, dentre essas, o PAA. Na prática, o investimento do PAA na região sudeste em 2012⁴⁰ foi de R\$ 131.776.716, já em 2015, na mesma região foi de R\$77.902.561 e 2016 de R\$19.644.592.

*

⁴⁰ Disponível em: <encurtador.com.br/mqDE9>. Acesso: 25 maio 2021.

A escolha em trazer a narrativa de Maria, que metaforiza a realidade de tantas outras Marias e outros camponeses sem terra, assim como a da Margarida, que foi apresentada no segundo capítulo, se deram pela coesão: terra, trabalho e família. Terra enquanto unidade central - que é a segurança para família - isto é, promove certa blindagem das instabilidades da cidade-, e a segurança alimentar que a terra proporciona a quem a cultiva. Ainda, o trabalho, já que a renda se materializa pelo trabalho na terra. Como mostra Maria:

Eu vou falar pra você, a gente começou a viver bem aqui, come bem, se alimenta bem, depois que eu vim pra cá porque a gente produz, né? E levanta um dinheiro, você pensa que a gente perde aqui? Não, a gente enche o carro e sai nas ruas, mas perder mercadoria eu não perco (MARIA, 2018).

O dinamismo em relação a cadeia produtiva de Maria e seu marido os direcionam para muitos caminhos na tentativa de adentrar o mercado local. Tentaram, assim que loteados, a venda para os famosos “mercadinhos” na região. A venda semanalmente de quiabo sustentou a família por um tempo, no entanto, a sazonalidade da produção não os permitiram seguir, pois o mercado exige a entrega de quiabo o ano inteiro e a agricultura camponesa é conduzida pelas estações do ano. A homogeneização da entrega enquanto padrão de produto anual, rompendo com uma lógica estacional de produção, são uns dos fatores os quais os mercados convencionais não são possíveis para a agricultura camponesa.

[...] eu fui em vários mercadinhos aqui, se eu fui em supermercado pequeno? Eu tentei em todos eles, todos não, mas uns vários aqui em Americana, aqui em Cosmópolis, Paulínia, restaurantes também. Ai no restaurante dava certo mas não compensava as entregas porque era um aqui, outro lá, não compensa no final (JOÃO, 2018).

Muitos são os debates sobre as tendências e “desvirtuamentos” das características da base da família camponesa na inserção nos mercados capitalistas, a exemplo de Abramovay (1998). Esse é um debate clássico da questão agrária, no entanto, parte-se do ponto de vista que a própria agricultura pertencente aos territórios camponeses são inviáveis no circuito capitalista, tanto de produção, quanto de comercialização, pois a comercialização desses alimentos dependem de diversos outros fatores como: naturais, relações sociais, solidariedade, entre outros. No momento em que o alimento é transfigurado em mercadoria e, sobretudo, padronizado para atender determinado público, cria-se uma espécie de seleção natural no meio da comercialização: quem não consegue se adaptar sai fora. Pode-se refletir que apesar de governos progressistas incentivarem, por meio de uma agenda complexa de políticas intersetoriais, o combate à fome e à desigualdades, não mudam, no entanto, determinados setores, restringindo tanto o acesso de pequenos agricultores à determinados mercados quanto

à oferta e acesso desses alimentos para segmentos da sociedade menos abastados. Como podemos ver a fala abaixo:

Eu consegui uma entrega lá em Paulínia e nós não tínhamos energia, não tinha nada! E lá tinha que entregar tudo na bandejinha certinho. Nossa! Dá um trabalho! Eu plantava quiabo aqui e a gente colhia, tinha que ter padrão, não podia ter passado, nem muito pequeno, tinha que ter um padrãozinho, assim, aí eu punha na bandejinha. Eu comprei um saco de papel filme e comprei um negócio daquela de empacotar, bem baratinha. Mas só de empacotar assim não dá certo, aí eu fiz ele, comprei um negócio daquele, enfiei um negócio de madeira, nem sei de que jeito que eu fiz lá, só sei que eu fiz ele ao contrário, que eu punha a bandejinha, que eu puxava, fazia aquela força pra ficar igualzinho. Empacotava igual mesmo a máquina normal, aí eu empacotava, tal, passava a mão ali, olha o trabalho que dava. Aí eu pegava uma forma, dessas da gente fazer pão, acendia o fogo no fogão assim, punha a forma em cima e vinha com aquela bandejinha, encostava assim, passava mão, ficava tudo normal, aí levei lá, o cara aprovou e ficou pegando (JOÃO, 2018).

É uma adaptação ao mercado, alimento virando mercadoria, uma dinâmica “clientelista”, no qual, para vender é necessário estar no padrão de consumo, que é tanto estético, quanto de durabilidade (é preciso ter aquele produto disponível o ano inteiro, isto é, se não está na época de produção de um determinado produto, o mercado não se importa, que se crie condições (artificiais) para produzir o ano todo. Se o campesinato não faz parte ou não se adapta a essa lógica produtiva, ele automaticamente estará fora. Aqui, mais uma vez, é reafirmada a lógica que pensa a terra submetida a uma concepção de agricultura restrita a ideia de desenvolvimento (capitalista), isto é, se a agricultura cumprir suas “funções” para o desenvolvimento econômico, não importa qual tipo de relações trabalhistas foi empregada, nem como, tampouco o modelo fundiário de distribuição, ou melhor, não distribuição da terra.

Delgado (2001), afirma que no período pós guerra até a implementação da ditadura militar (1964-85) existiam duas lógicas que disputavam os sentidos do debate agrário no país. De um lado, intelectuais, movimentos sociais, setores da igreja católica e partidos políticos à esquerda, advogavam que no debate sobre a “questão agrária”, seria necessário: (i) pensar no nosso sistema fundiário - isto é, na concentração latifundiária de terra legitimada pela Lei de Terras de 1850 e na necessidade de uma reforma agrária -; (ii) pensar sobre a regulamentação do trabalho do campo, isto é, alargar para o campesinato os mesmos direitos que já tinham sido garantidos pelos trabalhadores urbanos desde a década de 1930.

Do outro lado, porém, temos os economistas da USP, tendo como um dos maiores porta-vozes, Delfim Neto, que viria a ser Ministro da Fazenda em 1967, isto é, ministro do governo militar. Delfim e tais economistas, defendiam que o debate agrário deveria se concentrar nas

“funções da agricultura” para o desenvolvimento nacional, se a agricultura cumprisse suas funções, não era necessário mexer nem na política fundiária, nem nas relações de trabalhos e produtivas no campo. Assim, os debates em torno da ideia de “agricultura e desenvolvimento” é “calcado no pensamento funcionalista norte-americano com respeito aos papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico” (DELGADO, 2001, p. 161), quais sejam: (i) “Liberar mão-de-obra para a indústria”; (ii) “Gerar oferta adequada de alimentos”; (iii) “Suprir matérias-primas para indústrias”; (iv) “Elevar as exportações agrícolas” e (v) “Transferir renda real para o setor urbano” (Idem, *Ibidem*, p. 162). É a partir dessa lógica, segundo Delfim e outros, que era para ser pensado o contexto rural no Brasil, assim como só “se reconheceria problemas ou crise agrícola onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas” (Idem, *Ibidem*). Cabe destacar o segundo ponto citado, tendo em vista que o “gerar alimento adequado” não está associado ao agronegócio, cabendo à agricultura familiar e camponesa produzir alimentos adequados à alimentação.

Basta acompanhar a trajetória de Maria ou Margarida para entender qual lógica ganha o cabo de guerra político no período anterior ao golpe militar. A ditadura militar não apenas adota Delfim como seu ministro da Fazenda, também, o que este defendia sobre “as funções da agricultura” para o desenvolvimento econômico da nação. Lógica resiliente, persiste até os dias de hoje, do controle do Estado ao controle do Mercado, de redes produtivas nacionais às redes globais de produção e circulação do alimento (enquanto mercadoria), ao menos hegemonicamente, se o campesinato não se adequa a lógica do mercado, se não se consola em ser subsidiário ou caudatário do urbano e dos setores industriais (Delgado, 2001), ele é descartado.

Isso é um ponto de desconstrução em meio a proposta do circuito curto, pois se faz necessário romper com esses padrões de consumo e reconstruir as relações com os alimentos, para além dos padrões de consumo impostos pelo capital, a valorização deveria ser por meio da produção livre de veneno e das suas relações sociais por de trás desse alimento, e não pela aparência. Assim como, deveria ser valorizado as relações produtivas justas e humanizadas, como também, cumprir a função social da terra.

Mas se não for pelo circuito curto, as experiências de venda para o mercado se, em algum momento, podem ser exitosa, não dura muito tempo, como aconteceu com Maria e sua venda de quiabo, pois, devido à própria dinâmica da agricultura familiar às margens do sistema produtivo hegemônico, a família não conseguiu manter a produção de quiabo o ano todo e perderam o contrato com a rede de supermercado. Após esse “causo”, o PAA foi a grande fonte

de renda, e segundo dona Maria, a qualidade de vida melhorou muito e investiram no lote e também na casa.

Eram seis mil, eram seis mil e quinhentos, alguma coisa assim. Eu sei que eu peguei, assim, já era mais de quatro mil. Nós pegamos de uma vez, então, aquele dinheiro pra nós foi, ah, aquela coisa mesmo, né? Então, foi muito bom e as coisas foram melhorando, que a gente já foi tendo retorno. Eu soube aproveitar o dinheiro que o Incra deu, nós aproveitamos muito bem (MARIA, 2018).

Com dinheiro é possível se investir para melhorar a produção:

Aí nós compramos o tobata (mini trator), até do assentamento ali de Sumaré, a gente pegou de um assentado de lá, a gente investiu no tobata. Menina do céu, como a gente trabalhava aqui, a gente fazia nossa terra, como pegava algum servicinho, mais o menino meu, esse um que morreu, que trabalhava mais com o tobata, ele pegava os biquinhos dele e tirava o dele (Idem, Ibidem).

Cabe lembrar que a reforma agrária é um território camponês em curso, é (por incrível que pareça) relativamente jovem na composição da nossa história. Muitos foram os cenários e tentativas de adentrar no mercado convencional por meio da agricultura produzida nos assentamentos rurais, no entanto, a própria experiência foi conduzindo para o debate de que não há possibilidade, que são modelos de desenvolvimento com propostas incompatíveis, fato que direciona forças para criação e fortalecimento de programas governamentais que visam garantir a compra de pequenos agricultores, garantindo a soberania alimentar tanto das populações urbanas mais vulneráveis, quanto de população do campo.

Segundo nossa outra personagem, Margarida, sem o PAA, alguns assentados optaram por vender nas feiras e também entregar para o atravessador, com o intuito de não perder o roçado. A Cooperflora optou por trabalhar com as cestas agroecológicas, por meio da estratégia de formação política com consumidores, como dito por Porto Gonçalves (2012), politizando o debate técnico da questão agrária no meio urbano e também como lugar importante para se trabalhar a agroecologia com os assentados.

Uma reflexão importante para encerrar esse debate é sobre o que propôs Vinha e Schiavinato (2015) sobre o PAA ser uma política pública que incentiva a emancipação do camponês, tendo em vista que fortalece o campesinato em suas multiescalas e viabiliza a soberania alimentar. A exemplo dos sujeitos dessa pesquisa, essa emancipação pode ser observada pelas falas de Maria e família, no qual o PAA foi o alicerce para estruturação da família recém assentada no lote. Para além dessa unidade familiar específica, grande parte dos assentados entregavam para o PAA, na modalidade doação simultânea, isto é, foi proporcionado a uma parcela mais

necessitada da população local a possibilidade de se alimentar de alimentos mais saudáveis, conectando o campo à periferia.

No entanto, a observação que gostaríamos de propor aqui é da organização social interna entre os camponeses para a entrega do PAA, também, como característica emancipatória, tendo em vista a experiência de organização construída coletivamente, por meio de associações ou cooperativas, que demandam diálogos, compreensões, reuniões, decisões coletivas, companheirismo. Essa vivência, no que diz respeito à gestão do PAA, colaborou sobremaneira para que essas famílias, que estão na Cooperflora, se adaptassem rapidamente com a “nova” estratégia de comercialização em cestas. Isto possibilitou um processo mais fluido em termos de organização interna, com recorrentes reuniões, divisões de tarefas, e logo, reinserindo esses assentados numa proposta mais ampla de reforma agrária que o movimento levanta sua bandeira, a Reforma Agrária Popular.

Para além da organização interna para a realização da cestas, é possível observar que o grupo de cooperados se fortalecem na relação de respeito e cuidado uns com os outros e, também, com as propostas coletivas do assentamento, a exemplo do atual projeto em curso para a área coletiva, a escola popular Melina Melão, que tem sido um processo coletivo de arrecadação de verba e com ajuda dos cooperados e parceiros da reforma agrária, a escola tem tomado forma a cada dia. Essa emancipação aqui proposta, vai além da comercialização, ela envolve fortalecimento de uma classe do campo, das suas articulações com parceiros, na participação desses cooperados na construção de um projeto mais amplo e coletivo no assentamento, que é a escola. O engajamento dos cooperados da Cooperflora na construção da escola popular é um exemplo de que se é possível constituir esse “território de esperança”, como sugerido por Moreira e Targino (2007).

4.2 Contextualização da Cooperflora

A necessidade de construir, como já falado, uma reforma agrária que se pautar nos princípios baseado em um modelo de desenvolvimento que não seja predatório aos recursos naturais, e que visa promover a soberania e segurança alimentar da população, assim como protagonizar e valorizar os trabalhadores da terra e toda população do campo, se orienta como alicerce estrutural para construir uma Reforma Agrária Popular sob ponto de vista dos meios produtivos.

Apesar do antagonismo dos projetos políticos (agronegócio vs agroecologia) e a correlação de forças desiguais, pautada e conduzida pelo poder econômico, é significativo a importância

dos movimentos populares camponeses na resistência pelos territórios e pelo modo de produção, seja organizações locais, estaduais e nacionais, que é o caso do MST e outros movimentos do campo popular como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), entre outros. E é o caso também, todavia, pensando internacionalmente, da Via Campesina, que pode ser considerado um dos maiores movimentos que agrega povos da terra (trabalhadores ou populações tradicionais, estes, que possuem e partilham outras cosmovisões alternativas à da branquitude) em escala internacional. Segundo Rosset e Torres (2013) a Via Campesina reúne povos indígenas, famílias camponesas, trabalhadores do campo, sem terra e mulheres rurais em uma aliança global, somando em torno de 200 milhões de famílias no mundo inteiro. Ou seja, muito tem sido feito e construído em resposta à barbárie que só visa lucro, como disse Margarida, na conquista que é feita “dia após dia”.

Entre as muitas estratégias da Via Campesina, a criação e a promoção de ações em diferentes escalas, locais, nacionais e internacionais, a soberania alimentar, tem como objetivo conter o avanço e o domínio dos recursos produtivos dos sistemas agroalimentares, para isso pautas importantes como agroecologia e que engloba o controle sobre as sementes, água e território se constituem como temas que se associam entre si (ROSSET, 2007).

Como visto, um ponto avaliado, com o acúmulo dos anos do MST, foi a necessidade de que a reforma agrária fosse mais ampla e que promovesse uma alianças de classe, já que é um dever da população urbana e do campo atribuir a Reforma Agrária Popular no projeto político de soberania nacional.

Em comum estratégia, o último Congresso Nacional do MST encaminha que o êxito da Reforma Agrária Popular:

Depende da nossa capacidade de construirmos alianças concretas em torno do programa com os demais setores do campesinato e com toda a classe trabalhadora urbana. Depende da capacidade de dialogar e conquistar amplos setores da sociedade brasileira, para construir uma hegemonia - um consenso - que compreenda e defenda um modelo de agricultura (MST, 2014, p. 6).

É sob essa perspectiva que nasce a Cooperflora. Pela necessidade de estabelecer tal aliança com o urbano, para que a pauta de um desenvolvimento agrário seja baseada na agroecologia e na sociedade como um todo. Sendo assim, a iniciativa desse diálogo e dessa construção coletiva, qual seja, de que seria essa Reforma Agrária Popular no campo e na cidade, somada às instabilidades financeiras e materiais de camponeses sem terra nos territórios de reforma agrária, impulsiona a criação da Cooperflora, já com atuais orientações políticas e estratégias.

A própria cooperativa é criada com um objetivo bem claro: a venda direta para grupos/coletivos de consumidores parceiros na cidade de Americana, Campinas e região. Reforçamos, aqui, o fato de que nesse período, o PAA já não estava sendo acessado pelas famílias cooperadas, restando-lhes a opção da venda direta - feiras, na rua, atravessadores, encomendas etc -, assim como, também, o trabalho não relacionado a terra, ou seja, o trabalho fora do assentamento.

A idealização da Cooperflora começa a ser pensada, enquanto necessidade, após VI Congresso Nacional do MST, realizado em fevereiro do ano de 2014. Em seguida ao congresso, inicia-se reflexões em torno da criação de uma cooperativa vinculada ao MST no assentamento Milton Santos. Logo, reuniões e discussões vinculadas à sala de alfabetização no assentamento leva a própria constituição da cooperativa. As dificuldades de comercialização e a necessidade de se reinventar os meios de trabalhar a terra foram pontos centrais para constituição de uma nova organização. E é dentro da sala de aula improvisada, pois não há escola no assentamento (ainda), que iniciou-se o diálogo entre educador e educando, que tais necessidades foram problematizadas e debatidas. No entanto, o tempo entre articulação das famílias interessadas em compor a cooperativa, somada às burocracias, levaram a registrar a cooperativa apenas no ano seguinte, no dia 15 de novembro de 2015.

Segundo a entrevistada Elizabete, 24 pessoas compõem o quadro de cooperados da Cooperflora, no entanto, há participação mais ativa de 11 cooperados, podendo chegar a 16 participantes, essa oscilação se explica devido a instabilidade de alguns agricultores na produção. De acordo com o trabalho desenvolvido por Contrigiani (2021), há predominância das mulheres, as quais também ocupam os cargos de presidência, diretoria administrativa e tesouraria. Ainda segundo a autora, a faixa etária predominante está entre 55 e 59 anos, porém há ao menos três cooperados com mais de 65 anos e três de 39 a 49 anos. Pode-se observar que a juventude camponesa do assentamento não tem apostado no trabalho com a terra, de acordo com a autora, apenas dois jovens colaboram com apenas as tarefas administrativas na cooperativa.

Apesar do registro da Cooperflora ocorrer em 2015, dificuldades burocráticas ainda impede o funcionamento 100% legal. Uma das realidades que deve ser refletida quando se fala em comercialização, é que há um grande custo para se constituir, legalizar, e manter um empreendimento coletivo, sobretudo onde não há capital para se investir. Realidade cotidiana e que expressa a morosidade de processos de comercialização de produtos advindos da reforma agrária e outras comunidades camponesas. Além de outras dificuldades que camponeses enfrentam na hora de produzir e escoar seus alimentos que falaremos mais adiante.

4.3 Cestas agroecológicas da Cooperflora: a gênese

Assim como a agricultura alternativa é anterior à agroecologia, organizar a comercialização em formato de “cestas fechadas de produtos” também não é nada novo. Além de outras formas e modelos de se comercializar fora do circuito convencional. A exemplo das cestas fechadas, pode-se mencionar, como dito, a iniciativa do CSA que se organizam a partir de consumidores que queiram ter acesso à produtos orgânicos de qualidade, mas também com consciência territorial, ecológica e sustentável, conhecendo de onde vem o seu alimento e quem os produz. Assim, um agricultor é responsável por fornecer produtos de sua roça a um grupo de consumidores, que pode variar conforme a condição de produção de cada agricultor. O CSA chega ao Brasil em 2011, porém tem se popularizado nesses últimos anos. Tem como sua base referencial, como já dito anteriormente, a cidade de Botucatu, município referência no Estado de São Paulo na produção orgânica e possui adeptos de correntes da “agricultura alternativa”, como por exemplo a agricultura biodinâmica⁴¹.

Todavia, embora o debate da agroecologia por meio do CSA e da sociedade civil em geral, sobretudo ONGs, esteja “avançado” em várias regiões do país no meio urbano, por meio da pauta da alimentação saudável, a interconexão alimento saudável e reforma agrária, ainda é algo não tão evidente. A agroecologia popular, pautada em uma Reforma Agrária Popular, tem crescido gradualmente apenas nos últimos anos com as iniciativas de acessar o público urbano. E é, também, por isso que alguns processos são mais lentos e complexos quando envolvem acampados e assentados. Porque também a agroecologia não se faz em um vazio de relações sociais, mas a partir de relações sociais. Que são, também, relações de classes. Pode-se dizer que o MST chega um pouco depois comparado ao terceiro setor no debate agroecológico. Ao lado da construção da agroecologia, é necessária que se pense a Reforma Agrária Popular. Vejamos o caso de Campinas.

Campinas possui várias iniciativas de comercialização de produtos orgânicos em circuitos curtos, tais como, em feiras livres de produtores vinculados à Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC); por meio de outros coletivos que agregam produtores da região e entregam semanalmente sob encomendas, que é o caso do coletivo Trocas Verdes; nos pontos de comercialização em locais parceiros, como restaurantes vegetarianos; em feiras vinculadas à

⁴¹ A agricultura biodinâmica está relacionada com a antroposofia de Rudolf Steiner e pressupõe a importância da manutenção de qualidade do solo para que as plantas se mantivessem saudias e produtivas. Para isso, se vale de propostas de manejo do solo baseada na junção de matéria orgânica e de aditivos para a adubação, conhecidos como “preparados biodinâmicos”, que visam estimular “as forças naturais” (Cf. PETERSEN, 2012).

universidade, a exemplo da feira Pé na Roça da Unicamp etc. Todas as iniciativas são importantes e precisam ser valorizadas, não há dúvidas, mas por que então não somar os produtos da reforma agrária em tais iniciativas? Em anos trabalhando com Extensão Universitária em Economia Solidária, nunca foi possível inserir, com solidez, grupos de assentados em nenhuma dessas iniciativas de comercialização. E uma das questões era que os assentados e acampados se recusavam a vender seus produtos a preços altos, causando desconfortos entre os agricultores que comercializavam na feira.

Para além de resolver a questão da comercialização, há tantos outros problemas no cotidiano em um território (em construção), muitos no limítrofe da precariedade. A questão de classe é evidente, na medida em que sem capital para investir no próprio lote - adubo, sementes, mudas, ter um poço para garantir a água, ferramentas etc -, não há produção possível, não há condição de ter um transporte para sair nem do próprio lote, quem dirá se deslocar para outra cidade. Outro grande desafio é a própria relação que os camponeses, no MST ou fora dele, têm com o Estado. Embora haja um entendimento que o Estado é responsável por criar condições para as famílias assentadas, sabemos que quando isso acontece é um processo moroso, que se dá a passos lentos e com muita luta e cobrança, até porque as dificuldades são muitas. Por isso que ao lado da cobrança e da luta frente ao Estado, é necessário, ainda, buscar alternativas autônomas que, muitas vezes, são concretizadas a partir de outras parcerias. Sobretudo porque este Estado pode ser ocupado por diferentes governos, e quando esse governo é mais conservador, ao invés de aliado, o Estado pode ser usado a serviço da perseguição ao Movimento e aos camponeses a ele associados.

Como dito anteriormente, a Cooperflora foi uma iniciativa do MST, tanto devido ao rompimento de muitos militantes que houve no movimento na regional de Campinas, quanto pela necessidade de fortalecer o MST na região, ainda, pelo diagnóstico de que era necessário pensar em alternativas ao modo de produção e comercialização hegemônicos. Ou seja, em uma iniciativa de comercialização foi possível conectar diversas pautas, tais como: geração de renda para os cooperados; alimentação mais saudável para os consumidores; fortalecimento do movimento na região; fortalecimento das relações políticas entre instituições, por exemplo MST e sindicatos, MST e universidade; reconectar os cooperados à propostas coletivas do assentamento, a exemplo da construção da escola e o cuidado com o “barracão” na área coletiva etc.

É importante lembrar, ainda, do dilema de quando se passa de acampado para assentado, pois, após loteados, as ações coletivas diminuem e as atenções voltam para o próprio lote. É como se a “luta” estivesse acabado, mas sabemos que não é bem assim. Por isso, é importante

colocar aqui tal feito da Cooperflora, pois reconecta esses assentados ao processo de luta cotidiana da reforma agrária, superando o individualismo nos próprios lotes.

Como se defende aqui o paradigma da questão agrária, em que o camponês se reinventa a todo momento, intuiu-se, então, que a Cooperflora, seria essa alternativa para o desenvolvimento da agroecologia entre os assentados, no entanto, não estava claro de como e de que forma seria. Como os alimentos agroecológicos produzidos pela cooperativa iriam circular? O catalisador desse *como*, e o surgimento das cestas agroecológicas na cooperativa se fez, naquele momento, a partir de uma parceria entre extensionistas ligados à universidade, MST, assentados e consumidores parceiros da reforma agrária. Como informa a nossa terceira entrevistada, a jovem Elizabete, em entrevista realizada em janeiro de 2019.

A realização das cestas aconteceu devido a uma junção de fatores. Um deles foi a procura, por moradores da cidade de Americana, por produtos orgânicos do assentamento que eles pudessem comprar. Também, o vínculo com o projeto de extensão da Unicamp, que naquele momento havia realizado o diagnóstico rural participativo (aprofundado adiante) com os cooperados, mas, até então, não havia amadurecido a ideia do que “fazer” com tal resultado, isto é, que ainda não tinha clareza sobre qual seria a estratégia de escoamento alternativa da cooperativa. E, por fim, a influência de uma experiência exitosa do assentamento Mário Lago, se valendo da metodologia “camponês a camponês”. Conhecer de perto a organicidade de outra cooperativa, somada a aproximação de interessados locais e inserção no projeto de extensão culminou na criação das cestas agroecológicas da Cooperflora - A visita ao assentamento Mário Lago foi um dos processos formativos posterior ao diagnóstico participativo, que falaremos em detalhes sobre esse processo mais adiante.

Paralelo aos desafios e as propostas que o MST buscava em torno da sua mais nova cooperativa, extensionistas ligados à Unicamp vinham procurando respostas sobre como seria possível tentar inserir camponeses da reforma agrária em iniciativas de comercialização nos centros urbanos, mais precisamente, na cidade de Campinas, devido ao tamanho e as redes ali já estabelecidas⁴².

Sendo assim, uma das parcerias da Cooperflora foi entre o projeto de extensão da Unicamp e MST é estabelecida no intento de repensar estratégias de comercialização, de modo que fosse possível criar uma relação colaborativa (ou dialógica) entre os atores envolvidos em todo o processo: extensionistas, cooperados e consumidores.

⁴² Essa situação exemplifica a dinâmica do PAA e a importância da política pública para a agricultura camponesa vinculada à reforma agrária. Apesar das dificuldades de gestão e burocracias é o programa que mais beneficia as especificidades de classe.

Desta maneira, as cestas agroecológicas foi impulsionada pelo projeto de agroecologia financiado pelo Cnpq, acrescido de uma situação favorável da própria sociedade civil em procurar mercados de alimentos agroecológicos e, também, obviamente, da própria condição da Cooperflora. Projeto amplo e que teve diferentes frentes de ações, entre elas, apoiar a iniciativa de comercialização de produtos da reforma agrária. Essa meta específica no projeto era: *organização e empoderamento de agricultoras e agricultores para comercialização em redes locais de consumo*. Entendendo que a questão da comercialização é complexa e, muitas vezes, aquilo que é pensado no projeto como ideal não se torna possível de ser realizado. Desta maneira, as ideias e os objetivos iniciais foram se modificando ao longo da execução. Todavia, devido aos anos de militância e de trabalho junto ao MST na região, tal projeto abriu portas e possibilidades para dar um passo na construção de redes locais de consumo. Assim, uma série de articulações foram se constituindo para compreender qual seria a melhor estratégia de elaboração e execução da empreitada, não só com o intuito de cumprir a meta de um projeto, mas, sobretudo, com a intenção de realizar um trabalho duradouro e que pudesse se tornar, de fato, mais uma alternativa de escoamento da produção de alimentos. É importante reforçar que o projeto foi uma impulsão de algo que já estava em curso na Cooperflora, extensionistas e cooperados caminhando lado a lado, cada qual com suas tarefas para avançar no propósito da comercialização em rede.

Dentre as possibilidades de ação, inicialmente, pensamos em realizar uma grande feira da agricultura familiar na região de Campinas, tendo em vista as bem sucedidas feiras que estavam sendo realizadas pelo MST nacionalmente. Tal escolha se deu, porque, para além da comercialização dos produtos *in natura* e dos processados da reforma agrária, a feira também possibilitaria pensar a “culinária da terra”, ainda, seria um espaço onde teria apresentações culturais que resgatariam as culturas regionais e populares. A feira abrangeria as três áreas coordenadas pelo MST na região naquele momento: dois acampamentos e um assentamento. No entanto, o que seria uma “saída” mais simples foi se tornando complexa. Além disso, as relações estabelecidas no primeiro momento da articulação para a realização da feira indicaram que parcerias poderiam vir a se materializar em uma rede mais sólida e constante de consumo, e não apenas em uma feira realizada pontualmente. Não é que uma grande feira não seja uma boa estratégia. Atingir determinados setores da sociedade com pautas da alimentação saudável, culinária e cultura é de suma importância para espacialização das bandeiras levantadas pelo movimento, no entanto, foi avaliado que a necessidade maior naquele momento era de propor algo que desse um retorno financeiro contínuo àqueles assentados e acampados, pois estavam em situações precárias financeiramente.

A partir das relações estabelecidas no primeiro processo, o de articulação, avaliamos que seria possível apostar na constituição de uma rede de circuito curto de comercialização, o então grupo de consumidores. Constitui parte do circuito curto a relação de confiança estabelecida entre consumidor e agricultor e eliminação de agentes atravessadores. Ou seja, o camponês por meio da cooperativa ou ainda em coletivos controla a cadeia de produção, do plantio, comunicação até a entrega do produto final. O conceito de circuito curto, pressupõe uma transformação social e política mais ampla do que “comercializar produtos orgânicos” enquanto mercadoria, e sim, como alimento, isto é, um projeto político mais profundo, conectando agricultores e consumidores.

4.3.1 Identificar para avançar: a formação agroecológica e a “Metodologia Camponês a Camponês”

De acordo com Verdejo (2006), o DRP é “conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006, p. 6). Sendo assim, os participantes conseguem visualizar suas potencialidades e suas dificuldades, que são conduzidas para que eles mesmos possam levantar possíveis soluções de curto, médio e longo prazo para tais problemas. Um dos objetivos, segundo o autor, é a “obtenção direta de informação primária” (2006, p. 7) de uma forma rápida e objetiva.

Para materializar a proposta de comercialização em circuito curto através de grupo de consumidores, foi iniciado, portanto, por meio do Diagnóstico Rural Participativo, um levantamento produtivo articulado à compreensão do território enquanto diversidade de produção, de meios de produção e de possibilidades de mercado. Foi aplicada a mesma metodologia de diagnóstico com três grupos das três áreas coordenadas pelo MST na região: o grupo do acampamento Elizabeth Teixeira, localizado em Limeira, com quinze agricultores; o do acampamento Nelson Mandela (o qual atualmente não existe, porém alguns acampados se somaram em outros acampamentos), até então localizado no município de Piracicaba, com aproximadamente vinte agricultores; e o grupo do assentamento Milton Santos, com dez cooperados presentes da Cooperflora. A partir desses três diagnósticos, ficou evidente que duas das três áreas teriam condições de manter a produção e entrega de produtos em suas respectivas cidades. Sendo assim, foi criada duas redes de circuito curtos de comercialização, uma vinculada ao coletivo de mulheres do acampamento Elizabeth Teixeira, com entregas a um grupo de consumidores na cidade de Limeira e outra rede composta por cooperados da

Cooperflora, iniciando suas entregas em Americana, que, em seguida, expandiu-se para Campinas e Piracicaba-SP.

No caso do Milton Santos, o qual focamos neste trabalho, a cooperativa acompanhada nesta pesquisa já estava em funcionamento, isto é, já se tinha um grupo de pessoas organizadas com o propósito de comercializarem juntas, foi conversado sobre quais eram as expectativas da cooperativa, quantos cooperados participavam, quais as principais dificuldades, tanto de produção quanto de comercialização e quais formas de escoamento de produção os cooperados estavam se utilizando. O intuito era, a partir disso, criar alternativas, pensada e trabalhada coletivamente, tanto para as demandas que surgiram no diagnóstico, quanto para pensar formas de alcançar os objetivos do grupo em termos de comercialização.

Resultados do Diagnóstico Rural Participativo:

i) Sobre os produtos que eram produzidos e a quantidade: somou em torno de 55 produtos, o que resultaria em 20 caixas em produto por semana por assentado. Cabe ressaltar que no momento da realização do diagnóstico, os assentados estavam passando por um período em que não acessavam os programas de políticas públicas, como o PAA, fato que atingiu bastante os agricultores. Os que estavam produzindo eram apenas para “mexer a terra”, segundo um cooperado, para consumo próprio e não para escoamento propriamente dito. Ou seja, o potencial produtivo seria maior do que apareceu no diagnóstico.

ii) Em relação ao acesso à água: parte dos assentados tem poço caipira ou semiartesanal, ou ainda pegam água na mina que fica no assentamento. No entanto, apesar de terem acesso à água, falta irrigação em parte do roçado. Os agricultores acabam dando, por isso, preferência à produção de hortaliças, onde é possível irrigar, embora não saibam a procedência e a qualidade dessa água. Considerando que o assentamento fica cercado por canaviais, há possibilidades de contaminação do lençol freático por insumos químicos;

iii) Sobre a qualidade do solo: os agricultores disseram que a terra melhorou, em relação ao momento em que chegaram na região. Há aqueles que “corrigiram” o solo com calcário, outros, apenas utilizam a cobertura vegetal. Segundo os agricultores, não existiam minhocas na terra anteriormente, e atualmente é possível observar diversos animais, como passarinhos, minhocas e insetos. A adubação é feita apenas com esterco de animais, que pode ser de galinha ou de vaca. Quando falado sobre as “pragas”, muitos dos invasores foram citados, tais como, a vaquinha, o pulgão, a formiga, a lagarta, o cupim, a broca e o caramujo. Tais desequilíbrios provocaram, no momento, uma troca de experiência sobre como cada um tenta combater naturalmente cada uma dessas “pragas”;

iv) Sobre a questão do trabalho: algumas pessoas presentes disseram que participam da horta comunitária do assentamento e dos mutirões rotativos no grupo da certificação participativa de Organização de Controle Social (OCS), intitulado “Terra viva”. Em relação ao trabalho no roçado, são utilizados, apenas, o trabalho familiar;

v) No que diz respeito às ferramentas utilizadas para preparação do solo: o trator, cujo valor nesse período estava R\$90,00 a hora, era a ferramenta mais utilizada para preparar a terra de acordo com cada cultura agrícola. O trator é normalmente utilizado no roçado mais rústico, com muito capim *brachiaria*⁴³, assim como a enxada, já que nem todos possuem roçadeira costal⁴⁴, e poucos possuem tratoritos⁴⁵.

vi) Por fim, sobre a comercialização: elencaram que há venda direta “de porta em porta” para vizinhos na região, no entanto, em pouca quantidade, ainda assim, apenas quem possui transporte próprio consegue fazer esse tipo de venda. A venda institucional é feita por meio da associação do assentamento - Acoterra. Em relação às feiras disseram que não compensa, por diversos fatores, quais sejam, custo do transporte, incerteza da venda dos produtos levados, um mercado competitivo e porque se torna muito cansativo na medida em que somam os fatores das incertezas. Problemas com o transporte faz com que a opção mais viável seja os mercados institucionais, mas, apesar de estarem em uma região altamente urbanizada, não vendem para mercados da região, sobretudo devido à proximidade do CEASA, onde facilmente são encontrados uma grande quantidade e variedade de produtos concentrados, o que faz com que pequenos agricultores fiquem para trás. Além desses fatores, que dificultam a comercialização, de acordo com os cooperados, a cidade de Americana possui diversas hortas urbanas, que, se por um lado é positivo, na medida em que há muitos terrenos abandonados, e mesmo que produzindo convencionalmente, é importante ocupar esses espaços para a produção de alimentos, por outro, aumenta a concorrência com os assentados, tendo em vista que a produção de hortaliça é o grande “gargalo” do assentamento. A saída possível para esses problemas, e em consonância com os princípios do MST tirados em congressos nacionais, foi encarar esse mercado com a proposta dos alimentos agroecológicos e diversificar a produção.

⁴³ Gramínea de origem africana, resistente, presente nos solos ácidos e inférteis. Utilizada como forrageira para alimentação de bovinos. A *brachiaria* é muito presente nos assentamentos e acampamentos na região, tem sido um dos principais desafios o controle desta. O uso de tratores está associado a roçar campos deste capim, muitos ainda o combatem com o uso de veneno.

⁴⁴ Roçadeira a gasolina acoplada às costas.

⁴⁵ Trator de pequeno porte, normalmente de uso manual, utilizado para preparar o solo antes da semeadura.

Um segundo ponto formativo foi inspirado na metodologia de campo “camponês a camponês”⁴⁶, onde os próprios camponeses são os formadores e apresentam suas experiências para outros camponeses. Como extensionista e pesquisadora, se faz importante escolher com cuidado as formas de abordagem nas comunidades, a todo momento pode-se cometer equívocos para se obter um resultado que “você” acha que é bom, mas que não representa a comunidade, desrespeitando seus modos de vida, formas organizativas e até seus próprios tempos e anseios. Nesse sentido, faz-se necessário recorrer às experiências exitosas ao longo da história no que diz respeito à construção do saber agroecológico.

A metodologia “camponês a camponês”, de acordo com Sosa *et.al*, (2013) é uma prática antiga onde a família camponesa ao experimentar algum método diferente de cultivo, socializa com os vizinhos e familiares a experiência, passando adiante tal técnica. Porém, após a Revolução Verde, houve uma ruptura do saber tradicional, substituindo-as por técnicas da modernidade ocidental. “Por sorte, sempre sobreviveram alguns conhecimentos remanescentes e memórias coletivas” (SOSA, *et.al* 2013, p.31). Cabe a nós valorizá-las e recuperá-las, e este é um princípio agroecológico.

Ainda segundo o autor, apesar de ter sido uma experiência exitosa na Guatemala, México, Honduras e Nicarágua (HOLT GIMENEZ, 2008 *in* Sosa *et.al*, 2013), a metodologia teve sua expressão em Cuba, devido às especificidades e necessidades do país pós revolução, isto é, com o bloqueio econômico, o país se viu obrigado a produzir comida. Era uma questão de sobrevivência trocar os canaviais por alimentos.

A proposta gira em torno de três passos: i) um camponês já tem uma solução ou inova uma solução para um problema que é comum entre outros camponeses; ii) transforma-se em promotor desta prática nova ou recuperada; iii) realizam-se intercâmbios, nos quais outros camponeses visitam sua roça para aprender ou ele visita outros para ensinar (SOSA, *et.al*, 2013. p. 68.)

Partindo dessas orientações como suporte, foi decidido que seria importante uma visita em uma área que houvesse uma identidade, tanto territorial quanto de classe⁴⁷, com os agricultores. Sendo assim, sabíamos que o assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto estava se destacando, tanto em organicidade, quanto em produção de base agroflorestal. E nesse período

⁴⁶ Para saber mais: SOSA, Braulio M.; JAIME, Adilén Maria R.; LOZANO, Dana R.A.; ROSSET, Peter M. Revolução Agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba - Quando o camponês vê, ele acredita. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

⁴⁷ Curioso notar que em outros momentos realizamos diversas visitas com os assentados, sobretudo em propriedade privada, onde havia experiências exitosas de agricultura de base ecológica, no entanto, foram visitas “como passeio” e eles/elas não se identificaram com tais agricultores e/ou propriedades, não surtindo o efeito de aprendizado como esperado.

já se destacava organizativamente na entrega de “cestas agroecológicas agroflorestais”. Sendo assim, em dezembro de 2016, com a verba do projeto do Cnpq, juntamos extensionistas, parceiros do processo e cooperados da Cooperflora e o grupo de mulheres do acampamento Elizabeth Teixeira, fizemos, então, uma visita até o assentamento Mário Lago, para aprendermos com a experiência de quem já estava entregando produtos em formatos de cestas, que além de produzir e comercializar as cestas, possuíam técnicas produtivas eficientes e sustentáveis baseadas nos sistemas agroflorestais.

O assentamento Mário Lago está localizado no coração do agronegócio, em Ribeirão Preto, a cidade recebeu o título de a capital brasileira do agronegócio, e ainda, sedia uma das maiores feiras do agronegócio da América Latina, a “Agrishow”. O assentamento Mário Lago traz, em sua trajetória, uma vasta experiência em construir a práxis agroflorestral, já que foi um dos contemplados no projeto Agroflorestar, um projeto interestadual, que de acordo com Nunes (2017), envolveu os Estados de São Paulo e Paraná, que teve como proponente a Cooperafloresta - Associação dos Agricultores Agroflorestais da Barra do Turvo e Adrianópolis, em parceria com trinta e três organizações não governamentais. Esse foi um projeto da Petrobrás e envolveu grandes equipes e infraestrutura reunidos em um único objetivo: implantar agroflorestas em áreas de reforma agrária.

Devido às condições viabilizadas no projeto entre: equipe técnica qualificada e presente cotidianamente, formação de técnicos na própria área, investimentos em infraestrutura, investimentos em logística pela aquisição de um caminhão refrigerado, entre outras, o projeto impulsionou em grande medida o assentamento, se tornando referência em produção agroflorestral em área de reforma agrária no Estado de São Paulo. Segundo Nunes (2017), cerca de 80 famílias do assentamento foram envolvidas no projeto de implantação de agroflorestas, tanto em seus lotes quanto em áreas coletivas nas Reservas Legais.

Consideramos essa visita um grande acerto, e encontro que reuniu assentados e acampados de Americana e Limeira, do Milton Santos e do acampamento Elizabeth Teixeira, lotou, pela primeira vez, um ônibus. Na visita foi possível conhecer o assentamento, as agroflorestas, visitar lotes e foi feita uma roda de conversa sobre as entregas das cestas e como os cooperados do Mário Lago se organizavam para suprir as demandas das cestas agroflorestais. Tendo em vista a complexidade organizativa que esse processo exige. O desafio de construir a *práxis* agroecológica faz com que se valorize cada conquista, cada passo avançado de dialogar sobre a temática e a constituir com solidez a agroecologia na prática. Podemos ver na imagem abaixo a visita em um dos lotes no assentamento Mario Lago, o qual o morador mostra a sua agrofloresta, ainda em estágio inicial.

Figura 01 – Agroflorestal no assentamento Mario Lago, Ribeirão Preto.



Fonte: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)

A metodologia “camponês a camponês” se mostrou eficiente no que diz respeito à formação de assentados/as por meio de outros assentados/as. Outras características, também, colaboraram para que os visitantes se sentissem representados na visita, por exemplo, ter em comum o fato de todos serem Comuna da Terra (PDS), por possuírem lotes pequenos, a questão climática e do solo serem parecidas, e claro, por terem feito parte do processo de luta pela reforma agrária. Isto nos ensina que a representatividade importa, sim. Considera-se um resultado positivo a visita ao assentamento, também, pelo fato que essa visita foi realizada após os cooperados da Cooperflora iniciarem o processo de entrega das cestas, assim, despunham de muitas dúvidas e curiosidades, pois já estavam vivendo na prática e gostariam de aprimorá-las.

Outros princípios da metodologia “camponês a camponês” vão nortear o próximo ponto, que é o início, propriamente dito, das entregas. Esses princípios são: i) começar devagar e em pequena escala; ii) limitar a introdução de tecnologias; iii) obter êxito rápido e identificável; iv) experimentar em pequena escala; v) desenvolver um efeito multiplicador (SOSA, *et.al*, 2013, p.70). Apesar desses princípios se associarem aos cultivos agrícolas, é possível fazer uma leitura no que diz respeito à comercialização, a exemplo da prática, logo no início das entregas teve

uma procura alta de consumidores, no entanto, apesar dos anseios em expandir a quantidade de cestas, todos concordaram que era melhor “começar devagar” para dar conta com qualidade daquelas entregas, e assim, identificar as dificuldades de uma experiência nova para todos ali. A obtenção do êxito de forma rápida no que diz respeito aos pagamentos, a cooperativa paga cada cooperado quinzenalmente, colaborando na construção da confiança e determinação em diversificar a produção para as entregas. O efeito multiplicador fica por conta de cada um, na medida em que socializam essa nova experiência com outros assentados.

Finalizamos esse ponto com a foto tirada ao final da visita ao assentamento Mario Lago, considerada como um resultado positivo e relevante na construção dos circuitos curtos, tanto para o assentamento Milton Santos por meio da Cooperflora, quanto para o acampamento Elizabeth Teixeira por meio do coletivo de mulheres do acampamento.

Figura 02 - Visita ao assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto



. Fonte: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)

4.4 A primeira entrega e “o dia após dia”: o cotidiano da Cooperflora

A partir do diagnóstico, um grupo de parceiros do movimento, ligados à cultura popular, foi identificado na cidade de Americana, dando início ao processo organizativo de como seria essa parceria entre produtores e consumidores. Sendo assim, representantes dos dois grupos, consumidores e produtores, começaram a se reunir para pensar nas possibilidades. Até então,

era um universo desconhecido para todos os envolvidos. Por meio dessas reuniões, foi combinado que o formato de entrega dos produtos seria melhor em “cesta fechada”, contendo cinco produtos entre hortaliças, legumes, raízes, frutas e um “produto especial” – o que poderia ser ovos, pão caseiro, pimentas em conserva, mel ou ainda os produtos processados do MST advindos de outras cooperativas do movimento, como arroz orgânico, açúcar mascavo etc. Os preços de cada item foi decidido coletivamente em reunião da cooperativa. Assim como o valor das cestas, periodicidade e dias de entrega. Resumindo, o formato foi decidido com o representante dos consumidores junto com a cooperativa, o que proporcionou a criação de um laço afetivo e também de compromisso.

Outro ponto a ser considerado extremamente importante para materialização da construção do primeiro grupo de consumo foi o processo formativo envolvendo camponeses sem terra e consumidores. Para constituição da proposta, foram realizadas formações sobre sistemas agroalimentares, soberania alimentar, o uso e nocividade dos agrotóxicos e de como funciona a cadeia de produção de distribuição de alimentos, e a como ela influencia diretamente a dinâmica dos pequenos camponeses, que via de regra, não conseguem vender o que se é produzido. Sendo assim, como o primeiro momento de formação, apostou-se em reunir consumidores para uma “roda de conversa”, que abordaria a questão agrária, sistemas agroalimentares, o consumo diário de agrotóxico a importância da reforma agrária em contraponto a isso e, claro, a importância de uma alimentação mais saudável. Mesmos temas com dois públicos diferentes, por um lado um grupo de assentados, de outro, um grupo de consumidores na esfera urbana. A aposta foi em formação e educação para transformar o que seria um “cliente” em parceiro de um projeto político.

*

Estes foram os bastidores antes da primeira entrega, quais sejam, reuniões, diagnósticos, formações, visitas, combinados coletivos. Todos esses passos foram dados antes de se iniciar, propriamente dito, na prática as entregas.

Sendo assim, em uma noite de segunda-feira, 17 de outubro de 2016, foi o dia inaugural das entregas do grupo de consumo vinculado à Cooperflora. Praticamente três meses após a realização do diagnóstico participativo. Cabe dar ênfase sobre o perfil desses primeiros consumidores, jovens e ligados a movimentos de cultura popular na cidade de Americana. Neste dia, foi organizado uma espécie de confraternização para iniciar esse momento entre alguns assentados, extensionistas e os consumidores, isto posto, uma fala inicial dirigida aos novos

consumidores foi conduzida pelos organizadores do grupo a partir de dois pontos: que tipo de alimentos estamos comendo? E qual é a relação e contexto social em torno da alimentação? Segue um trecho da relatoria feita após esse momento:

A forma como o sistema alimentar está estruturado, baseado na monocultura de grande escala – com elevado uso de agrotóxicos –, onde o controle exercido por um reduzido número de corporações, desde a produção até o varejo, condiciona a alimentação, ocasionando a perda da diversidade alimentar e da memória alimentar. Dessa forma a proposta dos grupos de consumo é estimular uma outra relação com os alimentos e a produção desses alimentos, questionando o modelo agroalimentar dominante e apostando em outro antagônico, que coloque no centro das necessidades das pessoas o respeito à terra e aos produtores, a autonomia das famílias, o cuidado da saúde, redução da dependência da indústria alimentícia e farmacêutica. Portanto a agricultura familiar agroecológica é um caminho de resistência, uma vez que, também, luta por um sistema mais justo, equitativo e saudável para todas as pessoas. (ITCP, 2017).

Essa data marca o início da construção de outros caminhos diante da dificuldade dos mercados de alimentos frente à atual conjuntura. Para isso, tem se apostado na aliança de classe, campo e cidade, por meio do questionamento do sistema agroalimentar baseado nas grandes corporações e grandes produtores. A aposta em tal aliança permite, ainda, a possibilidade de levantar questões que são invisíveis no cotidiano da produção e distribuição de alimentos, como esses alimentos são produzidos, respeitando o meio ambiente e também estreitando as relações entre agricultores e consumidores.

Na imagem abaixo é possível observar um pouco da dinâmica da entrega, produtos *in natura* como couve, alface, banana, macaxeira descascada e embalada pelos cooperados, a pimenta do lote processada em molho e as cestas sendo transportadas no carro do cooperado.

Figura 03 - dia de entrega das cestas agroecológicas.



Fonte: Autorial própria

Dona Maria, por exemplo, participa das entregas das cestas desde o início, ela e seu marido são cooperados ativos. Ela está sempre presente nas reuniões e também acompanha as entregas em Americana e em Campinas. Chama as cestas agroecológicas de “sacolinha” e, por meio da iniciativa, tem se preocupado muito mais com as formas com que os alimentos são entregues, em nível de higiene, no cuidado com a colheita e o transporte destes, detalhes que segundo a assentada, passava despercebido em outras formas de escoamento, como no PAA. Afirma que a relação com os consumidores é muito importante e tem a estimulado. Porém, apesar de ter sido um grande avanço a organização para comercialização nos grupos de consumo, a

“sacolinha” ainda não dá um bom retorno financeiro e não é suficiente para manutenção da unidade familiar, diz que “tem muito o que melhorar”. Cabe ressaltar que esta entrevista com Maria foi realizada em janeiro de 2018, ou seja, um pouco mais de um ano após o início das entregas. A base da organização da Cooperflora é a composição de uma unidade familiar, que é a família que mais possui vínculo direto com o movimento, isto é, participam ativamente dos setores, reuniões, encontros nacionais, estaduais, regionais etc. Tal família acabava, naquele momento, concentrando a função de presidência, gestão financeira e relação mais direta com o MST. Mas uma divisão do trabalho mais específica não existe, ao menos naquele momento inicial, na cooperativa, o trabalho e as funções eram coletivas, embora uma ou outra cooperada concentre mais tarefas. Ao ser questionada sobre sua função na cooperativa, a entrevistada, Elizabete, e filha da dirigente, com bom humor, responde:

Serve faz tudo? (risos). Bom, eu faço a gestão e organização dos grupos de consumo de Campinas, participo das reuniões das cestas, faço o levantamento da quantidade de produtos entregues, faço os pagamentos dos agricultores e análises financeiras para ver a porcentagem de variação dos recebidos, fico em contato com o contador da cooperativa, faço compra com outras cooperativas do MST e parceiras, faço fechamento de caixa das entregas, e tudo mais que me solicitam (ELISABETE, 2019).

Apesar da “família matriz” concentrar muitas tarefas, tanto porque uma de suas integrantes é uma dirigente em nível estadual do movimento, quanto porque ainda se trata de uma iniciativa nova e, como não há uma fórmula específica, o aprendizado é tido no processo, é comum que a organização esteja mais concentrada em poucas pessoas. Todavia, nos conta Margarida, “todo mundo já encarnou a Cooperflora, né? Já se sente parte, quer discutir, se há algum problema tem que ser discutido todo mundo junto, então avançou”. A dirigente e também cooperada nos mostra ainda, em sua fala, como o aprendizado e o envolvimento são resultado do trabalho e da luta coletiva, “avançou na conquista do trator, né? Agora a gente tá lutando pra grade, por uma “canteiradeira”, porque se a gente conseguir a grade e a canteiradeira, nossa, fazer canteiro no meio do SAF vai conseguir sombrear um pouco” (Margarida).

De acordo com o material coletado, a Cooperflora foi criada com 24 assentados, lembrando que o assentamento possui apenas 69 famílias, tendo em vista que parte dessas famílias não são próximas ao MST. Todos pertencem ao assentamento Milton Santos, porém, tem projeção regional e pretende-se agregar interessados de outros acampamentos da regional. Apesar de terem 24 cooperados registrados, até o momento, apenas 11 entregam na cesta, ao ser questionada os motivos, Elizabete aponta que parte são casais, então conta como se fosse um,

e alguns cooperados tentaram se inserir no processo de organização, mas não se interessaram pelas cestas.

Para além do trabalho coletivo e em processo dos cooperados, o próprio MST tem incentivado a venda direta por meio das cestas agroecológicas em todos os assentamentos. O que é interessante, na medida em que os assentamentos que possuem produção e comercialização de cestas se ajudam mutuamente, pois, é diretriz do movimento o compromisso de que a cesta chegue completa ao consumidor, por isso, há parcerias entre os agricultores da regional para que, se for necessário, um assentamento complemente a produção de outro. Margarida conta, por exemplo, que a Cooperflora começará a pegar feijões de Itapeva e estão planejando reuniões para discutir em que a cooperativa do Milton Santos pode contribuir como retorno. Para além disso, tal troca é uma oportunidade para divulgar a Cooperflora em outros territórios.

4.5 A relação com a agroecologia

Sabemos que a agroecologia é um conceito/prática que tem sido construída, está em movimento. Enquanto teoria, está caminhando a passos mais rápidos que a própria prática. O desafio de desconstruir anos de uma agricultura pautada nos pacotes tecnológicos, que se baseia na produção de uma cultura específica e com muita química, mesmo na pequena agricultura, é uma dificuldade real.

Para o movimento, assumir agroecologia é assumir uma materialidade de uma ferramenta de embate ao agronegócio, não por acaso que na “corrida” da agroecologia no Brasil, o MST chega depois, mas com propósitos bem definidos: combater o agronegócio. Não existe teoria sem prática, assim, no próprio movimento, ao longo desses últimos anos tem se priorizado cursos de formação, seja ele de ensino médio, superior, técnico, ou apenas formação na educação não formal, pautados na agroecologia, entendendo que o processo formativo somado a prática da vida no campo constrói a agroecologia cotidianamente. Isso pode ser visto na carta do último Congresso Nacional do MST, que fala em concentrar forças nos processos de formação para espacialização da agroecologia nos assentamentos rurais (GROSSI, 2014).

A partir da demanda específica de conquista da reforma agrária e a estruturação produtiva e social de seus assentamentos, através da agroecologia, o MST, como um movimento de massas vem direcionando sua luta para a conquista de transformações societárias, que contemplem formas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. Por seu direcionamento, o MST se coloca o desafio de trabalhar na disputa de concepções políticas no pensamento crítico, que direcionem para a formação

de consensos e para construção de uma nova cultura política (GROSSI, 2014, p. 217).

“Dia após dia” é o que Margarida, enquanto liderança, aponta sobre o que é a construção da agroecologia na prática e a Cooperflora tem desempenhado um papel importante nessa construção do “fazer” agroecologia, assim como nas palavras dela “sentir a agroecologia”. Com a ajuda de parceiros como as Universidades, coletivos da sociedade civil, sindicatos, Instituto Federal, a cooperativa se projeta e caminha aos passos do campo, lentamente, mas firme na sua caminhada.

Nós já trabalhávamos de forma agroecológica, mas não tinha parado pra pensar no assunto, que não adianta, hoje, todo mundo tem que aprender, tem que saber o que é melhor, ajudou muito, de verdade. E agroecologia, ixe, eu sou apaixonada por agroecologia, demais assim, muda a vida das pessoas, muda completamente, quem aceita trabalhar com agroecologia muda a vida, tem gente que mesmo trabalhando com o orgânico ainda não sentiu essa paixão que agroecologia causa nas pessoas (MARGARIDA, 2018).

Para a Cooperflora, a produção de alimentos ser agroecológica e não orgânica faz uma grande diferença. Margarida, que vive a agroecologia na prática em seu dia a dia, comenta que prefere a produção agroecológica porque “a gente vai misturando tudo”, se fosse apenas uma produção orgânica, não vale a pena, “só o orgânico por ser orgânico, não diferencia, é como uma roça de qualquer outra coisa”, de uma “cultura”, ou seja, só a agroecologia combate a monocultura, o orgânico, não necessariamente, afinal, é possível manter as características do capitalismo com produção orgânica, “mas agroecologia é diferenciada porque você trabalha com várias espécies, com vários tipos de vida e vai aprendendo a manejar, sabendo que vai ter renda com tudo que tem ali dentro” (Margarida). Importa para terra, importa para a renda dos produtores, importa para a vida das pessoas e Margarida lembra da importância de uma orientação: “mas tem que saber lidar, e tem que saber fazer o manejo”. Como podemos ver o a produção em consórcio de espécies na imagem abaixo.

Figura 04 - consórcio de espécies e cobertura vegetal



Fonte: Autoria própria

Nesses últimos anos, muito tem aprimorado em técnicas de preparação do solo e manejo de sistemas agrícolas de base agroecológica. Os princípios básico é: (i) cuidar do solo; evitar pragas, para isso, pode se utilizar de adubação verde (plantação de leguminosas que irão fixar nitrogênio no solo); utilizar calcário para corrigir a acidez do solo; e, ainda, possuir nutrientes ricos para o solo como o magnésio e cálcio, utilizar esterco de animais. (ii) Outra técnica importante é sempre cobrir de matéria orgânica (restos de podas de árvores, folhas, troncos de bananeira, palha seca), isso faz com que estrategicamente se plante árvores que suporte as podas e que tenha uma boa rebrota, serve para manter o solo protegido do sol e de eventuais intempéries, cultivar a vida no solo para se ter uma boa colheita, esse é o princípio (PRIMAVESI, 2016).

Para a maioria dos cooperados, a conscientização da produção agroecológica já é concreta. Mas o trabalho formativo, entre os entusiastas e os hesitantes, assim como dentro e fora do assentamento, é permanente. Uma das cooperadas, por exemplo, divide entusiasmada, “tem todo tipo de coisa [no roçado], é batata doce, é mandioca, é feijão de corda, é mucuna, o que você pensar ali dentro tem”. Para além de toda preocupação fundamental com o meio ambiente, com a saúde e com as relações de trabalho, um dos argumentos que também motiva a produção agroecológica é a financeira. A quantidade do retorno financeiro que cada cooperado recebe, irá depender da produção que cada um pode oferecer, “ter mais coisa junto na roça tem mais possibilidade de ter renda, do que só plantar milho para galinha e depois perde o milho e não tem outra produção de nada. Fica com o pedaço pequeno de terra parado” (Margarida).

Outro exemplo sobre a diversidade que a agroecologia propõe nos arranjos do lote se soma à soberania e segurança alimentar de quem da terra vive.

Ontem, descemos e pegamos duas abobrinhas verdes, pegamos milho verde, o pessoal que desceu, comeram todos os mamões que estavam maduros. Não é maravilhoso demais você ir descendo e ir catando? Catamos manga, é muito bom, né? Aí tem um pé de mandioca, vai lá e arranca. Se não tem nada pra comer, têm a moringa que dá pra comer uma salada, tem “orapronobis”, que nunca para de dar. São coisas que, por mais que você não tenha nada, você tem sempre alguma coisa na roça pra pegar (MARGARIDA, 2018).

Cabe ressaltar que a agroecologia aplicada, para muitos, é uma realidade, no entanto, a própria unidade de análise, que são os agroecossistemas, são complexos em suas propostas de fluxos e refluxos, ou seja, interligações de pequenos subsistemas na própria propriedade (ALTIERI, 2012). Tal complexidade da agroecologia aplicada aponta para uma hipótese de que a agroecologia é um projeto que visa a volta e a permanência da família no campo, pois são muitos sistemas dentro do próprio agroecossistema, o que demanda mão de obra para dar conta de diversas tarefas cotidianas. Para exemplificar a proposta de Altieri (2012) sobre a unidade de análise da unidade camponesa por meio de agroecossistemas e seus subsistemas, podemos tentar visualizar o lote de Margarida. Na entrada da sua morada é possível ver a casa e no quintal produtivo há muitas árvores frutíferas, entre elas mangueiras, jaqueira, “jambolão”, não muito distante há um galinheiro, todo cercado e também um pequeno chiqueiro, nas proximidades há uma pequena horta, também toda cercada, que para além de hortaliças, é composta com muitas plantas medicinais, já o restante do lote, que é um pouco íngreme, há o sistema agroflorestal, que naquele momento, estava no estágio inicial. Em apenas um hectare de terra, a diversidade camponesa é vista e materializada a partir da agroecologia, é a paisagem camponesa que se materializa pela diversidade do cultivo agrícola e da criação de pequenos animais.

Para fins de análise dos cooperados da Cooperflora, tal complexidade do agroecossistema se esbarra em uma especificidade desses assentados, o fato de muitos cooperados morarem sozinhos em seus lotes e por serem mais velhos, o que dificulta sobremaneira a exigência do trabalho na terra, que é um trabalho pesado.

Recorremos, como já dito, a Chaynov (1966) no que diz respeito à dinâmica demográfica na família camponesa. Não é apenas na Cooperflora, mas é algo comum, ver a unidade familiar no lote da reforma agrária, ser composto apenas pelo casal, ou ainda, as pessoa sozinha, seja ela homem ou mulher. Com certeza, isso é um fenômeno social que precisa ser analisado, no entanto, cabe problematizar, pois parte dos cooperados contam com apenas a sua mão de obra, uma pessoa. E tem outro fator que diminui essa dinâmica demográfica quando se diz respeito a mão de obra para o cultivo da terra, é a questão da juventude. Cultivar a terra não é um “trabalho promissor” para muitos jovens, ainda mais quando o assentamento é tão próximo ao meio urbano, isso somado à precariedade e a instabilidade financeira de quem vive da terra, não desperta o interesse do jovem em colaborar com o trabalho com cultivo de alimentos.

A exemplo da Cooperflora, dos onze mais ativos cooperados, cerca de quatro moravam sozinhos em seus lotes, dois homens e duas mulheres. Logo, há uma redução, na proposta de Chayanov, demográfica, afetando a mão de obra disponível no lote, e obviamente, na quantidade de produto final que será produzido. Tal ponto é uma das dificuldades encontradas em produzir em diversidade e quantidade necessária para manter as cestas multi diversas e em quantidade toda a semana. Porém, uma saída interessante, segundo Margarida, foi o incentivo do retorno dos famosos “mutirões”, onde há ajuda mútua para resolver a necessidade de mão de obra. Isto é um reflexo da ausência de um modelo de desenvolvimento para o campo, somado a ausência de políticas públicas sólidas voltadas para o campo. Com condições e qualidade de vida a permanência no campo seria certa. O assentamento Milton Santos por sua proximidade com a cidade e, também, por ser considerado pequeno, pois há apenas 69 famílias, não há escola e qualquer outro investimento público na área. As construções que há na comunidade são méritos da própria organização dos assentados, tal como o “barracão” coletivo, horta coletiva, igrejas, e, mais recentemente, a construção da escolinha popular Melina Melão, que tem sido construída com os cooperados da Cooperflora, consumidores e parceiros.

Essas relações sociais, como diz Moreira e Targino (2007), também fazem parte da proposta do “território de esperança”, rompendo, de certa forma, com o nefasto comportamento de competitividade e individualidade gerados pelo capitalismo.

4.6 A complexa cadeia da terra à mesa: extensão rural, universitária e parcerias

A escolha pelas cestas responde por uma complexa organização dos cooperados, tendo em vista que há ao menos 11 agricultores que entregam as cestas para, inicialmente, 25 consumidores, ultrapassando 100 consumidores mensais em menos de um ano de entrega. Para isso, são imprescindíveis as reuniões semanais para combinar o que cada agricultor entregará, conforme a sua produção e quantidade. Quando decidido o que será entregue na cesta da semana, elas terão que ser todas iguais para aquele grupo de consumidores. O que é um desafio, na medida em que é recorrente faltar determinados alimentos de uma espécie ou de outra. Há uma distinta lógica inserida nesse processo, se comparado a determinadas políticas públicas, como o PAA. Nesta, planta-se algumas espécies em maior quantidade com a finalidade de atingir determinada cota, por exemplo, 400 pés de alface mais 400 pés de rúculas. Nas cestas, ao contrário, precisa ter grande diversidade de produto que seja suficiente para abastecer as cestas toda semana, com o intuito de não repetir produtos entre uma semana e outra, isto é, a cesta não pode ser igual toda semana. Tentativas de planejamentos da produção foram feitas para melhorar esse fator, ainda assim, esse é um ponto de dificuldade:

Nossa meta era ter cem cestas semanais, nós não conseguimos atingir essa meta, e não foi por falta de esforço, mas foi por falta de planejamento de produção. E aí nós fizemos a roda (metodologia participativa), mas ainda nós não conseguimos falar assim "hoje eu planto abobrinha, daqui quinze dias quem vai plantar é a fulana", não conseguimos fazer isso. Na hora que um planta beterraba, todo mundo tem beterraba, a hora que tem cenoura, todo mundo tem cenoura, parece incrível, mesmo a gente. Então é um trabalho que tem que ser feito dia após dia, agora com calendário está sendo tirado xerox para cada um, pra cada um ter e pra a gente também falar um pouco mais sobre isso, porque daqui uns dias vai ter folha (hortaliças) que não tem pra onde entregar. É a realidade porque ainda faltam mais coisas para nós fazermos entre nós, mas já caminhamos um pouco (MARGARIDA, 2018).

O planejamento da produção tem sido um dos grandes desafios, fato que é impeditivo para suprir a demanda de consumidores interessados. Aos poucos, como disse a dirigente, vão superando essas questões. Cabe ressaltar, também, as dificuldades geradas pela carência de assistência técnica. A assistência técnica e extensão rural (ATER) é o acompanhamento por parte de um técnico, via de regra um engenheiro agrônomo, nos assentamentos. No caso do Milton Santos, a assistência técnica é, por lei, responsabilidade do INCRA, já que o Milton Santos é um território da União. No caso dos assentamentos vinculados ao ITESP - tais como Sumaré e Mogi Mirim - a assistência técnica compete ao Estado de São Paulo. Ou seja, é função do Estado - no nível estadual ou federal - a promoção de assistência técnica em áreas de reforma

agrária. Todavia, essa é uma política bastante debilitada e necessita de muitas mudanças⁴⁸. Quando a extensão rural é ausente ou falha, ao invés do Estado auxiliar na garantia de êxito do assentamento, ele torna-se um desafio, é como se o próprio Estado promovesse um pacote de políticas “anti reforma agrária”. Quem tem capital para investir em uma assistência de qualidade vai pagar, quem não tem, corre atrás de outros meios para superar as dificuldades.

No caso da Cooperflora, se aposta nas alianças e parcerias com grupos de extensão vinculados à Universidade. Desta forma, grupos de extensão envolvidos são: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Unicamp e Instituto Federal (IFSP) têm colaborado, ao longo dos anos e dentro do que é possível, na assistência técnica, organizando oficinas agroecológicas nos lotes dos assentados, mutirões, visita de técnicos agroecológicos, dia de campo, planejamento de produção, trocas de experiências, cursos etc. Elisabete cita exemplos de algumas dessas contribuições: (i) A IFSP, com o curso Formação Inicial e Continuada no assentamento e ofereceu alguns materiais como sacola plástica e caixas, ainda, 2 bolsas de apoio técnico; (ii) A Unicamp (Faculdade de Educação (FE) e Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri), contribuiu, no início, com visitas técnicas, compra de caixas plásticas personalizadas, visita de campo, compra de insumos, compra de mudas, compra de semente, adubo para realização os mutirões, acompanhamento em reuniões e (iii) Esalq, com o Grupo de extensão Terra&Cajan e o Enactus, que contribuíram para a gestão da produção. Elisabete afirma, ainda, que estabeleceram uma parceria com a Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC) e Associação Brasileira de Produtos Orgânicos (Unisol), para a solidificação da certificação orgânica. O Sindicato da construção civil, agora, é o ponto de apoio e entrega em Americana, e o sindicato dos Petroleiros é outro ponto de entrega em Campinas.

É possível visualizar que assentamentos periurbanos possuem uma extensa rede de apoiadores e parceiros, seja grupos da universidades ou coletivos informais. No trabalho de Justo (2020) sobre as comunas da terra e agroecologia na região metropolitana de São Paulo, são diversos grupos que estão ou passaram sobretudo no acampamento Irmã Alberta, a exemplo de atividades de permacultura, na implantação de sistemas agroflorestais, construções de casas com técnica permacultural e outras tecnologias sociais, atividades com grupos da agricultura urbana, entre outros. Sobretudo em áreas de acampamentos, essas iniciativas tornam por ser as

⁴⁸ No meu ponto de vista, o desafio para se obter uma assistência técnica de qualidade depende de muitos fatores, entres eles, a valorização da política de ATER e aumentar recurso para contratações para ampliar o quadro técnico. Sabe-se que é um trabalho sobrecarregado no qual um técnico é responsável, muitas vezes, por acompanhar mais de cem famílias. E, ainda, a disputa pelo currículo em Agroecologia (que seja agricultura orgânica) nos cursos de Ciências Agrárias, na medida em que a formação técnica é voltada para o agronegócio. O agrônomo se forma voltado para vender pacotes tecnológicos - sementes transgênicas - adubo químico - e inseticidas.

únicas voltadas para constituir uma infraestrutura mínima do local. E muitas vezes, tornam, também, a única via de acesso a algum tipo de assessoria técnica, formação e a própria fonte de recursos. Não é diferente na realidade vivida e estudada neste trabalho, muitos são os que passaram, se formaram e deixaram algo nesses territórios, assim como levaram muitos ensinamentos. Porém, nem sempre toda “ajuda” acaba de fato sendo positiva, atualmente a cooperativa tenta selecionar melhor quem são as pessoas e grupos que querem fazer algum trabalho com eles.

Outra suposição de problemas relacionados à demanda de assistência técnica deve-se ao fato do perfil do assentado das Comunas da Terras, como aponta Goldfarb (2007), por estarem próximas ao meio urbano e parte desse assentado ter vivido grande parte da sua vida na cidade, ou ainda, não ter nenhum passado ligado à agricultura, há o desafio de retornar ao campo sem possuir o total domínio do trabalho na terra.

Importa destacar, também, que tal iniciativa da venda direta nos grupos de consumo exige alguma infraestrutura local e dos modos de produção, como o acesso à água – não só para irrigação, mas para higienização dos alimentos – e energia elétrica, para embalar certos produtos a vácuo, além, de garantias necessárias à vida digna no assentamento, como inserção no mapa de coleta de resíduos locais, recicláveis ou não; saneamento básico, além da viabilização, para os assentados, do acesso à saúde pública local e escolas para crianças. Estas infraestruturas citadas correspondem a um modelo de assentamento ideal, sob responsabilidade do Estado. Todavia, em vários assentamentos, a implantação de tais condições básicas ainda estão em processo e em disputa. O assentamento Milton Santos, ainda, não é um assentamento ideal, todavia, a infraestrutura atual, permite, mesmo que com algumas dificuldades, a produção das cestas agroecológicas. Não é possível esperar a implementação de todas as condições básicas para começar a produção das cestas, já que, como são políticas falhas, tardam. Por isso, nas dificuldades e possibilidades, a produção das cestas andam lado a lado das disputadas, diante do Estado e da sociedade civil, da execução daquilo que é dever do Estado.

O grupo de consumo, iniciado na mesma época no acampamento Elizabeth Teixeira, em Limeira, seguiu um modelo diferente do modelo do assentamento Milton Santos. Como é um acampamento em regularização, não possui o mesmo nível de infraestrutura do assentamento de Americana, o que tornou a possibilidade de um escoamento via cestas fechadas um pouco mais difícil naquele momento, já que as cestas demandam uma produção mais regular. Desta maneira, o formato da entrega foi em forma de feira semanal com pagamento adiantados. Cada acampada pertencente ao grupo de consumo tem uma cota semanal de entrega em produtos que são vendidos a grupos de consumidores – que também possuem cota de compra – em uma

espécie de feira. Os preços dos produtos e o sistema de cotas também foi decidido coletivamente entre produtoras, consumidores e parceiros da iniciativa. Para além do assentamento ter mais infraestrutura, o fato do Milton Santos conduzir este processo por meio da cooperativa, facilita a comercialização via cestas fechadas. Não se trata de dizer que uma forma de escoamento é melhor que a outra, mas que existem vários modelos de comercialização de acordo com as demandas e infraestruturas locais de cada lugar. O importante é tentar construir aquele que seja mais interessante para determinado grupo de consumo, entre produtores e consumidores.

4.6.1 Óikos (casa) - gestão das necessidades, dos desejos e dos limites

Se hoje estamos acostumados a entender/reduzir economia à cálculos, à tabelas, às estatísticas e às siglas: PIB, IDH etc., é porque o ECO (óikos - casa), isto é, a compreensão da economia como gestão das necessidades e dos limites de cada povo/território foi sufocada pela NOMIA, mera produção e acumulação de riqueza, ou seja, economia virou sinônimo de capitalismo, acúmulo de capital e relação capital-trabalho. Neste trabalho, buscou-se acompanhar o quanto a dimensão de ECO (óikos-casa) é central na reflexão daqueles historicamente excluídos do mercado, especificamente aqui, os camponeses sem terra. A partir de tal intuito, foi possível perceber o quanto a territorialidade/território camponês é um “espaço social dotado de um sentido de vida”, construído a partir de relações culturais, entre pessoas, humanos e não humanos, que possui infra e superestruturas, que tem eco-nomia, entidades políticas e politizadas, relações de produção e que envolvem outras epistemes (LEFF, 2009). Nesta seção da “Terra à Mesa”, acompanhamos o funcionamento do “*óikos*” da Cooperflora a partir da precificação dos produtos, das escolhas dos locais de entrega, do perfil dos consumidores, da geração de renda e da reprodução social camponesa.

Em relação a decisão dos valores de cada produto, isto é, a precificação dos produtos, foi feita uma média entre o que a política pública pagava por quilo ou unidade de cada item oferecido pela cooperativa, e mais dois levantamentos de custo foram feitos, o primeiro em um supermercado local, outro, em uma grande rede de atacado. Cabe ressaltar que para fazer essa média, não foram cotados alimentos orgânicos, pois sairia da proposta de popularizar os preços do produto sem veneno para a classe trabalhadora. Todos os produtos tiveram seus valores discutidos em reunião, dentre esses três levantamentos e, coletivamente, decidiram o valor de cada alimento.

O encaminhamento final foi decidido:

A cesta contém de 5 a 6 produtos que no total dá R\$20,00, vamos aumentar o preço, porque estamos com ele desde o início. Padronizamos os preços dos produtos em R\$2,50 (legumes, verduras, temperos etc), aí colocamos um maço de 300g/ 350g para as folhas e 1 quilo para os legumes e frutas, se caso for mais caro colocamos meio quilo e se for picado é meio quilo também, R\$5,00 que pode ser 1 quilo de mandioca descascada, tempero caseiro, meio quilo de feijão. Vamos modificando conforme o preço e o que temos disponível no momento e o especial de R\$7,50 que pode ser pão, arroz, ovo, molho de pimenta, tempero, açúcar mascavo etc (ELISABETE, 2019).

Cabe ressaltar que a escolha dos valores dos produtos foi feita com intuito de constituir uma aliança de classe, camponesa e trabalhadora⁴⁹, no contexto urbano, ainda, uma parceria com os estudantes. Por isso, a escolha de um preço acessível, para que os alimentos saudáveis possam chegar aos trabalhadores e estudantes, objetivando a construção de um sistema agroalimentar popular.

Uma das dificuldades cotidianas de todo camponês, assim como qualquer organização (associação/cooperativas) gira em torno da logística. O transporte encarece sobremaneira o valor do produto final e, muitas vezes, é o principal impeditivo na comercialização. Não é por menos que um dos pontos, de acordo com Rosset (2007), levantado da Via Campesina sobre soberania alimentar, pressupõe que uma das soluções para garantir uma alimentação de qualidade e horizontal, seria investir nos camponeses locais. Além de combater a pobreza no campo, garantindo-lhes a remuneração pelo trabalho na terra, também visa promover a circulação de alimentos saudáveis, incentivar e valorizar a diversidade e a cozinha local, e ainda reduziria sobremaneira os gastos de transporte de circulação de produtos.⁵⁰

Não por acaso, quando questionada sobre desafios, Margarida logo aponta:

Nós não temos transporte, usamos nossos carros próprios para as entregas. Para entregar trinta, quarenta cestas, vai nove caixas no meu carro, é o que cabe mais, saindo pelo ladrão de tanta coisa que vai, então a maior dificuldade é não ter transporte (MARGARIDA, 2018).

O fato de não ter um veículo adequado da cooperativa para efetuar as entregas, implica nos gastos com logística e também de trabalho, tendo em vista que não há possibilidade de “aproveitar a viagem” e concentrar as entregas mais distantes em um dia só, por exemplo, as

⁴⁹ O nicho do mercado de orgânicos de crescimento, você encontra com facilidade marcas que têm apostado nesse mercado e encontrar uma variedade de produtos orgânicos, por exemplo, no *Carrefour* ou *Pão de Açúcar*. No entanto, esse nicho de mercado contempla somente a classe média alta. A proposta do MST visa popularizar o debate de acesso a alimento saudável para todas as classes, enquanto direito e não como mercadoria/nicho de mercado em disputa.

⁵⁰ O sistema de concentração e distribuição de alimentos se dá por meio de uma complexa rede de logística entre as 54 Centrais de Abastecimentos Atacadistas do (CEASAS) espalhadas pelo país.

entregas em Campinas. Foi cobrado, na época, o valor de R\$2,00 a mais por cesta, equivalente ao frete do assentamento para o centro de Americana e R\$5,00 para as entregas em Campinas.

A Cooperflora se desdobra em uma complexa rede de articulação e organização da produção para garantir uma diversidade mínima nas cestas. Entre os cooperados, é necessária reuniões semanais para decidir sobre as entregas e quem vai acompanhar as entregas e respectivo grupo. A atividade central da cooperativa é a comercialização, que tem como público alvo as parcerias, como dito, com IFSP, Unicamp, Esalq, sindicatos, grupos da sociedade civil, estudantes, professores, donas de casas etc.

Nesse processo, o mutirão voltou a ser uma ferramenta chave para dar conta da produção. Mutirões são agrupamento de várias pessoas para, juntos, efetuar a realização de determinadas tarefas em um lugar específico, exemplo, em um lote de alguma assentada para construção de um viveiro, ou em área comum, na implantação de alguma área coletiva, manejar o roçado de alguém, ou ainda, fazer uma plantação etc. Todo mês, o mutirão de produção da Cooperflora é feito no lote de um assentado cooperado, como mostra Margarida: “nós estamos trabalhando muito o sistema de mutirão, né? Uma vez por mês é pra ir pro lote e montar o SAF no lote de outra pessoa. Nós já estamos com oito pequenos SAFS.”

Além do trabalho coletivo, a doação de mudas e sementes pelos parceiros foi importante para a concretização dos SAFs citados. É a agroecologia se materializando na prática coletiva, “dia após dia”. O sistema agroflorestal é uma técnica de produção que busca misturar cultivos agrícolas e árvores, “agro-floresta”, pressupõe nesse sistema criar canteiros com diferentes culturas agrícolas que se combinem em seus estratos (altura). A peça chave desse sistema é criar um microclima por meio do sombreamento das árvores e manter o solo sempre coberto de matéria orgânica.

No cotidiano da construção da Reforma Agrária Popular, “fazer frente ao agronegócio por meio da construção de alianças entre todos os movimentos camponeses, com a classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de caráter popular” (MST, 2014, p. 32) é o objetivo da cooperativa na relação que se estabelece com os consumidores, que, conseqüentemente, são consumidores apoiadores do projeto popular de reforma agrária. Sendo assim, parte dos consumidores estão impulsionados por tal aliança de classe, mas também, como a cooperativa tem ficado mais conhecida, outros consumidores se aproximam e não necessariamente por apoio a causa ou por compartilhar a filosofia da Reforma Agrária Popular, apenas por interesse em produtos orgânicos. Todavia, de acordo com Elisabete, a maioria dos consumidores são parceiros do movimento, seja ele estudante, sindicalista, professores/as etc. Isso importa, porque para a iniciativa ser exitosa é necessária a

construção de uma relação dialógica entre consumidor e cooperado, também porque há dificuldades na complexa gestão da cadeia dos meios de produção, tendo em vista a necessidade do consumidor entender que nem sempre algum produto vai estar padronizado, por exemplo. Críticas e autocríticas são importantes, tanto em relação aos agricultores e às cestas - qualidade, variedade, quantidade, higienização - quanto aos consumidores, em relação a assumir compromisso de retirada, pagamento, buscar a cesta no horário, manter uma periodicidade enquanto consumidor etc. Manter uma relação “clientelista” e o entendimento do alimento como mercadoria não cabe na proposta do circuito curto de comercialização defendido aqui, pois seria insustentável.

No período realizado a pesquisa, até fevereiro de 2019, os pontos de entregas eram: o sindicato da construção civil de Americana, o único de entregas semanais, sendo 26 cestas por semana, totalizando, 104 cestas por mês para esse público específico, movimentando financeiramente em torno de R\$2.288,00 mensais com esse coletivo de consumidores. Também entregavam quinzenalmente em Piracicaba 25 cestas, um público de estudantes da Esalq, somando 50 cestas mensais, movimentando em torno de R\$1.000,00 em produtos alimentícios apenas. As entregas em Campinas, também quinzenais e em três pontos: o IFSP, 15 cestas, e o Bar e Restaurante Stout Café localizado no distrito de Barão Geraldo, com 25 cestas, e por fim, o Sindicato dos petroleiros com mais 25 cestas. Somando os três parceiros em Campinas, 130 cestas mensais, movimentando em torno de R\$2.600,00 em alimentos. Logo, mensalmente a Cooperflora estava movimentando em torno de R\$5.888,00 em alimentos saudáveis.

O aumento dos grupos de consumidores, ao longo desses dois anos e meio de acompanhamento da pesquisa, foi acontecendo de forma gradual e processual, tendo em vista que no início, em 2016, era algo muito novo, tanto para os assentados quanto para os consumidores. Também havia a necessidade de caminhar “passo a passo”, pois às exigências de produção em quantidade e diversidade necessitam andar junto com a infraestrutura de produção, além da logística, que sempre demandará altos gastos. Por isso, durante os dez primeiros meses, as entregas ocorriam somente com os consumidores da cidade de Americana. Conforme os processos foram se qualificando nas mais detalhadas tarefas, tornou-se possível expandir as entregas, seguindo para o Instituto Federal de Campinas, onde havia uma parceria entre MST/Cooperflora e uma professora do Instituto, também o Sindicato dos Petroleiros de Campinas (CUT), que compõem uma aliança entre movimentos políticos. Na sequência, um grupo de alunos vinculados à extensão universitária da Esalq e, em seguida, o Bar&Restaurante - Stout Café, localizado em Barão Geraldo, Campinas, cuja proprietária é militante da Marcha

Mundial das Mulheres de Campinas. Ou seja, o perfil do consumidor estabelecido está vinculado a grupos que têm uma intencionalidade política, seja ele sindicato, movimento de mulheres, estudantil, entre outros, mas, a consciência de que se alimentar também é um ato político é algo mais recente nessas organizações também.

No que se refere às dificuldades enfrentadas pela Cooperativa, uma delas diz respeito ao ano letivo, tendo em vista que parte do público são estudantes, nos períodos de férias não há entrega das cestas nos grupos da Esalq e IFSP, afetando em grande medida os agricultores. Sobretudo pelo fato de que o período de férias coincide com o período da maior produção agrícola por ser estação chuvosa no Sudeste, novembro, dezembro e janeiro. A perda é algo certo: “o ciclo de quando tem muita cesta, tem pouca produção, aí abaixa o número de cestas e tem muita produção. Aí o povo perde a produção e fica com medo de plantar, fora as variáveis calor, frio, água e estação do ano” (Elisabete).

Para tentar superar essa questão da perda, a cooperativa tem no horizonte acessar equipamentos para processar alguns alimentos, tais como, uma despoldadeira, desidratador e outros equipamentos com a finalidade de melhorar a qualidade das entregas e a durabilidade dos alimentos. Há produtos processados artesanais feitos no próprio assentamento, entregues nas cestas como parte do “item especial”, são os pães caseiro, molho de pimenta, pimenta em conserva e temperos, como o colorau. São “produtos especiais”, também, produtos processados são os produtos do MST, “nós já temos produtos industrializados do MST, e vai mostrando a nossa cara, e produto de qualidade, então isso também é importante, mesmo não sendo da nossa cooperativa, mas é do nosso movimento que leva a bandeira pra mostrar que a gente tem alimento saudável” (Margarida). Entre esses produtos está o arroz da cooperativa do Rio Grande do Sul, famoso pela festa anual “da colheita do arroz”.

Apesar dos avanços na organização da cooperativa e do aumento do número de consumidores, ainda não se tem um rendimento expressivo, pois há dificuldades materiais para investir na própria produção e o grande gasto com logística, entre gasolina, manutenção dos veículos, etc. A Cooperflora, até o momento, não conseguiu viabilizar essas condições materiais, como por exemplo, a compra de esterco (galinha ou de vaca) para preparar a terra, ou, ainda, de equipamentos para processar parte da produção e evitar perdas. Esse é o cotidiano, ao passo que o retorno financeiro por cooperado mensalmente ainda não é satisfatório, dificultando também que o próprio assentado invista na sua produção.

Os valores por pessoa variavam, neste período inicial das entregas, entre R\$200,00 e R\$500,00, o retorno financeiro mensal. Segundo Elisabete, o que tem acontecido é que poucos assentados que tem produtos pra entregar toda semana, desta forma, concentra a demanda por

produtos para poucos agricultores. Esses acabam por exceder a média máxima de R\$500,00 mensais, assim como alguns, em determinados meses, chegam a receber menos que R\$200,00. No entanto, dados mais recentes coletados por Contrigiani (2021) indicou que após 2019, com a ampliação das vendas de cestas em Campinas, a renda média aumentou notavelmente. Em seu estudo foi possível identificar que apenas dois cooperados ganham entre R\$100,00 a R\$449,00, pois estes possuem outras fontes de rendas para além da entrega das cestas. Já os que participam ativamente e têm suas rendas principais voltadas para a produção e entrega das cestas, constatou que a renda desses cooperados variam entre R\$450,00 a R\$2172,00, podendo, ainda, chegar acima de R\$3621,00. A explicação, segundo a pesquisadora, para esse fato é que alguns cooperados ofertam produtos *in natura* e semi processados. E para além da cesta fechada, há a possibilidade de vender produtos avulsos sob encomenda, o que agrega na renda dos cooperados.

Pelas entrevistas realizadas foi possível compreender a complexidade que envolve a cadeia produtiva vinculada a territórios de reforma agrária de forma independente do Estado. Não é por menos que o plano agrário do movimento cobra do Estado políticas que viabilizem a reforma agrária. Nessa teia de dificuldades, se faz importante retomar as propostas de “Política Agrícola” do último programa Agrário do MST (2014, p. 44-45): (1, 3, 5 e 6) **cobrar o Estado** (a) incentivos e qualificação da agroecologia na produção de alimentos saudáveis e “o uso de todos os instrumentos de política agrícola” – garantia de preços rentáveis para o agricultor, compra antecipada de toda produção de alimentos dos camponeses, crédito rural adequado, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem”; (b) reorganizar e reestruturar “pesquisa agropecuária, dirigida prioritariamente para a agroecologia, na produção de alimentos, substituição dos agrotóxicos e as melhorias genéticas em equilíbrio com a natureza e em consonância com as necessidades da agricultura camponesa”; (c) “a organização de instituições para facilitar a certificação dos produtos orgânicos da agricultura camponesa”; (2 e 7) **cobrar as políticas públicas**, (a) “que todos os camponeses tenham acesso aos meios de produção – máquinas, equipamentos, insumos – necessários para as atividades agrícolas e preservação ambiental”; (b) “exigir que os camponeses/as e trabalhadores/as assalariados/as tenham participação ativa na formulação de todas as **políticas públicas** para a agricultura” e (4) **assegurar assistência técnica**, “a transferência de tecnologias, o fomento e extensão rural tenham como orientação política os princípios da democratização dos conhecimentos, o favorecimento de intercâmbios e o estímulo à criatividade dos camponeses”.

É possível observar que o Estado está presente em todos os pontos no que diz respeito à realização de uma política agrícola democrática. Na ausência do Estado, em todos esses pontos,

dificulta sobremaneira a sobrevivência digna de uma assentado da reforma agrária. Infelizmente, concordamos com Porto-Gonçalves e Alentejano (2019), quando este discorre sobre as precariedades de alguns assentamentos da reforma agrária:

Temos ainda mais de 35 milhões de hectares conquistados a retalho na luta pela terra enquanto assentamentos de reforma agrária e que acabam se destinando a uma política de contra-reforma agrária na medida em que a precariedade dos assentamentos é a condição de seu funcionamento enquanto fonte de mão de obra barata a serviço do capital. O assentado não consegue se tornar um protagonista da reforma agrária e no lugar de sujeito, no sentido positivo, acaba assujeitado, como se diz em linguagem popular. O protagonismo do movimento que organizou o acampamento ou a ocupação acaba quando o Estado e/ou o capital se tornam os donos do assentamento (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2019)⁵¹.

Na ausência do Estado a favor do campesinato, os camponeses precisam lutar com as armas que têm, e a Cooperflora é um exemplo nesse movimento, pois a cooperativa é impulsionada pela ausência do Estado. A Cooperflora tem tentado, numa complexa teia de atores envolvidos, superar tais “políticas contra-reforma agrária”, desenvolvendo uma práxis complexa entre construção da agroecologia e da soberania alimentar no campo e na cidade enquanto modelo anti-agronegócio, e como peça chave de disputa de modelo de desenvolvimento, na medida em que busca garantir a alimentação saudável e justa. A Cooperflora pode ser vista pela ótica da multidimensionalidade e multiescalaridade do território, como dito, a importância de considerar tais conceitos, pois valoriza a iniciativa, mesmo que pequena, mas que está de alguma forma em movimento contra hegemônico de sobrevivência e resistência ao capital em escala local, criando assim, condições, de sobrevivência no campo.

4.7 O roçado: sistematização da produção

Os materiais acessados para constituição do trabalho, para além das entrevistas, conta com uma tabela feita a partir de informações fornecidas por Elisabete nos anos iniciais das entregas das cestas. Nela, há o conteúdo de tudo que foi entregue mensalmente, em produto e quantidade durante os períodos de outubro de 2016 a dezembro de 2018. Optamos por sistematizá-los em tabelas para facilitar a compreensão de análise de dados.

Para isso os produtos foram organizados em nove categorias: frutas, legumes, verduras, ervas e temperos, feijão, processados do MST, mel, ovo e alimentos processados artesanalmente - sendo assim, o quadro inicial (quadro 1) apresenta a média e o desvio padrão(DP) do total de

⁵¹ Porto Gonçalves e Alentejano. A Reconfiguração da Questão Agrária e a Questão das Territorialidades, sem data, p. 07. Disponível em <encurtador.com.br/adioy>. Acesso em: 03 fev. 2019

cada categoria, comparando 2017 e 2018. Sendo que, a última coluna expressa na tabela representada pelo símbolo *delta*, o qual foi feito o cálculo comparativo. O *delta* representa o cálculo: 2018 menos 2017. É interessante notar que todas as categorias aumentaram de um ano para o outro, apontando que a venda das cestas tem se ampliado, assim como o cultivo de cada categoria.

Quadro 1 - Relação das categorias de alimentos comercializados em 2017 e 2018.

Total	2017		2018		Δ
	Média	DP	Média	DP	
Frutas (kg)	1243,2	43,9	2243,0	104,7	999,8
Legumes (kg)	2022,7	66,7	2144,0	81,4	121,4
Verduras (maços)	2637,0	117,2	3452,0	111,1	815,0
Ervas e temperos (maço/porção)	899,0	52,0	956,0	26,7	57,0
Feijão (kg)			60,0	3,8	60,0
Alimentos processados (kg)	501,5	15,8	622,0	20,9	120,5
Mel (litros)	4,5		9,0		4,5
Ovo (dúzia)	75,0	3,0	93,0	10,7	18,0
Alimentos artesanais (unidades)	954,0	31,4	1222,0	44,1	268,0

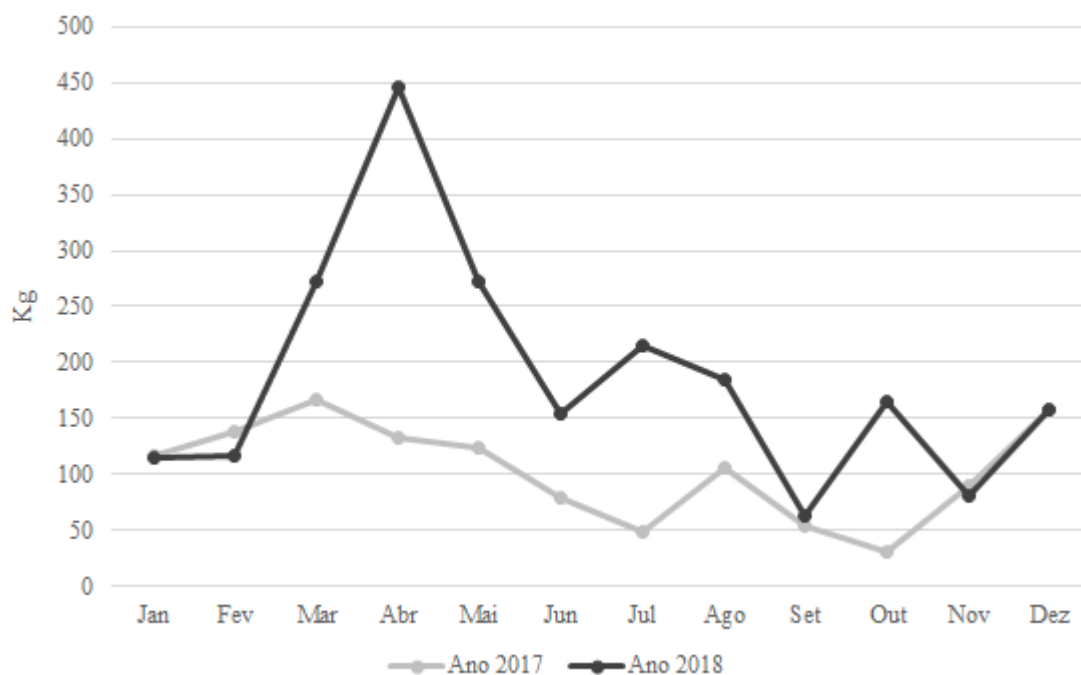
Fonte: Autoria própria

Já quando separada as categorias, observa-se as especificidades da dinâmica das cestas no em que diz respeito à sazonalidade da produção e a característica referente ao período das entregas. Lembrando que o perfil dos grupos de consumidores estão vinculados ao calendário

escolar, reduzindo sobremaneira a demanda nos meses, principalmente de dezembro, janeiro e fevereiro.

Pode-se observar, no gráfico 1, essa especificidade em relação a categoria Fruta.

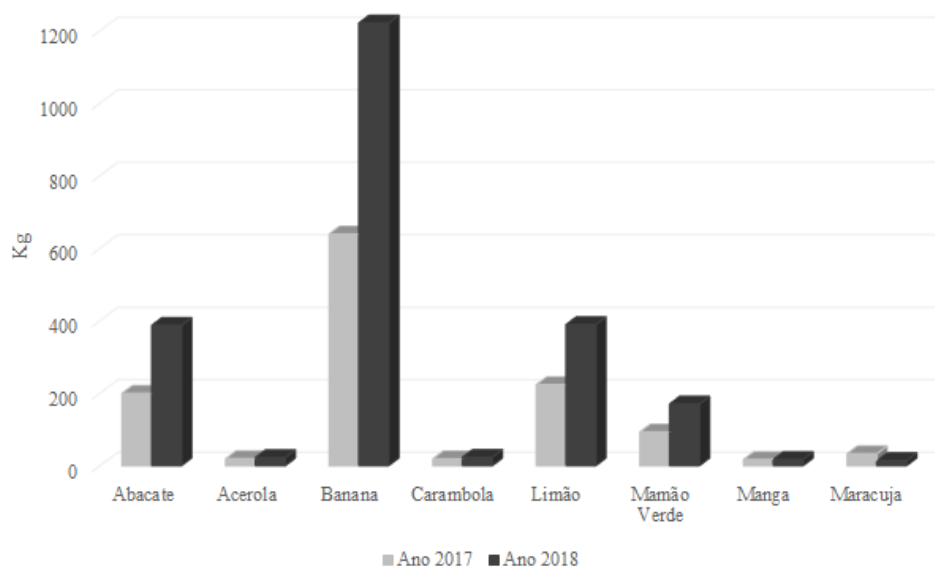
Gráfico 1 - Comercialização mensal de frutas em 2017 e 2018.



Fonte: Autoria própria

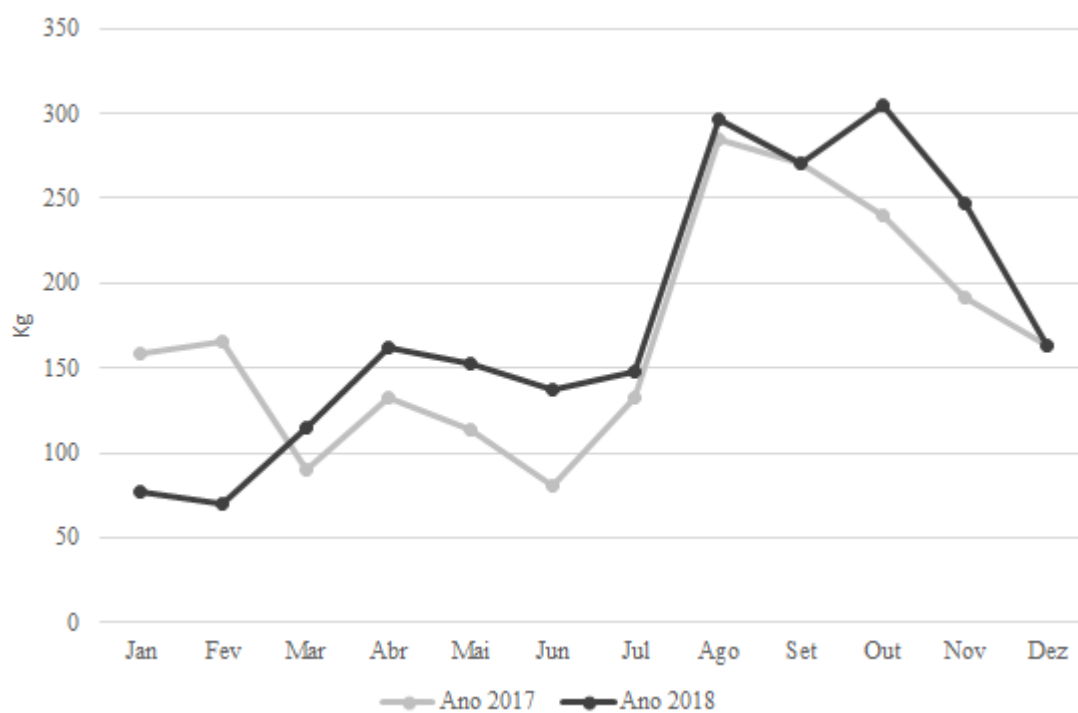
Para além desse fator, verifica que o mês de abril de 2018, por exemplo, houve esse aumento expressivo porque, segundo Elisabete, a banana foi incluída em grande quantidade, além dela também houve a inclusão do mamão verde e um aumento na produção das demais frutas que foram comercializadas em abril de 2017. Houve redução da produção de maracujá neste mês. O que pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Comercialização total de frutas no ano de 2017 e 2018.

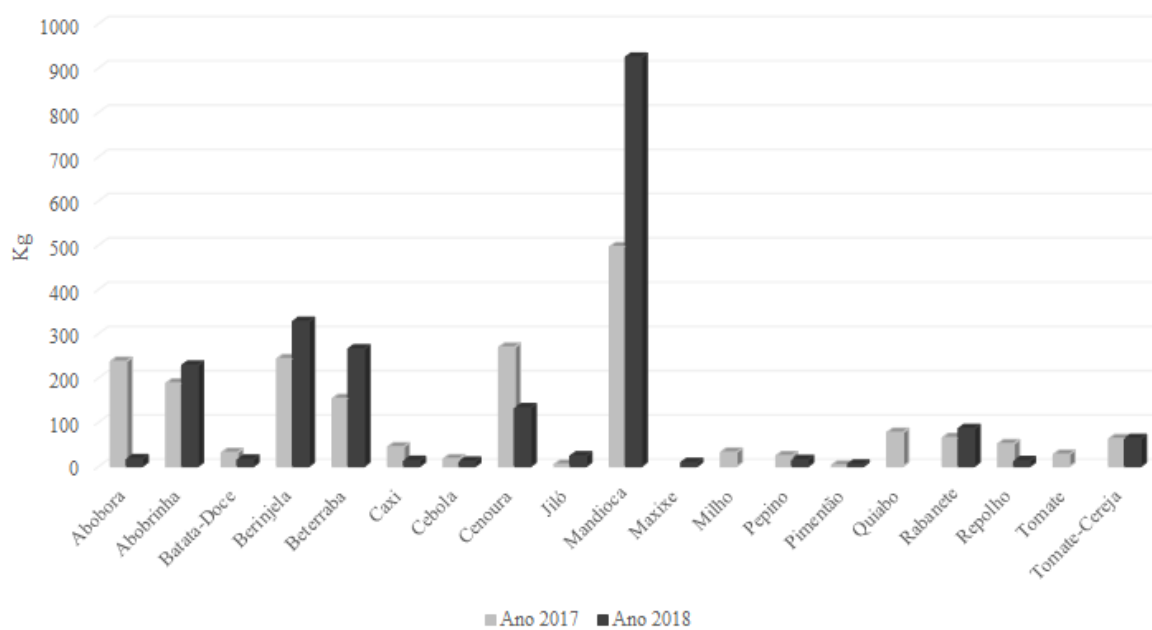


Fonte: Autoria própria

No que diz respeito a produção de legumes, considerando: abóbora, abobrinha, batata doce, berinjela, beterraba, caxi, cebola, cenoura, jiló, mandioca, maxixe, milho, pepino, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, tomate e tomatinho cereja, observa-se um leve aumento da produção referente ao ano de 2017. É possível compreender a redução da produção nos meses de junho, julho e agosto por ser o período mais seco no sudeste, e com a ausência de irrigação, tende a diminuir sobremaneira a produção. No entanto, observa-se um certo equilíbrio entre 2017 e 2018 nos meses de agosto e setembro. O que pode ser observado nos gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 - Comercialização mensal de legumes em 2017 e 2018.

Fonte: Autoria própria

Gráfico 4 - Comercialização total de legumes no ano de 2017 e 2018.

Fonte: Autoria própria

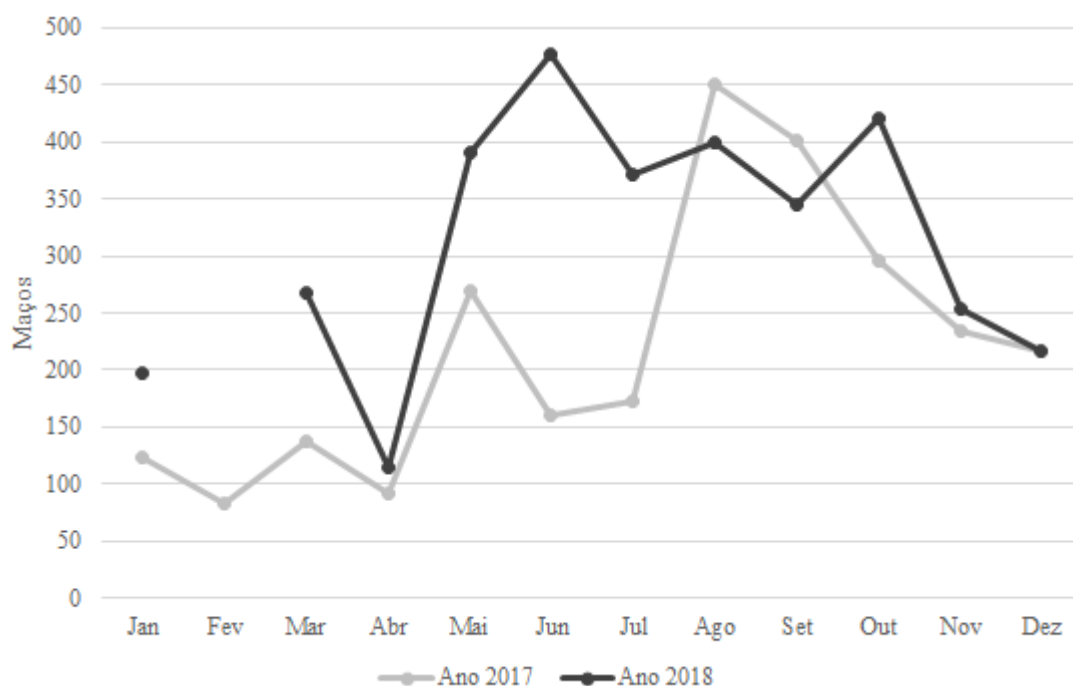
Pode-se notar que a mandioca quase dobrou sua produção e entrega em 2018 e a abóbora reduziu drasticamente comparado ao primeiro ano de entrega. Uma explicação para isso, segundo Elisabete, é que a redução foi devido ao fato da abóbora ser muito grande e pouco apreciada pelos consumidores. Ainda há o desafio de diversificar os produtos consumidos no cotidiano, tendo em vista a alta padronização de produtos alimentícios, alguns alimentos vão ficando de fora do cotidiano alimentar dos consumidores.

Sem que a gente perceba, os nossos hábitos alimentares são também construídos pelo mercado, sobretudo tratando-se do terceiro regime alimentar (MC. MICHEL, 2017), aquele em que estamos atualmente inseridos, qual seja, o regime alimentar sob o neoliberalismo institucionalizado, na qual o Estado serve cada vez mais ao mercado e poucas grandes corporações controlam toda a cadeia alimentar. A *ditadura do alimento* (Idem, *Ibidem*), controlada por corporações como a antiga Monsanto (atualmente Bayer), Nestlé, Pepsico, Walmart, assim também, como grandes produtores rurais, influenciam sobremaneira não apenas as redes produtoras do alimento, como a homogeneização do paladar e a imposição de determinados (e selecionados) produtos nas redes de supermercado dentre as diversas possibilidades de cultura alimentares que são produzidas fora dos grandes latifúndios. Este é um dos desafios das cestas agroecológicas, pois pelo fato de ser uma cesta fechada, exige o consumo de determinados alimentos os quais os consumidores no cotidiano não comprariam e que obedecem a lógica do tempo da terra e não o tempo do mercado. Dentro da agroecologia, cada cultura vai ser produzida em sua temporalidade própria e em seu ciclo produtivo, dessa forma, alguns alimentos não estarão disponíveis ao longo de todo o ano. Também, como não há o processo de homogeneização de cultura (posto que é um processo produtivo inverso ao da monocultura), a diversidade produtiva de alimentos, que muitas vezes não é conhecida ou não faz parte do padrão de consumo imposto pelo supermercado, causa estranhamento ao consumidor. Se por um lado, as cestas agroecológicas são importantes, pois induz o consumo de produtos diversificados, o que auxilia na própria saúde, por outro, entretanto, quem não se adapta com tais produtos, se afasta da iniciativa e prefere fazer sua própria feira em outro lugar.

O gráfico 5 é equivalente a produção e entrega de hortaliças: alface, almeirão, chicória, couve, espinafre e rúcula. É curioso notar a irregularidade das entregas, as verduras são produtivas o ano todo, no entanto nos meses de frio tende a se produzir mais. Uma das dificuldades, relatada por uma agricultora, é que se produz mais no período de inverno, fato que

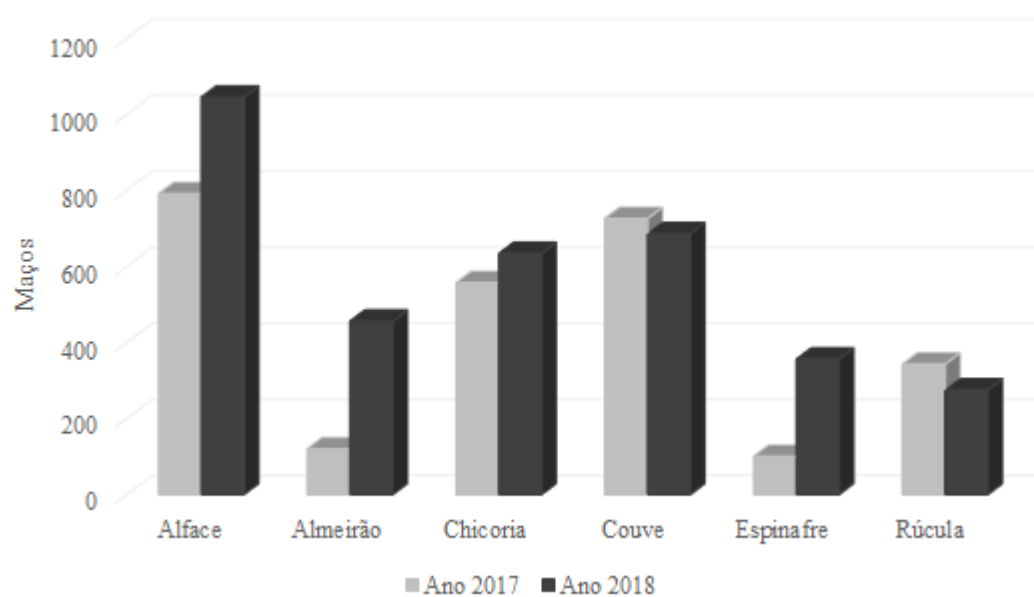
dificulta a comercialização tendo em vista que consumir hortaliças está associado a períodos quentes.

Gráfico 5 - Comercialização mensal de hortaliças em 2017 e 2018.



Fonte: Autoria própria

Gráfico 6 - Comercialização total de verduras no ano de 2017 e 2018.



Fonte: Autoria própria

Os produtos ofertados pela cooperativa são: Abacate (Kg); abobrinha (Kg) abóbora (Kg); acerola, açúcar (500g); alface (Maço), alho-Poró; almeirão (Maço); arroz (Kg); banana (Kg); batata-doce (Kg); berinjela (Kg); beterraba (Kg); carambola (500g); caxi (Kg); cebola (Kg); cenoura (Kg); cheiro-Verde; chicória (Maço); colorau (100g); couve (Maço); Erva Cidreira (Maço); Erva Doce (Maço); Espinafre (Maço); Feijão (500g); Fubá (Kg); Hortelã (Maço); Jiló; Limão (Kg); Mamão Verde (500g); Mandioca (Kg); Manga (Kg); Maracujá (500g); Maxixe (500g); Mel (300 ml); Melissa; Milho; Ovo (Nono); Pão; Pepino; Pimenta (Conserva); Pimenta (Molho); Pimenta Cambuci; Pimentão; Quiabo; Rosca Doce (Unid); Rabanete (Kg); Repolho; Rúcula (Maço); Salsa (Maço); Tempero; Tomate; Tomate-Cereja;

Apesar das dificuldades, os gráficos apontam que houve um aumento na produção, e não é só quantitativo que podemos ler essas informações, e sim, qualitativamente. Isto é, com o aumento da produção e com as cestas, também vêm a necessidade de diversificação da produção agrícola, isso afeta diretamente os hábitos alimentares dos próprios assentados, assim como, os próprios hábitos alimentares dos consumidores. O fato da cesta ser um modelo fechado, os consumidores não escolhiam os produtos, sendo assim, eram obrigados ou estimulados a se alimentarem de produtos, que talvez, não comprariam no supermercado. É a agroecologia se materializando no dia a dia de quem está nas cidades.

4.8 Mulheres na linha de frente: gênero e organização social

(i) Em Paraisópolis-SP, no combate à pandemia da COVID-19, voluntários ficaram responsáveis por monitorar a saúde da população local, estes foram chamados de presidente de rua, cada um encarregado de cerca de 50 família, cada *uma*, para ser mais precisa, tendo em vista que dos/as 652 “presidentes/as de rua”, 536 são mulheres⁵².

(ii) Em João Pessoa-PB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) garantiram, no segundo semestre de 2020, a entrega semanal de alimentos saudáveis oriundos da reforma agrária às comunidades da periferia de João Pessoa. Tais alimentos foram dirigidos às cozinhas comunitárias, que fazem parte da articulação Periferia Vive. Nessas cozinhas, o alimento agroecológico produzido por agricultores/as sem terra viram culinária popular na mesa da classe trabalhadora urbana, “a militante do MTD, Bárbara Zen, [que] tem acompanhado de perto o processo de construção coletiva do projeto nas comunidades urbanas (...) *destaca o*

⁵² Lima, Juliana Domingos de. Por que Paraisópolis se destaca no combate ao coronavírus. *Nexo Jornal*. 01 de jul de 2020. Disponível em <encurtador.com.br/ipvOY>, acesso em: 06 maio 2021.

protagonismo [nas cozinhas comunitárias] das mulheres desde a elaboração de estratégias até a execução das ações”⁵³.

(iii) O relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), informa que “70% da força de trabalho da área da saúde no mundo são compostos por mulheres”, já o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), revela que “[No Brasil,] 65% dos seis milhões de profissionais do setor são do sexo feminino – em áreas como fonoaudiologia, nutrição e serviço social elas ultrapassam 90% de presença, e 80% em enfermagem e psicologia”⁵⁴. Em contexto de pandemia essa realidade se confirma, nos hospitais e nas utis as mulheres são as protagonistas nos cuidados e no enfrentamento à COVID-19, mas não somente, elas também são em casa, nas comunidades, nos seus trabalhos produtivos, durante a crise sanitária, assim como antes, também serão depois.

Nenhum desses protagonismos podem ser explicados por uma naturalização de gênero, como se as mulheres, devido ao processo da maternidade e naturalmente, fossem destinadas aos cuidados das crias, dos mais velhos, dos seus maridos (em casamentos heteronormativos), das comunidades etc. O gênero é construído, não é algo meramente dado, isto é, os papéis de gênero são comportamentos aprendidos e construídos de acordo com as expectativas compartilhadas acerca de como homens e mulheres podem agir e devem se comportar, portanto, são construídos socialmente (BRYM et al, 2006, p. 257). Na sociedade ocidental capitalista, um dos marcadores da diferença e desigualdade de gênero, isto é, aquilo que produz/reproduz gênero é a divisão sexual do trabalho. As mulheres são “destinadas” ou naturalizadas nos papéis reprodutivos da sociedade, os homens, por sua vez, tem no campo produtivo do capital o seu regime de trabalho mais lógico. Nos padrões distintos de brincadeira e jogos, nos padrões distintos de tratamento, nos regimes de recompensas e punições, nas propagandas da grande mídia, na indústria cultural etc., o aparentemente natural parece que precisa ser reforçado cotidianamente (Idem, Ibidem).

Mas o que é a reprodução social? O que seria o trabalho reprodutivo? Dar à luz e criar crianças, cuidar de amigos e familiares, manter lares e comunidades mais amplas, alimentar e garantir a reprodução do trabalho do outro etc (FRASE, 2020, p. 261) são trabalhos que produzem labor afetivo, ainda, labor material - tendo em vista que “a reprodução social é uma

⁵³ Cabral, Felipe. Projeto de movimentos populares une campo e cidade na luta por direitos na pandemia: Articulação entre produtores rurais e lideranças comunitárias leva alimentos agroecológicos às periferias urbanas. **Brasil de Fato** | João Pessoa - PB | 01 de Setembro de 2020 às 16:15. Disponível em <encurtador.com.br/bBKZ5>. Acesso em: 06 maio 2021.

⁵⁴ Oxfam Brasil. O papel das mulheres na linha de frente do combate à pandemia. 24 de março de 2021. Disponível em <encurtador.com.br/uBIY2>. Acesso em 06 maio 2021

condição de possibilidade de acumulação do capital continuada” (FRASE, 2020, p. 262-3) -, então, portanto, é indispensável para a *reprodução* de qualquer sociedade, família, cultura, economia, organização política etc (Idem, Ibidem). A pandemia, essa espécie de lupa que nos permite observar de maneira ampliada aquilo que é ordinário e cotidiano, pode ser um bom *locus* para observarmos o paradoxo entre a importância dos regimes de cuidado, de um lado, e a desvalorização de tal trabalho, de outro. Quais trabalhos não puderam parar em meio a crise sanitária mundial? Tem sido possível parar de produzir alimentos? Cuidar de filhos/as, idosos, doentes? Tem sido possível parar de limpar os lares, as ruas, os corpos, as comidas e etc? É possível parar de dar à luz? Ao mesmo tempo, não são esses trabalhos, os mais subalternizados, mal pagos (quando remunerados), ainda, mais sujeitos às desregulações trabalhistas? O trabalho do cuidado e a reprodução social têm sido trabalhos realizados pelos sujeitos historicamente excluídos do mercado, e as mulheres são elemento central do trabalho pela reprodução da vida.

Mas não podemos romantizar esse papel social da mulher. Sim, as mulheres estão na frente do combate à COVID-19, assim como são protagonistas nos cuidados em casa, na rua, nas comunidades, no campo, nas cidades (também são três mulheres os destaques desta pesquisa), e sim, este é um trabalho que exige muita criatividade, inteligência, força, resistência, ainda, são, como dito, *essenciais* para a manutenção social, cultural, econômica e da vida de qualquer sociedade, todavia, quando esse trabalho é “destino” das mulheres e naturalizados em nossa sociedade, estamos falando de divisão sexual do trabalho e esta se configura como uma forma moderna de subordinação das mulheres (FRASER, 2020, p. 265). Isto se agrava no interior de uma sociedade capitalista, tendo em vista que, se o dinheiro é o principal veículo de poder, trabalhos não remunerados, subalternizados e mal pagos (pertencentes aos regimes de *care*) reafirmam as mulheres como dependentes dos homens, ainda que, quem depende do trabalho reprodutivo, é o produtivo, já que ele não é auto-sustentável.

Se a divisão sexual do trabalho cria e reproduz desigualdades de gênero no interior de uma sociedade capitalista, porém, os regimes de cuidado podem ser fundamentais para evidenciar, de um lado, que as esferas reprodutivas precisam ser valorizadas, dada a centralidade dela na reprodução da sociedade, de outro, que a reprodução social precisa ser coletiva, compartilhada e dividida equitativamente. A casa, a esfera doméstica e a indissociabilidade de reprodução e produção da vida são esferas políticas, portanto, públicas, que precisam ser politizadas para que possamos modificar as correlações de força entre reprodução e produção social. A separação da casa e do trabalho, do privado e do público, do (em tese) particular e do político têm provocado sucessivas crises sociais, ambientais e sanitárias - a pandemia da COVID-19 não foi a primeira

e nem será a última crise total. Se a soberania dos povos: campesinato, povos tradicionais, originários, das florestas, catadoras do babaçu, caiçaras, quilombolas, ribeirinhos, comunidade raciais, comunidades urbanas e identidade de gênero feminina são fundamentais para “adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2020) e, assim, modificar a correlação de forças que faz com que as esferas reprodutivas da sociedade sejam subalternizadas às produtivas, as mulheres são centrais para essa tarefa, justamente pela centralidade delas nos regimes de *care*, que são os regimes da vida, do cuidado, do labor, do afeto, do trabalho e, portanto, também *produtivos*.

Não é à toa que elas são elemento chaves da soberania alimentar, dos povos e da agroecologia, porque a “ética para acarinhar a vida” (LEFF, 2009, p. 18) e não produzir a morte, é uma ética de trabalho secular exercido *por e pelas* mulheres. Social, não naturalmente, é claro. Portanto, as mulheres são elo fundamental para pensar a territorialidade camponesa, sobretudo se a soberania alimentar e agroecologia forem elementos essenciais de tais territorialidades, tendo em vista que, sob a égide de tal racionalidade ambiental (LEFF, 2009), a territorialidade camponesa têm uma proposta de desenvolvimento mais democrática do que a das corporações capitalistas, na qual há trabalho, mas não exploração e obtenção de lucro e a qual se reivindica a produção da vida e não a produção da morte: é alimento ao invés de *commodities*; agroecologia em oposição ao agronegócio; diversidade produtiva ao invés da monocultura; fontes de nutrientes ao invés do veneno.

As mulheres, portanto, são especialistas em vida e não em morte e é por isso que elas, inclusive, estão mais abertas aos processos de transição agroecológica. Porque estão socialmente “destinadas” aos regimes reprodutíveis, elas detêm a sabedoria de entender a importância da reprodução para qualquer produção, assim como também estão mais abertas a produzir vida, do que dinheiro; a produzir uma variedade de alimentos, ao invés de uma só cultura em larga escala, também conseguem exercer várias habilidades simultâneas, produzem, gerenciam, organizam, se reúnem, dialogam, comercializam etc. Isso não significa essencializar e nem romantizar nenhum trabalho, como dito, a divisão sexual do trabalho é a forma moderna de subordinação das mulheres (FRASER, 2020, p. 265), ainda, elemento fundamental para acumulação capitalista, isto é, para reprodução da dominação capital-trabalho, mas sim, confirmar de que para construção de qualquer utopia dependemos das mulheres. É imprescindível, portanto, muitas Marias, Margaridas e Elisabets para enxergar o mundo como “potência e possibilidades”, “para no lugar da cultura da desesperança, possamos pensar em processos de reapropriação com o mundo e com relações sociais, humanas e não humanas com o outro (LEFF, p. 20-21).

A Cooperflora é o reflexo de tudo isso, pois são as mulheres que protagonizam toda a iniciativa das cestas agroecológicas. Estão sempre à disposição para se reunirem semanalmente, a receberem críticas quando algo sai fora do esperado, são elas que estão nas posições de presidência, tesouraria e administrativa da cooperativa, também, são elas que se comunicam com os consumidores, além de plantarem e colherem os frutos de suas roças. São elas que aceitam começar a passos lentos, mesmo que recebendo pouco no início. A Cooperflora é um exemplo de persistência ou insistência em acreditar num projeto de vida, não é por menos que completará em outubro de 2021 cinco anos de caminhada de aprendizado e ensinamentos na interconexão campo e cidade.

4.9 Soberania alimentar à luz da agricultura camponesa

Esse trabalho buscou dar visibilidade ao processo de sobrevivência no campo, por meio de narrativas agrárias de mulheres camponesas sem terra que vêm traçando caminho da resistência de classe em meio a luta contra o latifúndio/agronegócio, desta maneira, buscou-se compreender como esses sujeitos do campo se reestabeleceram após as retrações de direitos a partir da organização da Cooperflora em vendas das cestas agroecológicas. Para colaboração no entendimento desse processo, o território se apresentou como uma centralidade, isto é, partindo da ideia dos territórios materiais e imateriais, buscou-se trazer as especificidades das trajetórias de mulheres sem terra que representam a história de muitos dos camponeses da reforma agrária, pois não são casos isolados e individualizados, e sim, pertencem estrutura excludente do nosso Brasil agrário.

A territorialidade camponesa compõe linhas e entrelinhas dessa narrativa e é construída no processo de recampesinização mediado pelo MST.

Propôs refletir que a construção política desse “novo” sujeito do campo, o sem terra, é constituída por meio de relações sociais conduzidas no processo de luta pela terra - trabalho de base, ocupação, acampamento - como parte da transformação do espaço em território. Neste caso, de construir o território camponês, fruto das relações sociais e culturais presentes nas trajetórias individuais, mas também conduzida pela própria identidade do movimento. A mística, os mutirões, a organização interna de um acampamento e assentamento, a produção de alimentos agroecológicos - que pode ser coletiva ou não - a bandeira, as marchas, as manifestações para reivindicar direitos, a ajuda mútua. A reforma agrária é um projeto em curso e tem sido conquistado “na marra” (retomando o lema das Ligas Camponesas, tão atual).

Infelizmente, o ódio de classe e os retrocessos impetuosos apontam a necessidade de reorganização, ao passo que o Estado se torna o principal inimigo. A exemplo da Medida Provisória 870, assinada no dia 01 de janeiro de 2019, que tentou extinguir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que nada mais é que o principal órgão que reúne, em sua maior parte, a sociedade civil e tem como objetivo formular políticas públicas para promoção da segurança alimentar e nutricional, assim como, monitorá-las e avaliá-las. O Consea (em sua amplitude) foi o responsável por tirar o Brasil do mapa da fome, somente em 2014 (e olha só para onde voltamos atualmente: para o mesmo mapa da fome). Outro fato curioso, concomitante a tentativa de extinção do Consea nacional, foi a aprovação de registros de centenas de agrotóxicos no Brasil, se tornando o país que mais tem licenças para o uso de agroquímicos em escala mundial.

Não obstante tem a questão das sementes, uma aberração genética patenteada pelas corporações, obrigando camponês - e também os empresários do agronegócio - a pagar *royalties* pelo seu uso. Controlar o uso da semente é um negócio muito lucrativo, sobretudo no Brasil, cortado pela produção do agronegócio. Transformar a semente em uma mercadoria patenteável deveria ser um crime, crime contra a humanidade. Porto Gonçalves (2004) em um texto em torno da geopolítica da fome e do meio ambiente provocado pelo atual modelo agrário, altamente nocivo ao meio ambiente e a qualquer ser vivo - mais clareza que o próprio título impossível: geografia da riqueza, fome e meio ambiente - expõe o controle das poucas corporações em toda a cadeia relacionado o que comemos diariamente e o que não comemos, as *commodities* e suas “chuvas” de veneno.

O que dizer do meio ambiente em meio a crimes ambientais proporcionado pelo “todo poderoso capitalismo”?, a “Vale do Rio Doce” que segue impune e a barragem de Mariana-MG não foi suficiente para frear tais empreendimentos. Brumadinho-MG recentemente, ultrapassando 300 mortes (300 vidas enterradas em uma lama tóxica), fora o *passivo ambiental* deixado. Animais, vegetação, casas, escolas, tudo enterrado em nome do “desenvolvimento”.

Concordamos com McMichael (2016), quando este argumenta que se faz urgente a existência de controle dos sistemas agroalimentares (regimes alimentares) sobre a alimentação em sua mais diferente escala. Tal autor, em *Regimes Alimentares e Questões Agrária*, considera que o regime alimentar é o sistema agroalimentar hegemônico de uma determinada época. Se os primeiro e o segundo seriam, respectivamente, a abertura do livre mercado após o início da colonização das Américas e as mudanças geradas pelo que ficou conhecido como “revolução verde”, o terceiro, representa o domínio das grandes corporações, que homogenizam o mercado de alimentos, em consequência a nossa alimentação. O terceiro regime, gestado em consonância

com os “dez mandamentos neoliberais” escrito no Consenso de Washington, inaugura nossa era de grandes corporações, responsável por dominar toda a cadeia produtiva de produção, de produto de limpeza, higiene, comida etc. Com “Por Trás das Marcas”⁵⁵ ficamos sabendo quais são as dez dessas mais poderosas grandes corporações - empresas de alimentos e bebidas do planeta: Associated British Foods (ABF), Coca-Cola, Danone, General Mills, Kellogg, Mars, Mondelez International (antiga Kraft Foods), Nestlé, PepsiCo e Unilever. Por meio delas, também de outras grandes empresas, a alimentação, em escala global, tem sido padronizada e homogeneizada. Fato que atinge sobremaneira a saúde, o meio ambiente, sem falar em toda barbárie que atinge o campesinato. Quando lemos o nome de algumas dessas empresas, logo percebemos que não é tão estranho entender como a fome e a obesidade andam de mãos dadas no capitalismo. Este mesmo capitalismo que segue matando todos os dias, hora de fome, hora de saúde (ou a falta dela), hora através da bancada “BBB - bala, bíblia e boi”.

Apostar na Soberania Alimentar e em sua multiescalaridade é se agarrar na esperança de que, apesar de tanta atrocidade, existe um projeto político que é muito maior que o lucro. É mostrar que tantas vidas importam sim, que cada iniciativa seja esta regional, estadual, nacional ou internacional importa, soma-se forças e ampara quem já não possui tanta esperança em seguir em frente.

Os pilares que envolvem a Soberania Alimentar, segundo a Via Campesina (2017) são amplos e buscam responder às atrocidades praticadas pelo atual modelo hegemônico desigual. Sendo assim, o alicerce da resistência que constitui a Via se dá pelos seguintes temas: i) Agroecologia e Sementes; ii) feminismo camponês popular; iii) terra, água, territórios e reforma agrária; iv) comércio e empresas multinacionais; v) justiça climática e ambiental; vi) trabalhadores migrantes e assalariados; vii) políticas públicas; viii) direito camponês e solidariedade.

Considera-se, portanto, que a iniciativa das cestas agroecológicas da Cooperflora faz parte da constituição da Soberania Alimentar, construindo alianças e resistências locais para manutenção do campesinato. Na contracorrente do regime alimentar dominante, a cooperativa resgata saberes tradicionais em torno do alimento, resgata culturas agrícolas que não estão circulando nos mercados, valoriza o camponês, dialoga, forma (e informa) a população urbana.

⁵⁵ “A campanha global da Oxfam “Por trás das marcas (Behind the Brands)” foi lançada em 2013 e levanta o debate sobre as políticas adotadas pelas multinacionais do setor de alimentos no mundo e como suas cadeias de fornecimento afetam as populações rurais e o meio ambiente. Cada vez mais ricas e prósperas, as grandes marcas assumem compromissos com políticas que não se concretizam na sua cadeia de produção, afetando negativamente milhões de pessoas que produzem suas matérias primas” (Por Trás das Marcas. **Oxfam Brasil**. São Paulo, 2018. Disponível em <<https://www.oxfam.org.br/por-tras-das-marcas>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

A Cooperflora representa, portanto, parte da realidade agrária e das desigualdades do campo brasileiro, porém, apesar de pequena, vem se fortalecendo e cumprindo seu papel no processo histórico, construindo a Agroecologia na prática com assentados e consumidores “dia após dia”.

A grande teia da reforma agrária é tecida diariamente e historicamente e apesar de tantas perdas e violências, também há conquistas e alegrias. A exemplo da experiência exitosa do arroz orgânico dos assentamentos do Rio Grande do Sul, que é resultado de uma complexa organização em cooperativas que controlam os meios de produção. Conquista importante e referência, já que nos mostra caminhos mais interessantes de produção em qualidade e quantidade. Sobre o arroz orgânico do RS, Martins e Medeiros (2016) nos conta que na safra de 2015/16, toda a cadeia produtiva envolveu 503 famílias envolvidas em onze assentamentos no Estado do Rio Grande Sul, totalizando oito municípios. A colheita do arroz desta safra foi nada menos que 441.363 sacos de arroz ecológico, plantados em 5.573 hectares.

O arroz orgânico do MST também é comercializado na Cooperflora, os consumidores da cesta acessam tal produto via cooperativa, assim como, o feijão produzido pelos assentamentos de Itapeva, em breve, fará parte da cesta também. Colaborar com a reforma agrária é contribuir por justiça de classe (também de gênero, ainda, de raça - tendo em vista que o campesinato é composto por sujeitos racializados), por um desenvolvimento agrário mais justo com os povos do campo, com o meio ambiente e os animais.

Ah, é tudo de bom né, é mostrar que nós não somos vagabundos, que não é bandido, que não é ladrão, né, que é uma família que quer sobreviver e ter dignidade né, e a família que acredita nisso, vai inclusive ter uma qualidade e vida financeira boa, e isso também não é ser capitalista, não to pensando (no lucro) mas é a realidade, eu falo pros meninos aí, dá mais dinheiro vender alface do que ser servente de pedreiro, né, mesmo que venda barato você tá trabalhando pra você, não é escravo do capital, e quem acredita nisso vai ter.. e eu sempre acreditei que quem tem um pedaço de terra não passa necessidade, não passa fome, pode não ter a mesma coisa que tem mas tem comida hein, nossa! (MARGARIDA, 2018)

Com seu conhecimento interdisciplinar, de pesquisador curioso que circula, circula entre disciplinas, entre regiões, com a preocupação de entender as origens e os males da fome, sobretudo de justiça, Josué de Castro, por vezes, parece um profeta. Algo, no entanto, que não devemos comemorar. Se parece um profeta é porque seus escritos da década de 1940 ainda são atuais. Porém, para além de profetizar a perpetuação dos interesses do capital sobre o das coletividades, vislumbra, também, agentes da mudança. Isto é, ao lado do triste diagnóstico de fome da época, Josué também escrevia sobre esperança, tal e qual a esperança que uma experiência como a Cooperflora nos proporciona nos dias de hoje. Assim, se de um lado, o autor argumenta que “enquanto até a última guerra a nossa civilização ocidental, em seu exagero de

economismo, quase esquecera o homem e seus problemas, preocupando-se morbidamente em conquistar pela técnica todas as forças naturais”, ou seja, nos alerta para a relação destrutiva entre capitalismo, exploração da natureza no uso extensivo da técnica, guerra e morte, quando o homem que só visa o lucro põem “todo o seu interesse nos problemas de exploração econômica e de produção de riqueza”, de outro, não deixa de ver entre os destroços, possibilidades, nas ações e relações que caminham a contrapelo das práticas do capital, “vislumbra-se hoje o estabelecimento de formas políticas dispostas a sacrificar os interesses do lucro pelos interesses reais das coletividades. É a tentativa cada vez mais promissora de pôr o dinheiro a serviço do homem e não o homem escravo do dinheiro”. Na esteira da fé do profeta da fome, mas também do profeta da esperança, Margarida respira aliviada, “acho que a Cooperflora está cumprindo um papel importantíssimo”. E está, tal e qual Josué de Castro diagnosticava sobre outras experiências da época, “de dirigir a produção, de forma a satisfazer as necessidades dos grupos humanos e não deixar o homem matando-se estupidamente para satisfazer os insaciáveis lucros de produção” (Castro, [1946] 1963, p. 24 e 25).

A gênese da organização da Cooperflora é uma inspiração de resistência à um política “anti-reforma agrária”, é a própria defesa de seus territórios conquistados por meio de muita luta e dificuldades. É muito mais além de comercialização, é a defesa da vida e a construção de uma nova página para a questão agrária e desenvolvimento rural, é a participação ativa da população urbana enquanto consumidores de um projeto político de desenvolvimento do campo.

5 NOTAS FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal acompanhar uma cooperativa, qual seja, a Cooperflora, no processo de organização de produção e comercialização do alimento em época de retrocesso de políticas públicas, em especial, o PPA. Na ausência ou no enfraquecimento de políticas públicas em reforma agrária, em agricultura familiar e na produção do alimento via campesinato, isto é, na ausência de parcerias com o Estado, tal organização da produção e comercialização se deu via sociedade civil e movimentos sociais, em especial, nesta pesquisa, o MST. Isso não significa afirmar que (i) as parcerias com a sociedade civil e com os movimentos sociais só se dão em momentos de ausência de políticas públicas e nem que (ii) o Estado esteja desonerado de promover políticas públicas que ampare, fortaleça e apoie o campo, a produção de alimentos pela agricultura familiar e camponesa e a reforma agrária. Significa, antes, reiterar que o circuito curto de produção, aqui, as cestas agroecológicas, se mostram como peça fundamental para fortalecimento do campo e para geração de renda camponesa.

Indissociável às buscas por consolidação das condições materiais de existência, ainda, os circuitos curtos são importantes para disputar modelos produtivos, pois, a partir das cestas agroecológicas, produzidas e comercializadas pela Cooperflora, foi possível fortalecer os processos de formação em agroecologia com os cooperados, e, também, para não cooperados. O coletivo formado pela Cooperflora viabilizou o resgate das práticas de solidariedade, tais como o mutirão entre os integrantes, a colaboração para que todos pudessem entregar algum produto na cesta, a construção da escola popular na área coletiva do assentamento organizada pela cooperativa etc.

A sistematização dos passos anteriores a materialização das entregas buscou provocar reflexões acerca dos processos, não como um passo a passo a ser seguido, mas, sim, dialogando com a teoria, buscou trazer considerações sobre o processo coletivo de construção de um projeto em comum pautado na soberania alimentar e na agroecologia. Desta maneira, avalia-se positivamente as metodologias utilizadas para a constituição do circuito curto da Cooperflora, o diagnóstico rural participativo, a metodologia “camponês a camponês”, as formações em sistemas agroalimentares com os consumidores, encontros agroecológicos e as decisões coletivas em reuniões.

Em contextos em que (i) o modelo produtivo hegemônico, amparado no agronegócio e no seu uso intensivo de derivados químicos, agrotóxicos e venenos; (ii) por meio de

monoproduções que ocupam vastos territórios concentrados nas mãos de ricos proprietários rurais e (iii) que, subsidiados pelo Estado, agro exportam *commodities* para o mercado estrangeiro e centro do capitalismo, antes de garantir uma soberania alimentar nacional; os circuitos curtos de produção têm uma tendência a não conseguirem se manter por muito tempo e dissolvem-se. Pois, como demonstrado na pesquisa, os desafios são muitos. A Cooperflora, todavia, caminha na contramão dessa tendência à dissolução de iniciativas como essa, assim, junto com outras experiências, algumas trazidas no primeiro capítulo desse trabalho, vem demonstrando que, apesar dos desafios e das disputas com o modelo hegemônico de produção, é possível e urgente a promoção de parcerias campesinato-sociedade civil- movimentos sociais, ainda, disputar no interior das instituições e cobrar o Estado, à promoção, à proteção e à manutenção de condições materiais, culturais e simbólicas para a implementação, organização, produção e comercialização do alimento via agricultura familiar e camponesa.

São 5 anos de Cooperflora, portanto, um dos principais resultados dessa pesquisa é realçar a permanência de uma iniciativa em circuito curto de produção em contexto político bastante adverso. Essa permanência possibilitou o aumento da geração de renda dos cooperados e cooperadas, como demonstrado aqui, temos casos de progressão de renda no qual camponesas que ganhavam 215 reais com suas produções, após 5 anos de Cooperflora, chegam a receber cerca de 3600 reais mensais. O aumento da produção é acompanhado - e este é um outro aspecto da permanência da cooperativa - do aumento da diversidade produtiva (em termos de quantidade de culturas produzidas, plurais e diversas, ao contrário da monocultura do modelo hegemônico).

Desta maneira, pode-se afirmar que o resultado com a criação das cestas agroecológicas é geração de renda permanente há cinco anos, a construção da práxis agroecológica nos lotes dos cooperados, tais como o aumento da diversidade de cultivo de espécies, a implantação de sistemas agroflorestais, a utilização de técnicas tais como o consórcio de culturas e a cobertura vegetal. Diversificação na alimentação dos agricultores e dos consumidores e a aliança de classe entre campo e cidade.

Ainda como resultado da pesquisa, é possível visualizar processos que estão em curso. Quais sejam, a compreensão e existência da diversidade do campesinato, aqui, proposto é caracterizado como campesinato peri urbano sem terra. As trajetórias de vida de mulheres um pouco acima de cinquenta anos em busca do retorno ao campo, que podem representar as histórias de tantas/os. A expulsão do campo pela revolução verde, a migração para grandes centros urbanos e a possibilidade de voltar ao campo pelo movimento sem terra, o que foi chamado, aqui, de êxodo às avessas.

Maria e Margarida estão diretamente ligadas à conquista e construção do território camponês, a recampesinização em curso proporcionada pelas organizações sociais que buscam a reforma agrária. Suas trajetórias nos mostram a conflitualidade em busca do território e o constante conflito para permanecerem na terra no sentido de disputa de territorialidades, pois a luta não termina ao conquistar o assentamento, mas a permanência digna, também, faz parte da construção desse território multidiverso. A partir das narrativas, desse modo, buscou-se aproximar o leitor do território construído e vivido por essas assentadas, que são exemplos de produtoras e produtores que produzem alimento no país, em contraste aos produtores de *commodities*, os produtores rurais do agronegócio.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1998.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. Assistência Técnica e Extensão Rural Na Agricultura Paulista. **Sociologia Rural**, Brasil, v. 1, p. 187-198, 1987.
- BEZERRA, I.; CASSARINO, J. P. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina**. Curitiba: UFPR, 2015.
- BECKER, B. O uso político do território: questões a partir de uma visão de terceiro mundo. In: BECKER, B. *et al.* (orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.
- BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em 10 de abril. 2020.
- BRYM, R.; LIE, J.; HAMLIN, C. L.; MUTZENBERG, R.; SOARES, E. V.; SOUTO MAIOR, H. **Sociologia sua bússola para um novo mundo**. São Paulo, Thomson, 2006.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; MEIRA, S. G. Diferenciação entre estabelecimentos rurais. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 19, out. 2014.
- CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados. In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (Org.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Bagaço, 2006.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CONTIN, I. L.; PIES, N.; CECCONELLO, R. (Org.). **Agricultura familiar: caminhos e transições**. Passo Fundo: IFIBE, 2006.
- CASTILHO, A. L. *et al.* **Atlas do agronegócio**. Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos 2018. (Org.) SANTOS, M.; GLASS, V. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, [1946] 1963.

CASTRO, J. As condições de vida das classes operárias no Nordeste. *In*: LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. (org). **Médicos Intérpretes do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2015.

CHAYANOV, A.; V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). *In*: CARVALHO, H. M. de. (Org). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COCA, E. L. F. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o programa de aquisição de alimentos (PAA), no Brasil e a Rede Farm to Cafeteria Canadá (F2CC), no Canadá**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente.

CONTRIGIANI, A. C. **Circuitos curtos de comercialização por meio de cestas agroecológicas: sustentabilidade socioeconômica na agricultura familiar**. Orientadora: Marta Cristina Majortta Maistro. 2021. Dissertação (mestrado em agroecologia e desenvolvimento rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2021.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

DEDECCA, C.; MONTALI, L; BAENINGER, R. (Org.). **Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais: Estudos Regionais Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Unicamp, 2009. Disponível em: <<http://www.librum.com.br/campinasmetro/info/>>. Acesso em: 05 maio 2018.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: JACCOUD, L. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005.

DELWEK, M. **Comunas da Terra: um novo modelo de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; 55 fls.** Trabalho de conclusão do Curso (Realidade Brasileira). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes. Grandes Pensadores Brasileiros, 2003.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, [1961] 1979.

FERNANDES, B.. 27 anos do MST em luta pela terra. *In*: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org). **Reforma Agrária e Desenvolvimento**. Brasília: MDA, 2008.

FERNANDES, B.. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. 207 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, B.. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Ano 8, n.6, Presidente Prudente, 2005a.

FERNANDES, B.. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. BUAINAIN, A. M. (Org) Campinas: Editora da Unicamp, 2008 p. 173-224.

FERNANDES, B. M.; GONÇALVES, C. W. P. (Org.). **Josué de Castro: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRASER, N. Contradições entre capital e trabalho. **Revista de Filosofia**. Natal, v. 27, n 53, p. 261-288, 2020.

FREITAS, G. B. **A construção social dos mercados: O Pronaf e a oferta de cestas de alimentos orgânicos agroflorestais no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto/SP**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Araraquara, 2018.

GARCIA, Jr., A. ; GRYSZPAN, M. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. *In: MICELE, S. (Org.). O que ler em ciências sociais*. São Paulo: ANPOCS, 1999.
GARCIA, Jr. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.3, n.7. São Paulo, 1988.

GODOI, E. P. Territorialidade *In: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (Org.). Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: Edufba, 2014.

GOLDFARB, Y. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestão, principais atores e desafios**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. São Paulo: Editora Record, 2004.

GRAZIANO, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GROSSI, M. A. Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST. **Revista Libertas**, v. 17, p. 17-28, 2017.

GROSS, M. **A Politização da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política**. Orientador: Marildo Menegat. 2014. 279 f. Tese (doutorado em serviço social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. **Guia Alimentar para População Brasileira promovendo a alimentação saudável**. Normas e manuais técnicos: Brasília, 2014.

GUZMÁN C, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi- Prensa, 2000.
HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA AO CONSUMIDOR (IDEC). **Mapa de feiras orgânicas: estatísticas**. Disponível em <<https://feirasorganicas.org.br/estatisticas/>>. Acesso em: 05 abril. 2020.

JUSTO, M. G. Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais. **Revista NERA**, [Presidente Prudente], v. 23, Set.-Dez. 2020.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
LAMARCHE, H. (Coord.). As lógicas produtivas. *In: A agricultura camponesa: comparação internacional*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LEÃO, M. (Org). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

LEFF, E. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. *In: Educação e Realidade*, v. 34, n. 3. 2009.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARQUES, M. I. M. Entre o Campo e a Cidade: Formação e Reprodução Social da Classe Trabalhadora Brasileira. **Agrária**, São Paulo, v. 3, p. 170-185, 2006.

MARQUES, M. I. M.. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org). Campesinato e territórios em disputa*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARQUES, M. I. M.. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, vol. 11, no. 12, 2008.

MARQUES, M. I. M. Relação Estado e MST: algumas fases e faces. **Revista Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 184-196, 2006.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã: a contraposição entre as cosmovisões materialistas e idealistas**. Trad. Frank Miller. São Paulo. Editora Martin Claret, 2007.

MC. MICHAEL, P. **Regimes Alimentares e Questões Agrárias**. São Paulo: Editora Unesp e Editora da UFRGS, 2016.

MC. MICHAEL, P. M Does China's 'going out' strategy prefigure a new food regime? **The Journal of Peasant Studies**. V. 47, n. 1, 2020.

MENEZES NETO, A. J. A igreja católica e os movimentos sociais do campo: Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, maio/agosto. 2007.

MINAYO, M. *et al* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p. 72-93, jan./jun. 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Programa agrário do MST: lutas, construir Reforma Agrária popular!** 3ª ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. *In*: STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

NERY, F. N. *et al*. Financiamento da produção agroecológica a partir do modelo de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura): um panorama no estado de São Paulo. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, may 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em:<<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18005>>. Acesso em: 08 maio 2020.

MELO NETO, J. C. de. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

ORTEGA, J. *et al*. C. Panorama das comunidades que sustentam a agricultura (CSA): os movimentos no Brasil e Europa. *In*: VI CONGRESSO LATINO AMERICANO DE AGROECOLOGIA; X CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA; V SEMINÁRIO NACIONAL DO DF E ENTORNO DE AGROECOLOGIA, 1., 2018, Brasília. **Anais...** Brasília: Cadernos de Agroecologia, 2018. n.p.

OXFAM (Org.). **Terra, Poder e Desigualdade na América Latina: Resumo Executivo**. Disponível em <encurtador.com.br/fgkK7>. Acesso em: 10 out. 2017.

PEREZ-CASSARINO, J.; MICHELATO, A.; TRICHES, R.; PORTO, S. A promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) por meio do mercado institucional: a experiência brasileira. *In*: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina**. Curitiba: UFPR, 2015. p. 223 - 246.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Revista OSAL**, n. 16, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis** [Florianópolis-SC] , v. 09, jan/junho. 2012.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, [1942] 2000.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico de pragas e doenças: técnicas alternativas para produção agropecuária e defesa do meio ambiente**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

REIS, A. T. **Políticas Públicas e Resistência em Assentamentos do Estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Orientador: Antônio Thomaz Júnior. 2015. 169 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio Filho de Mesquita, Presidente Prudente:2015.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, v. 35, 2002.

RIGON, S. A.; BÓGUS, C. M. A segurança alimentar e nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. *In*: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina**. Curitiba: UFPR, 2015. p. 31- 54.

LUXEMBURGO, R. A Acumulação do Capital (1913) in **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROSSET, P. M. Mirando hacia el futuro: La Reforma Agraria y la Soberanía Alimentaria. **AREAS: Revista internacional de Ciências Sociales**, n. 26, 2007.

SANTARELLI, M. *et al.* **Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome**. Brasília: FIAN; 2019.

SANTOS, M.; GLASS, V. (ORGS). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2018. 60p.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In*: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

SEVILLA GUSMÁN, E. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia e Igualdad, Junta de Andalucía, 2012.

SHANIN, T. Lições camponesas. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

SILVA JÚNIOR, E. *et al.* Comércio justo e gestão ambiental para uma sustentabilidade: o caso de uma comunidade que sustenta a agricultura (CSA). **Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 11-36, 2018.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOARES, W. L.; CUNHA, L. N.; PORTO, M. F. S. **Uma política fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2020.

SOSA, M. B. *et.al.* **Revolução agroecológica**: o movimento camponês a camponês da ANAP em Cuba. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, D. P. **Famílias com até 2 salários gastam 61% do orçamento com alimentos e habitação**, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25606-familias-com-ate-dois-salarios-gastam-61-do-orcamento-com-alimentos-e-habitacao>>. Acesso em: 08 abril. 2020.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar. *In*: **Alimentação saudável**: um direito de todos! Jornada Cultural Nacional. São Paulo: Boletim da Educação - Número 13, 2015.

TAUFIC, R. O. **Expansão Urbana e Relação Campo-Cidade: um estudo a partir do município de Limeira-SP (2003-2013)**. Orientador: Humberto Miranda do Nascimento (mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

TRICHES, R. M.; **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2010.

TRINDADE, M. B. **Expansão urbana do município de Americana: Urbanização vinculada à produção do espaço pelo capital industrial**. Trabalho de conclusão de curso (geociências) – Universidade Estadual de Campinas, 2015.

TRIVELATTO, M. D.; FREITAS, G. B. de. Panorama da agricultura orgânica. *In*: STRINGHETA, P. C.; MUNIZ, J. N. (Eds). **Alimentos orgânicos**: produção, tecnologia e certificação. Viçosa: UFV, 2003. p. 9-35.

VALENTE, F.; GONZÁLES, J. C. M.; FRANCESCHINI, T.; BURITY, V. Direito humano à alimentação e nutrição adequadas. *In*: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina**. Curitiba: UFPR, 2015.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

VERGÉS, A. B. **Os Novos Camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

VIANNA, O. **Populações Meridionais do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1920] 1952.

VINHA, J. F. DE S. C.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 26, 2015.

WELCH, C.; FERNANDES, B. M. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WITTMAN, H. **From protest to policy**: The challenges of institutionalizing food sovereignty. *Canadian Food Studies*, Ottawa, v. 2, n. 2, p. 174–182, 2015.

WOORTMANN, K. Com parentes não se “neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário antropológico*/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

ZANOTTO, R. **Soberania alimentar como construção contra hegemônica da via campesina**: experiências no Brasil e na Bolívia. Orientador: Bernardo Mançano Fernandes. 2017. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2017.

ZOCCHIO, Z. **Com comida saudável, institutos de comércio justo crescem em SP**, 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/ijWY9>. Acesso em: 05 abri. 2020.

ZOCCHIO, Z. **Tem que mudar ‘isso daí’? Representante da indústria fala em alterar o Guia Alimentar**, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/egpIM>. Acesso em: 06 abri. 2020.